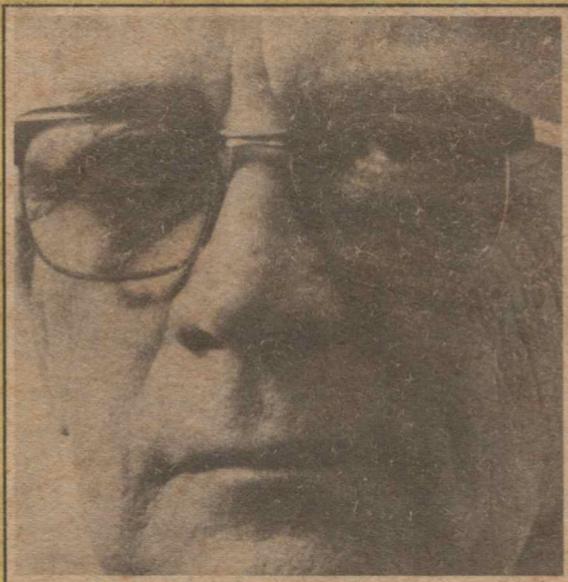


# COOJORNAL

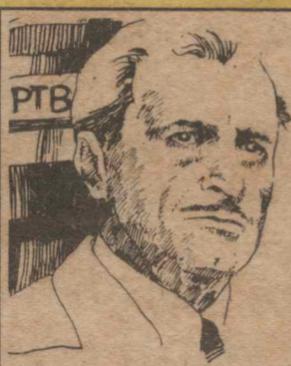
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

BIBLIOTECA CENTRAL DO  
ESTUDANTES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
ANEXO 1  
C\$25,00  
Novembro de 1979

**ESPECIAL**  
As melhores reportagens  
do COOJORNAL



## O PODER DE GOLBERY EX-TUPAMAROS A IGREJA QUE LÊ MARX JANE CARAVELLE O PTB DE PASQUALINI



E MAIS: DAN MITRIONE E A ESCOLA DA TORTURA/UM DIA DE  
PÂNICO NUCLEAR/ O CRIME GROSSEIRO QUE FERIU  
O BRASIL/ ECOLOGIA: COMO SE ENVENENA NOSSA PAISAGEM/  
A GUERRILHA DO CORONEL JEFFERSON CARDIM OSÓRIO

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa, de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

**Editor**

Elmar Bones

**Secretário**

Osmar Trindade

**Redação**

Rosvita Saueressig, Baru Derquin, Luiz Carlos Merten, Jorge Gallina, Elaine Lerner, Lenora Vargas, Lillian Bem David, Maria Angélica de Moraes, Maurecy Santos, Rafael Guimarães, Tomés Pereira, Ademar Vargas de Freitas, Eduardo Tavares, Chico Daniel, Mauro Toralles, Edgar Vasques, Sérgio Batsow, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Eduardo Bueno, Ariosto Teixeira (Brasília), Marcelo Pontes (Rio), Geraldo Hasse (São Paulo), Paulo Marconi (Salvador) Sílvia Costa (França), Eva Dürr (Alemanha), Licínio Azevedo (Moçambique) Caco Barcelos (Nova Iorque), Jacó Filho (Londres)

**Gerência**

Francisco Alba

**Comercial**

Enio Lindenbaum

**Circulação e assinaturas**

Manoel Canabarro, Renan Carvalho Rodrigues, Egidio Dalmina, Sílvia L. da Silva, Edson d'Ávila, Deolde César Dorneles

**Diretor Editorial**

José Antônio Vieira da Cunha

**Industrial**

Ivan Ferreira Franco, Hélio Pinho, Luiz Alberto da Costa, Paulo Ricardo Nobre, Francisco Altair dos Santos, Cleusa Regina Borsatto, Cláudio Bomfim da Luz, Carlos Neves Diniz (composição), Sílvia de Ávila Berni, Edson Ubratran Trindade, Maria de Lourdes Lima, Osvaldo Lucas, Fernando S. Zemor, Dancler Jesus Rossato (revisão), Atil Vinetoni Medeiros, Júlio César Ferrari, José Luiz dos Santos (fotolito), Luiz Gustavo Machado, Luiz Augusto de Oliveira, João Carlos Meirelles, Ari Roberto da Silva, Paulo Roberto de Ávila (montagem), Paulo Roberto de Azevedo Sa (Coordenador), Júlio César Romano Martins (subcoordenador), Carlos Milton de Goz Rios (chefe de produção).

A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

**Endereço**

Rua Comendador Coruja, 372

CEP 90.000 — Porto Alegre — RS

Fones: 33 5099, 33 5990 e 33 5743 — Telex (051) 1605

**Registro nº 33170/Livro A1**

Impressão: Diário de Notícias

**COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.**

**ASSOCIADOS:** José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Alfonso Ritter, João Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Antônio Oliveira, Agnese Schifano, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello e Regina Vasques (Conselheiros Fiscais), Assis Hofmann, Elmar Bones, Hélio Gama, João Avelino, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas, Angela Beatriz Ricordi, Antonio Brito, Antonio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Carlos Mosmann, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aguiarapace, Cláudio Barcelos, Delmar Marques, Edgar Vasques, Eri Quaresma, Euclides Torres, Ingra Stallbaum, Jandira César, José Antônio Ribeiro, José Félix Valente, Julieta Pereira, Léo Tavejnhansky, Licínio de Azevedo, Luiz Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodtke, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Paulo de Tarso Ricordi, Paulo Gerson de Oliveira, Renato Pinto da Silva, Sérgio Moita, Silmar Müller, Clóvis Malta, Omar de Barros Fº, João Carlos F. da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, João B. Scalco, Eva Caparelli, Maristela Baires, Telmo Zanini, Iara Bendatti, Afonso Licks, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintonitz, Sílvia Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto André, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Freitas, Renan de Oliveira, Antonio Gonzales, Mário Villas-Boas da Rocha, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomercindo Coutinho, Carlos Salzano, Laíla Pinheiro, Marinória Schilling, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Luiz Afonso Franz, Eugênio Bortolon, Mario Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antonio Simch, Sérgio Caparelli, Laur Quadros, Marcelo Oscar Lopes, Maria Inês Burger, José A. Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Sérgio Becker, Roberto Dias Lopes, Lillian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Fernando Bueno, Edgar Lisboa, Carlos Karnas, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Vera Regina Monteiro, Amauri Melo, Paulo Macedo, Marco Antonio Schuster, Neusa Tasca, Otília Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alida Souza, Carla Ingaray, Tânia Barros, Tânia Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Figueiredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Artech, Neuz Ribeiro, Marcos Antonio Baggio, Edna Della Nina, Armino Antonio Ranzolin, André Jockyman, Jaime Copstein, Raul Rubenich, Citinê Leal, Leonardo Dourado, Edson Gomes Chaves, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaíne Silveira, Adroaldo Correa, Vera Daisy Barcelos, Maria da Graça Seligman, Humberto Andreatta, Rorald Wester-mann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Moura, Paulo Fogaça, Severino Goes, Fernando Guedes, Neltair Abreu, Maria da Graça Silva, Walmaro Paz, Milton Fernando Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Teixeira, Julio Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise Fetter, Luiz Antonio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmem Laviaguerra Silveira, Nelson Baibich, Francisco Daniel Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Costa, Juarez Fonseca, Maria Eloi da Silveira, Renato Kern, Vera Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Cândido Cruz, Luiz Carlos Felizardo, Francisco Juska, Carlos Rafael Guimarães Fº, Carlos Frederico Mens, Eduardo San Martin, Ilza Girardi, Eugênio Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar Marques, Acari Amorim, Waldor Teixeira, José A. Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ennio Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Filgueiras, Iara Terezinha Schilling, Fernando Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Sílvia Correa, Luiz Carlos Ferreira, Anibal Bendatti, Arthur Oliveira Fº, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Simch, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luis Prévadi, Maria Elaine Borges, Eduardo Bueno, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Toralles, Luiz Lanzetta, Alice Urbim, Ana Maria Barros, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antonio Canabarro-Trois, Bernadete Viana, Eloisa Beatriz Enck, Carlos Alexandre Castro, Cristina Baptista Pereira, José Ribeiro Fontes, Mário Nascimento, Riomar Trindade, Rômulo Krafta, Vera Maria Bosak, Patrício Davila Bentes, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coelho, Juvenal da Luz Neto, Juan Carlos Gómez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Paz Teixeira, Ayrton Centeno, Celso Schroeder, Milton Ribeiro da Silva, José Antonio Severo, Lucila Camargo, Paulo Marconi, Maurecy Santos, Hélcio Ferreira, Luiz Humberto, Valter Firmo, Manuel Joaquim Martins, Jorge Meditsch, Pedro Flores, José Reduzino de Araújo, Antonio Carlos Esteves, Paulo Cancian, Amilton Vieira, Eduardo Tavares e Carlos Cagno.

Associado à



# Caro leitor,

No ano passado, quando lançamos a primeira dessas nossas edições com uma seleção de reportagens já publicadas, ficamos muito tempo em dúvida. A idéia da seleção era fundamentalmente promover junto aos novos leitores o jornal — que havia dado um salto nas vendas no ano anterior. Era para dar a eles uma idéia de conjunto do nosso trabalho. Temíamos pela reação dos nossos leitores habituais, que talvez comprassem o jornal esperando coisas novas e iriam encontrar entrevistas, reportagens, artigos já lidos. Coisa requeitada, como se diz.

Os resultados, porém, nos surpreenderam. A edição Especial, lançada em novembro do ano passado, vendeu mais do que qualquer uma das nossas edições normais até agora e ainda hoje, um ano depois, não é raro recebermos pedidos de pessoas que não conseguiram comprar na banca e que têm interesse em tal edição.

Por isso, aqui estamos nós outra vez. Agora, com esta seleção queremos assinalar a entrada do nosso jornal do seu Ano V, além, evidentemente, de usá-lo como promoção — uma espécie de mostruário — junto a novos leitores e assinantes. Claro, também queremos com ela arrecadar um dinheirinho a mais. Afinal, o fim do ano está aí e, apesar de certas insinuações, ainda não temos uma conta no nosso nome no Banco de La Caja Obrera de Montevideo.

Aqui reunimos entrevistas e reportagens publicadas desde a metade do ano passado até o início deste. Dizer que é uma seleção das melhores não é bem correto, porque a preocupação principal foi reunir trabalhos que ainda mantenham alguma permanência, que, mesmo quando tratam de acontecimentos superados pelo tempo, possam ser reveladores — pelo ângulo que abordam, pelo aspecto humano que ressaltam, enfim por alguma coisa que faça ainda hoje a sua leitura interessante. Então, o termo **melhor** vem neste sentido.

O jornalismo não gosta de olhar para trás. Talvez pela consciência de que praticam uma atividade cheia de precariedades, presa ao tempo, ao espaço e a toda uma série de limitações, os jornalistas não gostam de rever o que fizeram. É um coete da profissão que a gente, às vezes, transforma em norma para a vida em geral. Pois, parece, que quando assim fazemos, estamos empobrecendo o jornalismo e a vida em geral. A pressa que vemos em todas as coisas — e que está mais em nós do que nelas — acaba contribuindo para que saibamos mais da aparência do que do fundamental.

Esta edição é para você revisitar alguns fatos, algumas idéias. Para nós foi muito útil e agradável fazê-la. Esperamos que você a leia com os mesmos resultados.

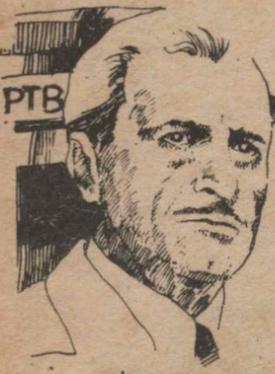
**O EDITOR**

**PG 5/ODIA2**



O repórter Caco Barcelos e a fotógrafa Avani Stein foram os únicos jornalistas brasileiros a acompanhar as 24 horas de pânico diante da ameaça de acidente nuclear na usina de Three Miles Island. Mas só pudemos publicar o relato de Caco, na edição de maio de 78, porque as fotografias perderam-se entre Nova Iorque e Porto Alegre.

**PG 8/PTB DE PASQUALINI**



Os inimigos de Arlindo Pasqualini dentro do PTB chamavam-no de teórico do trabalhismo. Queriam dizer que ele era um sonhador e que o negócio era arrebatar votos e cargos. A política — essa dos cargos e votos — realmente foi ingrata com Pasqualini. Mas a história está resgatando seu valor. E, no momento que se reorganiza o trabalhismo, suas idéias estão à tona.

**PG 13/EX-TUPAMAROS**



Os tupamaros falam pela primeira vez a um jornal. Os órgãos de informações desconfiam do privilégio e passam a investigar se não haveria ligação maior entre o Coojornal e os ex-guerrilheiros. Na edição de outubro denunciamos as investigações. Agora, reeditamos o depoimento publicado em outubro de 78.

**PG 16/PAISAGEM ENVENENADA**

A população com medo de comer peixe. Safras perdidas por chuvas e secas inesperadas. Notícias de agricultores mortos por envenenamento. Em julho de 78, parecia que vários fatos se juntavam para comprovar aquilo que os ecólogos e defensores do meio ambiente vinham prevendo há muito. Então, reunimos três desses especialistas para fazer um balanço da devastação provocada pela monocultura e pelos métodos do capitalismo selvagem. Um deles disse no final: "Precisamos entrar em pânico imediatamente".

**PG 20/MATANÇA ALAGOANA**



Um homem se esconde em Copacabana de uma guerra que começou há 20 anos em Alagoas e que já matou todos os homens da sua família. Dois repórteres reconstituíram toda a guerra política, cuja batalha principal foi nada menos do que um tiroteio com duas mil balas na assembléia de Alagoas.

**PG 25/UM CRIME FERE O PAÍS**



O seqüestro de Porto Alegre completa um ano neste novembro. A história já deu muitas voltas, já apareceu um terceiro homem (o policial João Antônio da Rosa, o Irno, que teria chefiado a operação), mas tudo isso não fez mais do que confirmar a versão original, que reconstituímos em janeiro de 79.

**PG 31/A IGREJA QUE LÊ MARX**



Frei Betto preferiu não aparecer com o seu verdadeiro nome — Carlos Alberto Libânio Cristo — nesta entrevista, nem permitiu uma foto atual. Os órgãos de segurança não ligavam um ao outro e ele, apesar do avanço da abertura (era junho de 79) preferia que assim continuasse, já que Frei Betto era um nome muito marcado. Foi, de qualquer modo, um depoimento extremamente lúcido sobre a ação e o papel da Igreja no Brasil de hoje.

**PG 34/A GUERRILHA DO CORONEL**



Este depoimento valeu-nos críticas e algumas inimizades nas hostes brizolistas. Reunimos o coronel Jefferson Cardim Osório e seu companheiro o ex-sargento Alberi dos Santos para contar como foi o primeiro movimento armado contra o regime militar de 64. As alusões a Brizola, feitas pelos dois, foram entendidas como uma tentativa de desgastar a imagem do ex-governador às vésperas da sua volta ao Brasil.

**PG 38/O PODER DO SILÊNCIO**



O nome do general Golbery do Couto e Silva ainda não tinha caído na boca do povo em setembro de 78, quando publicamos esta reportagem. Muito se tem falado dele desde então. Mas ainda está para ser feito um perfil mais completo desse misterioso general, a quem se atribui poderes incríveis.

**PG 42/JANE CARAVELLE**



O Brasil ganhou primeira página no mundo inteiro. Cinco jovens, o mais velho deles com 23 anos, seqüestram um avião no Galeão. Sete anos depois, ainda cumprindo pena na prisão, dois dos seqüestradores reconstituem pela primeira vez todos os lances da aventura.

**PG 48/AS LIÇÕES DE MITRIONE**

Um jornalista americano levanta a trajetória do policial norte-americano Dan Mitrone, a partir de sua morte pelos Tupamaros no Uruguai. E acaba revelando um programa completo de aperfeiçoamento das polícias da América Latina para preservação da paz interna. Aulas de torturas faziam parte do currículo.

**RECEBA O COOJORNAL EM CASA 5 DIAS ANTES**

**Cupom de Assinatura**

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00  
Envie cheque nominal ou vale postal para:  
Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - RS - 90.000  
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº  Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima

Nome: .....  
Endereço: ..... Fone: .....  
Bairro: ..... CEP: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... Profissão: .....

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

**Cupom de Assinatura**

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00  
Envie cheque nominal ou vale postal para:  
Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - RS - 90.000  
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº  Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima

Nome: .....  
Endereço: ..... Fone: .....  
Bairro: ..... CEP: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... Profissão: .....

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Como assinante, você recebe o Coojornal em outros estados no mesmo dia em que ele vai para as bancas em Porto Alegre. Quer dizer: no mínimo 5 dias antes de ele chegar às bancas de sua cidade.

**cooJORNAL**



## Em nome da terra, do homem, da vida.

Em 1929, quando a Samrig começava, investir na terra e no trabalho do homem do campo era, no mínimo, um gesto corajoso. O mundo estava em crise e ninguém arriscava no amanhã. A Samrig investiu e arriscou. Com um capital de "doze mil contos de réis", montava o seu primeiro moinho de trigo, em Porto Alegre, e começava a produzir farinha. Ao longo de sua caminhada, a Samrig nunca esqueceu o exemplo dos que trabalham na terra e transformam em riquezas os dourados frutos de nosso solo. Sua serena esperança a cada amanhecer,

sua luta diária na batalha da produção de alimentos. E nesta trilha de pás e enxadas, de homens e máquinas, a Samrig construiu a sua história. Substituiu o trigo pela soja, implantou silos, construiu armazéns e terminais de exportação, cresceu, montou o maior parque integrado de processamento de soja da América Latina, e hoje, 50 anos depois, produz milhares e milhares de toneladas diárias de alimentos, para consumo interno e para exportação. Com muita responsabilidade. Em nome do progresso desta terra, do trabalho do homem do campo, da vida e da felicidade das pessoas.

50  
ANOS

**SAMRIG**

Há 50 anos participando da vida de nossa gente.

# O DIA 2

(No dia 2 de abril, os Estados Unidos estiveram à beira de uma tragédia sem precedentes.

Caco Barcelos, do Coojornal, percorreu Harrisburg, a cidade de 900 mil habitantes ameaçada pela usina nuclear de Three Mile Island) Das anotações do repórter no dia 2.

O dia 2 está amanhecendo cinzento, chuvoso e com o barulho do autofalante do carro dos bombeiros de Harrisburg:

- Não fujam, aguardem ordem para evacuar!
- Protejam-se!
- Fechem portas e janelas!
- Não fujam, aguardem...

Apesar do pedido dos bombeiros, nesta manhã subiu para 200 mil o número de fugas de Harrisburg, uma cidade de 900 mil habitantes que está, desde o dia 28, quando começou o maior acidente da história da energia nuclear dos Estados Unidos, sob ameaça de uma catástrofe atômica.

A partir das 7h, resolvi caminhar pelas ruas para entrevistar os fugitivos. Mas eles parecem invisíveis. Caminhei uns 20 quarteirões, em horário do *rush* matinal de uma segunda-feira, e não encontrei ninguém, nenhum carro, nenhuma porta aberta.

Às 9h uma rádio disse, em edição extraordinária, que o leite da região está contaminado com iodo-131, causador de câncer na tireóide humana.

Passavam cinco minutos das 9h, quando encontrei Franz O'Donnel, o chefe da Brigada dos Voluntários. E ele me transmitiria medo e pessimismo. Para O'Donnel, um voluntário com tarimba de 10 catástrofes, a cidade está indefesa para enfrentar o "monstro" da radioatividade.

— Não temos máscaras anti-radioativas, acabaram os estoques de ração K e tudo o que temos aqui são duas caixas de abridor de latas. E aí, meu Deus, o que será de nós?

O que mais preocupa o chefe da Brigada dos Voluntários, entretanto, é que ele, por autodefinição um salvador de vidas, confessa ignorância total sobre qual deva ser a missão de um voluntário durante um acidente atômico.

— Não tenho a menor idéia do que eu farei — diz O'Donnel —, não tenho tática, não tenho nada, talvez até eu enlouqueça e fuja, esqueça de salvar o povo.

O dia 2 nos mostrará que, como O'Donnel, toda a cidade está desesperada e também quase nada sabe sobre o monstro, a central nuclear de *Three Mile Island*, situada a 15 quilômetros ao Sul de Harrisburg e que tem uma potência de 1.800 megawatts e quatro chaminés de 300 metros de altura.

O dia 2 também será um dia de fatos inusitados. Inacreditável que em um país de 72 usinas atômicas e outras 125 em fase de construção, só depois do acidente de *Three Mile Island* o Governo parece ter se dado conta que uma usina tanto pode gerar eletricidade e fabricar bombas como também derreter, explodir e transformar um Estado como o da Pensilvânia num cemitério de defuntos vivos, cancerosos e mongolóides.

É primavera nos Estados Unidos e o gado, que passou o inverno preso e comendo ração, agora está faminto por grama. Mas depois do acidente, o boi está proibido de pastar e a galinha de comer milho.

O povo, que pagou 2 bilhões de dólares para o Governo construir a usina, agora terá que pagar mais 700 milhões de dólares para consertá-la. Isso significa que, a partir de maio, cada americano da Pensilvânia terá que pagar o recibo de eletricidade com um acréscimo de sete dólares e meio (Cr\$ 178,50).

Quando veio a notícia do leite contaminado, a Administração de Drogas e Comidas (Food and Drug Administration) enviou de Washington para Harrisburg dois aviões C13, com um carregamento de 250 mil ampolas de potássio iodine que, ingerido oralmente, protege a tireóide humana do câncer. Mas nenhuma ampola seria distribuída ao povo, porque um grupo de cientistas denunciou que quem bebesse o potássio se salvaria do câncer, mas poderia morrer de ataque cardíaco. Milhares de panfletos foram distribuídos e colados nos postes e paredes de Harrisburg. Um deles tinha o seguinte texto:

— As vítimas de um acidente nuclear não morrem instantaneamente. Elas sofrem um terrível processo de morte gradativa, que começa com a paralisação dos intestinos e uma forte diarreia, que dura até seis semanas. Depois os cabelos caíam, vem a febre, o delírio, uma fase de agonia de tempo imprevisível. É comum que crianças sobrevivam mas, com a morte do sistema nervoso central, serão eternamente retardadas mentais e terão a cabeça menor que a das pessoas comuns.

Mas para contar a história de 2 de abril em Harris-

burg, é preciso lembrar da última quarta-feira, 28 de março, quando uma sirene estridente — jamais ouvida em *Three Mile Island* — anunciava que a central nuclear estava expelindo radioatividade para a atmosfera.

O acidente, considerado o mais grave da história da energia nuclear dos Estados Unidos, começou com o rompimento de um válvula do sistema de refrigeração dos reatores da usina, provocando a primeira emissão de radioatividade da ordem de 1.200 *millirem* (muito acima dos níveis tolerados pelo indivíduo)\*

E outras emissões de radioatividade aconteceriam, contaminando, até a madrugada de hoje, 650 mil habitantes e toda a área da Região Central do estado da Pensilvânia. Cada pessoa receberia uma carga de 85 *millirem* de radiação, ou seja, acumulou quase 90% da quantidade que normalmente receberia em um ano.

A ameaça mais grave, entretanto, surgiria na noite do dia 30, com a formação de uma *estranha* bolha de hidrogênio no compartimento do reator. Ao longo do fim de semana ela cresceu de tamanho — chegou ao máximo de 800 metros cúbicos, ameaçava explodir e arrebentar a carcaça protetora desta usina de 1.800 megawatts de potência, três vezes maior que a central nuclear brasileira em construção na cidade de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

Veremos que o dia 2 será dramático para centenas de técnicos americanos, franceses e alemães que tentarão remover a gigantesca bolha, sob o perigo de causarem dois tipos diferentes de catástrofe.

A primeira hipótese é a de não conseguirem removê-la: ela continuaria crescendo e explodiria, expelindo quantidades imprevisíveis de radioatividade. A outra começa com, removida a bolha, o aumento da temperatura e da pressão interna da sala do reator, que derreteria, gerando o *Meltdown*, o pior tipo de desastre possível numa central nuclear.

Em ambos os casos uma nuvem letal de radiação atingiria um raio de 150 quilômetros, causando destruições na área de Harrisburg, no estado de Baltimore e chegando a 15 quilômetros da capital federal, Washington.

Existe um estudo teórico sobre as possibilidades e as conseqüências de um desastre numa usina como a de Harrisburg e é conhecido no país como *Wash-1400*. Na hipótese do *Meltdown*, ele prevê 3.500 mortes imediatas; 314 mil feridos; 240 mil vítimas de câncer na tireóide e 45 mil nascimentos de pessoas com defeitos genéticos.

Os efeitos podem variar na proporção da quantidade de radiação expelida pelo reator e pela força da explosão. De qualquer forma, ocorreria uma longa irradiação do solo e da grama, através dos elementos químicos radioativos iodo-131, cesium-137 e strontium-90, o que obrigaria uma restrição radical da agricultura num raio variável de mil a duas mil milhas da usina (de 1.600 a 3.200 quilômetros, aproximadamente).

O estado da Pensilvânia, o maior produtor de alimentos da costa Leste dos Estados Unidos, teria um prejuízo imediato de 14 bilhões de dólares. Ainda não se sabe a que níveis de contaminação os produtos seriam expostos, mas com certeza exterminaria o centro industrial dos derivados do leite de Lancaster, a 30 quilômetros de Harrisburg.

Os fazendeiros de Lancaster vendem leite pasteurizado para seis grandes trustes, que distribuem para os estados de Nova Jersey, Maryland, Nova Iorque e a própria Pensilvânia. E são os fornecedores de toneladas diárias para a indústria Hersheys, a maior fábrica de chocolates do mundo.

A Região Central da Pensilvânia também é o maior produtor de ovos e galinhas para a região do médio Atlântico, que sofreria as conseqüências da catástrofe, pois o principal alimento das aves — o milho — seria contaminado nas lavouras.

Um outro perigo é a contaminação das montanhas Catskill, a 300 quilômetros ao Norte de *Three Mile Island*, que suprem mais da metade da água bebida pelos 12 milhões de nova-iorquinos. Porém, os nova-iorquinos, na verdade, estão sendo contaminados desde o dia 28. Porque a maioria dos carros e os 200 mil fugitivos de Harrisburg estão indo na direção da cidade de Nova Iorque.

A maioria dos carros dos americanos que fogem de Harrisburg são camionetas-dormitório, abastecidas com tanque extra de gasolina, sistema de ventilação fechado, duas estepes e seguem pela Rota 86. E cada um dos tripulantes possui, no mínimo, uma unidade de ração K, muito usada pelos soldados do Vietnã, que garante a subsistência por um período de 25 dias.

Já na pista oposta, na direção de Harrisburg, o cenário é bem diferente. Quase todos os carros que trafegam deste lado são de serviços de emergência:

bombeiros, ambulâncias que passam rápidas e com sirenes barulhentas. É raro, raríssimo passar um automóvel velho como aquele Buick, que vem queimando óleo e com as janelas laterais totalmente abertas.

O Buick está a oito quilômetros do local do acidente, onde a radiação na atmosfera é de 25 *millirem* por hora, uma dosagem talvez perigosa, principalmente para quem está viajando com um filho de quatro anos e uma mulher grávida de oito meses e meio, como é o caso de Jan Carlos Borroma, o motorista do Buick, que agora está mostrando os documentos ao guarda no acesso de Harrisburg.

Olhando mais de perto, o carro de Jan Carlos pode parecer um automóvel de competição: lataria vermelha-discoteque, rodas de tala larga cromada, traseira rebatada. Três latas de cerveja no painel. Na porta do motorista tem um desenho de um vale com plantações de cactos, com um título colorido de letras de 10 centímetros:

— *Sou porto-riquenho.*

Atraídos pela notícia de que a cidade iria distribuir dinheiro para as vítimas do acidente, Jan Carlos e dezenas de outros porto-riquenos chegariam em Harrisburg, no dia 2. E eles não se enganaram. Desde às 8 horas, a American Nuclear Insures, a companhia de seguros das usinas nucleares americanas, está dando cheques de 500 a 700 dólares como auxílio- evacuação.

Em apenas 48 horas de doações, a ANI distribuiu um total de 380 mil dólares aos americanos de Harrisburg. Porém Jan Carlos e sua família tiveram problemas para receber o dinheiro. Dentro dos critérios de prioridade da seguradora, só teriam direito a receber o auxílio as pessoas que vivem no raio de 8 quilômetros da usina, considerada a *zona crítica* do acidente.

Porém, uma hora depois de discutir com os tiscas da ANI, Jan Carlos e Erky, embora morem 30 quilômetros afastados da usina, saíram sorridentes do escritório da empresa. Cada um deles recebeu um cheque de 350 dólares e irão receber diárias de 50 dólares, enquanto o Governo Americano mantiver a ordem de evacuação da zona crítica.

Jan Carlos e Erky ainda teriam uma outra boa notícia no escritório da ANI. Eles ganhariam uma carta de apresentação para serem admitidos como *flagelados* no Mundo do Chocolate Hersheys, um gigantesco parque de diversão que está sendo usado como refúgio das mulheres grávidas e das crianças em idade pré-escolar.

Já instalado no Mundo do Chocolate Hersheys, onde recebeu três camas de solteiro e seis caixotes de papelão para montar a sua nova casa dentro de um ginásio-dormitório, Jan Carlos, há 25 anos nos Estados Unidos, contaria como conseguiu desfrutar um *good-time* num ambiente de tragédia atômica.

— Você pensa que foi fácil? Você se engana. Eu estou há 25 anos na América e já conheço bem americano. Só ganhei os cheques porque quase me agarrei com um deles lá dentro. Ele não queria me pagar porque eu moro fora dos 8 quilômetros. Mas aí eu disse: e daí, moro fora mas agora estou aqui dentro, e a mulher também, estamos todos contaminados igual... Mas como ele não queria pagar mesmo, eu comecei a ofender todo mundo, e disse que não iria sair nunca mais lá de dentro, que eles são todos uns criminosos, que a usina é uma bandida, uma fábrica de aleijados, e aí minha mulher também teve uma crise, e ameaçou abortar o filho ali mesmo, e corria gente para um lado e para o outro. Num segundo pagaram o cheque...

Jan Carlos sorri, toma fôlego e continua:

— Como eu estava dizendo, americano é assim, quando eles estão com a consciência suja eles aceitam que você infirmitize a vida deles. Mas cuidado, eles são perigosos, só admitem um desaforo se antes te fizeram uns 50 mais ou menos.

Desde o dia 28, os médicos do Centro de Saúde Hamilton atenderam mais de 500 pessoas que se diziam vítimas da central nuclear *Three Mile Island*. Era meia-dia quando encontrei o fazendeiro Grubber, o 25º da fila do hospital, e ele sentia dores de cabeça e agonia.

De minuto a minuto, pega o espelhinho para olhar a garganta. Abre bem a boca, põe a língua para fora, olha rápido, num segundo, e se queixa que está sentindo uma ardência estranha. Ele parece pessimista e pela terceira vez nesta manhã quer que eu o examine.

— Sim, está um pouco vermelha, *mister* — eu disse.

— Então é câncer!

Sou o 26º da fila do hospital. Faz 12 horas que eu cheguei em Harrisburg, período em que fui contaminado com 20 *millirem* de radioatividade, segundo um enfermeiro do Hamilton. Ainda não sei como meu corpo vai reagir. Agora não senti nada de anormal, mas o 25º e as pessoas que estão aqui esperando o médico, me convenceram de que também sou vítima do acidente atômico.

\*Um *millirem* é a milésima parte de um rem, unidade que determina o poder ionizador da radiação. Embora não exista um nível absoluto de radiação tolerável pelo homem, os padrões internacionais determinam que o índice de segurança é de 5 *millirem* por ano, para um organismo normal. A partir de 5 *millirem* por ano, o sangue já começa a sofrer alterações.

— Agora você está bem, mas amanhã pode acordar com a boca torta, ou aleijado das pernas. E aí, você se mataria? (pergunta o 12º).

— Isso é praça de algum japonês de Hiroshima! (Opinião do 20º).

— Se você tem um mínimo de dignidade, nunca mais faça filho (Conselho do 25º).

As telefonistas do hospital estão recebendo 30 telefonemas por horas, a maioria de mulheres grávidas que querem abortar. E verificamos que índices semelhantes eram registrados em todos os centros de saúde especializados em abortos.

Os médicos de Hamilton, entretanto, dizem que não encontram ninguém com sintoma de doença radioativa na cidade. Inclusive estão se negando a examinar as pessoas porque, conforme explicou o doutor Clayton ao 25º, o problema é de hipertensão e paranoia.

Médico — O senhor de novo aqui, seu Grubber!  
Grubber — Estou mal, a radiação está me matando, doutor.

Médico — Mas eu já lhe disse que o senhor não tem nada, que a radiação não tem culpa nenhuma.

Grubber — Mas como não? Antes eu não tinha nada, e agora estou morrendo.

Médico — Calma, seu Grubber, eu sei, é a quinta vez que o senhor me diz isso, procure se acalmar, quem sabe umas férias...

O fazendeiro Harrys Grubber saiu irritado do hospital e decidido a continuar fugindo de Harrisburg. Continuar fugindo porque há três dias a sua família está evacuando. A mulher saiu da cidade dia 29, a filha partiu ontem e os dois filhos, Ted e Joseph, talvez já não estejam mais na fazenda.

Ele só não fugiu de manhã cedo porque tem problemas familiares a resolver. Basicamente o que existe é um conflito com Ted, 16 anos, estudante e guitarrista, e com Joseph, filho mais velho, 22 anos, o gerente da fazenda, que quer estudar em Nova Iorque.

**A** desavença começou no dia 29, quando a televisão avisou que o acidente da usina — a fazenda está a 300 metros de Three Mile Island — estava se tornando cada vez mais grave. A família jantava. E depois de ouvirem a notícia, decidiram bolar um plano para fugir.

Todos apresentaram suas sugestões e a de Joseph — a operação emergência — foi aprovada por votação, e deverá ser executada em três etapas. Mas Harrys, porém, discorda de alguns aspectos do plano e acusa o filho de querer destruir a sétima geração dos Grubber.

Os alemães Grubber chegaram no condado de Middletown 220 anos antes da usina ser construída. Assim como outros migrantes germânicos, se estabeleceram à margem do Rio Susquehanna e se tornaram prósperos produtores de leite e de ovos (produção de 80 mil dúzias diárias).

Embora tenha assimilado o estilo da fazenda americana, os Grubber são diferentes do tradicional cowboy do Oeste. Como todos os vaqueiros que vivem em torno da central nuclear, eles não usam armas, nem cavalos. Os homens usam automóveis, calculadoras eletrônicas e as mulheres cozinham com eletrodomésticos, lavam roupa com máquinas automáticas.

O que Harrys chama de sétima geração dos Grubber é uma família de cinco pessoas, com oito carros, quatro cachorros e uma fazenda mecanizada que valia 1 bilhão de dólares antes de acontecer o acidente de Three Mile Island. "Mas agora" — ele firma — "estamos arruinados".

A primeira parte do plano de Joseph — ele acreditar na sobrevivência dos Grubber — é a retirada de todo o dinheiro do banco e a evacuação das mulheres (a mãe Valentina e a irmã Bety) e dos animais de estimação.

A fase seguinte é incendiar todas as roupas e objetos contaminados, vender as 500 cabeças de gado, 58 mil galinhas e, por um preço que pode variar em função do acidente, os 400 acres de terra da fazenda. E a terceira e última etapa, e que gerou a briga, é a seguinte, nos termos de Joseph:

**O**s homens ficam na fazenda até tudo ser vendido e depois vão para a casa do tio Henry, ao encontro das mulheres. E se o acidente permitir, todos voltam, menos ele, Joseph, que, como está combinado há um ano, vai para Nova Iorque.

Harrys concorda que os homens fiquem na fazenda para vender os animais e acha que é uma decisão elogiável do filho, porque o gado também está condenado ao câncer e precisa ser vendido depressa. Mas Harrys não admite que o gerente Joseph vá para Nova Iorque, porque é responsável por um cargo da fazenda: "Isso é covardia, é medo da usina. Um verdadeiro Grubber morre aqui, jamais abandona a gerência".

A opinião de Joseph sobre o conflito é que seu pai está aproveitando o acidente atômico para fazer chantagem contra ele. Desde o começo do ano, segundo Joseph, estava decidido que a sua saída de casa seria no fim de março. Embora discutissem sobre o valor da mesada, só no dia 2, quando Harrys voltou do médico, entretanto, as posições se radicalizaram. E surgiria Ted como terceiro personagem na confusão.

Durante o desenrolar da briga, Ted evitou dar opinião porque achava que ambos tinham razão. Mas hoje decidiu interterir e afirma que de forma alguma sairá de Middletown, porque ele é o baixo dos Assassinos, o melhor grupo de rock do condado.

— Nós já perdemos o nosso base e talvez o baterista

também tenha que evacuar junto com a família. Mas eu não vou, nem se o pai me der um amplificador de presente.

O problema familiar dos Grubber seria resolvido depois das 16h, quando veio a notícia de que a bolha de hidrogênio começava a diminuir de tamanho, e o perigo da catástrofe havia passado. Meio emocionado, Harrys aceitaria a viagem do filho. Mas exigiu algumas promessas. Uma delas é que Joseph, depois de concluir o curso de engenharia nuclear, terá que voltar a Harrisburg e tentar trabalhar em Three Mile Island.

— Papai me fez jurar. Ele quer que eu conspire para fechar essa usina.

Entre os 15 trabalhadores da Metropolitan Edison que sofreram superexposição de radioatividade no dia 2, apenas o nuke Peter Paul Velez foi aplaudido ao sair da Three Mile Island. Ele havia absorvido o recorde de quatro rem de irradiação. E, emocionado pelos aplausos dos colegas, pensou em fazer um discurso. Mas diz que os olhos se encheram de lágrimas e tudo o que conseguiu falar foram três palavras:

— Estou relax pessoal.

**A** cabado o discurso, o grupo de 30 colegas veio cumprimentá-lo. Ele se sentiu orgulhoso. Mas ao mesmo tempo percebeu que seus companheiros estavam preocupados com sua condição, pois até os mais íntimos — que habitualmente apertam sua mão e lhe dão um tapinha no ombro — se mantiveram afastados.

— O único que veio perto e meu deu um abraço forte foi o Outran, que também está contaminado, entende?

Na hora do abraço de Outran, o pessoal o aplaudiria de novo. Mas Velez desta vez não gostou. Percebeu que a turma começava a se divertir com ele. Por isso, quando ouviu alguém chamá-lo de *millirem*, não gostou do apelido e começou a agredir o pessoal que ria. Outran teve que segurá-lo, pedir calma. Ai ele baixou a cabeça e foi embora. Eram 19h do dia 2.

Como todos os 600 nukes da Met Ed — este é o apelido da firma entre os empregados — Velez trabalha 12 horas por dia, durante os sete dias da semana e jamais se queixa do cansaço. Mesmo nesta fase tumultuada pelo acidente — em que trabalhou uma média de 18 horas diárias — diz que não sentiu qualquer sintoma de exaustão. Ao contrário, quando soube que alguém receberia a missão quase suicida de tentar remover a bolha de hidrogênio, ele procurou o chefe e se candidatou para fazer hora extra.

— Quero trabalhar hoje durante as 24 horas. E se precisarem, trabalho mais, muito mais...

Também todo nuke, Velez adora seu emprego e seus colegas. Considera a Met Ed a melhor firma do mundo, acredita que seus padrões nunca mentem e aceita, com religiosa convicção, que a usina nuclear é segura e que os homens podem controlá-la. Ele sabia do perigo do dia 2, mas um nuke não tem medo de acidente nuclear.

— Aviões caem, automóveis colidem e usinas atômicas explodem, qual é o problema?

A função de Velez na usina de Three Mile Island é a de técnico em proteção radioativa, trabalho pelo qual ganha 14 mil dólares anuais. Para executar a perigosa tarefa do dia 2, ele ganhará um extra de dois dólares por hora e dezenas de votos de confiança do pessoal que ficará assistindo de fora.

**E**le sabia, antes de começar o trabalho, que iria operar junto à sala do reator, onde está a bolha de hidrogênio e que ali seria exposto aos perigos da alta temperatura interna do aparelho, que atingiria até 360 graus centígrados e ameaçava derreter e expelir doses elevadíssimas de radiação.

O nível de radioatividade na sala do reator é de 30 mil *millirem* quando ele começa o trabalho, o que significa que se houver um acidente com Velez ele morrerá numa fração de 30 segundos. Porém, ele confia na roupa especial — uma espécie de plástico transparente e anti-radiativo que protege todo o seu corpo.

Ele está seguro, otimista, embora Outran, que hoje também trabalhará perto do reator, esteja fazendo o sinal do dedo indicador, que no código particular da dupla significa um rem de radioatividade.

A partir deste momento a Comissão Reguladora Nuclear deu ordem aos operadores para trabalhar num sistema de revezamento, para evitar a superexposição, uma ordem "desnecessária", segundo Velez, que preferia ficar o tempo integral assistindo aos acontecimentos.

A temperatura do reator continuava subindo e, segundo os cientistas, alguém precisaria abrir uma válvula do pressurizador, única forma de fazer a água circular e refrigerar o sistema primário.

Uma missão para um herói, sem dúvida. Para chegar até a válvula o herói teria que atravessar por uma zona de alta radioatividade e com muitas canalizações. O assoalho estava úmido e com algumas poças de água contaminada de elementos radioativos, e por isso teria que andar lentamente, com cuidado, para não rasgar a roupa protetora.

Foi a primeira decepção de Velez.

Ele estava certo que seria o escolhido para a missão, pois não imaginava que Outran também iria se candidatar. Era meio-dia quando os dois se apresentaram como voluntários. Alguns minutos antes, Velez havia telefonado para a esposa e disse-lhe que pagasse os dois filhos e fossem para a casa da sogra, em Nova Jersey.

— A mulher queria saber o motivo da decisão re-

pentina, mas como eu disse que era por razões profissionais (e um nuke nunca dá muitas explicações), ela não insistiu muito ("é se insistisse eu desligaria o telefone") e partiu.

Na verdade, Velez havia combinado tudo com a mulher antes de sair de casa. Ele diz que optaram pela viagem porque a cidade estava vivendo um clima desagradável de histeria, "provocado pelo excesso de informação da imprensa".

A dupla Velez e Outran começou a trabalhar às 7h e quando se apresentou como voluntária para abrir a válvula, cada um tinha sido exposto a um dedo indicador (dois rem) de radiação. Mas pela natureza da função individual de Velez ele foi escolhido como o protetor de Outran, que iria então executar a tarefa.

— Antes dele chegar na válvula eu percebi que ele estava em perigo. Fiz o sinal com o dedo médio (três rem, segundo o critério particular da dupla), mas ele criou coragem e foi em frente. No caminho de volta, depois de ter aberto a válvula, ameaçou rasgar a máscara de proteção, pois sentia falta de ar, mas resistiu e veio e caiu nos meus braços.

Imediatamente após a bem sucedida missão da dupla, Velez teria a segunda decepção no dia 2. Alguém veio lhe dar a ordem de tirar a roupa anti-radioativa, pois ele receberia uma superexposição, tanto quanto Outran, e que inclusive dois novos funcionários — Herman e Big George — já estavam prontos para assumir o lugar deles.

Mas Velez pediu para ficar mais um pouco. Eram 14h e ele queria completar as 12 horas regulares, insistiu, mas não adiantou. Big George já estava ali, mexendo em botões que eram seus, acendendo luzes, puxando alavancas. Por alguns segundos Velez confessa que sentiu ódio e ciúmes de Big George, um robô amarelo, com listas verdes, de três anos de idade.

— Eu estava com tudo para ser um herói de verde. Se não fosse aquele robô, hoje eu me sentiria um homem realizado.

**V**elez mora num parque colonial, a 500 metros da Rota 81, num lugar típico de classe média americana: casas de dois andares, bem distantes umas das outras, pátios sem muros, com *casinhas* de cachorros enormes, um lugar que para um brasileiro lembra a cidade das revistas infantis do Bolinha.

Era quase meia-noite quando chegamos à casa de Velez. Depois de tocarmos duas vezes a campainha, percebemos que alguém nos observava pelo olho mágico. De repente o visor de porta se abriu e ele apareceu, com um capacete branco na cabeça.

Antes de nos convidar para entrar, pediu desculpas à fotógrafa Avani Stein porque estava nu, e teria que procurar o seu roupão. Em seguida voltaria, agora vestido e meio nervoso, pois não encontrava a chave, que estava na fechadura. Depois que a localizou, abriu a porta e mandou que ficassemos descalços.

— Ponham os calçados aqui no lado de minha roupa, por favor.

A roupa de Velez, que estava no chão, ao lado da porta de entrada, era o seu fardamento de trabalho: calça de brim azul, camisa de pelúcia listada, botas, colete de nylon, uma carteira de identificação da Met Ed e oito pacotes de cigarros.

Eu lhe perguntei porque tinha cigarros em estoque, mas ele se negou a responder. Me olhou da cabeça aos pés e disse que não me daria entrevista porque achava um absurdo a maneira como eu estava interferindo na intimidade da sua família.

Durante as três horas que ficamos juntos, porém, ele não me deu sequer uma chance de pedir desculpas e ir embora. Falaria o tempo todo sem parar.

Sem nada lhe perguntar durante mais de uma hora, Velez contaria toda a história da sua vida: "Nasci no Brooklyn, perdi a mãe quando criança, como o presidente Carter eu também era da Marinha, não fiz faculdade nenhuma, sou feliz, amo minha mulher, meus filhos, gosto de Henry (o seu cachorro pastor alemão), de gozar os prazeres de ter uma casa própria".

Também ao longo de uma hora ou mais ele falaria exclusivamente sobre câncer. Basicamente defendeu a teoria de que é preciso querer absorver o câncer, porque assim — "a lei de Newton explica" — o corpo ganhará força para repelir o vírus cancerígeno... E justificou a razão de ele estar fumando três carteiros de cigarros durante as poucas horas que fica em casa.

— Todos dizem que cigarro dá câncer. Então resolvi fumar, fumar... Usina atômica dá câncer? Então vamos trabalhar, trabalhar... e se amanhã eu descobrir que pão dá tumor na cabeça, vou comer pão noite e dia.

Ele falava das suas férias de 1958 em Miami, quando de repente interrompeu a conversa, levantou do sofá e disse que queria nos apresentar o Henry, segundo Velez, um cachorro feroz, que adora comer vegetais e que hoje está dormindo na cozinha.

Ele foi até a cozinha e, logo depois de ter entrado lá, deu um grito:

— Incrível, venham ver...

Imaginei que alguma coisa de grave tivesse acontecido com Henry e fui rápido à cozinha. Velez estava ao lado do fogão e apontava para baixo da mesa:

— Olha aí o que aconteceu. Eu pensava que ele estivesse aqui, mas só agora lembrei que o Henry está a uma semana na casa do meu vizinho.

Ele achou graça, riu durante alguns segundos e eu aproveitei para perguntar se ele gostou de ontem, dia 2. Ele pensou, ficou calado um bom tempo e nos acompanhou até a porta. Estávamos saindo quando ele me puxou pelo braço:

— O dia 2 foi um dia como outro qualquer.



## Eu sou o Burro. O Caixeiro Viajante está pastando ali fora.

*A noite surpreendeu um caixeiro viajante na estrada. Vendo que não alcançaria mais a vila, pediu pouso na casa de um colono.*

*"Pa mist auwe beim Nene Schloofe... ", você terá que dormir com o nenê, disse o colono.*

*O viajante ponderou a situação: nenê, choro, a velha vem dar de mamar... Preferiu o galpão, a segunda alternativa. De manhã ele acorda pelo barulho da porta que abre e deixa ver uma bela moça. Assustado, o viajante pergunta: "Wea bist du dan", quem é você?*

*"Si ich bin das Nene", eu sou o nenê, responde ela, e pergunta, por sua vez:*

*"Un wea said ia dan", e quem é o senhor? "Si ich bin dea Mule, de a Musterreiter steht dot draus... ", eu sou o burro, o viajante está parado lá fora...*

*Tem uma bela parte da encosta da serra, onde ainda acontecem histórias como essa, que não foi invadida pelo lufa-lufa do nosso dia-a-dia urbano. É bem ali que está a Freguesia do Mundo Novo. Chácaras de meio a um hectare, a 60 quilômetros de Porto Alegre e a 'partir' de 24 cruzeiros o metro quadrado. Compre uma chácara na Freguesia do Mundo Novo. Vai ter tanto espaço pra sua casa que, se alguém bater lá, tarde da noite, você não vai precisar mandar dormir com o nenê.*

*A estrada turística de Taquara é florida, cheia de verde, bem européia.*

*Aos poucos esse caminho — mais livre, muito mais bonito — está se tornando a saída natural para quem vai a Gramado e São Francisco de Paula.*

*É no km-43 dessa estrada que está a Freguesia do Mundo Novo, com chácaras divididas em lotes de meio a um hectare, rede elétrica instalada, ruas ensaiadas, lago e todas as exigências constantes na legislação do Incra e do Ibdf.*

*É o melhor de tudo é que você tem até 36 meses pra pagar, com a entrada e a prestação que mais se encaixam no seu orçamento.*

TABELA DE PREÇOS			
Preço a partir de	Entrada a partir de	36 Prestações	Reforços
120 mil	14.400,	12 x 3.120, 12 x 5.040, 12 x 7.560,	12º mês: 7.440, 24º mês: 9.240, 36º mês: 11.280,

### Freguesia do Mundo Novo.

Km 43 da estrada turística de Taquara,  
32 km depois do Pampa Safari.

Lançamento

## Eucácia

Sociedade Agrícola Ltda.

Vendas

## interplan

CRCI-106

Assis Brasil, 4027 - Fones: 41-2480 e 41-3777.  
24 de Outubro, 474 - Fones: 22-1433 e 22-1468.

Foto cedida pelo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Principal fonte de consulta: "Colônia Alemã, Histórias e Memórias" — prof. Telmo Lauro Müller.

Aos domingos, no local, bandinha, pastéis, bolinhos de carne, frios, salsicha, cucas, tortas, rosas e mais uma grande variedade de comidas típicas alemãs.

# PASQUALINI

## Em busca de um Trabalhismo à brasileira

Por Hélio Gama

*Quem era Alberto Pasqualini, em cujas idéias se inspira o novo PTB?*

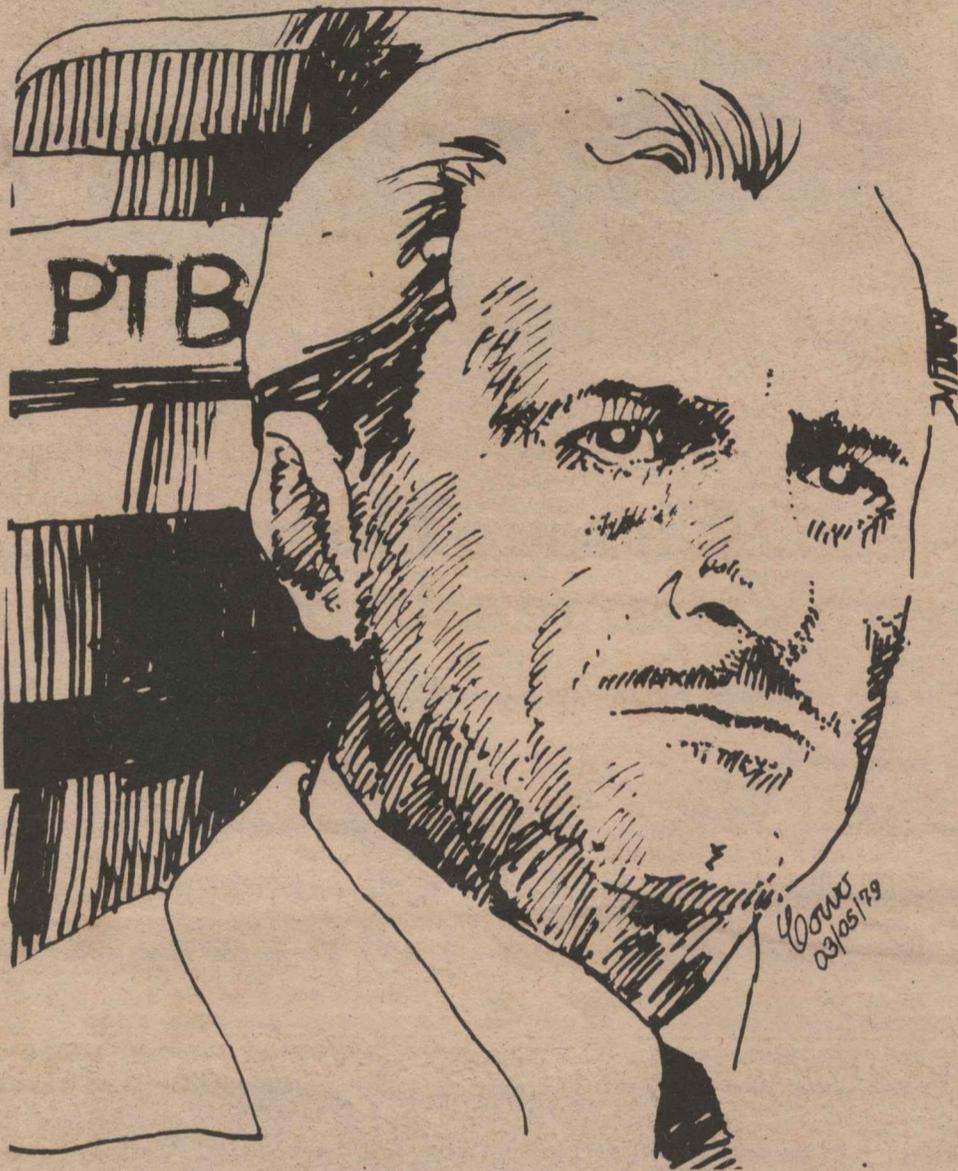
Alberto Pasqualini lia e escrevia muito, sofria de dolorosas e freqüentes enxaquecas e atravessava às noites com insônia. Para um homem assim os melhores momentos de repouso, como se sabe, começam pela madrugada e, necessariamente, avançam por uma parte da manhã. Por isto, durante a campanha para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1954, seus assessores tinham ordens de nunca chamá-lo antes das 9 horas.

O ex-deputado estadual João Brusa Neto, que secretariou Pasqualini naquela ocasião, lembra que somente em duas oportunidades esta determinação não foi obedecida: "A primeira vez foi em agosto, 24, quando fui avisado de que o Presidente Getúlio Vargas, cometera o suicídio. A segunda vez foi quando chegou ao escritório um longo telegrama de Juscelino Kubitschek insistindo para que ele aceitasse ser seu companheiro de chapa como candidato a Vice-presidente".

"Quando eu entreguei o telegrama", recorda Brusa Neto, "no apartamento que ele ocupava no Grande Hotel, ele apanhou uma folha de papel, escreveu umas poucas palavras e me entregou, pedindo para enviar a resposta." Brusa, espantado, leu rapidamente a seca recusa e perguntou a razão. "Tu achas que eu aceitaria um convite do Ademar de Barros para ser seu companheiro de chapa?", perguntou Pasqualini. Brusa Neto respondeu, convicto: "É claro que não". "Pois é", comentou então Pasqualini, "o Juscelino é o Ademar de colarinho e punhos engomados".

Ele geralmente não era tão cáustico em suas críticas. Na verdade evitava a abordagem das posições pessoais. Os seus pronunciamentos e o depoimento das pessoas que estiveram próximas demonstram que era um político pouco comum, pois considerava a política uma disputa de idéias e não uma batalha pessoal. Igualmente formas habituais de oportunismo político lhe pareciam perfeitamente dispensáveis. Durante a mesma campanha eleitoral de 1954, muitos de seus assessores tiveram a oportunidade de testemunhar um dos raríssimos casos de absoluto descontrolo de Pasqualini. Numa certa tarde, o arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, velho amigo de Pasqualini e antigo colega no Seminário São José, de São Leopoldo, lhe fez uma visita de caráter pessoal. No interior, inclusive, a maioria do clero fazia forte pressão contra a candidatura de Pasqualini, qualificado de comunista pelos padres das colônias. Durante o encontro, como era praxe, foi batida uma fotografia e alguns de seus assessores, pensando em aplicar um grande golpe publicitário trataram de enviar algumas cópias da foto para o interior, onde outros partidários da candidatura, mandaram confeccionar um cartaz, com a foto e algumas frases insinuando que Pasqualini recebera o apoio do Arcebispo. Por acidente, um dos cartazes chegou às mãos de Pasqualini. Ele ficou fora de si, profundamente humilhado. Poucas horas depois, silenciosamente, alguns de seus auxiliares embarcavam para o interior, para executar uma desesperada caçada aos cartazes e sua imediata destruição. Enquanto o candidato pessoalmente, se desculpava com o arcebispo.

Em 1954, ainda que mais uma vez as urnas não lhe dessem a vitória e sua



saúde se mostrasse cada vez mais precária, o prestígio político de Pasqualini estava no auge. No Senado e em suas pregações eleitorais, seus pronunciamentos alcançavam crescente repercussão. E no próprio Partido Trabalhista, uma boa parte das lideranças aguardava a orientação de Pasqualini para só então se definir em relação aos acontecimentos políticos. Já se insinuava, que havia divergências entre ele e João Goulart, o presidente nacional do Partido, presumível herdeiro de Vargas e candidato natural a Vice-presidência da República em 1955.

Os dois políticos sempre negaram a existência de tais diferenças. E, de fato, ela não chegou a se concretizar. Mas rusgas que existiam entre os principais auxiliares de ambos, mostravam que esta divisão seria fatal, se Pasqualini não tivesse sido retirado do cenário político em 1956. Neste ano ele sofreu um derrame cerebral que o deixou totalmente paralisado até a morte, em 3 de junho de 1960, após uma longa agonia e três meses antes de completar 59 anos. Muitos de seus seguidores acreditam que seu desaparecimento foi uma perda irreparável. "Pasqualini estava predestinado para a Presidência da República", diz Brusa Neto. E acrescenta: "Eu não tenho dúvida de que sua atuação política seria decisiva para conduzir o País para caminhos diversos daqueles que resultaram no colapso de 1964". Mesmo seus adversários sentiram a falta de Pasqualini. O ex-governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, o político que derrotou Pasqualini em 1954, inclusive, num surpreendente depoimento ao *Coojornal*, no ano passado, afirmou que Pasqualini deveria ter vencido. "Se isto tivesse ocorrido — disse Meneghetti — a história do Brasil teria sido outra, desde então".

Sobre o papel dos indivíduos na história dos povos os cientistas políticos tem-se esforçado, inutilmente é verdade para chegar a um certo acordo. Mas não deixa de ser surpreendente que muitas pessoas pensem isto de um homem que, a rigor, esteve ativo na política brasileira entre 1945 a 1955, ou seja pouco mais de dez anos.

### No início desconfiança com o PTB

Em 1945, quando os partidos políticos de antes do Estado Novo tentaram ressuscitar e convocaram seus associados, o advogado Alberto Pasqualini decidiu que não atenderia ao chamado de sua antiga organização partidária, o Partido Libertador. Ele se convencerá de que embora politicamente avançado, quando se tratava das questões sociais o PL defendia posições demasiadamente conservadoras para as concepções que Pasqualini vinha desenvolvendo. Ele parecia concordar com Clement Attlee, o líder do Partido Trabalhista Britânico que, na época, estava na iminência de substituir Churchill no comando da Nação inglesa. Dizia Attlee: "A questão de maior importância, no decorrer do século XIX — assim pareceu à maioria dos homens e mulheres — era a da liberdade política. No século XX predomina a da liberdade econômica e igualdade social".

Apesar de suas ligações intelectuais com Attlee e Haroldo Laski, outro expoente do trabalhismo britânico, Pasqualini não se mostrou atraído pelo Partido Trabalhista Brasileiro, criado em 2 de

janeiro, por Getúlio Vargas para ser o braço popular de seu Governo. Pasqualini vinha de algumas más experiências como Governo de Vargas.

Por ocasião da interventoria de Ernesto Dornelles, no Rio Grande do Sul, em 1944, ele fora convidado para Secretário do Interior e Justiça, cargo que aceitou com a condição de seguir rigorosamente os rituais democráticos. Quando o Governo Federal proibiu o romance Fronteira Agreste, de Ciro Martins, Pasqualini afirmou que o livro poderia ser apreendido apenas fora das fronteiras do estado. E quando em Cachoeira do Sul, as principais lideranças da cidade não alcançaram um acordo em busca de um Prefeito, Pasqualini determinou a organização de um plebiscito na cidade, apresentando às respectivas facções os nomes de suas preferências.

Ele determinava algo inconcebível, ou seja, a reabertura do processo eleitoral. Uma decisão que o conduziu de volta à sua banca de advogado. Além disso, ele também achava que o Partido Trabalhista possuía um programa que se resumia em defender, item por item, a legislação trabalhista que fora implantada pelo Estado Novo. E isto estava muito aquém do que ele tinha a propor.

Enquanto preparava o seu próprio movimento, Pasqualini prosseguiu sua intermitente carreira advocatícia, que, como outras coisas na sua vida, terminara exercendo por força da fatalidade. Neto de imigrantes italianos, Pasqualini nasceu em Vale Vêneto (hoje Ivorá), no município gaúcho de Júlio de Castilhos. Planejou estudar em Porto Alegre, para entrar na Faculdade de Medicina. Mas a falta de recursos para custear os estudos o levou ao Seminário São José, em São Leopoldo. Ali ele aprendeu com extrema facilidade o Latim e o Grego, além de Matemática, áreas que conhecia profundamente, juntamente com o Italiano, a língua familiar (mais tarde aprenderia a ler em inglês e alemão).

Segundo o deputado Lidovino Fanton, um fiel seguidor das idéias de Pasqualini, mesmo os maiores latinistas do Estado respeitavam seus conhecimentos nesta língua. Além de se dedicar à música (chegou a fazer algumas composições e a tocar razoavelmente o violino), Pasqualini estudava vorazmente as principais doutrinas políticas e econômicas. O seminário, no entanto, não foi o caminho nem para o Sacerdócio, nem tampouco para a Medicina. Primeiro, porque o ensino, no seminário, não era reconhecido, e Pasqualini precisou repetir o estudo, no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, onde estudava na primeira série e pagava os estudos ensinando *Matemática* para os alunos da quarta série. E quando terminou o secundário, finalmente, a Medicina já parecia um sonho distante. Foi estudar Direito, para poder trabalhar e custear os estudos.

Em 1929, quando fez o discurso como orador da turma, uma boa parte das bases de seu pensamento político já estavam solidamente lançadas.

Em 1945, Pasqualini já possuía uma estratégia e uma tática elaboradas. Em janeiro, ignorou o PTB, pouco tempo depois recusou o PL, ainda no primeiro semestre travou uma rápida polêmica com alguns setores da esquerda (dos quais e distanciou) e em 20 de novembro de 1945 lotou o Teatro São Pedro de Porto Alegre para lançar o seu manifesto de criação da União Social Brasileira, USB.

Mas em 1946, quando líderes do trabalhismo, então em busca de um candidato para o Governo do Rio Grande do Sul e de idéias que enriquecessem o partido procuraram-no, Pasqualini aceitou fazer ambas as coisas: candidatou-se ao Governo estadual para as eleições de 19

## PASQUALINI

**"Extremamente cauteloso, não estava disposto a apostar numa pregação incendiária, ainda que esta se referisse a temas que lhe eram caros como justiça social e igualdade".**



Com Jango, na campanha para o Governo do Rio Grande do Sul, em 1954

de janeiro de 1947, pela legenda do PTB, e transferiu para o programa do partido as concepções da União Social Brasileira.

Ele conseguiu convencer seus seguidores do acerto da decisão explicando-lhes que o Partido Trabalhista estava destinado a ser a grande organização partidária nacional. Enquanto a USB não passava de um movimento regional, o PTB aparecia como a única organização em condições de fortalecer o sistema democrático e simultaneamente transformar o País, enfrentando o que classificava de "classes conservadoras".

O culto e elegante Alberto Pasqualini, com sua voz tranqüila—num tempo que os oradores esbravejavam—e seus discretos ternos listrados, penetrou, assim, no Partido Trabalhista, carregando consigo uma doutrina que percorria um caminho difícil e tortuoso. Antes de mais nada, Pasqualini, que em 1950 finalmente venceu as eleições que o levaram ao Senado da

República, era um ardente defensor do sistema democrático liberal e não estava disposto a arriscar a quebra da ordem jurídica.

Eleições livres e limpas, liberdade de imprensa, Executivo controlado, Parlamento forte, protegendo os direitos individuais, partidos organizados, constituíam para ele o fundamento para conquistar a transformação social. E em todos os seus pronunciamentos está subjacente a profunda preocupação com o desenvolvimento do debate, da tolerância e do respeito às decisões da maioria do eleitorado.

Extremamente cauteloso, não estava disposto a apostar numa pregação incendiária, ainda que esta se referisse a temas que lhe eram caros, tais como justiça social e igualdade. Por isto, suas concepções socialistas eram inibidas, em razão de três fatores fundamentais: a) a realidade política e social brasileira; b) sua crença de que o socialismo constituiria uma etapa superior de vida social, que pressupunha a superação de uma outra, anterior; e c) os conflitos com sua própria formação religiosa, com as quais ele tentava conciliar suas concepções do trabalhismo socialista. Por isto, a linha do

pensamento de Pasqualini oscilava entre o socialismo democrático do Partido Trabalhista Britânico e as orientações das encíclicas papais.

Ele acreditava que a pura e simples aplicação dos princípios socialistas no Brasil eram inexecutáveis. Primeiro, porque a própria palavra socialismo, com a conseqüente defesa da eliminação da propriedade privada dos meios de produção colocaria em perigo o Estado democrático. E seria uma pregação ainda inaceitável para os donos do capital.

(continua)

## Unimed. Uma cooperativa de saúde.

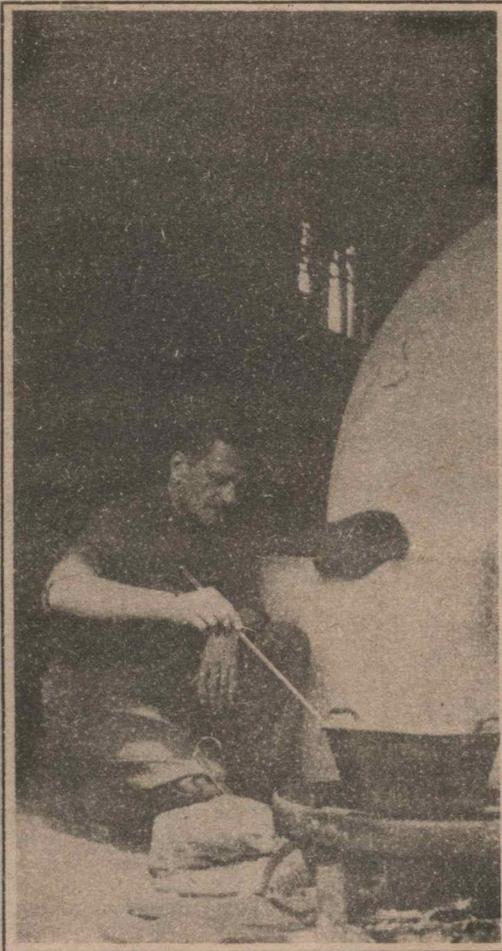
O único plano de saúde reconhecido oficialmente pela Associação Médica Brasileira e Associação Médica do Rio Grande do Sul.

A Unimed tem a melhor assistência médico-hospitalar para sua empresa, cooperativa ou sua família. Por um preço justo e sem intermediários.



**Unimed-RS**

**"Ele colaborou para a elaboração do programa do Partido Trabalhista, mas revelava crescente insatisfação com os métodos dentro do seu próprio partido".**



Num dia de folga, preparando um cozido

ALBERTO ★ ★  
PASQUALINI  
e a IGREJA ★



PLÁGENTE DA VISITA QUE RECEBEU ALBERTO PASQUALINI RECENTEMENTE, DE SUA EXCELENCIA REVERENDÍSSIMA D. VICENTE SCHERER, ARCEBISPO METROPOLITANO, O GRANDE GUIA ESPIRITUAL DO NOSSO POVO.

No folheto, feito pelos correligionários e que o aborreceu

Ele estava convencido, também, que o próprio estágio do desenvolvimento econômico brasileiro desaconselhava o socialismo, pois em razão da premente necessidade de acumulação de capital, mesmo que se desejasse não seria instituído um socialismo, mas um capitalismo de Estado, geralmente muito eficiente, mas que presume uma dura ruptura da ordem democrática.

"Pondo de lado quaisquer considerações sobre a orientação filosófica de certas formas de socialismo", disse ele, "mas encarando apenas o tipo de estrutura econômica que ele apresenta, com o objetivo de eliminação crescente da usura social ou da exploração do homem pelo homem, deveremos observar que, no Brasil, não existiriam condições materiais objetivas nem condições psicológicas e políticas para a instituição do socialismo, isto é, não lograria aqui alcançar os objetivos visados".

Em outros momentos ele dava a entender sua posição. "O processo social define-se por duas tendências: a individualista e a socialista; a primeira tendo como epicentro os institutos egoístas e a segunda os sentimentos de simpatia e de solidariedade". Mas logo em seguida afirma, conciliador: "em torno do ponto de equilíbrio dessas duas tendências que se agita a humanidade e há de continuar sempre preconvulsionada e angustiada enquanto não o encontrar. Os métodos do individualismo são os da luta; da luta pela dominação, pela sujeição do indivíduo a outro indivíduo, da luta pelo ganho sem limite e sem considerações; os métodos do socialismo, que aqui defino simplesmente como uma crescente extensão da solidariedade social, são os da cooperação".

E, logo depois, confirmando, sua crença na necessidade de um avanço gradual, que não ameace as conquistas políticas e não convulções a sociedade: "Se é utopia pretender erradicar a causa do mal, se não seria sensato nem conveniente, nesta fase da evolução humana, eliminar o capitalismo como propriedade privada dos meios de produção e como instrumento de lucro, deve-se, pelo menos, cortar-lhe os excessos e impedir a exploração do homem pelo homem, que conduz a uma nova forma de escravidão".

Durante a campanha de 1946, quando foi derrotado por Walter Jobim para o Governo do Estado, ele fez um pronunciamento em Caxias do Sul, definindo o trabalhismo e tentando tranquilizar os empresários e os conservadores agricultores da região. Naquele pronunciamento

ele voltou a mencionar um *capitalismo solidarista*, que é uma mistura do sistema capitalista com o solidarismo das encíclicas de Leão XIII e Pio XI, tendo como pano de fundo o socialismo democrático dos trabalhistas ingleses. "Se, no Brasil", falava ele, como se desse uma aula, "coletivizássemos os meios de produção, se passassem eles às mãos do Estado, liquidaríamos a economia. Como dizem os próprios comunistas. No Brasil não há nem condições objetivas ou materiais, nem condições subjetivas ou psicológicas, para a instituição entre nós do regime socialista. Precisamente por sermos um País ainda em fase de pré-capitalização pré-industrialização, precisamos da iniciativa privada e de muita iniciativa privada. Estejam pois tranquilos os nossos capitalistas, que terão ainda, entre nós, vida muito longa se souberem realmente compreender a verdadeira função do capital, isto é, se souberem fazer o uso devido dos meios de produção".

No livro *Bases e Sugestões para uma Política Social*, ele dedica nada menos de 29 páginas discutindo diretamente o tema "o socialismo e as encíclicas", além de outras 11 páginas utilizadas para examinar a posição da Igreja diante do juro. Nestes dois trabalhos é notável o esforço do Senador para conciliar suas concepções com as da doutrina social da Igreja. É o primeiro que ele destaca as diferenças de tratamento das Encíclicas ao comunismo e ao socialismo, mostrando ainda a variedade de socialismos.

"Pondo de lado a concepção materialista da doutrina e a técnica revolucionária, será admissível, dentro do pensamento das encíclicas, a instituição do socialismo, entendendo-se sob este conceito pura e simplesmente a socialização dos meios de produção?" Ele acha que sim. E vale-se do trabalhismo britânico. "O socialismo não postula, necessariamente, uma filosofia ou um fundamento materialista. Entendem muitos que, ao contrário, os seus princípios poderiam ser buscados no evangelho e na doutrina dos padres da Igreja, desde, naturalmente, que se lhes desse uma interpretação socialista. A Bíblia, observa Clement Attlee, está repleta de ensinamentos revolucionários e não deve causar surpresa o fato de, num país onde o pensamento é livre, muitos homens e mulheres nela terem encontrado o apoio de que careciam na sua revolta instintiva contra as condições desumanas criadas pelo capitalismo. Creio que talvez a maioria daqueles que promoveram neste País o movimento socialista eram simpatizantes da religião cristã — e não apenas simpatizantes, mas membros entusiásticos de

uma organização religiosa qualquer. Há, provavelmente, mais textos da Bíblia, citados em discursos socialistas do que nos de todos os outros partidos".

De fato, segundo Attlee, num trecho que antecede ao citado por Pasqualini, na Grã-Bretanha a história do movimento socialista foi bastante diferente do continente, em virtude da reduzida influência do marxismo. "O número dos que entraram no movimento socialista por efeito direto dos ensinamentos da Marx foi apenas uma fração do total."

"Deixando de lado ao Owen e os primeiros pioneiros", diz Attlee, ele mesmo um homem profundamente religioso, "acho que na ordem da influência causadora do movimento socialista o primeiro lugar deve ser reservado à religião. No século XIX a Inglaterra era ainda uma Nação de leitores da Bíblia. Pôr a Bíblia nas mãos de um inglês é praticar um ato muito perigoso. Nela ele encontrará o material necessário à sua conversão em pregador de uma doutrina religiosa, social ou econômica".

Resolvida a contradição religiosa, e diante da decisão de conquistar os benefícios da socialização gradualmente, restava a Pasqualini adequar-se à realidade econômica então vigente, e adaptar para isto o instrumento político que poderia conduzir as transformações, que era o partido trabalhista.

Foi assim que fez. Valendo-se de seu conhecimento de Matemática, devorou e compreendeu a importância das teorias de um outro inglês, Lord Keynes, que nas décadas de 40 e 50 modernizou toda a teoria econômica capitalista, introduzindo ou fixando conceitos antes desconhecidos ou desprezados, tais como pleno emprego, controle das taxas de juros, investimentos estatais (que incluem a crescente participação do Estado na economia).

A teoria keynesiana foi recebida com entusiasmo por Pasqualini principalmente em razão da própria visão global. Para Keynes, como se sabe, os empreendimentos privados na esfera econômica constituem uma concessão da sociedade. As pessoas estão dispostas a permitir uma certa remuneração a homens empreendedores e ambiciosos, para que eles executem o seu trabalho — o de implantar e comandar empreendimentos para o progresso da comunidade.

Diante disto, Pasqualini chegou à conclusão de que se poderia dar ao capitalismo "uma certa condição de legitimidade", introduzindo-lhe as necessárias correções e reduzindo a limites razoáveis a "taxa que a coletividade lhe paga pela prestação dos seus serviços.

Entenda-se bem — só deve haver taxa onde haja efetivamente a prestação de um serviço". A socialização progressiva de Pasqualini, que ele denomina de crescente redução da usura social, correspondia à fórmula de Keynes segundo a qual (a citação e a tradução são de Pasqualini) "poderíamos na prática lograr um aumento no volume do capital até que deixasse de ser escasso, de modo que o investidor sem função já não recebesse benefício algum; e elaborar um plano de imposição direta que deixasse à inteligência, a determinação e à habilidade executiva do financista, ao empresário et *hoc genus omnes* servir ativamente à comunidade em condições razoáveis de remuneração".

A compreensão do funcionamento do sistema capitalista, e a pretensão de transformá-lo por dentro, levou Pasqualini, como já acontecera a outros reformadores sociais, tentar estruturar uma política que não comprometesse o funcionamento do sistema. Desta forma, Pasqualini se revoltava contra políticas econômicas e sociais mal-elaboradas ou demagógicas. Ele diz que o País precisaria aplicar uma política distributiva e conter os juros. Mas isto corresponderia, necessariamente, implantar uma política contributiva e uma arrecadação de recursos suficientes que pagassem os programas sociais, permitissem o progresso econômico, contornassem a inflação e conduzissem ao enriquecimento da Nação a uma melhor distribuição da renda nacional.

E quem faria isto? Quem comandaria esta política de transformação? Sem dúvida alguma os partidos políticos, com o PTB à frente. Como esta transformação social gradual seria obtida pelos mecanismos democráticos constitucionais, ela deveria ser o resultado da persuasão, da competência administrativa, da educação das massas. A preocupação de Pasqualini com o conteúdo programático do partido é uma constante em toda a sua trajetória política.

Ele colaborou para a elaboração do programa do Partido Trabalhista, mas revelava crescente insatisfação com o métodos de disputa política brasileiros e dentro de seu próprio partido. E na década de 50 ele já insistia para que fosse feita uma profunda revisão programática, considerando que o partido Trabalhista deveria acrescentar e esclarecer itens de seu programa. Costumava dizer para os amigos que o mais difícil para o PTB não era vencer as eleições, mas saber o que fazer com as vitórias.

"Surge a necessidade", dizia ele, "de

# Nem só de inflação, crise e problemas vive o homem.



É tanta complicação nesse mundo de hoje, que a gente fica meio neurótico. E esquece de viver, esquece a família, os amigos, as diversões. Pense um pouco em você. Pegue a família num fim de semana e vá conhecer Nova Tramandaí Zona Norte. Aproveite e compre um terreno. Depois você constrói uma casa como gosta, passa todo o veraneio tranquilo e durante o ano, dá aquelas fugidinhas que só quem tem casa pode dar. Mesmo que você não vá a Nova Tramandaí Zona Norte, chame a Kury & Padilha. Não dá mais é pra ficar olhando a vida passar.

Porque quando a gente só olha, a vida passa num vupt.

Nova Tramandaí Zona Norte. A irmã gêmea de Nova Tramandaí.



**KURY & PADILHA**  
**PROMOÇÕES E VENDAS LTDA.**

Rua Mostardeiro, 266 - Fone: 22.4477 - P. Alegre  
Rua Fernandes Bastos, 728 - Fone: 140 - Tramandaí

AMPLA

## Num texto de 1948, objetivos do Trabalhismo

uma revisão do programa do partido, suprimindo disposições já corporificadas em princípios da nossa organização política e incluindo outros que melhor caracterizem a índole de nosso Trabalhismo, configurem os seus objetivos, as suas diretrizes, a sua orientação e o localizem dentro dos sistemas econômicos e sociais que se defrontam no mundo."

Se era impossível definir-se o trabalhismo brasileiro como socialista, como admite Pasqualini ("Vê-se, pois, que, embora o objetivo fundamental do trabalhismo possa ser o mesmo em todo o mundo, a maneira de atuar e realizar-se, será diferente conforme as condições peculiares e o grau de civilização e cultura de cada País. Na Inglaterra, o trabalhismo é socialista. No Brasil, não poderia sê-lo pela ausência dos pressupostos"), ele conseguiu definir alguns princípios básicos: "a) O trabalho é a fonte principal e originária de todos os bens produzidos. A função destes é a satisfação de necessidades. O valor dos bens reside, portanto, na sua utilidade e no trabalho que concorre para produzi-los; b) A coletividade humana é um sistema de cooperação. A cooperação realiza-se pelo trabalho e para que a cooperação de cada membro da coletividade se torne efetiva, é necessário que se traduza por uma atividade socialmente útil, isto é, que traga benefícios não apenas a quem exerce, mas também aos demais membros da coletividade e contribua, por esta forma, para o aumento do bem-estar geral; c) A forma de cooperação é um intercâmbio de trabalho. Quem de útil nada produz nada tem para permutar; d) O poder aquisitivo deve ser a contrapartida do trabalho socialmente útil. Esse trabalho é o único e verdadeiro lastro da moeda. A posse de poder aquisitivo que não deriva dessa forma de trabalho, representa uma apropriação injusta, do trabalho alheio e caracteriza-se como usura social; e) O objetivo fundamental do trabalhismo deve ser a eliminação crescente da usura social e alcançar uma tal organização da sociedade onde todos possam realizar um trabalho socialmente útil de acordo com as suas tendências e aptidões, devendo a remuneração graduar-se pelo valor social desse trabalho, com a garantia de um mínimo dentro dos padrões da nossa civilização, para as formas de trabalho menos qualificadas".

Alguns anos mais tarde François Mitterand, na França, daria o nome que não foi dado por Pasqualini à sua doutrina: o socialismo possível.

Em 1948, Pasqualini escreveu um trabalho sobre as "Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro". Transcrevemos os principais trechos:

O objetivo básico do Trabalhismo, em todo o mundo, é a organização da sociedade de tal forma que se assegure a crescente eliminação da usura social. É preciso que essa expressão usura social seja compreendida no seu verdadeiro sentido e que se não confunda com usura monetária (isto é, a cobrança de juros excessivos sobre empréstimo), que é apenas uma modalidade da usura social.

Existe usura social quando as relações econômicas entre os membros de uma sociedade não estão baseadas nos princípios da justiça social, tais como hoje os formulamos e admitimos. A usura social é o que comumente se costuma denominar exploração do homem pelo homem e que todos reconhecem que deve ser banida do seio da sociedade. (...)

Há usura social toda vez que uns vivem à custa do trabalho alheio ou que as relações de trabalho (ou de intercâmbio de trabalho) ferem os princípios da equidade, tais como são hoje compreendidos.

Se, por exemplo, alguém tem a seu serviço outras pessoas e lhes paga salários miseráveis, obtendo à custa do trabalho das mesmas bons resultados econômicos, pratica uma forma de usura social. Toda vez que as remunerações de determinadas formas de atividade não correspondem ao grau de sua utilidade coletiva, há usura social.

Aqueles, por exemplo, que, no sistema baseado na iniciativa privada (sistema capitalista) combinam os fatores da produção (empresários ou capitalistas), fazem jus a uma remuneração (lucro) pela iniciativa, organização, direção e risco dos empreendimentos. Se, porém, para obterem maiores benefícios, explorarem o trabalhador e o consumidor, cometem uma forma de usura social. O lucro que deriva da atividade empreendedora, deduzida aquela parcela que se pode considerar a justa remuneração do empreendedor, deve ser invertido na aplicação da empresa ou em novos empreendimentos. (...)

Quando, pois, se afirma que o objetivo fundamental do Trabalhismo, em todo o mundo, é a redução, senão a

eliminação crescente da usura social, a palavra usura é empregada no sentido indicado. Mas existem modos diversos de chegar a esse resultado. Sabemos que há os que consideram o lucro uma forma de usura social e entendem, por isso, que a sociedade deve ser organizada de forma que o lucro seja eliminado.

Sabemos também que o lucro é o objetivo do empreendimento privativo do capitalista.

O capitalista é o proprietário dos meios de produção, isto é, da terra, dos estabelecimentos industriais, das máquinas, dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas — enfim, do capital. Mas os meios de produção precisam ser acionados pelo braço e pela inteligência do homem. São os trabalhadores que os acionam e aos quais o empregador paga determinado salário. Afirma-se que a remuneração paga ao trabalhador nunca corresponde, mas é sempre inferior a sua contribuição real para a produção e que, dessa forma, o empregador como que se apropria de uma parcela desse trabalho, deixando de remunerá-la. O lucro, por exemplo, em última análise, nada mais seria do que essa parcela de trabalho que não é remunerada, o que constituiria uma modalidade de usura social.

Afirma-se, além disso, que a produção capitalista visa exclusivamente o lucro, ao passo que a produção deve ter em vista a satisfação de necessidades humanas.

A forma preconizada para eliminar todos esses inconvenientes seria a socialização dos meios de produção. Nessas condições, os meios de produção deixariam de ser propriedade individual ou privada para tornar-se propriedade social ou coletiva. Deixando de existir o empreendimento privado, mas sendo este organizado pelo Estado, deixaria também de existir lucro e, conseqüentemente, a exploração do trabalhador. Dessa forma, afirma-se, a produção se realizaria para o consumo e não para o lucro e o trabalhador receberia, pelo menos teoricamente, o valor integral do seu trabalho.

É assim que muitos apontam o Socialismo como um meio de eliminar certos elementos de usura social (ou conseguir o máximo dessa eliminação) considerando-se como tais, a intermediação ou a exploração dos meios de produção, distribuição e troca.

A soma dos ganhos de todos os in-

divíduos de um país é o que poderemos chamar, de uma maneira simplista, a renda nacional, que não deve ser confundida com renda ou receita pública. O Trabalhismo sustenta o princípio de que nenhum ganho é justo desde que não corresponda a uma atividade socialmente útil. Eis por que a renda nacional deve ser distribuída e aplicada de tal forma que se atenda a esse princípio. Nem sempre o que constitui um ganho legal é um ganho justo. No sistema da livre iniciativa, é difícil evitar essas injustiças na sua origem. Cumpre, por isso, ao Estado corrigi-las. É essa a função social precípua do Estado. Todo ganho deve estar sempre em função do valor social do trabalho de cada um. Onde há ganhos sem trabalho, há parasitismo e usura social. Essa é a razão pela qual também poder aquisitivo e trabalho deveriam ser expressões equivalentes.

Poderíamos, pois, resumir os princípios gerais do trabalhismo nos seguintes termos:

a) o trabalho é a fonte principal originária de todos os bens produzidos.

b) a coletividade humana é um sistema de cooperação.

c) a forma de cooperação é um intercâmbio de trabalho. Quem de útil nada produz nada tem para permutar.

d) o poder aquisitivo deve ser a contrapartida do trabalho socialmente útil.

e) o objetivo fundamental do Trabalhismo deve ser a eliminação crescente da usura social e alcançar uma tal organização da sociedade onde todos possam realizar um trabalho socialmente de acordo com as suas tendências e aptidões, devendo a remuneração graduar-se pelo valor social desse trabalho com a garantia de um mínimo dentro dos padrões da nossa civilização, para as formas de trabalho menos qualificadas.

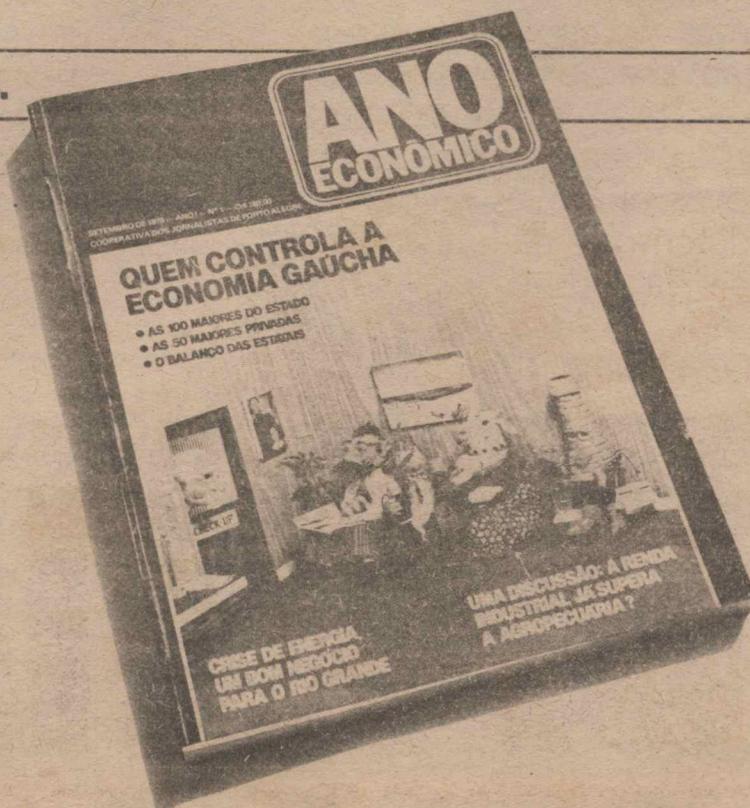
A função precípua do Estado deve ser hoje a realização da justiça social. Se a justiça social, como comumente se admite, se traduz por uma equitativa distribuição da riqueza, isto significa simplesmente que, garantido um mínimo fundamental, a participação de cada um no produto social (isto é, no acervo dos bens produzidos) deve estar em relação ao valor social do seu trabalho, isto é, ao grau de sua contribuição para a produção desses bens e para bem-estar geral. Essa parece ser a essência do Trabalhismo.

## Você não precisa mais quebrar a cabeça atrás de informações sobre as empresas e a economia do Rio Grande do Sul

UM PERFIL COMPLETO DA ECONOMIA GAÚCHA, EM 240 PÁGINAS.

Estas são algumas das questões importantes tratadas em Ano Econômico

- O Rio Grande do Sul não é mais um estado agrícola. A indústria já supera a agropecuária na geração da renda interna.
- O ciclo da soja chegou ao fim. Quais as alternativas para substituir a soja que hoje é 56% da renda do setor primário e 8% da renda estadual?



• O Rio Grande do Sul é potencialmente o estado mais rico da federação devido as suas reservas de carvão. Quais são os planos para explorá-las?

• Cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul? Sim, esta é uma boa alternativa para a lavoura. Os gaúchos consomem 6 milhões de toneladas da cana, por ano, e têm terra boa para plantar.

E MAIS: As cem maiores empresas, as análises de balanços, o desempenho de setor por setor, as perspectivas para o futuro.



Num apartamento, nos arredores de Paris, os Tupamaros fazem uma autocrítica pública. Quatro integrantes da cúpula do movimento guerrilheiro mais famoso da América Latina falaram durante cinco horas para o *Coojornal*. É a primeira vez, depois de quatro anos de exílio que eles falam à imprensa, apesar da insistência com que os procuram jornalistas americanos, europeus e latinos.

Nem todas as perguntas foram respondidas. "Muitas feridas ainda estão abertas", dizem eles. Mas o conteúdo da entrevista é suficiente para provocar surpresa e frustração. Surpresa para quem esperava o anúncio de novas ofensivas revolucionárias. Frustração para os defensores da luta armada que verão os temíveis Tupas falando de eleições e democracia como velhas raposas políticas.

Eles vivem hoje espalhados pelos subúrbios das

capitais européias — Londres, Paris, Estocolmo, Bruxelas, Genebra, Amsterdan. São dezenas, quase todos muito jovens, com idade em torno dos 30 anos e podem ser confundidos com qualquer tranqüilo cidadão europeu. São casais estáveis, cheios de filhos pequenos nascidos no exílio. Quase todos são bolsistas em alguma universidade européia.

Convivi com eles também na Bélgica e na Holanda e encontrei *tipos* — como eles dizem — que na época eram considerados perigosíssimos. Conservam uma característica do tempo da guerrilha: o nome deles é difícil saber. Tiveram tantos nomes na clandestinidade que até agora se confundem entre si.

Hoje, fazem questão de se dizer ex-Tupamaros, pois estão revisando o passado e planejando voltar ao Uruguai.

Zélia Leal

# EX-TUPAMAROS

# ex-TUPAMAROS

**C**oojornal — Por que e em que condições surgiu no Uruguai o Movimento de Libertação Nacional — Tupamaros?

**Tupamaros** — O triunfo da revolução cubana teve uma grande repercussão nos meios de esquerda latino-americanos, principalmente devido a seu caráter inicialmente antidogmático e nacional. Foi justamente o impacto desta revolução sobre o Uruguai que deu origem à guerrilha urbana. É preciso esclarecer também que nesta época — início dos anos 60 — o Uruguai entrava no seu período de grande crise econômica e social. Também nesta época, um importante número de militantes de esquerda, principalmente dos partidos Socialista e Comunista, rompeu com o que passou a se denominar "esquerda tradicional". A posição doutrinária da esquerda tradicional foi considerada como *teoricismo* e ficou estabelecido então que o mais importante era agir. Por isso uma das primeiras palavras de ordem dos Tupamaros, como reação aos elos doutrinários, foi: "As palavras nos dividem, a ação nos une".

A adesão à luta armada como única via que tornasse possível a transformação, significava sem dúvida adotar da experiência cubana um aspecto que era específico deste processo e desta formação cultural e social. A história de Cuba, durante este século, era repleta de tiranias praticamente ininterruptas enquanto que a do Uruguai era exatamente o contrário. Mas esta adesão não é sistemática. A opção pela luta armada foi, acima de tudo, uma reação contra a incapacidade dos partidos da esquerda tradicional que era favorável às transformações radicais pela via parlamentar e incapaz de romper com a hegemonia dos partidos Blanco e Colorado.

Outro aspecto que leva os Tupamaros a escolher a luta armada é a reação a um Estado que começava a deixar as formas democráticas para adotar um sistema cada vez mais autoritário. Sem a menor dúvida, o surgimento dos Tupamaros contribuiu para a intensificação deste processo. Finalmente, a opção pela luta armada tem suas raízes históricas na insurreição do caudilho Aparício Saraiva. No início da crise, Saraiva representava o símbolo da revolta. O último grande caudilho das massas camponesas se levanta com a força da história e os Tupamaros assumem sua causa, suas armas e sua principal palavra de ordem: "Habrá pátria para todos o no habrá pátria para nadie".

As características do Uruguai durante os últimos anos da década de 1960 eram diferentes do Uruguai do início do século, quando viveu Aparício Saraiva. Esta incompreensão foi a chave fundamental do fracasso posterior. Apesar disso, os Tupamaros conseguiram o que a esquerda tradicional não havia conseguido em 50 anos de existência: que o homem comum uruguaio os considerasse como um produto nacional autêntico e telúrico. Somente assim podemos explicar a irrupção de setores oriundos dos partidos tradicionais e de um grande número de jovens agrupados em torno dos Tupamaros, enquanto os partidos da antiga esquerda mantinham praticamente a mesma influência de antes da crise. O MLN, surgindo como um produto da crise, com uma visão histórica parcial, não compreendeu que a história moderna do Uruguai, apesar de suas limitações, determinava que as transformações deveriam ser realizadas com a participação ativa das grandes maiorias:

**Coojornal — Do ponto de vista da população, como eram vistos?**

**Tupamaros** — Até 1969, o MLN era um movimento interno, desconhecido da população. Havia pequenas aparições públicas até esta data. Os Tupamaros apareciam como um movimento militar que fazia seqüestros e tirava presos do cárcere. Mas de um modo geral a população não tinha noção da estratégia ou da política do Movimento. Havia certamente grupos de apoio, mas, jamais houve realmente uma mobilização popular ou manifestações de solidariedade. Em certos momentos sentíamos mesmo uma cumplicidade da população. Em todo o caso, se não havia apoio não havia também denúncias contra os Tupamaros.

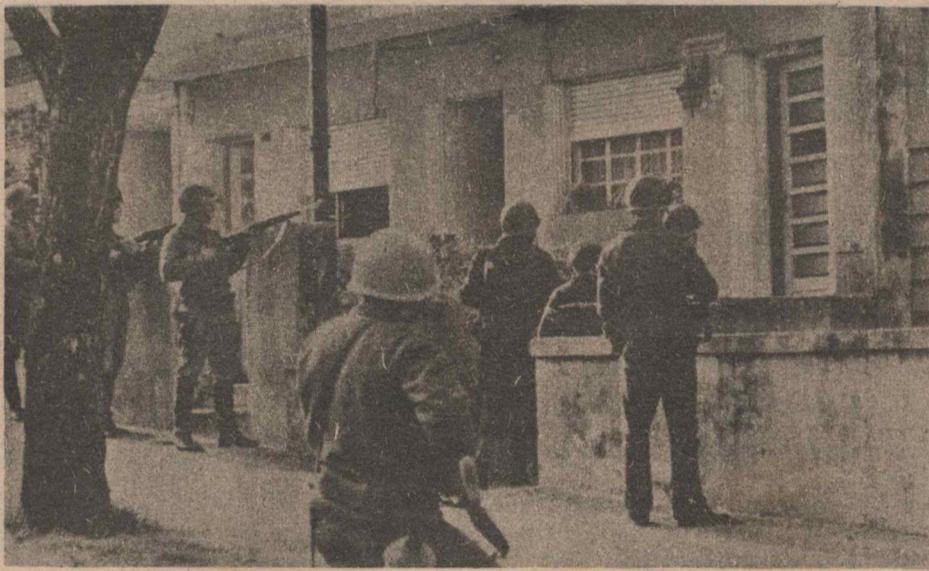
Não se pode generalizar a opinião dos



Uruguai, 1970: paredes pichadas...



... o morto Dan Mitrone e...



... a polícia revistando casas

uruguaiois na época. Havia um pouco de tudo: simpatia, indiferença e desacordo. Um caso concreto: quando os Tupamaros ocuparam uma instituição financeira na qual havia participação de grandes personagens político e empresários e denunciaram publicamente a corrupção, entregando registros de contabilidade e documentos à Justiça, houve apoio total da população. Mas as ações violentas em geral eram condenadas. Para a mentalidade popular, a morte por razões políticas era inadmissível. O caso Dan Mitrone é um exemplo típico disso. A morte de Dan Mitrone — mesmo após a revelação pública de sua verdadeira identidade de funcionário, de um aparente inofensivo organismo norte-americano mas a serviço da Cia — criou um muro de isolamento entre os Tupamaros e o povo.

**Coojornal — Os Tupamaros pretendiam realmente tomar o poder através da guerrilha? Ou a luta armada era apenas uma estratégia visando transformações políticas?**

**Tupamaros** — Podemos sintetizar esta resposta numa frase que figurava em um dos últimos documentos dos Tupamaros

(documento nº 5): "Soubemos formar um aparelho armado operacional mas não sabemos como nos servir". Não sabíamos como encontrar um consenso com a população para realizar as transformações necessárias. E era este justamente o grande problema político do momento. E foi ainda por não ter encontrado solução para este problema que os Tupamaros foram destruídos. Na estratégia dos Tupamaros havia a formação de um movimento armado, forte, que poderia mesmo tentar destruir o Exército oficial. Aliás, isto foi efetivamente tentado. Mas não havia, mesmo nos documentos, uma noção muito clara da maneira como seriam desenvolvidas as mudanças revolucionárias. Havia outro documento que dizia também, que não sabíamos se a tomada do poder seria um fenômeno de insurreição popular e espontâneo, nem momento preciso ou uma guerrilha de longa duração.

**Coojornal — Mas havia ou não um programa político do governo?**

**Tupamaros** — Sim, havia um programa político que foi publicado em 1970. Mas era muito geral, nada de específico. Tratava de certas questões econômicas,

como por exemplo a nacionalização dos bancos, do comércio interior e da reforma agrária. Do ponto de vista político, propunhamos o desenvolvimento da democracia. Um "movimento nacionalista de inflexão socialista" era a definição ideológica do MLN.

**Coojornal — Como assim, poderiam explicar melhor?**

**Tupamaros** — Mais que as definições, as características do Movimento explicam melhor esta ideologia. Dentro do Movimento havia uma definição estratégica que chamávamos "movimento nacionalista de inflexão socialista". Na verdade nosso movimento era super-heterogêneo. Agrupava várias tendências e uma grande diversidade ideológica: havia marxistas, nacionalistas, católicos, etc. Já dissemos que nossa divisa era esta: "As palavras nos dividem, a ação nos une".

**Coojornal — Como é que apesar das divergências vocês conseguiram criar um consenso revolucionário e militante favorável à guerrilha?**

**Tupamaros** — É preciso retornar às condições históricas dos anos 60. Na época havia um contexto político dentro do qual as soluções eram buscadas através do debate e da luta política. Com a crise dos anos 60, começaram a aparecer os verdadeiros sintomas da ineficiência dos partidos políticos e a corrupção do poder. Esta foi uma das principais razões, que levaram os jovens a perder a esperança de ver os problemas nacionais solucionados pelos partidos. Os jovens não acreditavam mais nas soluções pelos caminhos tradicionais da política. Restava a possibilidade da formação de uma força de luta capaz de combater a corrupção, a injustiça e resolver os problemas econômicos e sociais.

**Coojornal — Se este era o quadro dos anos 60, o que os leva a crer que, uma vez restabelecida a democracia no Uruguai, as formas clássicas políticas serão eficazes?**

**Tupamaros** — Em primeiro, lugar digamos que o golpe de estado no Uruguai não começou em junho de 1973. Aí se cumpriu apenas uma fase a mais de um processo que havia começado seis anos antes, quando ao morrer o presidente eleito, em 1966, Oscar Diogo Gestido, assumiu a presidência Jorge Pacheco Areco. Foi sob o mandato de Pacheco Areco que se desencadeou a grande crise econômica e social do país. As lutas populares, opondo-se ao crescente deterioramento do nível de vida do povo, explodem como nunca havia acontecido antes na história do país. A resposta do governo é a repressão, a limitação e o cerceamento das liberdades e da democracia. A imprensa é censurada e enclausurada. Instauram-se medidas rápidas de segurança cuja aplicação permite ao Executivo prender qualquer pessoa sem nenhuma intervenção possível da Justiça. Militarizam os funcionários públicos. Morrem os primeiros estudantes, assassinados nas ruas pela polícia. Quer dizer que, na origem dos Tupamaros e como marco constante de sua trajetória, encontramos uma crescente deterioração da democracia e das liberdades.

Nas eleições de 71, Pacheco Areco apresenta-se à reeleição e é rechaçado pela ampla maioria. Aí ele recorre à fraude eleitoral para que seu protegido Juan Maria Bordaberry seja eleito em detrimento do candidato mais cotado a nível nacional, o senador Wilson Ferreira Aldunate. Foi a primeira eleição fraudulenta do Uruguai moderno. Os padrões eleitorais não haviam sido atualizados há mais de 20 anos, por isso se pensava que o número de habilitados dificilmente poderia ultrapassar 85% dos eleitores. Mas na hora de efetuar a recontagem dos votos, chegou-se a surpreendente cifra de 105%.

Bordaberry foi o continuador da política antidemocrática e repressiva de Pacheco Areco e é quem permite a "irresistível ascensão" dos altos comandos militares até as mais altas esferas de decisão. E são justamente Bordaberry e os militares que dissolvem o Parlamento — quando este é majoritariamente contrário ao Executivo —, suspendem os direitos dos partidos políticos tradicionais e põem na ilegalidade os partidos de esquerda. Durante as administrações Pacheco-Bordaberry, a corrupção política é um ponto marcante.

Este é um dos aspectos que contribui ao

# ex-TUPAMAROS

surgimento dos Tupamaros e será retomado como bandeira pelos militares para atacar toda a sociedade política em seu conjunto. É pois a ditadura quem, desde a sua instauração, disse que a democracia, os partidos políticos, as eleições, o parlamento não são eficazes para resolver os problemas do país.

Sobre a pergunta se a democracia será eficaz para resolver os problemas do Jruguai, não somente afirmamos que sim como também nesta resposta incluímos um grande não a todo tipo de governo autoritário e ditatorial. Acreditamos que a participação livre e ativa do povo é a única via para garantir as transformações e o desenvolvimento progressista da sociedade.

**Coojornal — Pelo que se pode deduzir, vocês pensam adotar agora uma estratégia democrático-nacionalista. Continuarão na clandestinidade ou pedirão a legalidade?**

**Tupamaros —** A ditadura militar, que nasceu no maior dos isolamentos políticos e que a medida que passa o tempo é abandonada paulatinamente pelos poucos civis que começaram apoiando-a, tem um prazo de existência muito curto. Um sintoma claro de sua decomposição e desespero são os fatos acontecidos nos últimos dias no Uruguai. Estes crimes abomináveis — referem-se ao envenenamento da mulher, do dirigente político Mário Heber —, que nos fazem retroceder aos tempos dos Borgia e os assassinatos cometidos por cérebros enfermos, dão a tônica — não da fortaleza do regime pelo terror semeado entre a população, mas sim de que se encontra em seu período de estertor. Hoje no Uruguai, um bando de elementos ilegais, de criminosos marginais que estão contra a Justiça, detém o poder, enquanto quem lutou pela legalidade e justiça é perseguido. Como disse há alguns dias o senador Ferreira Aldunate — dirigente da força política mais importante do país —, em entrevista publicada no jornal Le Monde, a

existência como vida própria em nosso país está em perigo na medida em que não são restabelecidas as liberdades democráticas.

**Coojornal — Os Tupamaros, em dado momento, eram vistos como um modelo revolucionário para os jovens latino-americanos. Hoje, com posições políticas completamente modificadas, o que os Tupamaros têm a dizer a quem acredita na luta armada como forma de promover transformações sociais?**

**Tupamaros —** Em primeiro lugar, a experiência nos ensinou que não existem modelos prontos para transformar as distintas sociedades. Antes de chegar à Europa, estivemos na Argentina. Ali conhecemos uma experiência viva de uma parte dessa juventude que, como você disse, nos viu como modelo. Impotentes, assistimos aos fatos se encaminharem para o desfecho que tiveram. Era como estar assistindo a um mesmo filme pela segunda ou terceira vez. Em segundo lugar, a prática nos levou a constatar que a luta armada não é a única forma de promover transformações na sociedade. A experiência nos levou a considerar que, ao adotar aquela posição, bloqueamos as possibilidades de desenvolvimento das transformações que a sociedade uruguaia precisava e precisa. Ou ampliamos, como contrapartida, as vias para que se abra o caminho às forças mais retrógradas.

Numa sociedade como a nossa, com uma democracia política praticamente ininterrupta por quase todo este século, o confronto armado para definir diferenças de idéias políticas, é visto pelo homem comum como algo que não pertence a sua época, como algo alheio ao clima em que se estabelecem as relações políticas no Uruguai deste século. O uruguaio se comovia profundamente diante dos acontecimentos que ocorriam no mundo, quando havia violência e os homens precisavam morrer para defender suas idéias. A tortura, o assassinato político ou mesmo o exílio

eram vistos como feitos bestiais, muito distantes na história do país.

Não acreditamos, que isto seja, como alguns podem dizer, um adormecimento das consciências... É um elevado estágio da vida civilizada. É compreensível, claro, que em sociedades embrionárias — onde as aspirações das maiorias tenham sido afogadas por dezenas ou centenas de anos — os oprimidos que se levantem com os mesmos meios pelos quais foram subjugados: não têm possibilidade de escolha. Mas, é história de nossos dias, é difícil para um regime nascido por via violenta poder governar sem fazer uso da violência.

**Coojornal — Vocês citaram trecho de uma entrevista de Wilson Ferreira Aldunate para dizer que concordavam com sua opinião. Há um projeto político de ação conjunta?**

**Tupamaros —** Não. Até o momento um número importante de ex-integrantes do MLN no exílio, tem-se ocupado em discutir e trocar opinião sobre a história do Uruguai e seu futuro. É necessário levar em conta que o movimento que integramos era uma forma primordialmente juvenil — a maioria dos integrantes não passa dos 30 anos — e que fomos impulsionados, em idade muito tenra, à arena política. Assim ocorre que, com alguns anos no exílio e através da reflexão, nos encontramos redescobrimo um Uruguai que não conhecíamos. Então nos apercebemos que os impulsos juvenis — apesar de serem valiosos pelas idéias generosas e a entrega desinteressada — não bastam para levar adiante transformações que a sociedade requer. Em primeiro lugar, é necessário conhecer profundamente a sociedade, para propor transformações possíveis de serem realizadas sem que elas provoquem um corte abrupto na história.

As tradições políticas são um grande peso no Uruguai e o encontro com elas é condição indispensável para conduzir as mudanças progressistas. Engana-se quem pensa que foi só o povo uruguaio que desde

27 de junho de 1973 condenou a ditadura, pois atrás dele se erguiam gerações e gerações. Ali também estavam José Artigas, Varela, Rodó, Saraiva, Batlle, Herrera. Quer dizer, nossas tradições políticas são tradições de progresso, revolucionárias no plano das idéias. E se hoje a maioria dos uruguaio vê na figura de Wilson Ferreira Aldunate o representante de seus mais altos interesses e idéias, é porque ele é a continuação dessas tradições. É por essa razão que a ditadura, no ano de 1976, tentou assassiná-lo em Buenos Aires, quando seqüestrou e matou a Toba Gutierrez Ruiz, Zelmar Michellini e aos nossos companheiros William Whitelaw e Rosário Barredo.

Estes crimes monstruosos nos levaram à reflexão mais profunda. Porque Toba era dirigente do Partido Nacional e havia dado seus primeiros passos em política ao lado de Luiz Alberto de Herrera (\*), Zelmar Michellini ao lado de Luiz Batlle Berres (\*\*), Rosário e William tinha participado desde muito cedo da revolta dos Tupamaros e depois da derrota, foram os primeiros a tentar encontrar lições de tudo o que acontecera, para encontrar outros caminhos mais frutíferos. Estê assassinato bestial se transformou, para nós, num símbolo que guiará nossas vidas e nossa atividade futura, no que se refira à imprescindível unidade de passado, presente e futuro.

Hoje não temos, concretamente, nenhum acordo político de ação conjunta com Wilson Ferreira Aldunate. Até o momento, tem sido as nossas próprias vidas e o caminho dos nossos pensamentos que têm convergido. E nesse sentido, não é arriscado pensar que num futuro não muito distante somemos nossas forças em favor da reconstrução do novo Uruguai — um Uruguai de Liberdade, Justiça e Paz.

\*\* — Os dois últimos grandes caudilhos modernos dos partidos tradicionais, Nacional e Colorado respectivamente.

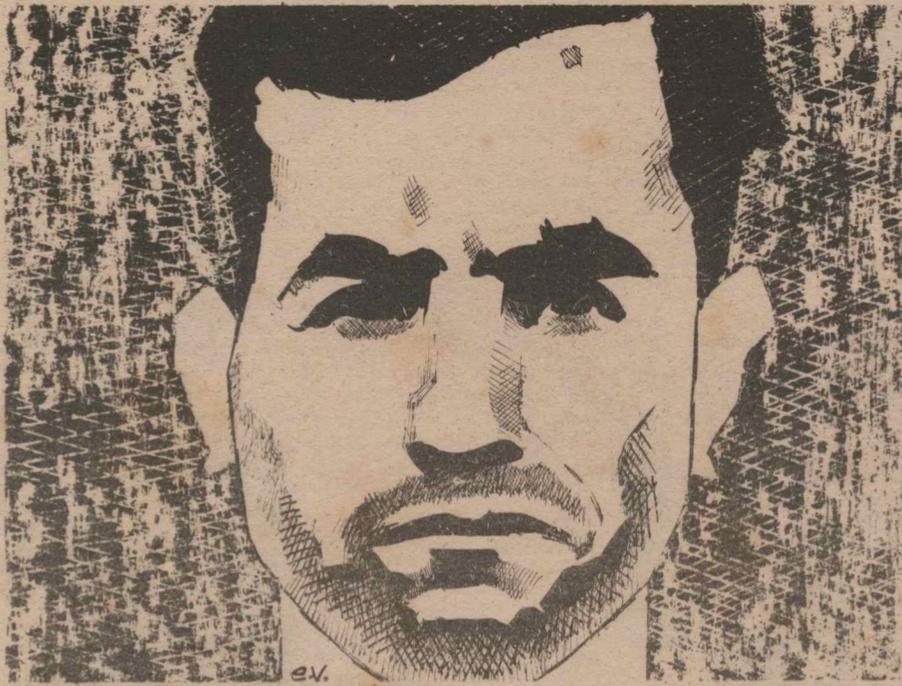
## Um movimento que começou no campo

O movimento guerrilheiro que se tornou internacionalmente conhecido com o nome de Tupamaros surgiu nos primeiros anos da década de 60, na fronteira do Uruguai com o Brasil e a Argentina, a mais de 500 quilômetros de Montevidéu. Raul Sendic, na época advogado do sindicato dos plantadores de cana-de-açúcar, foi quem organizou os primeiros quadros. Nos 10 ou 12 anos seguintes eles se transformaram num enorme e bem-organizado exército de guerrilheiros urbanos.

Os Tupamaros — homenagem ao chefe inca Tupac Amaru, que lutou no Peru contra a dominação espanhola — alcançaram os centros urbanos já sob uma sigla mais pretenciosa: Movimento de Liberación Nacional (MLN). Até 1968, mais ou menos os Tupamaros tinham a fama de guerrilheiros românticos, lutando contra distorções sociais de um país que vivia na mais estável democracia da América Latina. E o que inicialmente fora um movimento de trabalhadores rurais, chegava com nova roupagem ao único grande centro urbano do Uruguai: a capital, Montevidéu.

Promoviam assaltos a bancos e a grandes empresas, divulgando comunicados que eram recebidos com simpatia pela população. Seqüestram autoridades, cujos resgates eram negociados com ampla publicidade. A partir de 68, tiveram os primeiros confrontos com a polícia, com baixas do lado desta. E no final de julho de 1970 caiu o primeiro Tupamaro morto em combate: Flores Alvarez.

Foi nesse período de julho/agosto que os Tupamaros fizeram os dois seqüestros de maior repercussão: o do cônsul brasileiro Aloisio Dias Gomide — liberado mediante pagamento de resgate — e o do funcionário norte-americano Dan Mitrone, acusado de pertencer ao quadro da CIA e morto no cativeiro. Foi ainda em agosto que a polícia uruguaia conseguiu prender Raul Sendic e mais oito companheiros. A morte de Mitrone e outras ações sangrentas em que se envolveram os guerrilheiros, estreitou o campo



de manobras dos Militantes do MLN. A polícia havia sofrido sucessivos revezes e passado por episódios que comprometiam sua eficiência.

Por exemplo: no dia cinco de setembro de 1971, numa ação em que foram recrutados nas ruas de Montevidéu 14 veículos — dois ônibus, dois caminhões, nove automóveis e uma lambreta — os Tupamaros libertaram 106 companheiros do presidio de Punta Carretas, entre eles Raul Sendic. Num trabalho que levou três meses, os Tupamaros haviam construído um túnel de 40 metros, perfurando as paredes de 36 celas, por onde fugiram. Houve suspeitas sobre a polícia e, nos meses seguintes, o exército declarou guerra aberta aos guerrilheiros.

Quando tomaram o poder, dissolvendo o Congresso e os partidos políticos, em junho de 1973, os militares uruguaio já haviam transformado em reféns os principais dirigentes Tupamaros presos no

cárcere La Libertad, incluindo Raul Sendic. Se o MLN — àquela altura quase desarticulado — tentasse uma só ação armada de importância eles seriam sumariamente fuzilados. Além dos homens, 10 mulheres, também foram tomadas como rehenes, entre elas a gaúcha Flávia Schilling. Pouco depois, a sete de setembro de 73, Sendic e outros oito dirigentes do MLN foram transferidos para guarnições militares espalhadas por todo o país.

Desde então — segundo o Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai, com sede em Paris — os nove prisioneiros são constantemente enviados de um quartel para outro, mas suas condições de prisão permanecem as mesmas. Estão confinados em calabouços de dois metros por um metro e meio, praticamente não recebem visitas e dispõem de apenas um pequeno colchão e uma lata para fazerem as necessidades

fisiológicas. Tanto Raul Sendic — atualmente com 47 anos — como seus companheiros estão proibidos de falar. Raramente são visitados por algum médico, que não troca com eles uma palavra. Suas celas, na verdade, são calabouços isolados, construídos com blocos de cimento e teto de zinco.

A iluminação, além de reduzida, vem de uma lâmpada elétrica que fica acesa dia e noite, fazendo com que os prisioneiros percam a noção do tempo. De vez em quando, os ex-dirigentes Tupamaros são levados ao ar livre. Mas não percebem a claridade do dia, porque ficam o tempo todo encapuzados e algemados. A leitura não é permitida e eles não podem fazer trabalhos manuais nem escrever ou receber cartas. No regimento de Durazno, o prisioneiro fica vários metros abaixo da terra, num poço artesiano abandonado e convertido em cela.

Durante as raras visitas, os presos permanecem algemados e só se comunicam através de interfone, a uma distância considerável, com o familiar ou advogado. Depois de sobreviver seis anos nessas condições, os nove reféns estão com sérios problemas de saúde, como falta generalizada de vitaminas, afecções nas vias respiratórias, transtornos motores e de visão, debilidade extrema e diarreias. O preso Jorge Manera Lluveras, de 50 anos, está praticamente cego, com glaucoma. Henry Engler, 32 anos, Adolfo Wassen, 35, e o jornalista e escritor Mauricio Rosencoff, 46, apresentam graves sintomas de desequilíbrio mental.

Praticamente, não recebem cuidados médicos, a não ser drogas e calmantes, que os mantêm num estado permanente de semiconsciência. O Secretariado Internacional pela Anistia no Uruguai lembra no seu documento mais recente, que essas condições carcerárias — impostas exclusivamente a nove pessoas — violam não só a Constituição Uruguaia (artigo 26) e as normas da Convenção de Genebra (1957), mas o próprio Código de Procedimento Penal Militar do país (artigo 189).

Três especialistas nos levam a um passeio grotesco. No roteiro, matas destruídas, campos com cheiro de veneno, etc.

# NOSSA PAISAGEM ENVENENADA



As safras foram arrasadas por uma seca de seis meses. A população ainda receia comer peixe, dois meses depois de um fenômeno de contaminação das águas do litoral, ainda não bem explicado.

São apenas dois fatos recentes que indicam que o Rio Grande do Sul tem fortes motivos para ser — como se diz — o estado onde vive a melhor consciência ecológica do país e onde a defesa do ambiente é feita por um qualificado e aguerrido grupo de combatentes.

Nós reunimos três técnicos importantes ligados à defesa do meio ambiente. Lair Ferreira, agrônomo, coordenador do Departamento de Preservação e Controle de Recursos Naturais Renováveis, da Secretaria da Agricultura, do RS. Milton Guerra, presidente da Sociedade Entomológica Brasileira e vice-presidente do Centro de Toxicologia, entidade privada, dedicada à pesquisa. E José Lutzenberger, agrônomo e ecologista, o pioneiro da defesa do meio ambiente no Brasil.

A seguir, um resumo do que conversamos com eles durante quatro horas.

**FERREIRA** — Eu sou mais ligado à área de preservação, às áreas de parques e reservas. Isso me obriga, então, a pensar de maneira global em termos de situação florestal. A respeito disso, o que se ouve é que o estado, no início do seu povoamento, tinha 42% do seu território coberto por matas nativas e hoje tem apenas 1,8%. Começamos então com mais ou menos 10 milhões de hectares que cobriam 42% do território gaúcho. Em 1966, 91% dessas florestas nativas já haviam sido derrubadas. Restavam pouco mais de 900 mil hectares, que correspondiam a 3,6% da superfície do estado. Depois de 66 a 73 nós tivemos um desflorestamento da ordem de 485 mil hectares, ou seja mais ou menos a metade do que existia. Então, ficamos com 1,8%. Esse é o dado que se usa ainda hoje, mas ele é de 1973.

**COOJORNAL** — Qual seria o índice atual, aproximadamente?

**FERREIRA** — Bem, vamos considerar o seguinte: passaram-se cinco anos e a reposição que se faz por reflorestamento não é muito mais do que consome a cada ano a indústria de fumo no estado. Nos seus fornos para secar fumo, os plantadores queimam por ano algo equivalente ao produzido em 12,5 mil hectares, de acordo com dados do IBDF. Calcula-se, então, que o déficit, a diferença entre o que se repõe e o que se derruba é de 20 mil hectares por ano. De onde estão saindo estes 20 mil hectares? Estão saindo dos 1,8% computados em 73. Recentemente, ouvi falar que está para sair um trabalho do Governo que pretende dar uma avaliação real da coisa. Tenho certeza que o resultado vai deixar mesmo as pessoas mais otimistas estarecidas.

**COOJORNAL** — Quer dizer que 20 mil hectares de florestas nativas são derrubadas no Rio Grande do Sul por ano?

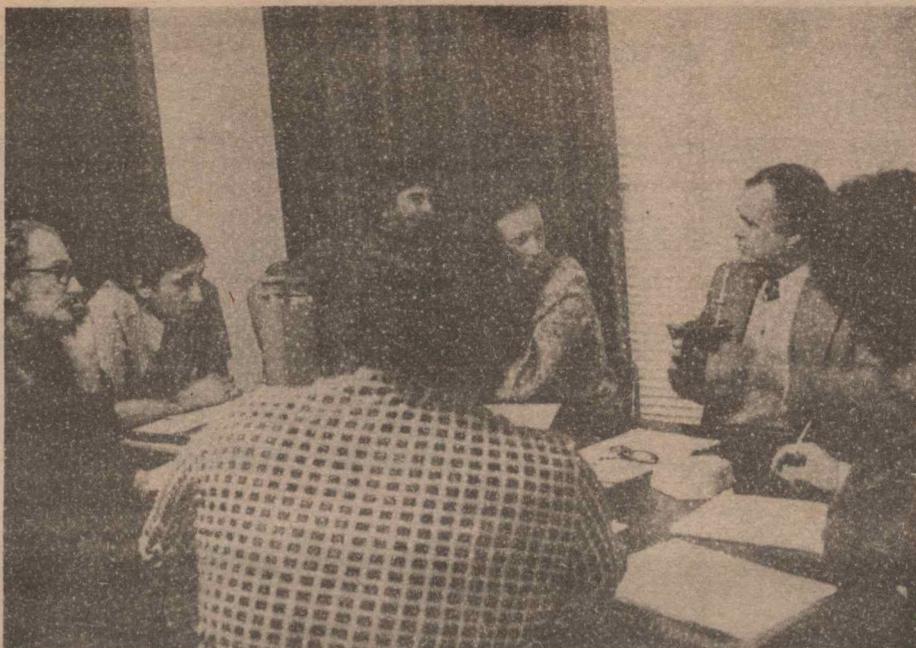
**FERREIRA** — Isto assim, numa conta grosseira. Porque é preciso considerar que a reposição florestal, o reflorestamento está sendo feito à base de projetos que se localizam no litoral, bem distante de onde é feito o grosso da devastação, que é onde se deu a expansão do monocultivo da soja. Aí, a vegetação nativa é que está pagando o grande preço. O resultado é que hoje já não se consegue lenha ou madeira para moirões em muitos locais. Tenente Portela, por exemplo, que é um município que tem 33 mil hectares de floresta, a maior reserva florestal do estado, muitos agricultores andam nas serrarias mendigando sobras de costaneiras, pontas de toras para fazer lenha. No resto, a situação não é diferente.

**COOJORNAL** — Este 1,8% de que se fala estaria reduzido a quanto?

**FERREIRA** — O que está restando a rigor no estado são algumas áreas reservadas, que no total não chegam a 40 mil hectares, mais um restinho de floresta ciliar em margem de rio ou nalgum socavão mas bem no fundo de alguma propriedade de agricultor de boa vontade. As reservas são: Tenente Portela com 17,5 mil hectares, Nonoi, que é um parque estadual com 17,5 mil hectares, mais 1,4 mil hectare da reserva do Espigão Alto, mais o Alegrete-Ibirapuitã com 350 hectares, mais a reserva do IBDF em Passo Fundo com 9 mil hectares. É isto, sendo que esta última ainda está no papel, é preciso botar dinheiro em cima para passar para o Governo. Então, se contarmos todas as áreas que restam, nós vamos ter um total que corresponde a 0,4% da área do estado. Para se ter uma idéia, a Alemanha tem quase 15% de sua área de parques, a Venezuela também tem uns 15%. Nós não chegamos a 0,5%. Depois, quando se tem seis meses de seca, todo o mundo se espanta...

**COOJORNAL** — Uma das conseqüências do desmatamento indiscriminado são os "desertos" que já pontilham várias Regiões do estado. Um grupo de técnicos do Departamento de Solos da Faculdade de Agronomia concluiu que o potencial de desertificação atinge um milhão de hectares. Que informações tens a respeito disso?

**FERREIRA** — Com o solo descoberto, se dá o que se chama erosão laminar, quer dizer há um desgaste daquela camada superior, da superfície do solo que acaba sendo levada pelas chuvas. É justamente a ca-



Uma conversa de quatro horas sobre as cotidianas agressões à natureza

damada que produz. Se você viajar pelo estado, em meses de chuva, não vai encontrar rio com água limpa. O Rio da Várzea, que começa aqui em cima e deságua lá em Iraí, é sujo de ponta a ponta. O oróprio Rio Uruguai, o maior rio do estado e que cruza uma região agrícola importante, sempre foi um rio limpo. Hoje têm uma água tão suja que você só tem uma idéia da sujeira olhando pelo lado da Argentina onde o Piquiri-Mirim entra no Uruguai. O Piquiri é um rio de água que você enxerga até 1 metro e meio ou mais abaixo da superfície. Quando ele entra no Uruguai parece água se misturando ao óleo. A água do Uruguai é grossa e barrenta, são toneladas de terra que as chuvas arrastam para o leito do rio e ele leva embora.

**COOJORNAL** — Esse mesmo grupo do Departamento de Solos constatou, num determinado dia em que fizeram uma coleta, que em cada metro cúbico de água do Uruguai havia 2,5kg de terra...

**FERREIRA** — Há uns três meses, ou nem tanto, o Ricardo Pinto Porto, técnico do Ministério da Agricultura escreveu um artigo revelando um dado semelhante: no Rio Jacuí, na barragem da usina do Passo Real, a entrada de terra diluída em água era na base de 1,8kg por metro cúbico de água.

*Aquela  
fábrica branca,  
imensa,  
fantástica...*

**COOJORNAL** — Lutzenberger, tu és o pioneiro da luta contra a devastação. Como vês a situação hoje?

**LUTZENBERGER** — Quando começamos em 71, pensamos que levaríamos 20 anos para conseguir alguma coisa. Hoje eu até fico surpreso com certas manifestações que indicam que já há uma consciência, uma preocupação que há alguns anos seria impossível de se imaginar. Os meios de comunicação não deixam passar um dia sem falar no assunto, até os políticos já estão fazendo demagogia com a ecologia. Quer dizer, a preocupação com o meio ambiente deixou de ser coisa de louco.

Acho, no entanto, que não é tanto por mérito daqueles que estão nesta luta. As pessoas estão sentindo na carne e no osso o problema. O envenenamento da praia de Hermenegildo é apenas um exemplo. E o público levou um choque. Ou seja, a corrida suicida está cada dia mais acelerada. Os fatos desastrosos, conseqüência dessa loucura, estão aí, obrigando a gente a pensar mais.

**COOJORNAL** — Já há consciência, mas alguma coisa concreta está sendo feita para inverter esta corrida?

**LUTZENBERGER** — Nada realmente significativo está acontecendo no sentido de uma inversão nesse processo suicida. Ao contrário. Esses dias, por exemplo, alguém me trouxe a revista *Manchete*, um número

recente, com aquela vista aérea de duas páginas do barco-fábrica de celulose do Ludwig entrando na Amazônia. (NR: Daniel Ludwig, milionário americano que implanta um gigantesco projeto agroindustrial na Amazônia). Uma imagem surrealista. Aquela imensa fábrica flutuante, branca, fanfasmagórica, e atrás a floresta compacta... Uma foto que merece ser emoldurada, como um exemplo assustador do que está acontecendo. E todo o comentário da revista favorável àquela coisa.

**COOJORNAL** — Às vezes, é matéria paga...

**LUTZENBERGER** — Pois é. Aqui no Rio Grande há outro exemplo. Estão fazendo, com todos os problemas e desastres dos pesticidas, duas fábricas novas de pesticidas no estado. Que eu saiba o esquema oficial nada está fazendo para o caminho alternativo. Está promovendo só este caminho que não é o único e não é o melhor. Sei que não podemos abandoná-lo de um momento para outro, mas deveríamos pelo menos estar preparando as alternativas. Uma dessas fábricas, inclusive, é da Fecotriga, uma entidade de agricultores e que não era para estar ligada a multinacionais. Deveria estar promovendo os caminhos alternativos.

**COOJORNAL** — Sabes o que eles vão produzir nestas fábricas?

**LUTZENBERGER** — Não consegui saber nada ainda. Tenho notícias que essa da Fecotriga nem alvará da Secretaria da Saúde tem. Já pedi para alguns deputados procurarem saber o que vão produzir, mas deu em nada. Sei que é algo parecido ao Treflan.

**COOJORNAL** — O que seria possível fazer, assim de imediato?

**LUTZENBERGER** — A curto prazo nós temos que voltar a reincorporar o máximo de matéria orgânica em nosso solo, se isso for possível até na grande monocultura. Nada impede e já está sendo feito por alguns que, na colheitadeira combinada exista um picador de palha e que após a colheita se reincorpore aquela palha em vez de queimar como fazem hoje. Isto já seria um passo, haveria menos erosão, maior retenção de água no solo, mais húmus, mais saúde nas plantas. Nossos solos estão totalmente mineralizados, esqueléticos.

O fundamental porém é uma inversão no enfoque. Precisamos abandonar a política oficial que só promove os cultivos que são plantados para fazer dinheiro e não para ser comida. É por isso que nós temos hoje situações absurdas como a que eu vi em Santo Ângelo, de um colono que hoje viaja 50 quilômetros com o seu fusquinha para comprar ovos na cidade. E o pior: o ovo que ele compra vem de São Paulo.

O esquema oficial promove aquilo que é interessante para as multinacionais, que são as enxurradas de adubos, de preferência solúveis, depois os venenos necessários exatamente por causa disso. Nós já podemos fazer muita coisa para ter uma agricultura menos predatória, mas há todo um esquema que não deixa.

Em São Paulo tem um laboratório, o

Mário Nogueira de Oliveira, que produz uns fermentos que permitem fazer um trabalho orgânico bastante bom. Em São Paulo, grandes plantações de café que estavam totalmente degradadas foram recuperadas em um ano com matéria orgânica e fermentos. Esse laboratório está fazendo sucesso fora do país, exportando seus fermentos. Aqui ele não consegue nem ser conhecido.

## Uma avalanche: 2 milhões de toneladas de veneno

**COOJORNAL** — Professor Guerra, queremos que o senhor nos fale dos problemas ligados a inseticidas e pesticidas.

**GUERRA** — É muito difícil avaliar a situação real nesta área. No Brasil nós não dispomos de dados sobre envenenamentos, e não só de envenenamento de ser humano, mas de animais e do ambiente também. Não existe estudo ou estatística. Então não se conhece o problema real.

E os motivos são, fundamentalmente, dois. O primeiro é o segredo que existe em relação aos casos de intoxicação. Os médicos, não sei bem por que, não informam a respeito. O segundo é a desinformação geral a respeito de toxicologia contemporânea. São raras as Universidades no mundo que tratam desse assunto. No Brasil, nós introduzimos no ano passado na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte e vem sendo dada alguma coisa na Faculdade de Medicina de São Paulo, mesmo assim não entrando muito em defensivos agrícolas.

No resto das faculdades todas ninguém toca em defensivos agrícolas. Quer dizer, existe um desconhecimento total da toxicologia de defensivos agrícolas e desses produtos novos, plásticos, detergentes, enfim todos esses produtos novos.

Talvez por estar muito mal-informada, a área médica evita entrar em contato com o problema. O nosso centro de estudos por exemplo, sente uma grande deficiência na área médica.

O pessoal geralmente não gosta de participar de reuniões, debates, justamente por essa deficiência de informação.

Isso gera então uma grande dificuldade: a de se fazer um diagnóstico diferencial, visto que muitos sintomas de males causados por defensivos agrícolas confundem-se perfeitamente com outros sintomas: parada cardíaca, por exemplo. Pode haver uma parada cardíaca por acúmulo de potássio no coração que só vai se manifestar muito tempo depois.

**COOJORNAL** — O senhor poderia explicar melhor isso?

**GUERRA** — Foi feito recentemente um trabalho muito interessante na Europa. O potássio vai provocando um desequilíbrio eletrolítico e se acumula nos músculos esqueléticos. Então vêm aquelas dores lombares, aquela paralisia dos membros inferiores. E acumula-se também no miocárdio. A pessoa pode morrer algum tempo depois de uma parada cardíaca e o médico simplesmente atesta parada cardíaca. Mas não é só isso. Distúrbios na tireóide, e outros tantos sintomas muito ligados ao pulmão — pleurísias, pneumonias, esse negócio todo — podem ser causados por defensivos e o diagnóstico se fixar em outra causa.

**COOJORNAL** — Atualmente só se considera vítima desses venenos o sujeito que morre na hora.

**GUERRA** — É, nosso conceito de toxicologia também está muito atrasado, no mínimo uns 15 anos. Nós ainda estamos falando em toxicologia no conceito de dose média letal. Se matou é tóxico, se não matou não é tóxico. Não se toca num aspecto que é muito grave que são os males crônicos provocados por doses mínimas dessas substâncias.

Os clorados, por exemplo, em doses mínimas, ínfimas, provocam alterações nas células. Eles ocasionam por exemplo, mutação nas vacinas.

Quer dizer, eu vacino meu filho com todo o carinho depois dou uma fruta contaminada com DDT ou um outro clorado

qualquer e ele modifica ou anula o efeito da vacina.

Mesmo uma dose mínima de uma substância dessas é suficiente para intervir lá na síntese das proteínas, na intimidade da célula. Num exemplo bem simples: o DNA, que nada mais é do que um livro de receitas que tem cada célula. Ali tem todas as formulazinhas para fazer todas as receitas da Revolução. Então chega um determinado organismo que quer comer determinado doce. Então pede uma receita e o DNA produz a receita.

Mas, no momento em que uma dessas substâncias como os clorados entra lá, altera toda aquela receita. Muda tudo, em vez de 20 ovos, entra uma colher de manteiga e assim por diante. A enzima que vai ser produzida será completamente diferente da natural. Então passa a provocar um distúrbio total na Bioquímica do organismo. Inclusive produz substâncias estranhas que o organismo não sabe o que fazer com elas e acaba guardando-as porque ele não foi planejado para eliminar aquela substância. Aquela estrutura então ocasiona células gigantes, que são o câncer.

Portanto, quando a gente avalia a questão, porque este ano morreram dez agricultores ou morreu um só, está vendo apenas uma pequena parte. Quantos estão sob ação destas substâncias? Quantos estão aí sofrendo paralisia ou estão com o nervo ótico estourado?

Agora, por exemplo, lançaram um produto para o trigo que está sendo muito usado. Nós fizemos um experimento com ele. Em 50 dias as cobaias não tinham mais condições de se reproduzir, não tinham mais espermatozoides em 60 e o testículo já havia diminuído 80% do tamanho. O que significa isso para o gado que pasta na resteva do trigo?

**COOJORNAL** — Qual o nome desse remédio?

**GUERRA** — Nós não costumamos citar nomes. Mas eu pergunto: qual o efeito que um veneno desses tem sobre o próprio homem. Porque não se sabe quanto tempo o resíduo vai ficar no solo, não se tem informação nenhuma a respeito.

**COOJORNAL** — O senhor vê preocupação por parte das autoridades?

**GUERRA** — Não. Aliás, uma coisa que nos inquieta é o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas aprovado pelo Governo. É um programa para em três anos triplicar a nossa produção de defensivos. Aí tem dois aspectos perigosos: um quantitativo outro qualitativo. No primeiro caso, nós vamos aumentar de 80 mil para 210 mil toneladas a produção nacional de defensivos. Isso aí em termos de princípio ativo que em uns produtos representa 1% do volume, em outros 50%. Mas vamos admitir uma média de 10% do princípio ativo em relação ao volume total e veremos que para 210 mil toneladas de substâncias que são o princípio ativo de defensivos teremos um volume final de 2 milhões de toneladas (NR: normalmente o veneno é diluído em pó ou em água).

Num estudo feito no nosso último congresso, em Maceió, chegamos à conclusão que não haveria possibilidade nenhuma de aplicar esses defensivos pelos processos tradicionais normais. Só é possível através de avião. E, para aplicar essa quantidade através de avião, seriam necessários de 800 a mil aviões funcionando. Atualmente nós temos de 150 a 180 aviões trabalhando precariamente. Então como é que nós vamos resolver esse problema quando cair essa avalanche de defensivos aí em 1980, como está previsto?

A indústria pode resolver o problema do avião, mas é a mão-de-obra para levar esses aviões? Gente completamente incapaz para aplicar. Então vai acontecer aquilo que o pessoal está fazendo: pega o avião e vai passando por cima de rios, de casas por cima de tudo. Um verdadeiro crime.

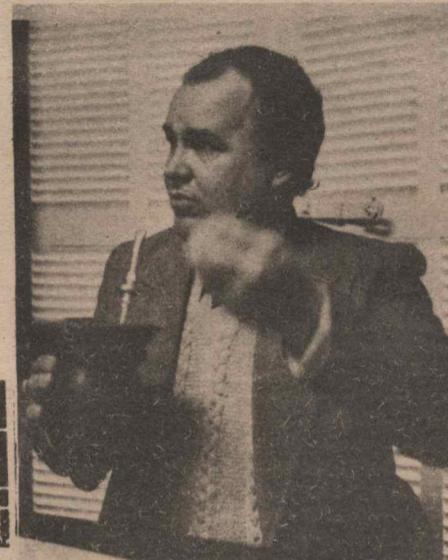
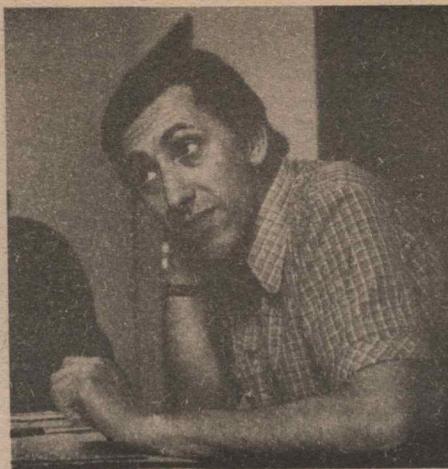
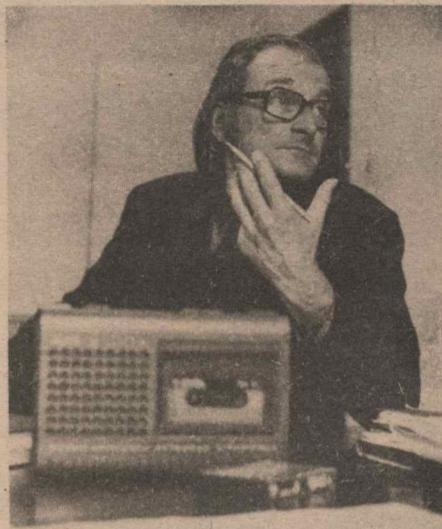
**COOJORNAL** — E o problema qualitativo?

**GUERRA** — Bem, aí é só ver a lista do que vamos fabricar: DDT, BHC... Quer dizer, todos eles altamente poluentes e perigosos. O argumento do pessoal do Ministério da Agricultura em nossos congressos é de que o produto é barato porque a patente é barata. Sabe por que a patente é barata? Porque não está sendo produzido nos outros países. Nós estamos trabalhando com o que os outros abandonaram.

**Ferreira (ao lado): "É preciso assustar"**

**Guerra (abaixo à direita): "Não há informações"**

**Lutzenberg: "Não temos mais granjas e sim fábricas de frangos"**



**"Em São Paulo, morre um japonês por semana"**

**COOJORNAL** — O Senhor tem aí uma tabela. O que é?

**GUERRA** — Essa tabela aqui nos diz o seguinte: que de 1967 a 1970 no estado de São Paulo, nas plantações de algodão onde se usa principalmente o Parathion, houve 329 pessoas doentes e 103 mortos. Mas é um dado parcial. Só nas plantações de tomateiro em São Paulo eu acho que morre um japonês por semana.

Parathion é violentíssimo. Caindo uma gota no olho da pessoa ela morre. Lembro aquele caso que houve lá em Londres há bem pouco tempo? A menina brincava no jardim, tropeçou, caiu e bateu com o braço numa pedra, uma escoriaçãozinha vagabunda. Poucas horas depois estava morta. Ninguém sabia por quê. Pesquisa dali, pesquisa daqui até que o jardineiro lembrou que tinha quebrado um vidro de Parathion naquela pedra e limpou, mas ficaram resíduos ali. É uma violência, cinco miligramas de Parathion mata uma pessoa.

Temos um outro produto querendo entrar aqui no estado que é 180 vezes mais tóxico que o arsênico. É o Carbofuram, um clorofosforado. Estão introduzindo muito na lavoura de arroz. É um crime o que fazem botando isso no arroz, onde as pessoas trabalham dentro d'água. Nós fizemos experimentos com esse produto usando frangos. Em nove meses o testículo do frango que deveria ser do tamanho de um ovo de pomba estava do tamanho de um grão de feijão. Duas novilhas que eu tinha também ficaram inutilizadas num teste que fiz.

**COOJORNAL** — Esse Carbofuram é inseticida ou herbicida?

**GUERRA** — Ele tem uma finalidade inseticida e nematocida. Está sendo muito usado em Santa Catarina. Em outros experimentos notou-se que ele atacava o nervo ótico, os bichos ficaram cegos.

Nós temos uma série de slides que é impressionante. Volta e meia quando chega aquela turma de toxicologista dos Estados Unidos eu mostro e pergunto: o que vocês acham disso aqui? Deixo os

caras falarem, eles são sempre ingênuos. Os remédios não fazem mal nenhum e coisa e tal. Aí a gente pega eles todos e começa a projetar slides e resultados de pesquisas e no fim eles se entregam: "Sabem que casualmente nós encontramos resultados semelhantes, mas isso é uma questão de formulação e tal...". Quer dizer, eles já sabiam do resultado.

**COOJORNAL** — Mas para entrar no País uma fórmula dessas não tem que passar por testes?

**GUERRA** — O registro desses produtos no Brasil tem que passar por uma completa mudança. Eles são registrados por uma comissão idônea, mas como existe muito pouca pesquisa toxicológica no País, eles têm que se basear nas informações dadas pelos próprios laboratórios que vão fazer o registro. Ora, se eu vou registrar um produto, mostro só o lado positivo.

**COOJORNAL** — Ninguém confere os dados que são fornecidos, nenhum órgão do Governo?

**GUERRA** — Você sabe quantos produtos são registrados anualmente no Ministério da Agricultura? Mais de mil e para dar opinião sobre eles existe uma comissão que se reúne uma vez por mês.

**COOJORNAL** — Mas não há no País como confirmar aqueles dados fornecidos pelos fabricantes?

**GUERRA** — Ninguém pode fazer isso. O Instituto Biológico não tem nem material para tal. É uma dificuldade tremenda de material. Eles fazem um teste rápido e pronto. Eu não quero desconfiar da honestidade dos técnicos, mas eles não têm condições para fazer as coisas.

**COOJORNAL** — Mas o Senhor, a sua equipe, tem condições de fazer uma análise melhor?

**GUERRA** — Não. Quando a gente consegue fazer uma por ano e isso é nada. Nosso centro é particular, é uma sociedade científica com poucos recursos. Estamos sempre juntando dinheiro de um e de outro para comprar as coisas, inclusive ração para as cobaias. Conseguimos um coelho de presente com um criador, uma coisa ali, outra acolá e assim fomos montando nosso laboratório. Mas para fazer uma análise para ver, por exemplo, se um produto é cancerígeno, é preciso trabalhar com dois mil ratos no mínimo. Durante dois ou três

anos. Mesmo assim nós não acreditamos muito em experiências feitas em laboratórios com ratos porque o rato é um animal que tem metabolismo muito rápido. Então ele difere muito do que poderia acontecer com a droga dentro do nosso organismo. Nós preferimos coelhos e até animais maiores como novilhas. Mas onde é que eu vou conseguir 20 novilhas para montar um experimento?

Quem mais pode fazer análises? O Adolfo Lütz em São Paulo só faz de resíduos em alimentos. Dá até pena, eles não têm dinheiro nem para os reagentes, que são essenciais para a análise de resíduos, e custam caríssimos e dependem de importação que não é permitida. Dá até pena ver que eles pegam aqueles solventes e redistilam aquilo 500 vezes para reaproveitar.

**COOJORNAL** — O senhor falou que é difícil avaliar a extensão dos males causados por defensivos. Mas há uma estatística mesmo precária, não?

**GUERRA** — O que se tem é o que a imprensa publica. E isso é apenas uma parte. Os hospitais não divulgam, os médicos não divulgam ou por orientação ou porque nem sabem. E depois, quando um cara morre intoxicado por um produto, aí se registra. Mas e um camarada que morreu com câncer na tireóide, quem pode dizer que é causado por um defensivo com o qual o cara trabalhou há três anos? Ou uma senhora que fica sem condições de ter mais filhos, quem vai dizer que foi Carbaril ou algo semelhante?

Por falar nisso, vocês sabem que a erva-mate está com um índice de resíduos de defensivos elevadíssimos? É feita uma análise. Um grande banco, de grande importância no País...

**COOJORNAL** — O Banco do Brasil?

**GUERRA** — Ah, não sei. Um grande banco que dava mate como brinde. Mandou examinar o mate e acusou um índice muito acima do permitido pela Organização Mundial da Saúde. Sabem por quê? Porque com esse negócio da soja, o pessoal vai cortando tudo e vai deixando os pés de erva-mate no meio da lavoura. Depois vem a soja, passam os aviões com defensivos, aí tira a soja e vem o trigo. Passa o avião de novo e assim por diante. Como a erva-mate é perene, vai acumulando defensivo. Esse negócio foi tão cretino que eles mudaram a tolerância para acomodar o negócio. Quer dizer, se a tolerância máxima permitida era, digamos, oito e a erva-mate estava com nove, eles passaram a tolerância para dez.

**COOJORNAL** — E o que acontece com o solo que recebe camadas e camadas todo o ano desses venenos?

**GUERRA** — Vamos ver o que fazem com o Aldrin. Ele leva dez anos para degradar 90%. Quer dizer, no primeiro ano ele degrada apenas 10%. Então se hoje aplica um quilo, no ano que vem ainda tem 900 gramas no solo. Se tu aplicas mais um quilo, estás com um quilo e 900 gramas. No outro ano, mais um quilo, fica com 2 quilos e 800 gramas. Aí este solo deixou de ter condições e vais notar a vegetação amarelada, porque o Aldrin interfere no equilíbrio de sódio e potássio da flora, ele diminui as zonas de radícula, não há mais absorção. Isso vai criando um deserto.

Os problemas mais sérios, porém, são com os herbicidas. Na década de 80, eles vão dominar o mercado. Questão de mão-de-obra, economia e tal, a indústria vai estar toda voltada para o herbicida que será um alto negócio. Ora, se nós pouco sabemos da toxicologia dos velhos — DDT, BHC, fosforados e tais — imagina o herbicida que está entrando hoje e sendo registrado.

O herbicida é um fazedor de desertos. Nós já temos a experiência com as lavouras de arroz na Região de Santa Vitória do Palmar. Aqueles campos eram de primeira qualidade, pastagens excelentes. Hoje só temos umas gramíneas de péssima qualidade. Pasto duro. Depois desta etapa aí, vem a areia, tudo estará morto.

Mas há algo muito pior. Os herbicidas, quando são feitos, são testados nos laboratórios em condições ideais, então se degradam de determinada maneira. Mas o que acontece na realidade? Quando ele, o herbicida, é lançado no solo, aquela terra já recebeu uma carga de inseticida que matou uma série de organismos; mais um fungicida que acabou com a microflora.

Então o solo não tem mais nada para desdobrar aquele herbicida. Então ele pode se transformar em outros metabólicos muito mais perigosos. Este é um problema que está sendo muito estudado ultimamente. Ainda estes dias recebi uma carta da Itália. Nos centros de estudos da Itália eles estão pesquisando isso. Os metabólicos vão dar no fim as anilinas e as anilinas são grupos que atingem a todos os órgãos: aparelho respiratório, aparelho circulatório, aparelho reprodutor, em tudo enfim.

**COOJORNAL — O Senhor mencionou o exemplo de Santa Vitória...**

**GUERRA** — Ainda ontem à noite recebi um telefonema de lá. Um advogado. Ele estava preocupadíssimo. Lá tem três ou quatro grandes produtores de arroz. Eles contrataram um advogado para acionar um processo contra uma firma vendedora de herbicida, um produto que eles usaram e diminuiu drasticamente a produção de arroz. Isso é comum, eles vendem sem se preocupar se o produto é ou não adequado para esta ou aquela finalidade. Recentemente houve um caso em São José do Norte, numa vasta área de cebola. Um prejuízo enorme. É consequência dessa corrida que está havendo de lançarem todos os dias produtos novos em quantidade e todo o mundo aplica sem orientação. Com isso há diminuição na produção e aumento nos custos, um contra-senso.

## Governo não consegue proibir Agente Laranja

**COOJORNAL — Pode-se fazer alguma relação entre a intensificação do uso dos venenos e o surgimento de novas pragas?**

**GUERRA** — Há uns exemplos que nos vêm dos Estados Unidos que nos dizem muito bem a respeito disso. Lá, 30 anos depois que entraram naquela corrida maluca dos defensivos chegaram à conclusão que haviam aumentado doze vezes os prejuízos causados pelas pragas e doenças. Então ficaram apavorados e tomaram medidas drásticas e imediatas. Hoje estão lá nessa filosofia de cultura integrada e tudo. Isso é muito bem descrito naquele livro *Eu e a Terra*. Ele mostra que quanto mais fraco o solo, mais fraca a cultura, quanto mais fraca a cultura, mais pragas e doenças.

**LUTZENBERGER** — Para confirmar o que o professor está dizendo. Em meu orquidário lá em Torres — eu convidei qualquer pessoa que quiser, ofereço 100 ou mil dólares por pulgão que acharem em cima das minhas plantas. Eu jamais usei um centímetro cúbico de veneno. Não tem praga, não tem fungo, não tem pulgão. Se alguém me trouxer um balde de pulgão, estou disposto a atirar em cima das minhas orquídeas e no dia seguinte elas estarão limpas.

**COOJORNAL — Poderíamos enumerar as pragas novas que surgiram na soja nos últimos anos?**

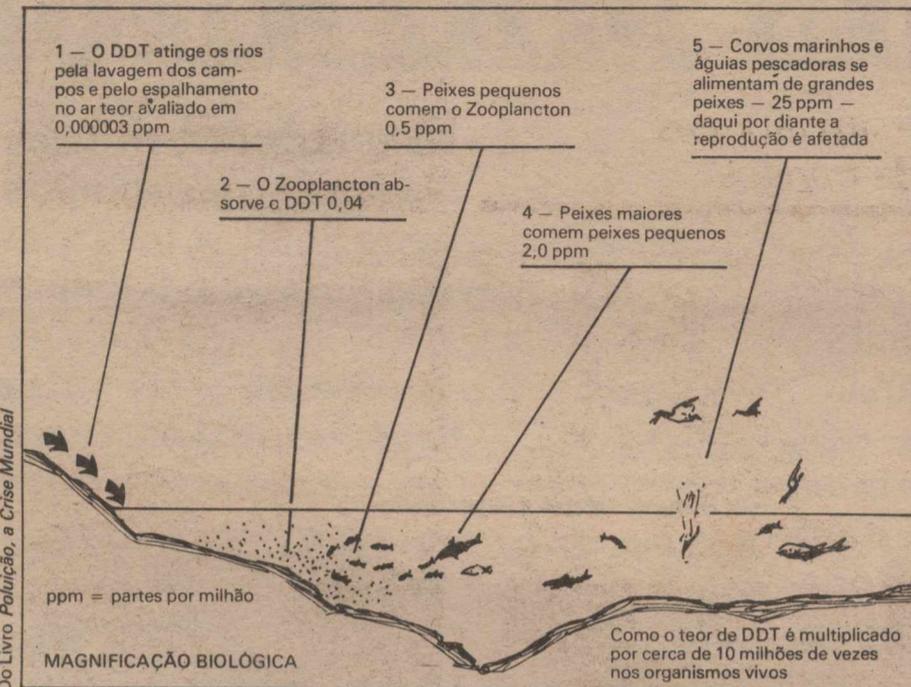
**GUERRA** — Assim à queima roupa... Bem, a soja é um exemplo clássico. Há cinco anos, a gente até dizia que era uma cultura excelente porque não tinha praga ou doença. A cada ano surgem mais pragas na soja. De outras culturas vai passando para a soja. Ela vai ocupando o lugar das outras culturas e herdando as pragas.

**COOJORNAL — A cultura é extinta, mas a praga permanece, é isso?**

**GUERRA** — Permanece. Ou se adapta, ou é atraída. É o caso da praga da alfafa, que passou para a soja. E assim há um grande número. Inclusive na soja armazenada, que até dois anos atrás não era atacada por nada, já tem duas ou três espécies de pragas que atacam o grão. Estão se acomodando lá. Dentro de pouco teremos um problema sério no armazenamento também.

**COOJORNAL — Do ponto de vista técnico, há soluções razoáveis para pelo menos amenizar essa situação toda. Mas será que é possível vencer a pressão política e**

## "As autoridades dizem que não se deve causar pânico. Mas, é de pânico que estamos precisando"



**econômica que impõe esse modelo agrícola?**

**GUERRA** — Repare um detalhe. O pessoal está preocupado com essa corrida agroquímica. Mas o problema é que eles estão achando que nós precisamos produzir, precisamos aumentar a produtividade. E o que é que nós estamos constatando a cada dia que passa? Que a produtividade dentro dessa orientação está baixando. Olha o trigo baixando a produção, olha a soja baixando a produção, olha o custo da produção aumentando. Mesmo quando há um pequeno aumento da produtividade, será que está compensando o custo a mais? O pessoal não está fazendo esta conta. Há pouco fizemos um estudo com respeito ao trigo: para pagar o custo do tratamento da terra era preciso aumentar sete sacos por hectare. Sabe quanto aumentou? Seis sacos: quer dizer todo aquele custo, aquela trabalhadora e ainda deu o prejuízo contábil de um saco por hectare, sem falar no prejuízo da degradação da terra.

**COOJORNAL — Sim, mas o que se pergunta é se é possível fugir de todo um esquema montado neste sentido, de usar veneno e mais veneno?**

**GUERRA** — Veja bem, nós estamos agora com a campanha pelo receituário agrônomo. Que a venda de defensivos só seja feita mediante a receita de um agrônomo, um técnico que examina a terra e a lavoura indica o que realmente ela precisa. Aqui no estado a Secretaria da Agricultura está muito motivada, está apoiando totalmente. Mas no âmbito federal existe uma pressão muito grande contra. É fácil de compreender.

A tendência dos agrônomos é não receitar os produtos mais violentos. Então o que é que os caras vão fazer com aquela quantidade de BHC que estão produzindo lá? Vejam o caso da *Dow Chemical*, com a fábrica de 245 T em São Paulo. O Governo fomentou a instalação da fábrica, os caras gastaram milhões para montar a fábrica, mas na hora de vender queriam proibir o 245 T no Brasil. A turma grita que é um produto perigosíssimo, que duvidam que eles vão produzir o 245 T sem toxina. Mas e aí? Deixa ou não deixa? É uma tecnologia caríssima, então vai a toxina no meio, aquele tal *Agente Laranja*. O Governo fica sem condições de atender esses apelos, ele aprovou e até estimulou os caras a instalarem a fábrica. Assim contam-se inúmeros casos. E eles vão deixar montar fábrica de DDT, BHC e sei mais o quê. Veja o caso do BHC. A indústria se recusa a produzir o Lindanio, que é o BHC sem aqueles elementos mais prejudiciais. O Lindanio seria um produto aceitável mas sai caríssimo e eles não querem produzir. E não vão produzir. O Governo não tem força para obrigar.

## Galinha come corante para pôr ovo amarelo

**COOJORNAL — Só um detalhe, Lutz. Quando eles te levam lá na Polícia Federal, eles te enquadram como subversivo?**

**LUTZENBERGER** — Não, a coisa não partiu da Polícia Federal. Foi uma denúncia feita por alguém, provavelmente pelo Secretário da Saúde, suponho eu. Mas não houve nada. Porque o que eu disse é comprovado e já tinha sido dito antes.

**COOJORNAL — O Lutzenberger frequentemente tem problemas com as autoridades e processos. E lá no Instituto também ocorre isso, professor Guerra?**

**GUERRA** — Não, felizmente, até hoje não tivemos pressão de parte dos órgãos governamentais.

**LUTZENBERGER** — Eu também não diria que tenho problemas frequentes, não. Foram muito raros e muito suaves, de modo que eu não sofri nada. Só perdi uma tarde conversando com os delegados e foi uma conversa muito amigável.

**COOJORNAL — Bem, mas no caso do Centro é mais delicado. Porque ele lida com nomes de produtos ou fatos concretos envolvendo produtos. Isso não tem dado problemas?**

**GUERRA** — Tem tido dificuldade principalmente por parte das firmas, que não gostam. Mas também nunca houve assim uma ameaça. Sempre procuram dizer que não é bem assim. Oferecem apoio, perguntam se o Centro está precisando de alguma coisa. Convidam para conhecer a Europa, ver o laboratório deles lá, essas conversas.

**COOJORNAL — O senhor diz que o seu trabalho não é sistemático. Como é que imagina que seria aceito um trabalho sistemático de fiscalização desses defensivos? E nos Estados Unidos, como é que é feito? Eles simplesmente colocam no mercado um novo inseticida?**

**GUERRA** — Não, o negócio lá é fogo, uma fiscalização violenta. E existe uma conscientização muito grande lá, uma influência política muito grande por parte dos protetores do ambiente.

**COOJORNAL — O senhor falou que tem uma legislação andando de lá pra cá. O que seria isso?**

**GUERRA** — A legislação sobre defensivos agrícolas já tem sido falada em dois congressos. Existe um projeto para disciplinar o uso de defensivos agrícolas no Brasil, no Congresso, há muito tempo.

**COOJORNAL — Há quanto tempo?**

**GUERRA** — Já faz tempo que se fala isso no Congresso, pelo menos toda a minha gestão, já vai para cinco anos.

**COOJORNAL — E o que é que é justificado pelo fato dela não ter entrado ainda em jogo?**

**GUERRA** — Problemas de implicações... Eu não sei qual é o fator limitante mesmo.

**LUTZENBERGER** — Eu gostaria de levantar outros aspectos. Nós falamos quase que só dos pesticidas como contribuindo para a contaminação toxicológica ambiental, mas existem outros campos que o público ainda não tem conhecimento. Os plásticos que nós usamos sem nenhuma preocupação e que consideramos uma coisa totalmente inócua. Eles contêm toda uma série de aditivos. A diferença entre os vários tipos de polietileno está nos aditivos. Um polietileno é mais elástico, outro menos. Um é mais duro, outro flexível etc... Por exemplo, o PCD pode aparecer que é uma substância da mesma família que o DDT. Ele é usado pela indústria com as finalidades mais diversas. É usado como aditivo na fabricação de plásticos, é usado como solvente nos próprios pesticidas. Às vezes, eu tenho um DDT 20%, mas ele está dissolvido num PCD 80%. Ele é usado como líquidos para aparelhagem hidráulica, por exemplo, guindastes, freios de carros, tudo isso vai para o ambiente depois...

**GUERRA** — Na borracha sintética, também. Uma travada larga um bocadinho de PCD na atmosfera.

**LUTZENBERGER** — Na Alemanha, está proibido plantar verduras ou qualquer planta para consumo, junto às autopistas. Porque o pó microscópico, que largam os pneus, contém cádmio. Então, verdura plantada na margem de estrada é verdura perigosa. E tem mais. Agora apareceu o PBD, onde o cloro é substituído pelo Bromo, substância usada para evitar incêndios, por exemplo. O Asbesto que estamos largando na atmosfera através dos revestimentos dos freios e debriadores de nossos carros. Asbesto nós sabemos que é cancerígeno. E assim temos, do lado industrial, uma farmacopéia ainda mais diabólica do que essa da agricultura. E as autoridades não estão preocupadas com isso.

**GUERRA** — E os aditivos que estão usando hoje na indústria de alimentos, nas comopotas. Hoje, para comer uma geléia, é preciso ter muito peito. Eu sei porque dei assistência a fábricas de comopotas. É tanto componente para dar odor, para dar cor, todos eles altamente perigosos para a saúde.

**LUTZENBERGER** — As galinhas que nós hoje comemos, as galinhas que vêm de fábrica. Eles dizem granja, mas aquilo é fábrica. Aquela ração leva, em primeiro lugar, antibióticos, leva hormônios, leva substâncias arsenicais que fazem crescer mais ligeiro; ela contém, isso para que a galinha seja mais facilmente comercializável e transportável, toda uma série de aditivos, desde os flavorizantes e aromatizantes. Estão colocando vermífugo — já não é mais nem vermífugo — dentro da ração. Não querem saber se a galinha tem ou não vermes. A galinha poedeira, para que ela possa realmente produzir aqueles 320, 330 ovos por ano, é alimentada com uma ração tão desequilibrada que aquele ovo que ela põe teria uma gema quase branca, transparente. Então ela leva um corante na ração também para que a gema seja bem amarelinha. Aquele amarelo que eles dizem que não levou corante na padaria, já levou corante no ovo, na ração. De modo que não tem mais onde se escapar. É um mundo realmente louco, absurdo. O público precisa saber o que está sendo feito, como ele está sendo transformado em cobaia para experiências cujo resultado ninguém conhece. Nós não podemos aceitar o posicionamento oficial que diz: "por Deus, não deve haver pânico, não deve haver choque". Ora, nós precisamos é exatamente de pânico, porque se não houver pânico não vai acontecer nada.

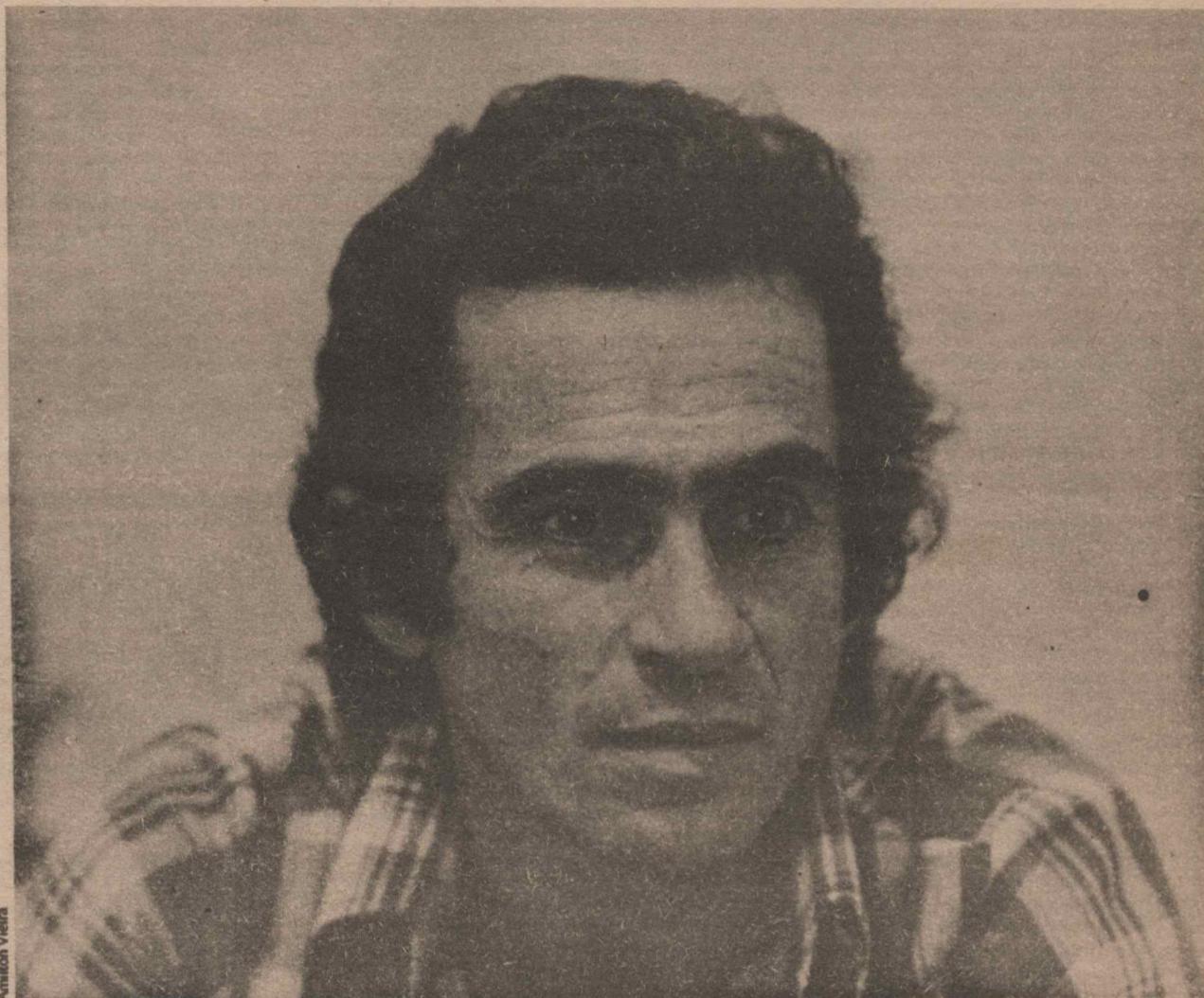
# VINTE ANOS DE MATANÇA

É a história de Roberto Mendes, o único de sua família que escapou vivo de uma guerra política, iniciada há 20 anos em Alagoas. Se os velhos inimigos o descobrirem sua vida não vale nada. Por isso, ele foge da morte em Copacabana temendo uma bala em cada esquina.

por Uirapurú Mendes e Jorge Oliveira

**S**empre que sai de casa, Roberto Mendes corre os olhos pelos corredores. Não é difícil ser assassinado em Copacabana. Em todo o caso, se tivesse continuado em Alagoas, onde nasceu, a essa altura não estaria aqui para contar sua história. Provavelmente estaria morto, como o pai, Humberto Mendes, que tombou no famoso tiroteio da Assembléia Legislativa de Maceió em 1957. Ou como o irmão Robson, emboscado dez anos depois em Palmeira dos Índios. Ou como o outro irmão, Valter, abatido em pleno centro de Maceió, em 1971...

Vixe Maria! Roberto Mendes é de uma terra onde os homens sempre costumaram dizer que são "cabras machos". Mas, quando o irmão Valter tombou — ao fim de uma guerra entre famílias e grupos políticos rivais que já durava quase 20 anos —, Roberto viu que era o último homem de sobrenome Mendes que continuava vivo em Alagoas. E resolveu continuar vivo no Rio de Janeiro. Levou as crianças de Robson, seus sobrinhos. Casou, teve dois filhos: Robertinho e Karine. Passaram sete anos já, mas ele ainda teme a morte em cada esquina de Copacabana.



Se olharmos o mapa de Alagoas com cuidado, veremos que tem o exato formato de uma pistola. A coroa ao norte, onde está a capital, Maceió. O cano apontado para o sertão pernambucano. E o gatilho fica em Palmeira dos Índios, terra de Graciliano Ramos, onde viviam os xucuru, espantados pela colonização litorânea, e os cariri, fugidos de Pernambuco. A cidade começou com uma capelinha de tijolo e taipa construída por Frei Domingos em 1773: eis o palco inicial de nossa história. O gatilho.

Palmeira dos Índios é hoje uma bela cidade de 30 mil habitantes, que escalou a lombada da serra como se fosse uma favela classe média: sem barracos, de casas coloridas, ruas calçadas e bem iluminadas. Cidade de misteriosas vibrações, onde a presença de forasteiros na feira semanal é percebida por olhares disfarçados de descaso.

Terra de valentes, e Humberto Mendes era um deles. Baixinho, decidido, tinha ali a casa comercial mais forte, a melhor residência, um posto de gasolina. E a fazenda Sabiá, com plantações de feijão e algodão, gado leiteiro e cavalos. Os filhos estudavam na melhor escola, o Educandário 7 de Setembro, na Praça da Independência. Dona Rosinha, a professora, já perto dos 80 anos, se lembra deles:

— Robson gostava de arengar com os outros. Mas nunca perdeu ano. Valter também era um bocado esperto. Roberto, o mais calmo.

Estamos em 1950. Os dois filhos mais velhos de Humberto Mendes, Robson e Valter, foram estudar no Recife. Roberto ficou em Palmeira dos Índios, acompanhando o pai na campanha de Arnon de Melo para o governo do Estado. Era gostoso: os correligionários recebiam a caravana política com galinhada, macaxeira e queijo da roça. Na hora dos discursos, Roberto caía fora, ia namorar as caboclinhas.

Arnon de Melo foi eleito pela União Democrática Nacional (UDN). Em Palmeira, Juca Sampaio, ex-menino pobre que vendia caldo na feira, elege-se prefeito; e o médico Remi Maia elege-se deputado estadual. Os dois pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio. E os dois aderem ao governador Arnon de Melo. Grupos e famílias rivais se aproximavam perigosamente na política. A UDN parece que era pequena demais para conter tantas inimizades. Humberto Mendes passou-se para o Partido Trabalhista Nacional (PTN), criado em Alagoas pelo próprio Arnon de Melo, como uma espécie de apêndice da UDN. Começava a ganhar corpo uma luta subterrânea de leva-e-traz que, em região tão explosiva, não tardaria em transformar-se em mata-e-enterra.

— Em Alagoas, toda a família tem ou um assassino ou um assassinado — é o que diz o alagoano Tenório Cavalcanti, que foi morar na Baixada Fluminense em 1926 e ficou célebre por se fazer acompanhar da sua inseparável *Lurdinha* — uma metralhadora que trazia sempre sob a capa.

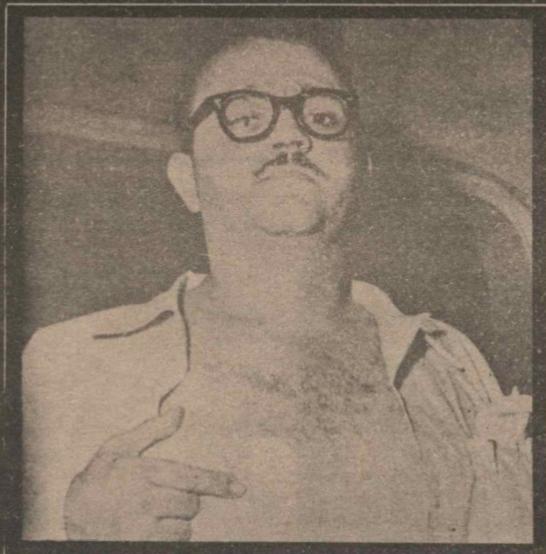
## Vai começar o tiroteio

De Palmeira dos Índios a Quebrangulo, à noite e com chuva, um táxi leva 40 minutos. Não mais que 40 quilômetros. São 9 da noite, e o motorista Nadinho, por via das dúvidas, leva um primo junto. Sempre por via das dúvidas, quem sabe, tira da cintura uma *peixeira* assim que senta ao volante. Exibe a feição de quase meio metro e torna a embainhar:

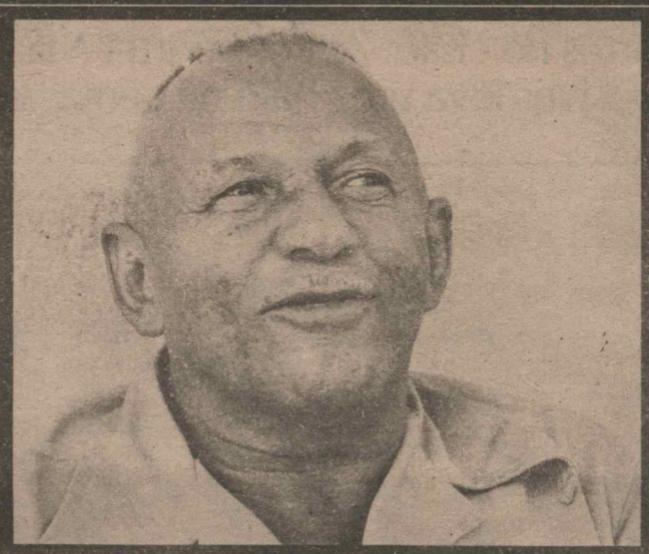
— Muito bem. Com isso aqui podemos viajar em segurança...



## ESTES MATARAM OU MANDARAM MATAR



Deputado Claudenor Lima, um dos que entrou na Assembléia com a metralhadora em baixo da capa



O pistoleiro Catucá, matou o beato Franciscano com um tiro de tocaia. Quem mandou? Nunca se soube.



O vereador Zé Fernandes, deu quatro mil cruzeiros para um pistoleiro matar Robson Mendes

Quando a chuva termina, já estamos lá, cruzando ruas fantasmagoricamente vazias, não fossem as dezenas de sapos reunidos em torno dos postes de cimento. E no dia seguinte, de manhã, no único veículo disponível em Quebrangulo, uma caminhonete de aluguel, seguimos para a Vila São Francisco, pela estradinha estreita e esburacada que margeia o Paraíba do Meio. Rio de pedras, vales verdes, fazendolas, árvores ao longo da estrada: estamos num oásis do Nordeste. De repente, 12 quilômetros adiante, numa curva revela a ponte carcomida, que bate suas tábuas soltas para nos levar à vila do beato Franciscano.

Antônio Fernandes de Amorim, o beato Franciscano, ex-cozinheiro de um convento baiano, ergue primeiro uma igreja ali, à margem do rio, atraindo os pobres da região. Cuidava de 80 crianças e outro tanto de velhinhas. A vila continua sendo sustentada porromeiros. O beato ficou com fama de santidade justamente após uma romaria até a cidade de Batalha, onde osromeiros iam fincar uma enorme cruz que carregavam. Dona Maria Paulina, a Mãezinha, foi testemunha do fenômeno:

— A cruz tava pesada que era coisa demais. E Franciscano mandava parar a romaria, subia em cima da cruz, e ela ficava mais leve.

Candidato que ganhasse a proteção do milagreiro beato tinha, no mínimo, mil votos garantidos. Humberto Mendes, o pai de Roberto, batizou então uma das crianças do beato e ganhou seu apoio, ao candidatar-se a deputado estadual em 1954. O historiador Valdemar de Souza Lima, na época tabelião e aliado do médico Remi Maia e do prefeito Juca Sampaio, diz que essa aliança foi o grande erro do beato Franciscano.

Um dia, o beato voltava da roça, à noitinha, e viu uma lâmpada piscando num poste. Foi buscar a escadinha, subiu para trocar a lâmpada e levou um tiro. Um só.

Humberto Mendes financiou as buscas para a polícia, e o matador do beato, um pernambucano conhecido como Catucá, foi preso em São Paulo. Vamos encontrar Catucá 24 anos depois, em liberdade condicional, trabalhando na portaria do Sesi em Maceió. Mas ele não solta palavra.

— Já sou sujo de repórter. Sou pequeno, não sei nada... No processo figuraram como mandantes: Juca Sampaio; Remi Maia e seu irmão, Ari Tenório; e Rubens Amorim, cunhado do historiador Valdemar de Souza Lima. O julgamento foi em Quebrangulo, terra do coronel de engenho

Frederico Maia, pai de Remi e Ari Tenório, "homem que fazia medo". As entradas da cidade foram bloqueadas por soldados armados de metralhadora. Um soldado chega correndo à delegacia, esbaforido: mais de milromeiros vêm chegando à cidade, a pé. A ordem de José Onias, secretário do Interior, que tinha ido pessoalmente chefiar a operação, foi instantânea:

— Metralhe!  
— Mas o deputado Humberto Mendes vem à frente — argumentou o soldado.  
— Bom. Se o deputado quiser entrar, que entre. Mas com osromeiros, não! — foi a concessão do secretário.

O único condenado foi o pistoleiro Catucá. Os mandantes acusados foram absolvidos por falta de provas.

### Caixões para os inimigos

Tempo quente. O agora deputado Humberto Mendes leva a família para Maceió. Roberto faz o ginásio, Valter prepara-se para entrar na faculdade de Direito. Só Robson continua em Palmeira dos Índios, cuidando dos negócios. A irmã mais velha, Alba Mendes, é apresentada ao novo governador, Muniz Falcão, e arranja um emprego no Palácio dos Martírios. Daí, passam ao namoro, pois o governador é solteiro. O casamento acontece em janeiro de 57. À sombra da aliança matrimonial, uma nova aliança se formava, com a adesão de Humberto Mendes ao partido do genro, Partido Social Progressista (PSP) fundado por Adhemar de Barros.

O prefeito de Palmeira dos Índios é agora o médico Remi Maia. E seu aliado Valdemar de Souza Lima, o historiador, diz que Humberto, novamente forte na política, passou a fazer ameaças aos gritos, nas ruas.

— Dizia que muitos homens iam desaparecer aqui na cidade. A verdade é que os Mendes pegaram o poder e se empolgaram, pensando que podiam conquistar o mundo com o dedo no gatilho.

Muniz Falcão casou com Alba Mendes em momento delicado de seu governo. Tinha perdido o apoio de nove deputados, que se bandearam para a oposição. A bancada governista na Assembléia Legislativa passou a ter apenas 13 deputados, contra 22 da Oposição. Os adeptos de Muniz

dizem que ele começou a cair quando apresentou projeto de lei criando uma taxa de educação que incidiria sobre a produção do açúcar. O próprio presidente da Assembléia Legislativa na época, o usineiro Lamenha Filho, adversário político de Muniz Falcão, reconhece que os produtores de cana não gostaram. Mas a campanha contra o governador ficou mesmo acirrada quando, em fevereiro de 57, foi assassinado a tiros o deputado udenista Marques da Silva, em Arapiraca. O mandante seria o deputado Claudenor Lima, correligionário do governador — e portanto do mesmo lado dos Mendes.

Para a oposição, o crime é a gota de sangue que faz extravasar as paixões contra o governador, poder contra o poder:

— Queremos o *impeachment* do sr. Muniz Falcão — berram na Assembléia.

Para Humberto Mendes o impedimento é um sapo que jamais engolirá:

— Só votam esse *impeachment* se passarem por cima do meu cadáver.

Desde a morte do beato Franciscano, o historiador Luiz Torres, também de Palmeira dos Índios, diz que vinha vislumbrando em Humberto sinais de transição mística, como se acreditasse ter-se transformado numa espécie de sucessor do milagreiro. E essa transformação chegava ao auge, diante da dura provação: o genro ser deposto.

— Fanático, Humberto transformou tudo em questão pessoal — lembra o deputado Edson Lins.

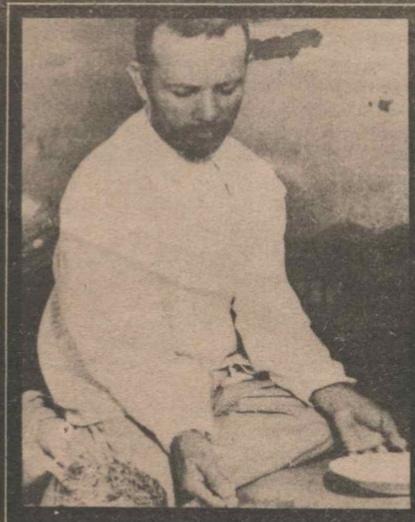
O caso já era nacional. Da Baixada Fluminense, onde mantinha uma espécie de sucursal da violência alagoana, o então deputado Tenório Cavalcanti vai voando para Maceió: diz que está ali para dissuadir Humberto de comparecer à Assembléia no dia da votação do *impeachment*. Humberto é seu "velho amigo", ex-administrador de uma fazenda sua em Palmeira dos Índios. Mentira, diz Roberto Mendes:

— Ele foi lá levar metralhadora para a oposição, tudo combinado com o senador Juraci Magalhães, que viajava como observador da UDN, na votação do *impeachment*.

Humberto Mendes foi visto passando em frente da casa funerária, gritando uma de suas bravatas:

— Prepara aí 22 caixões, que vai fazer um bom negócio! Um dos caixões seria o dele, logo mais à tarde. Era o dia 13 de setembro de 1957. Uma sexta-feira.

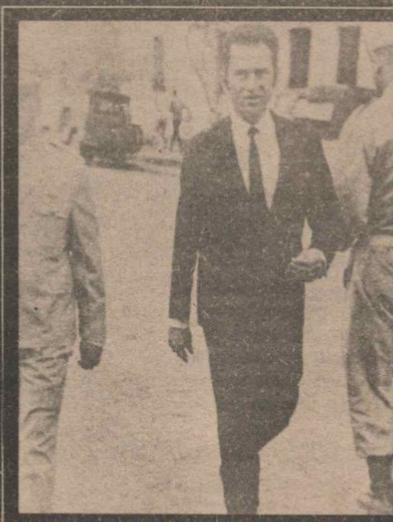
## ESTES MORRERAM



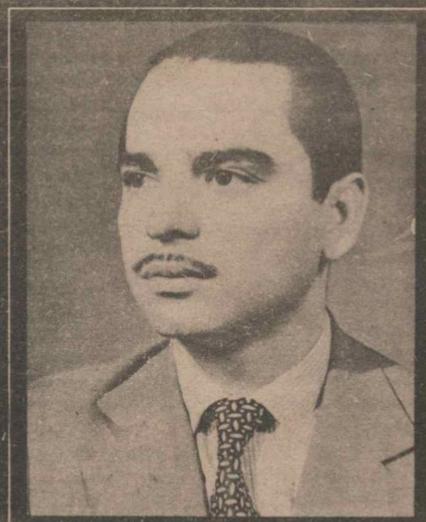
O beato Franciscano. Sua morte desencadeou toda a série de assassinatos



Humberto, chefe da família Mendes. Foi um dos que tombou no tiroteio na Assembléia



Valter Mendes, levou três tiros pelas costas em pleno centro da cidade



Robson Mendes, mandante de vários crimes, caiu crivado de balas numa estrada

# Começa o tiroteio na Assembléia! Em 12 minutos, 1.200 tiros e sete mortos no chão. Até o repórter Márcio Moreira Alves leva uma bala na perna.



As fotos publicadas pela revista O Cruzeiro: sol de rachar e os deputados de capa de chuva para encobrir as metralhadoras

## Em 12 minutos, 1.200 tiros!

A tensão chega ao clímax. A sessão está marcada para as três da tarde. Pouco antes, uma passeata pró-Muniz se concentra em frente da Assembléia, cercada por soldados da PM. O Exército chegou devagarinho e ficou na ladeira ao lado da Catedral.

O fotógrafo José Manuel Vasco, enviado especial de O Globo, chegou do Rio na véspera, junto com o repórter Bernardino de Carvalho. E já encontraram Maceió sem luz, gás, nem telefone. Foram direto ao Palácio dos Martírios e deram de cara com uma mesa enorme cheia de tudo quanto é arma e munição. A recepção não foi cordial:

— Fomos logo cercados pelo Robson Mendes, com improperios e ameaças, já que O Globo estava apoiando os udenistas — conta o fotógrafo Vasco.

Quase três da tarde, O deputado Claudeonor Lima, o acusado de mandar matar o udenista Marques da Silva no começo do ano, entra na Assembléia de capa de chuva, sem disfarçar a metralhadora. Humberto também está de capa, metralhadora e revólver 32, acompanhado do filho Valter. Robson, que vinha de Palmeira dos Índios com alguns jagunços, chegou atrasado: não pode entrar mais no prédio. Valter vai para uma saleta à direita da mesa da presidência; Humberto para o plenário, onde estão outros governistas; Claudeonor de Lima e Luiza Malta Gaia se abrigam atrás da estátua de Tavares Bastos (a estátua também vai levar um tiro).

Uma parte dos opositores, inclusive o senador baiano Juraci Magalhães, se encontra no gabinete da presidência, onde o presidente Lamenha. Filho ainda discute o que chama de "sutilezas do regimento". O opositorista Oséias Cardoso está num ponto estratégico, cuidando da porta vaivém, à esquerda da mesa diretora. Outro, Edson Lins, vigia de uma janela o movimento da rua, quando percebe que Humberto caminha para a mesa. Grita com ele:

— Calma! O que é isso?  
Transfigurado, Humberto continua caminhando maquinalmente, olhos pulando das órbitas. Ergue a mão esquerda e arranca o primeiro botão da capa, revelando a metralhadora na mão direita. Oséias entra correndo e grita:

— Cuidado que eles vão atirar!  
Ao notar os sacos de areia que tinham sido colocados para proteger a mesa diretora, Humberto ainda comenta qualquer coisa. "Ah! Então é isso que nos preparam?" (segundo Edson Lins); "Seus canalhas, vamos acabar com essa palhaçada" (segundo um fotógrafo local, Pedro Farias); "Não vai haver sessão nenhuma, é bom encerrar essa palhaçada" (segundo o fotógrafo Vasco).

O deputado Edson Lins garante que o primeiro tiro foi dado por Luiz Malta Gaia, para cima, "como se fosse sinal de alarme ou de alerta". O então jornalista Márcio Moreira Alves, da sucursal do *Correio da Manhã*, diz que viu Humberto disparar em primeiro lugar. O certo é que Humberto foi atingido por dois tiros logo no começo do tiroteio: um de raspão, na nuca; outro no coração. Rodopiou e caiu morto.

Ao ver o pai atingido, Valter Mendes saca sua arma, mas é agarrado pelo deputado Siloé Tavares e desarmado pelo sargento Auro. (Um ano depois, o sargento foi assassinado em Maceió por um pistoleiro, no restaurante Frango Assado: o tiro acertou apenas seu braço esquerdo, mas a bala era aberta em cruz e recheada com veneno. Valter Mendes foi acusado de mandante, mas nada ficou provado).

Os tiros vêm também da rua, disparos da Delegacia Fiscal, dos prédios vizinhos e até da torre da Catedral, de acordo com o fotógrafo Farias. Ao cabo de uns 12 minutos, mais de 1.200 tiros!

E sete corpos no chão: o governista Humberto Mendes, morto; e os opositores José Onias, Vergílio Barbosa, Carlos Gomes de Barros, Antonio Malta e José Afonso de Melo, feridos; Márcio Moreira Alves, o jornalista que depois entrou para a política e seria cassado em 1968, levou um tiro na perna direita.

Ninguém vê quem atira em quem. "Há um segredo muito bem guardado no episódio da Assembléia", diz o atual governador, Divaldo Suruagy. "E como se fosse um pacto de morte", acrescenta Roberto Mendes. É mais fácil

— e prudente — mencionar quem não atirou, como faz o fotógrafo Farias:

— O atual senador arenista Teotônio Vilela enganchou a metralhadora na hora de botar o pente. Parece que não tinha muito traquejo com esse negócio de arma de fogo.

Dos 22 opositores que participaram do tiroteio, oito já morreram; os udenistas Siloé Tavares, Antonio Malta, Antenor Serpa, Hermani Almeida, Antônio de Barros e Carlos Gomes de Barros, de morte natural; o pessedista Antenor Claudino da Costa, numa briga municipal de Pindoba; e João Toledo, do PTN, assassinado em Cajueiro. Dos 13 situacionistas, só morreram Humberto Mendes, no tiroteio, e Ramiro Pereira, mais tarde.

Um tiroteio em uma Assembléia Legislativa, com barricadas e tudo, metralhadoras e armas de guerra, não seria absurdo num país civilizado? Tenório Cavalcanti não mostra o menor espanto:

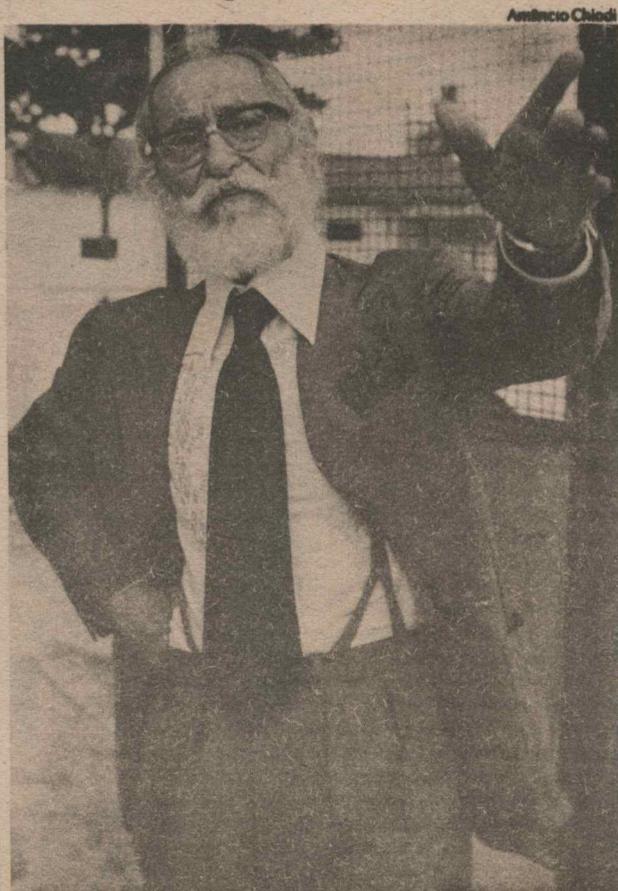
— Alagoas sempre foi terra de antropofagia. Ou não se lembram mais que foi lá que os índios comeram o bispo Sardinha?

## Armadilha para matar Robson

Com a morte de Humberto, ficava o dilema para os Mendes: vender tudo e ir embora ou entrar de vez na violência. Robson, o mais velho, não admitia optar pela retirada:

— Não pode, sou macho! Ir embora por quê?  
O representante da família na Assembléia ficou sendo seu primo, Luiz Gonzaga de Barros, de 23 anos, que veio do Recife, onde estudava Direito, para eleger-se deputado estadual em 58. Nessa mesma eleição, o prefeito-médico Remi Maia, de Palmeira dos Índios, também era eleito deputado estadual. Muniz Falcão indicou Robson para completar os dois anos de mandato de Remi, indicação aprovada pela Câmara de Vereadores.

Nos primeiros tempos, a cidade continuava sua vida, mas por trás das aparências prosseguiam as maquinacões silenciosas. Os inimigos não esqueciam que agora Robson



Tenório: Não há família sem assassino ou assassinado



estava na Prefeitura com fama sangüinária, construída meses antes, quando obrigou o desafeto Claudeonor de Araújo a cavar a própria sepultura, antes de matá-lo em Águas Belas, no Estado de Pernambuco.

E depois, que negócio era aquele de botar farda em jagunços recrutados no norte da Bahia, Pernambuco e Piauí, para formar sua guarda municipal? Os guardas tinham nomes esquisitos: Leão do Norte, Criança, Costeleta, Índio, Coca-Cola, Cobra Verde, Mata-Sete...

Até Roberto reconhece que, "para sobreviver", Robson deve mesmo ter matado muita gente. Mas nenhum crime lhe será tão prejudicial quanto o assassinato do sargento do Exército, Fernando Ferreira da Costa, comandante do destacamento do 20º Batalhão de Caçadores em Palmeira dos Índios, em dezembro de 59.

O sargento protegia, por pura paixão, uma prostituta ameaçada de prisão pela polícia de Robson. Um dia, ao fazer compras, a mulher foi vista por Robson, que mandou prendê-la. O sargento discutiu com os guardas-jagunços e foi morto com três tiros pelo inspetor de quarteirão João Vital.

A coisa agora era com o Exército. E, ainda por cima, Robson perdeu a Prefeitura, nas eleições de outubro de 60.

A situação só não explodiu porque Robson, com prisão preventiva decretada pelo Conselho Permanente da Justiça Militar, acusado de mandante da morte do sargento, fugiu para Recife. E só voltou quinze dias antes das eleições de 62 (nesses quinze dias, de acordo com a legislação eleitoral da época, não podia ser preso). Fez uma campanha relâmpago, elegeu-se deputado estadual. Muniz Falcão, que em 60 tinha passado o governo ao major Luiz Cavalcanti, foi eleito deputado federal. A família estava novamente, de certa forma, no poder.

Mas a coleção de inimigos se multiplicava. No domingo de carnaval de 65, Robson saía de carro de seu sítio, quando um pistoleiro acertou-lhe dois tiros, na clavícula e na mão esquerda. E em 66, teve seu mandato cassado, pelo processo que o apontava como autor intelectual da morte do sargento.

O delegado de Palmeira dos Índios nessa época era Aurino, durão, "macho mesmo", segundo Roberto Mendes. E tinha sido nomeado com o objetivo de perseguir Robson. Então a hora era aquela. Aurino desarmou Robson — "não é mais deputado, não pode andar armado". Não passou muito tempo, Aurino apareceu morto a tiros em frente a sua casa, e Robson era apontado como mandante.

Robson estava cassado, mas a família continuava com um deputado na Assembléia: Roberto, o sobrevivente dessa história, foi eleito em 66, mesmo ano em que Muniz Falcão morria de câncer no Recife. De câncer ou de desgosto, porque em 65 tinha sido eleito governador novamente, mas não obteve maioria absoluta, nem seu nome foi homologado pela Assembléia Legislativa.

Enquanto isso, Robson, acusado, cassado, com pouco dinheiro, processado e cheio de inimigos, nem saía mais de noite. Ficava no sítio, onde tinha oito cachorros e um vigia acordado a noite toda, para chamar os pistoleiros Zé Gago e Zé Crispim em caso de necessidade. Ambos já tinham assassinado nove pessoas por encomenda de Robson, segundo contaram depois à polícia. Agora, Robson lhes promete três mil cruzeiros pela morte do vereador Zé Fernandes, um velho desafeto. Mas Zé Fernandes sabia disso e ofereceu, através de um certo Enéias Boiadeiro, quatro mil cruzeiros a Crispim; e Adeildo Nepomuceno ofereceu mais três mil, para que matassem Robson. Esse Adeildo, político da vizinha cidade de Santana do Ipanema, tinha uma fama: só se sabia que ele era inimigo de alguém, quando esse alguém aparecia morto...

No dia oito de março de 1967, Crispim e outro pistoleiro de Robson liquidaram com o vigia do sítio, Chico, que segundo Robson "estava falando demais". Crispim andava incomodado com aquele negócio do patrão eliminar seus próprios capangas. A noite, Robson, Crispim e Gago levaram o cadáver do vigia a Pernambuco, perto de Águas Belas, para queimá-lo.

Na volta, perto de Mata-Burro, pararam a caminhonete para colocar água no radiador. Crispim desferiu vários tiros em Robson, e Gago pelo menos um. Foi o que confessaram, presos na Bahia. Mas os sobreviventes da família Mendes

**SACKS e staroup**  
Apresentam  
**MILTON NASCIMENTO**

Local: Gigantinho Ingressos:  
Dia: 6 e 7/12 no SACKS  
Hora: 21hs. Protásio 180  
Azenha 843  
Malcon  
Moinhos

FOTO: SILVIO ALENCASTRO

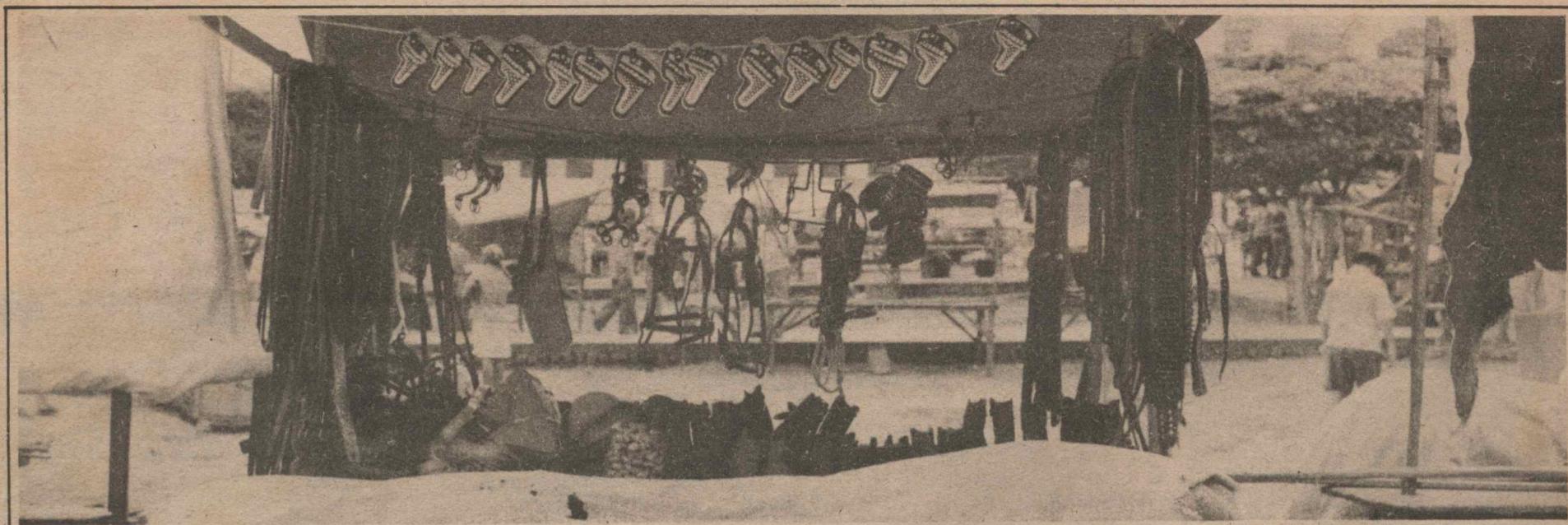


GAUCHA/ZERO HORA-FM



Compre uma calça, ganhe uma camiseta.

A violência continua. No começo deste ano o homem que mandou matar Robson Mendes foi assassinado com 2 tiros e 8 facadas. Era prefeito de uma pequena cidade.



Feira em Palmeiras dos Índios: coldres e cartucheiras

não acreditam. Roberto tem certeza de que havia pelo menos 15 homens esperando.

— Quem matou Robson foi um grupo de Palmeira, e mais gente de fora. Fundaram uma verdadeira cooperativa para matá-lo. Zé Fernandes e Boiadeiro eram só testas-de-ferro

Difícil saber exatamente o que houve. Os dois assassinos fugiram da prisão, e Crispim caiu morto pela polícia durante a perseguição. Gago entregou-se, tornou a fugir e foi encontrado morto perto de Marechal Deodoro. Casos típicos de *queima de arquivos*: eliminar quem sabe demais. Zé Fernandes e Boiadeiro foram absolvidos por falta de provas.

O alvo agora era Valter Mendes, o filho do meio do velho Humberto.

No dia 6 de dezembro de 1967, Valter estava distraidamente de costa na calçada de sua casa, conversando com a mãe, dona Eurídice, e com dona Yanei, viúva de Robson.

Os pistoleiros Caduta e Doroteu se aproximaram pela mesma calçada, sacaram as armas e lhe acertaram quatro tiros, dois na mãe e um na cunhada. Ferido, Valter ainda conseguiu sacar a arma e colocá-los em fuga. E não morreu. A polícia, em suas investigações, chegou a Rogério Fernandes, irmão de Zé Fernandes, que confessou ser o mandante, alegando que tanto ele como o irmão temiam ser assassinados a mando de Valter. Rogério foi impronunciado.

Quase dois anos depois, o pai, o irmão e o cunhado do pistoleiro Doroteu foram seqüestrados por três policiais de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e apareceram mortos e queimados num terreno baldio. Doroteu ficou sabendo que o mandante tinha sido Valter.

O pistoleiro esperou dois anos, foi a Maceió e matou Valter com três tiros pelas costas, quando ele conversava com o juiz de Direito José Aguilardo de Souza e com o promotor Virgílio da Rocha Marques, em pleno centro comercial.

Dos irmãos da família Mendes, sobrou apenas Roberto. Em 1969, seu mandato de deputado também havia sido cassado: Pegou o diploma de economista, em dezembro de 70, e entrou no começo de 71 no Rio de Janeiro, onde já moravam sua mãe, dona Eurídice, e as irmãs Alba e Elizabeth. Chegou com uma mão na frente e outra atrás, precisando de auxílio de Alba para abrir uma loja de loteria esportiva em Copacabana. Depois foi sócio de um tio numa fábrica de sabão, quitandeiro, gerente de construtora e vendedor de imóveis, até abrir uma fábrica de plásticos, em dezembro de 77.

Todos os sacrifícios valiam para interromper a cadeia de vinganças. Assim que teve condições, também trouxe para o Rio os filhos de Robson — Robson Jr., hoje com 28 anos; Frederico, de 24; e Humberto, de 21. Mas, com todas essas medidas de segurança, Roberto ainda não se sente salvo:

— Sei que corro perigo, e sabemos que eles se preocupam muito com os meninos de Robson.

## Os anos 50 trouxeram muitas idéias férteis para os brasileiros do Sul. O Cooperativismo foi uma delas.

*A década de 50, no Sul do País, foi marcada pela transformação de uma economia alicerçada na pecuária, para um maior desenvolvimento da indústria e das propriedades rurais.*

*Entre as conseqüências dessa mudança surgiu a consciência da necessidade de maior união entre os produtores, a fim de fazerem frente a problemas que surgiam, tais como*



*armazenamento e comercialização de produtos.*

*Do idealismo de 25 pessoas nasceu a Cotrijuí, uma Cooperativa que hoje conta com mais de 18.000 associados. Todos reunidos em torno de uma fundamental idéia: o poder da força de cada um no trabalho de todos, como elemento de progresso e desenvolvimento.*



COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



# SEQUESTRO

## Um crime grosseiro fere o país

Por Hamilton Almeida Filho, Najjar Tubino e Elmar Bones

Dois jornalistas, cara a cara com o policial Didi Pedalada dizem: "Este é um dos homens que estavam no apartamento e nos apontou uma pistola 45. Não há dúvidas". Quatro advogados trazem de Montevideu a declaração do menino Camilo, reconhecendo o delegado Pedro Seelig, o Fleury dos Pampas. A OAB apresenta um relatório com os resultados de suas investigações e diz: "Houve seqüestro, Pedro Seelig é um dos homens e

houve quebra de soberania nacional, pois policiais uruguaio entraram no Brasil para acompanhar a operação". A polícia já ouviu sete policiais e tem todos os elementos para elucidar o seqüestro. Não tente, porém, prever o desfecho. Este não é um simples caso policial. É uma novela em que todos os personagens são reais e lógicos, mas a trama é absurda. É uma luta do futuro contra o passado. No último capítulo tudo pode acontecer!

# O Brasil do seqüestro: que País é este?

*"A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade". (Artigo 153 da Constituição Brasileira)*

A descrição que orientou o retrato falado que publicamos nesta página foi feita há 40 dias para a Polícia Federal, pelo jornalista Luís Cláudio Cunha. O terceiro homem é assim: magro, altura mediana, cabelos entre ruivo e castanho, bigodes compridos caindo no canto da boca, idade aproximada de 30 anos.

Nadal indica que essa pista tenha sido seguida, mas esse é apenas mais um lance inexplicável nessa trama absurda, com personagens reais, iniciada há 60 dias e ainda sem final previsível.

Tudo começa com o constrangimento ilegal e abuso de poder contra dois jornalistas que surpreendem mais de cinco policiais em meio a uma operação, num apartamento de um casal de estrangeiros num bairro de Porto Alegre. Liberados depois de 20 minutos, os repórteres deixam o local temerosos e não comunicam o fato a ninguém nos próximos dois dias. O que presenciaram bem que poderia ter sido uma ação policial perfeitamente normal, não tivessem os quatro moradores e os policiais desaparecidos de cena.

Nessa mesma sexta-feira, pouco depois, o advogado do casal de moradores, alertado por um telefonema interurbano, procura os seus clientes no mesmo local por duas vezes, às 18 e 21 horas — e ainda mais uma vez na manhã do sábado seguinte. Não encontra ninguém e lá fica um bilhete seu, colocado na primeira visita. O fim de semana corre calmo e tranqüilo, sem novidades.

Um dos jornalistas, na segunda-feira à tarde, procura a Polícia Federal, agora bastante intrigado: ele sabia que o casal era perseguido político pelo Uruguai e temia ser seqüestrado pelas forças de repressão do País vizinho. Os federais não sabiam de nada (aliás, como nenhum outro órgão de segurança do Estado, todos procurados pelo jornalista da Veja) e o delegado se mostra cético diante do que considera  *muito estranho*. Nenhuma autoridade se digna, nesse dia, a visitar o local do crime. Apenas o repórter Erni Quaresma, de *O Globo*, sente a notícia — e corre ao apartamento do bairro do Menino Deus. E o encontra, no fim da tarde, todo revirado: os espelhos arrancados, interruptores de luz e tomadas retirados, latas de cervejas, pontas de cigarros, até dois Modess usados.

O locatário e seu filho, no apartamento, dão ao jornalista uma informação capital: às 11 horas daquela manhã, um garotão, baixo, magro, lhe entregara um bilhete. Nele, sua inquilina, que havia pago dois meses adiantados de aluguel, dizia que por motivo de viagem às pressas, não podendo devolver as chaves pessoalmente, mandava entregar agora e se desculpava — sem se importar nem mesmo com a devolução do dinheiro da caução, Cr\$ 5.000,00. O proprietário não teve dúvidas e já se preparava para limpar tudo, recolocando o apartamento para alugar em prazo recorde.

Somente na terça à noite, depois de finalmente tomar a termo na tarde desse dia as declarações do jornalista da *Veja*, os federais se deslocam até o apartamento. Não havia mais nada o que procurar: tudo limpo, arrumado e nenhuma pista ou impressão digital por lá.

Mas seria no dia seguinte que começariam a ficar evidentes os sintomas de total inversão do caso. Enquanto o advogado entrava com um requerimento junto à polícia para que ela localizasse seus clientes, a Polícia Federal, ao invés de procurar "os desaparecidos", começava a investigar a vida pregressa do casal de estrangeiros.

O que não seria preciso. A mãe da própria "desaparecida", vinda de Montevidéu, à procura da filha, esclareceu dois fatos importantes: 1) Que a filha, ex-líder estudantil no Uruguai, era exilada política, tendo vivido na Itália e adotado cidadania italiana — sendo que agora pretendia morar com os dois filhos no Brasil, mas perto da família; 2) que no dia 4 de novembro, uma antiga amiga de sua filha, que mantinha correspondência com ela no Brasil, havia sido presa pelas forças da repressão uruguaias.

Oito dias depois da operação surpreendida pelos dois jornalistas no apartamento da Rua Botafogo e ainda sem qualquer explicação das autoridades brasileiras, o "desaparecimento" se transformaria, finalmente, no "Seqüestro do casal uruguaio e duas crianças, em Porto Alegre". As Forças Conjuntas do Uruguai, sem cerimônia, dariam a público o comunicado: "Um casal de uruguaios, Lilian Elvira Rosas Casariego Celiberti e Universindo Rodriguez Diaz, e duas crianças, Camilo Casariego Celiberti e Francesca Casariego Celiberti, foram detidos ao atravessarem a fronteira do Brasil com material sedicioso e por integrarem uma vasta organização internacional marxista".

Estava montado finalmente o teatro do absurdo onde se desenvolveram todos acontecimentos: como poderiam estar no Uruguai, quatro pessoas que 8 dias antes estavam em sua casa, em Porto Alegre, detidas por policiais brasileiros? Só então, a Polícia Federal, dois dias depois do comunicado uruguaio, abria finalmente um inquérito para investigar, de forma lenta e confusa nos próximos 60 dias, o que havia acontecido.

O quadro desse crime de seqüestro, remontado de forma linear, nos coloca diante de duas realidades que o Brasil vive hoje. O comportamento dos principais personagens envolvidos, deixa isso bem claro. O casal de uruguaios com os dois filhos de Lilian Celiberti, acreditava que o País já havia retomado o caminho do Estado de Direito, onde as franquias democráticas lhes garantiria uma vida tranqüila.

Ambos poderiam até manter atividades políticas relacionadas ao seu País, de forma pacífica, através da imprensa e das idéias.

Já os policiais agora reconhecidos (Orandir Portassi Lucas e Pedro Carlos Seelig) como participantes do seqüestro, se portavam como se estivessem há alguns anos atrás. Numa época de exceção quando agiam em plena impunidade em meio a ações arbitrarias e ilegais que raramente chegavam ao conhecimento público. Os jornalistas da *Veja* — como seus colegas —, surgem na história confusos. A ponto de verem policiais sem mandato, portando armas pesadas e constrangendo o seu trabalho, mas não denunciavam prontamente o crime por se sentirem — culpados — um deles já conhecia o casal seqüestrado. E, por fim, as autoridades, que não só tentaram encobrir imediatamente os fatos, como passaram a tentar distorcê-los. Com uma ótica velha, todo o aparato de segurança pública o episódio em questão, não como um seqüestro que chegava a ferir a soberania nacional; e sim como uma "operação normal contra movimento subversivo internacional com ramificações em três cidades brasileiras: Rio, São Paulo e Porto Alegre".

Essas constatações nos dão a verdadeira dimensão do episódio. O seu desfecho nos mostrará qual das duas realidades que vivemos é a verdadeira. Se as dos jornalistas, que reagiram e passaram a investigar a verdade dos fatos, junto com os advogados e a opinião pública a seu favor. Ou a das autoridades?

Eis a questão: Didi Pedalada, por exemplo, dois meses depois do seqüestro, ainda impune, apesar de acareado com os jornalistas que o reconheceram como seqüestrador, na praia de Capão da Canoa, declarava jogando bola com alguns companheiros.

— Essa eu tirei de letra!

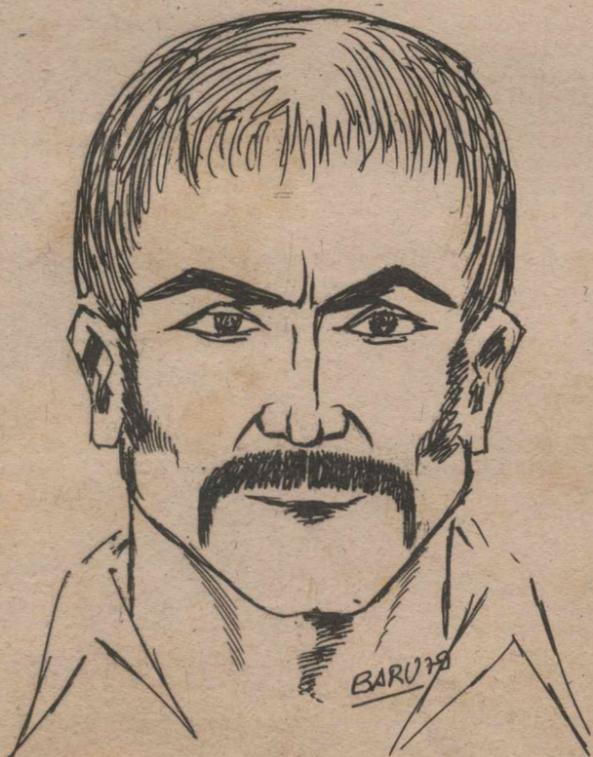
Por que a Polícia Federal, quatro dias depois do seqüestro, baseada nas declarações dos dois jornalistas da *Veja* (eles descreveram dois policiais em seus depoimentos), e nas palavras do proprietário do apartamento de Lilian (Jaime Plavinik, que viu um garotão lhe entregar as chaves e um bilhete de Lilian com assinatura falsa); não fez o retrato falado que possibilitaria a identificação de três dos seqüestradores? E por que, nem mesmo depois do reconhecimento do delegado Pedro Seelig e do inspetor Didi Pedalada, ambos do DOPS, os federais não procederam o reconhecimento fotográfico de outros policiais da mesma repartição diante das três testemunhas?

Como também não se sabe de nenhum levantamento dos nomes de outros agentes do DOPS pertencentes à equipe que trabalha com Didi Pedalada, e dirigida pelo delegado Pedro Seelig. E havia motivos de sobra para suspeitarem que pelo menos 10 pessoas participaram da operação mal feita. Na sala do apartamento, os jornalistas viram cinco ou seis homens; fora os que estavam no interior do quarto vigiando Lilian Celiberti. Na rua, como é praxe em operações desse tipo, deveriam haver mais policiais fazendo o que se costuma chamar na gíria de "campana" — a cobertura dos que estão atuando.

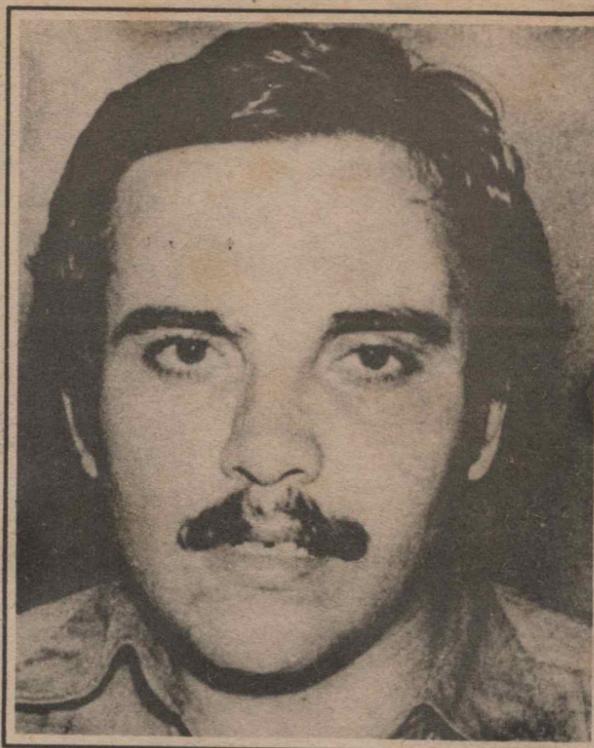
Mas, ao invés disso, o inquérito da Polícia Federal se arrastava normalmente e em sigilo. Buscavam em outro lado, informações que comprometessem os seqüestradores "com o movimento subversivo internacional". Assim foi presa a família Hernandez, uruguaios residentes em Porto Alegre, cuja prima era exilada e amiga de Lilian.

Ao que tudo indica, os federais procuravam os uruguaios errados. Camilo Celiberti, filho de Lilian, e o jurista francês Jean Louis Weill, deixaram claro que policiais ou militares uruguaios (o francês citou o nome de quatro maiores) participaram do seqüestro. E o próprio advogado da família Celiberti, Omar Ferri, chegou a receber um telefonema anônimo denunciando o estranho caso de uruguaios armados impedidos de embarcar para São Paulo no aeroporto Salgado Filho; que acompanhados do delegado Seelig foram liberados para embarque. Um detalhe: Seelig viajou para São Paulo no dia 21/11.

Um fato da maior gravidade, levantado pelos jornalistas ao entrevistarem várias vezes o menino Camilo Celiberti, em Montevidéu, foi o reconhecimento por ele de que esteve preso por mais de 5 horas no prédio da Secretaria de



O 3º homem, aquele que comandou a operação



## Esta foto é uma pista:

A foto de Universindo Diaz, distribuída pela Polícia Federal, no dia 7/12, numa análise técnica, revela detalhes interessantes. Foi tirada com flash (e não com lâmpadas de estúdio, como seria de se esperar se fosse uma foto de documento) e por isso, reflete uma mancha sobre cada olho de Universindo. O fundo é uma parede escura, de cimento e não um fundo branco ou infinito: E mais: nota-se, ao lado direito do nariz, da pálpebra esquerda e da têmpora esquerda, marcas visíveis de inchações e hematomas. A polícia nunca explicou como conseguiu essa foto.

Segurança. E o que é pior: no segundo andar, onde da janela da sala em que ficou, viu o arroio que passa na frente da secretaria, na Avenida Ipiranga. No prédio, Camilo se lembra de ter sido levado pela entrada de trás. Refazendo o trajeto do garoto, a história se complica um pouco mais.

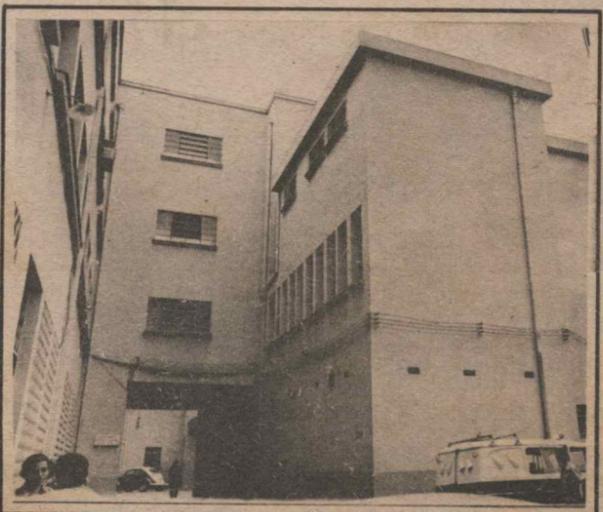
Existe uma porta, nesse trajeto, ao lado da entrada do Plantão da Delegacia de Furtos, que dá bem em frente a um pequeno elevador. Por ele se chega ao segundo andar, nas dependências do DOPS. Saltando, à esquerda ficam as salas cujas janelas dão para Avenida Ipiranga. Quase todas as salas são do funcionamento burocrático: protocolo, seção de armas, etc. Mas existe uma, equipada com sofá, ar condicionado e de cuja janela se vê o arroio Dilúvio, que hoje é ocupada pelo diretor do Departamento, delegado Marco Aurélio dos Reis. Onde poderia ficar um garoto de 8 anos, esperto como Camilo (que até tentou fugir subindo um lance de escada, conforme contou ao advogado Omar Ferri), sem ser percebido por tanto tempo?

Mais de 60 dias depois do seqüestro, o trabalho de investigação dos federais, ao que se sabe, caminhou apenas até ouvir os dois policiais reconhecidos, fazendo acareação de um deles (Didi Pedalada) com os dois jornalistas da *Veja*, que prontamente disseram: "Foi ele!". Oficiosamente, divulgou-se que outros 5 policiais também foram ouvidos. Mas não se soube de nenhum superior do delegado Seelig envolvido com a "operação seqüestro".

O que não deixa de ser um fato estranho nas investigações: uma ação que envolve tanta gente e armas pesadas como pistola calibre 45 (e que pressupõe a retirada de armamento do Departamento) poderia ser realmente feita sem o conhecimento do diretor, por exemplo?

Ao fim de tanto tempo, o quadro de investigação policial deixa muito a desejar. O advogado Omar Ferri, membro da Comissão de Investigação da OAB/RS que foi ao Uruguai, sentença:

— Só acredito na apuração total da verdade com a constituição de uma CPI em Brasília e de uma Comissão de Alto Nível no Estado, com membros do Ministério Público, da Associação Rio-Grandense de Imprensa e da Ordem dos Advogados.



A descrição de Camilo corresponde ao prédio da SS, na foto; uma porta ao fundo que dá para um elevador. É mera coincidência?



Luís Cláudio, 4 dias depois do s



...na Polícia Federal. E faz o ret



...do homem que comandava a

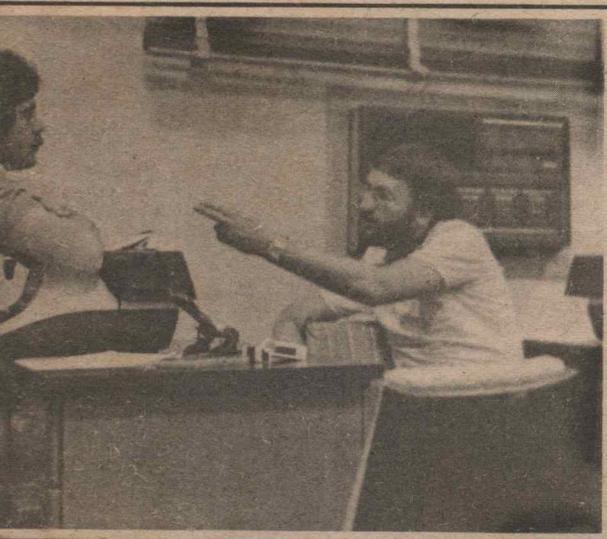


...era forte e tinha bigodes assi

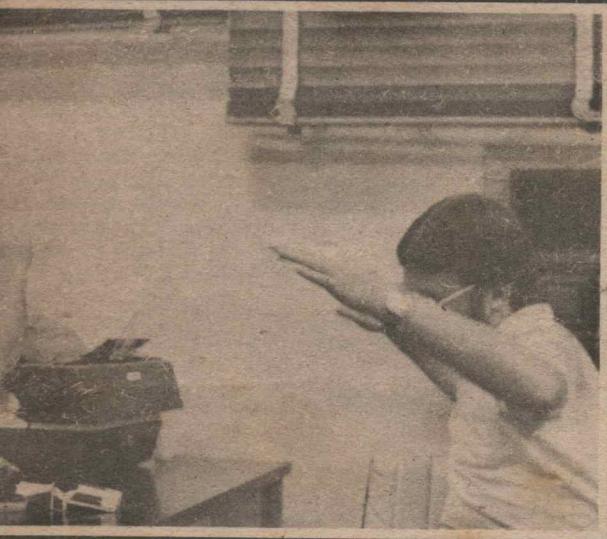


Qualquer semelhança entre os fatos aqui contados e fatos passados não é mera coincidência: no seqüestro dos uruguaios se chocam o Brasil de hoje e de ontem

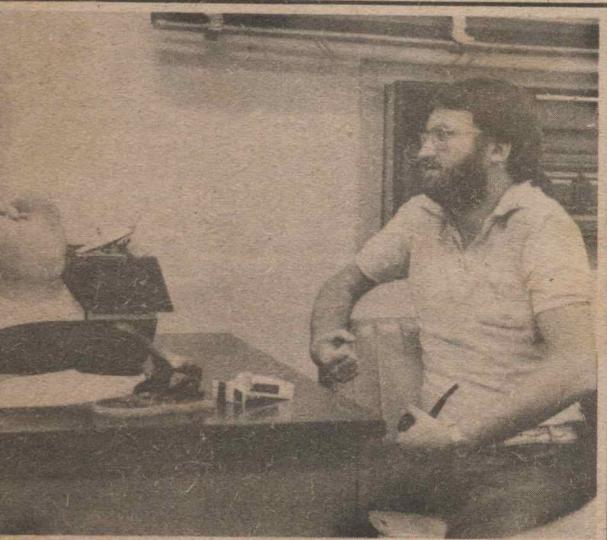
BIBLIOTECA CENTRAL DOS ESTUDANTES UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA D.G.E. - U.F.V.



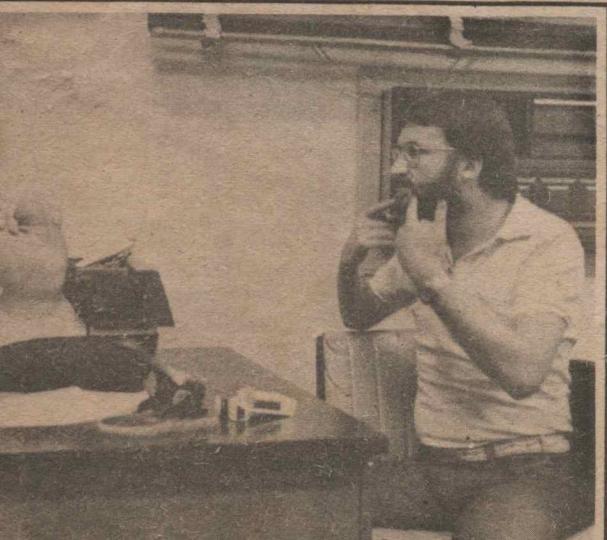
depois do seqüestro, depõe



E faz o retrato-falado



mandava a operação no apartamento



igodes assim, pra baixo?

## Luís Cláudio, o drama do repórter

Seqüestros não chegam a ser novidade na América Latina. Muito menos seqüestros envolvendo uruguaios. Segundo organizações internacionais de defesa dos direitos humanos, nos últimos quatro anos 117 pessoas que se opunham ao regime militar uruguaio foram seqüestradas e assassinadas.

A novidade no caso de Lilian Celiberti e Universindo Diaz é que pela primeira vez se tem um seqüestro com duas testemunhas dispostas a falar. E, no caso, dois jornalistas. Luís Cláudio Cunha, repórter de 30 anos, chefe da sucursal da Veja no RS, um profissional respeitável e João Batista Scalco, 27 anos, fotógrafo da revista *Placar*, também com uma respeitável folha de serviço.

Guiados por um telefonema anônimo os dois foram bater no apartamento 110 do prédio 621 da Rua Botafogo, onde moravam os uruguaios (que um deles já conhecia, por outros nomes e sem saber onde moravam). No lugar dos donos da casa, foram recebidos por um grupo de homens armados. Revistados e interrogados, foram liberados minutos depois e aí aconteceu um fato que explica o empenho com que o repórter se dedicou a investigar o caso, mesmo quando as autoridades tentavam minimizá-lo. Pensando tratar-se de uma operação policial normal, ele voltou à redação para cuidar do fechamento da semana, atribulado devido a cobertura das eleições. Só na segunda-feira, quando a Polícia Federal disse que não sabia de nada, percebeu o que havia acontecido.

— Que mancada! Eu podia ter impedido o seqüestro, podia ter chamado a polícia, os jornais, sei lá. Mas fui vítima de 15 anos de repressão que fazem a gente se sentir sempre sob suspeita e achando que a polícia pode tudo. Um amigo me disse, brincando, que eu não estava preparado para a democracia. E é verdade. Em compensação, o drama de me sentir culpado pelo sofrimento daquelas pessoas (no início, pensei que eles seriam assassinados, como é praxe) me deu a consciência de que tinha que ir nesse caso até o fim, por maior que fosse os riscos.

Hoje, Luís Cláudio e Scalco são testemunhas chaves: além de terem visto o seqüestro, identificaram um dos policiais, o Didi Pedalada (primeiro por foto e depois na acareação) e têm condições de reconhecer pelo menos mais um.

## Lilian e Universindo já esperavam

O jornalista Luís Cláudio Cunha teve um único momento de hesitação no depoimento de seis horas que fez na Polícia Federal, dia 12/1. Foi quando o delegado Edgar Fuques, que dirige o inquérito perguntou se ele conhecia pessoalmente Universindo Diaz e Lilian Celiberti, os dois uruguaios seqüestrados.

Em suas declarações sobre o assunto, Luís Cláudio dava a entender que não os conhecia. Depois de alguns momentos de indecisão, ele disse que sim, só que com outros nomes. E contou a história. Há dois meses apareceu na sucursal da revista *Veja* em Porto Alegre, um rapaz que dizia se chamar Luís Piqueres Miguel, estudante uruguaio exilado no Brasil.

Estava procurando uma edição de *Veja* com uma reportagem sobre o Uruguai. Conversaram, ele ficou de voltar outras vezes.

Um dia apareceu com uma moça que apresentou como Maria. Ela falou da situação do seu País e entregou uma cópia de um documento sobre as condições em que viviam os presos políticos no Uruguai. Contou, também, que trabalhava junto à Anistia Internacional e que, em julho passado, poucos dias antes de vir para o Brasil, havia participado de uma reunião da Comissão Internacional dos Direitos do Homem, em Genebra, ressaltando a violência da repressão uruguaia. Ao seu lado, estava um delegado uruguaio, representando os militares.

Os dois voltaram duas ou três vezes mais à redação. Levavam informações, conversaram, mas nunca chegaram a revelar seus verdadeiros nomes. Diz Luís Cláudio:

— Estive poucas vezes com eles, sabia que eram exilados e que seu trabalho político consistia em divulgar informações sobre as prisões, as torturas, as barbaridades que fazem no Uruguai, hoje. Acabei não sabendo muito da vida particular deles, pois eles evidentemente evitavam esse assunto.



Lilian: pensava viver em paz. Se enganou

Por isso, quando ocorreu o seqüestro, quase nada se sabia sobre os dois.

Lilian Celiberti Rosas Casariego, hoje, 29 anos e dois filhos, saiu do Uruguai em 1974. Professora e líder sindical, esteve presa um ano e meio na prisão de Punta Rieles (a mesma onde está a brasileira Flávia Schilling) por sua atividade política. Quando foi solta, embarcou para a Itália, terra do seu marido Hugo Celiberti.

Em 1975, depois que ganhou sua segunda filha, a menina Francesca, decidiu voltar às atividades políticas e vinculou-se ao Partido por *La Vitória del Pueblo*, organização dissidente do Movimento Tupamaro, e cujo objetivo principal é justamente a denúncia no exterior do regime uruguaio. Por causa dessa decisão, acabou se separando do marido.

No final de junho, chegou a Porto Alegre. Vinha motivada pelas notícias de abertura política no Brasil e retornou logo depois para buscar os filhos. Em outubro, instalou-se no apartamento da Rua Botafogo, (onde foi seqüestrada), com intenção de fixar residência, pois chegou a matricular os filhos na escola.

Quanto a Universindo Rodrigues Diaz, estudante de Medicina de 27 anos, não se sabe quando chegou ao Brasil, nem qual sua ligação com Lilian (segundo a Polícia Federal, ele morou antes na Rua Santo Antônio).

O plano dos dois era passar para a imprensa brasileira informações sobre o Uruguai. Foi por isso que os dois procuraram aproximar-se de jornalistas brasileiros.

Universindo nunca havia sido preso e com passaporte falso conseguia, apesar da rigorosa vigilância, entrar e sair tranquilamente do Uruguai trazendo informações, recolhidas pelos integrantes do PVP, lá.

Universindo Diaz, um rapaz forte, cabelo preto, jeito de camponês, não falava português, mas o entendia perfeitamente. Interessava-se pela política brasileira, pelo processo de abertura e impressionava-se com a firmeza de organizações como a OAB e a Associação Brasileira de Imprensa em defesa das liberdades democráticas.

Dias antes do seqüestro disse a dois jornalistas que o conheciam:

— Se me acontecer alguma coisa vocês vão receber um telefonema de São Paulo.

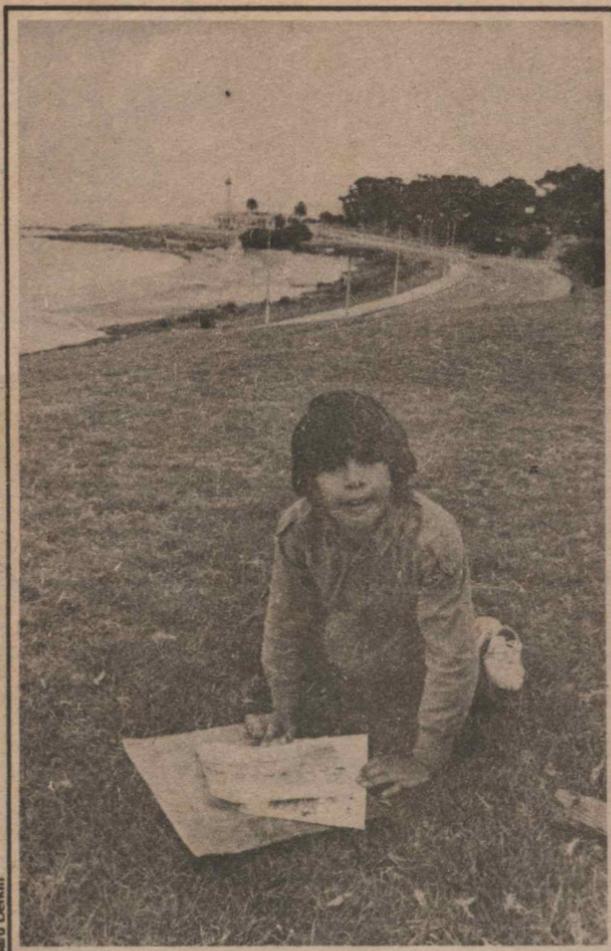
Provavelmente ele já teria recebido a informação, depois divulgada pelo advogado Jean Louis Weill de que as organizações de segurança uruguaias estavam preparando três ou quatro operações de seqüestros no Brasil.

## Camilo, o menino que sabe demais

Camilo Casariego Celiberti, este menino uruguaio de 8 anos, que desde os 3 vive refugiado fora de seu País sem ter cometido crime algum, já sofreu como gente grande.

Vem daí o seu olhar esperto, sua vivacidade, sua inteligência precoce e sua contribuição decisiva para que o crime de seqüestro de que foi vítima em Porto Alegre, junto com sua mãe Lilian Celiberti, seu compatriota Universindo Diaz e sua irmã Francesca, de 3 anos, não ficasse totalmente impune como tantos outros, no Cone Sul.

— **Aqui no ay ningún Colorado!**  
Na noite da primeira quarta-feira do ano, no apartamen-



Beno Dertin

Camilo, aos 8 anos, comportamento de adulto

to de sua avó, em Montevidéu, ao lado dos advogados da Comissão de Investigação da OAB/RS, ao olhar quatro fotos que lhe foram mostradas como sendo de jogadores do Internacional, seu clube de coração no Brasil, Camilo acabou por envolver definitivamente as autoridades policiais brasileiras naquilo que mais se parece a uma novela de horror.

Sentado no colo da avó, Lilia Terron de Celiberti, embora assustado porque as autoridades uruguaias tentam colocar na sua cabeça que seus inimigos são os brasileiros ("não foram eles que o prenderam?"), Camilo olhou com seriedade e atenção uma a uma as quatro fotos que os advogados Marcus Melzer e Omar Ferri, ao seu lado, exibiam, assistidos por Otávio Caruso da Rocha e José Mariano Beck — os outros membros da comissão gaúcha.

Nas quatro fotos, todas do mesmo tamanho, realmente não havia um só jogador do Colorado. E foi Omar Ferri quem lhe perguntou:

— **Você conhece alguma dessas pessoas?**

Com o dedo em cima da cara do delegado Pedro Seelig, do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande, Camilo não hesitou em dizer claramente:

— **Este yo conosco!**

— **De onde?** — perguntou-lhe Marcus Melzer.

— **De mi casa!**

— **Mas que casa é essa?** — insistiu Ferri.

— **En el departamento...** (apartamento)

Camilo apontou Pedro Seelig que aparecia em duas das quatro fotos apresentadas.

### TRÊS PISTAS DECISIVAS

Camilo é um guri um pouco miúdo para a sua idade, mas demonstra saber muito bem a importância de tudo a sua volta. Afinal, com 3 anos, em 1973, começou a assistir o drama de seu País e de sua família invadir a sua casa. Sua mãe, Lilian, presa pelas Forças Conjuntas por suas atividades como líder estudantil, esteve durante um ano e meio presa em Punta Rieles — a mesma prisão onde hoje está Flávia Schilling.

A avó de Camilo, dona Lilia Terron, de 52 anos, cuidou do neto nesses primeiros anos de sua vida: ele lhe foi entregue pela polícia uruguia na madrugada que sua mãe foi presa. Lilian Celiberti saiu da prisão em princípio de 1974 e recebeu salvo-conduto para deixar o País de navio, indo se juntar ao marido, Hugo Casariego, pai de Camilo, na Itália, em Milão. Lá, nasceu Francesca, em 1975, e Camilo chegou a ter problemas de saúde, acometido de uma meningite. E também sofreu um acidente: fraturou uma perna, ficando meses engessado dos pés à cintura.

Mas, apesar de tudo, Camilo é um menino muito calmo, que hoje fala correntemente o espanhol e o italiano. Estuda desde os 3 anos de idade e em Porto Alegre já estava matriculado na terceira série do primeiro grau, na Escola Cisne Branco, no Bairro Menino Deus, perto de onde morava e foi seqüestrado. Aqui era considerado por suas professoras como um dos mais espertos de sua turma, "quase um pequeno gênio". Na sua ficha, na secretaria, constava que apenas sua mãe poderia apanhá-lo ao fim da tarde, depois da aula. O outro nome que constava era o de seu pai, Hugo Casariego, que ainda hoje mora em milão.

A grande paixão de Camilo é o futebol. Gosta de jogar na ponta e está sempre com uma bola embaixo do braço, juntando companheiros para jogar. E foi esse seu amor pela bola que o fez dar a primeira pista concreta sobre a data de seu próprio seqüestro. Já depois de libertado, entregou novamente aos seus avós pela polícia uruguia (no dia 25/11, ao mesmo tempo que as Forças Conjuntas soltavam o comunicado reconhecendo a prisão de Lilian Celiberti e Universindo Diaz), ele acabou por afirmar ao repórter Tomás Pereira, do *Coojornal*.

— **Eu e o amigo de minha mãe saímos para ir ao Beira-**



Com o dedo em cima da foto do delegado Pedro Seelig, o menino Camilo não hesitou: "Este aqui eu conheço"



Didi Pedalada sai da acareação, sorridente, acompanhado por um delegado

Rio ver Inter x Caxias. Era uma e meia da tarde. Saímos, andamos alguns metros e fomos presos.

E assim surgiu o dia do início do seqüestro: 12/11, domingo de Inter x Caxias pelo Campeonato Gaúcho.

Nessa mesma conversa, de volta da praia do Buceo, Camilo tranqüilamente ainda pôde acrescentar mais três informações de importância capital:

1) que havia visto dois uruguaios em Porto Alegre quando do seqüestro; 2) que, preso, foi levado para um prédio grande onde os policiais não andavam fardados e que da janela da sala onde ficou via um arroio grande entre duas ruas (o prédio da Secretaria de Segurança do Rio Grande, que reconheceu por meio de uma foto); 3) que de lá saiu às 21 horas do mesmo dia, sem mais ter visto sua mãe desde a prisão, viajando de carro para o Uruguai, trocando de carro na fronteira até Punta del Este, onde ficou alguns dias, embora jamais tivesse ouvido o barulho de ondas do mar (quem lhe falou o nome do lugar foi um dos seqüestradores).

### ESTE NÃO É JOGADOR

Dias mais tarde, Camilo ainda confirmaria a participação de mais um policial brasileiro envolvido no seqüestro: Didi Pedalada. Na presença de outro jornalista, Erni Quaresma, da sucursal de *O Globo*, na manhã seguinte ao Natal, Camilo já demonstrava sinais que estava sendo pressionado por agentes uruguaios que procuravam evitar que ele continuasse fornecendo pistas aos repórteres brasileiros. Acompanhado pelo tio, irmão de Lilian, saiu para passear de carro com Quaresma e acabou se interessando por algumas fotos de futebol em poder dos jornalistas.

— **Não queres ver umas fotos do seu time campeão?**

Claro que Camilo queria, começou a ver as sete fotos e no meio delas haviam duas de Didi Pedalada quando jogador, com a camiseta do internacional. O que foi o bastante para Camilo dizer, visivelmente irritado:

— **Este no es jugador!**

Para em seguida se envolver no pescoço do tio, num abraço e não mais querer passear ou conversar com ninguém.

Desde então o estado psicológico do menino só tem piorado. No conjunto residencial (tipo BNH) em que mora com os avós Camilo só encontra paz quando não está sendo pressionado por policiais uruguaios ou mesmo jornalistas brasileiros. No conjunto tem muitas crianças com as quais já formou ambiente. No apartamento em frente ao de seus avós, possui dois amigos na mesma situação sua e de sua irmã: Hernam, de 6 e Lara de 3 anos. Eles também tiveram sua mãe, Ana Maria Salvo, de 24 anos, seqüestrada com eles no dia 2 de novembro em Buenos Aires, Hernam que também adora futebol e gosta de jogar de goleiro, é o parceiro mais constante de Camilo nos bate-bolas pelos Jardins do prédio.

Dona Lilia, casada com Homero Celiberti, farmacêutico de 63 anos, avô de Camilo, já há alguns dias tenta proteger Camilo de todo e qualquer assédio, no que é ajudada pelo marido. Evita que Camilo tenha mais contatos com jornalistas e elementos da segurança uruguia porque teme também por perder a guarda dos netos que lhe foi precariamente concedida por um juiz de menores. Ela chegou a ser ameaçada pelas autoridades, quase forçada a não deixar que houvesse o encontro de Camilo com a Comissão de Investigação da OAB/RS, que resultou na identificação do delegado Pedro Seelig pelo garoto. Respondeu ao homem à paisana que a visitou:

— **Só não recebo os advogados brasileiros se tiver polícia na minha porta para me impedir.**

### CHORA TODAS AS NOITES

No dia 3, quando os quatro advogados lá estiveram, Camilo, a princípio, não queria falar com eles. Era noite e o menino veio das brincadeiras com seus companheiros de

prédio para jantar. Entrou, viu os advogados e passou pela sala correndo, sem falar. A conversa dos adultos continuou durante a sopa que tomou. Conta Marcus Melzer:

— **Ele tomava a sopa e nos olhava, sério, desconfiado.**

Depois, trancou-se no quarto e foi preciso que o advogado de sua mãe, Omar Ferri, fosse até ele, puxando conversa em italiano para deixá-lo mais à vontade. Só então ele cedeu em vir para a sala, para o colo da avó e aí, vendo as fotos, constatou que entre elas não havia qualquer Colorado.

— **Camilo está muito nervoso e sabe que algo está errado** — diz seu avô, Homero Celiberti. Não pergunta pela mãe mas chora todas as noites. Eu e Lilia fazemos o possível para saber notícias de nossa filha mas até agora não fomos informados de nada.

Nesse clima de insegurança, Dona Lilia chega a se lamentar de que precisaria dar um apoio psicológico para o garoto, mas sua vida é modesta, pobre mesmo, e no Uruguai de hoje, psicólogo é algo quase que inacessível para os Celiberti.

Camilo fez rápida amizade com o advogado de sua mãe, Omar Ferri, e dele ganhou de presente do Dia de Reis (6 de janeiro, que no Uruguai equivale ao nosso Natal, quando se troca presentes), uma bola de futebol. E antes dos dois se despedirem, Camilo mais uma vez mostrou o quanto é importante para o desvendar do seu próprio seqüestro. A Ferri, nessa visita, contou que esteve com sua mãe no prédio do DOPS no dia em que foi preso e que uma pessoa falando castelhano lhe disse ter sua mãe viajado, mas que ele se encontraria com ela depois. E por fim, Camilo revelou que havia tentado fugir, "subindo um lance de escada":

— **Mas parei quando não tinha mais escadas para subir!**

Mais uma vez, mostrando a coerência de tudo o que fala e a validade de suas declarações à frente de qualquer Juízo, Camilo não cometeu um só erro. O DOPS fica no segundo andar do prédio da Secretaria de Segurança, um edifício de apenas três andares.

## Seelig e Didi, dois tiras no banco dos réus

Didi Pedalada não sabe, mas ele teve muito azar nesse lance do seqüestro. Foi um pequeno detalhe que o perdeu. Naquela tarde do dia 17 de novembro, um outro fotógrafo deveria estar acompanhando o repórter Luís Cláudio Cunha, quando eles chegaram ao apartamento onde estavam seqüestrados Lilian, Universindo e as duas crianças.

Deveria ser Ricardo Chaves, o fotógrafo da Revista *Veja* em Porto Alegre, que não foi apenas porque se demorou um pouco em outro serviço. Ricardo, raramente fotografa futebol e não reconheceria Didi. Mas, como ele demorava, Luís Cláudio convidou João Batista Scalco, fotógrafo da Revista *Placar*, que há dez anos cobre jogos de futebol no estado.

Quando foram liberados os dois, Scalco comentou para o companheiro:

— Tenho impressão de que conheço aquele cara. Acho que ele foi jogador.

Dai foi o trabalho de forçar a memória e depois recorrer os arquivos de fotografias de jogadores nos jornais. Numa pasta com o time do Inter, de 1974, lá estava ele numa de suas últimas fotos com a camiseta do Colorado.

E assim, da noite para o dia, Orandir Portassi Lucas, o Didi, aos 34 anos e já começando a engordar, alcançou a notoriedade que ele perseguiu durante anos nos campos de

futebol. Uma incômoda notoriedade que — se o inquirido for rigoroso — deverá levá-lo com o drible engraçado (passando o pé por cima da bola para frente e para trás, como quem pedala) que lhe valeu o apelido e com seus gols, a reforçar o time da cadeia.

— Sou muito amigo do Didi, fui eu quem falei com o Pedro Seelig...

Numa entrevista recente para um repórter de esporte, o ex-lateral-esquerdo Jorge Andrade, que jogou muitos anos no Internacional e é muito benquisto no clube, deu esta informação. Pedro Seelig, delegado do DOPS, é torcedor privilegiado do Inter: que assiste aos jogos da Tribuna de Honra, junto com a diretoria e entra nos vestiários para falar com os jogadores ao final das partidas.

Há outra versão que aponta o delegado Hugo Amorim, ex-diretor do Inter como a pessoa que ajudou Didi a chegar no DOPS. É possível que os dois — Seelig e Amorim — o tenham ajudado e uma coisa é certa: sem um bom pistão ele não teria conseguido entrar direto no DOPS já que, pelas vias normais, deveria primeiro cursar a Escola de Polícia e somente depois de concluído o curso se tornaria um funcionário do quadro efetivo do Estado.

Ele entrou em novembro de 1977, como "funcionário contratado em exercício" com a matrícula 119 329 53, ao mesmo tempo em que se matriculava na Escola de Polícia para fazer o curso de inspetor. Em 31 de agosto do ano passado, saiu formado: Orandir Portassi Lucas, inspetor de 1ª Classe, salário em torno de Cr\$ 3.500,00 por mês, fora os adicionais que o pessoal do DOPS recebe.

É do time de baixo, como se diz: novato, sem experiência nenhuma em serviços pesados, a tal ponto que logo no início, depois que foi identificado andou fraquejando. Numa roda com amigos no Bar New Jullius, próximo à Escola de Polícia, fez uma ameaçazinha:

— Se me pressionarem muito, eu falo tudo.

Depois sumiu uns dias e, provavelmente recebeu cobertura, pois reapareceu sorridente, procurando aparentar calma.

Nas quatro acareações a que foi submetido (duas na Polícia Federal e duas no DOPS), procurou mostrar-se tranqüilo, mas a impressão de Luís Cláudio é de que na Federal estava bastante tenso. Provavelmente devido à forma enérgica como o delegado Edgar Fuques, da Federal, conduziu o interrogatório. Mas disse que nunca viu nenhum dos dois jornalistas, que nem conhecia a Rua Botafogo (apesar de ser uma rua próxima ao estádio do seu ex-clube e muito conhecida) e não cometeu nenhum deslize incriminador.

No DOPS, onde o delegado Marco Autêlio Reis concentrou sua atenção em Luís Cláudio, ele estava mais à vontade. Entre Didi e o delegado se deu o seguinte diálogo:

- Que revólver você usa, Didi?
- Um 38, mas não costume andar armado.
- O delegado voltou-se para o jornalista:
- Que revólver foi apontado para você?
- Um 44 ou 45, respondeu Luís Cláudio.
- Então..., disse o delegado.

Nesse momento, o advogado Werner Beck que assitia o jornalista chamou a atenção de Marco Aurélio: "Como é que ele anda desarmado se o estatuto policial obriga a todos os funcionários da polícia a usarem revólver?"

— É mesmo, respondeu o delegado. Não tinha observado... precisamos puni-lo.

Se considerarmos que a equipe do DOPS compõe uma pirâmide, Didi Pedalada está na base, embaixo, junto com a maioria dos aproximadamente 120 homens que hoje trabalham no órgão (o dobro do que tinha há 10 anos).

Pedro Seelig, ao contrário, está no topo. Delegado de 3ª categoria, só tem acima dele o diretor Marco Aurélio dos Reis. Bem vestido, cabelos cuidados, gestos elegantes, cultiva a imagem de um homem refinado. Mas é homem de ação.

Quando se levantou a suspeição de que policiais estariam envolvidos no seqüestro, o seu nome veio logo à tona, exatamente porque a fama que ele construiu é essa: o cara talhado para certo tipo de operação, arriscada e sigilosa.

Quando seu nome apareceu nos jornais pela primeira vez, em declarações do jurista francês Jean Louis Weill, Seelig ainda demonstrou senso de humor. Disse que era



*Didi nas acareações: nunca viu os jornalistas, é um policial que não usa revólver e nem conhece a Rua Botafogo*



A comissão da Ordem dos Advogados, em Montevidéu: em busca das provas

perseguição, por sua ação no desmantelamento dos grupos de esquerda que atuavam no Sul, e concluiu com certa ironia:

— Tudo o que acontece agora é culpa do Pedro.

Na manhã do dia 4 de janeiro, porém, quando foi identificado pelo garoto Camilo, já não conseguiu manter a mesma altivez. Diante do telefonema de um repórter que queria ouvi-lo a respeito reagiu irritado:

— Que é que vocês querem que eu diga? Que é verdade?

Depois não mais falou. Extra-oficialmente sabe-se que foi ouvido no inquérito da Polícia Federal, mas nada transpirou do seu depoimento. De qualquer forma não deixa de ser irônico para Seelig, hoje com 46 anos e uma longa carreira iniciada ainda no tempo da Polícia Civil, estar sendo acusado por um garoto de 8 anos, envolvido num seqüestro.

Há menos de um ano, ele esteve na cabeça das notícias, envolvido no seqüestro de seis garotos, todos com idades próximas a de Camilo. Só que naquela vez ele era o herói. Os garotos foram seqüestrados por um rapaz desequilibrado em busca de notoriedade e Seelig montou um gigantesco aparato para deslindar o caso.

Por ironia, também, foi um retrato falado feito com base nos depoimentos dos meninos que levou ao seqüestrador, Santino Ferreira da Silva, hoje, condenado a 10 anos de prisão.

Com esse caso, Seelig recuperou junto à opinião pública um pouco da imagem, abalada desde 1973 quando ele foi responsabilizado pela morte de Luís Carlos Arêballo, de 17 anos, seu enteado. O garoto morreu em consequência de um susto que Seelig mandou aplicar nele, no DOPS.

O caso foi um abalo em sua carreira. Foi afastado da chefia da Divisão de Segurança Social e ficou uma semana sem ir à Faculdade de Direito na PUC, onde estudava e se formou naquele mesmo ano. Recuperou o cargo depois (está nele até hoje) mas durante cinco anos andou um pouco apagado.

Mas se manteve, escudado na sua atuação no combate à subversão, que lhe rendeu o apelido de *Fleury dos Pampas*, dado pelos jornais e uma *Medalha do Pacificador* dada pelo Exército em 1973. Trunfos que ele usa até hoje.

## Advogados: a decisão de ir até o fim

Um telefonema anônimo, em castelhano, bem marcado para o apartamento do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro, no Rio:

— *Alô, Dr. Faoro? Em Montevidéu nós conhecemos um ótimo lugar para o Senhor e toda a comissão que vai tentar libertar Lilian Celiberti e Universindo Diaz ficarem hospedados uma temporada. O hotel não é muito bom, mas é barato — se chama Libertad!*

Só algum tempo depois de desligar o fone é que Raymundo Faoro, hoje o advogado mais respeitado do Brasil por sua luta em prol da volta ao Estado de Direito e defesa dos Direitos Humanos, se tocou e se indignou com a ameaça: Libertad é um dos nomes tristemente famosos de um presídio do Uruguai, onde além de preso, o infeliz ainda é obrigado a pagar pelo que come e bebe.

Destemido, Faoro não só denunciou o fato à Nação, como também, imediatamente ordenou à OAB/RS, naquele mesmo dia 19/12, para que escolhesse entre os seus conselheiros os mais agressivos para uma viagem de investigação ao País vizinho que certamente não seria fácil.

Os advogados haviam entrado no caso através de outro gaúcho, Omar Ferri, que naquela sexta-feira, 17/11, recebeu — tal como o jornalista Luís Cláudio Cunha um telefonema de São Paulo pedindo para que fosse ao apartamento da Rua Botafogo, no Bairro Menino Deus ver o que se passava. Ferri não hesitou um minuto. Sozinho, deixou sua casa, um verdadeiro sítio cercado de árvores e cheio de cachorros, no Bairro Tristeza, e por duas vezes foi até lá, primeiro às 18, depois às 21h30min — quando deixou um bilhete. Voltou no sábado de manhã e pela terceira vez não encontrou ninguém em casa.

# UNIPREV

MONTEPIO FUNDADO EM 13 DE AGOSTO DE 1965  
**HA 14 ANOS PROTEGENDO A**  
**FAMÍLIA BRASILEIRA.**



UNIÃO PREVIDENCIÁRIA  
 RUA DOS ANDRADAS, 1251 — 9º ANDAR  
 TELEFONES: 21-3625 — 21-5869  
 PORTO ALEGRE — RS  
 SEDE: PORTO ALEGRE

Ferri, um homem franzino e grisalho, procurou na segunda-feira, dia 20/11, a Polícia Federal para denunciar aquilo que as autoridades durante um longo tempo trataram como uma história absurda e fantasiosa de dois jornalistas e um advogado.

— Não existe tradição no Brasil para que a polícia uruguaia entre aqui sozinha, sem o conhecimento de qualquer autoridade brasileira, coisa que fazem na Argentina habitualmente.

Essa convicção acompanhou o advogado e os jornalistas que desde a primeira hora acompanham o caso: não se tratava de um simples caso de desaparecimento, mas sim de um seqüestro que envolvia policiais brasileiros e uruguaios em evidente quebra da soberania nacional. Hoje, passados mais de 60 dias do fato, Omar Ferri diz:

— A partir do momento que nós, os advogados, pudemos ter provas concretas, desde o depoimento do jornalista Luís Cláudio, sobre a violação da Lei de Segurança Nacional e da soberania nacional, passamos a tomar medidas de convencimento. Com a denúncia do jurista francês, Jean Louis Weill, onde apareceu pela primeira vez o nome do delegado Pedro Carlos Seelig, a nossa luta para provar que houve seqüestro se tornou mais objetiva. A viagem ao Uruguai com a confirmação do depoimento de Camilo sobre o prédio da Secretaria de Segurança e a presença de Seelig entre os seus seqüestradores, finalmente tornou o trabalho amplamente satisfatório. Hoje a apuração dos fatos pelas autoridades é irreversível e não é segredo nesses pagos que ambas as polícias (Federal e do Estado), poderiam saber de toda a verdade há mais de 30 dias.

A visita de um outro estrangeiro, o jurista francês Jean Louis Weill, que chegou no Rio no dia 7/12, representante de três entidades odiadas no Uruguai (Movimento Internacional dos Juristas Católicos, Federação Internacional de Direitos do Homem e Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai), traria-a quase certeza do envolvimento das forças uruguaias no caso de Lilian e Universindo.

Recomendado por Raymundo Faoro ao Conselho Regional da Ordem, em Porto Alegre, Weill, em apenas 37 horas, daria grande contribuição às investigações de seus colegas gaúchos. E seria destrutado várias vezes nas suas andanças entre as autoridades brasileiras.

Disse Weill: "Existem militares treinados no reconhecimento de exilados uruguaio e agindo em vários pontos da América do Sul. E no apartamento da Rua Botafogo, estava presente na hora que o jornalista Luís Cláudio e o fotógrafo Scalco apareceram, pelo menos um uruguaio, que acompanhava a operação dos policiais brasileiros".

E mais: "Pedro Seelig, delegado do DOPS, comandou em campo a operação seqüestro".

Tanto Omar Ferri, como os membros da comissão da OAB/RS (o presidente Justino Vasconcelos e os conselheiros Otávio Caruso da Rocha e José Mariano Beck), destacados por Faoro, assistiram a forma descortês com que Weill, um homem sério e incisivo, foi tratado, pelo vice e futuro governador Amaral de Souza. Aos jornalistas, Weill daria uma demonstração de sua educação à francesa. Quando perguntado qual a sua impressão sobre as autoridades brasileiras e seu comportamento no caso, respondeu:



*"Quando tiver a minha idade, tenho certeza que o senhor só terá compromisso com a verdade", disse o advogado ao delegado do Dops*

— Não tive impressão, tive sentimento. E os meus sentimentos não os torno público!

Foi dele e de Raymundo Faoro que partiu a idéia da Comissão de Investigação da Ordem ao Uruguai. "Eu não posso ir lá, mas vocês brasileiros podem", disse Weill nos vários encontros com os juristas gaúchos.

Menos de dois dias depois dessa lição do jurista Weill apareceria um vilão, entre os advogados. Na quinta-feira, 11/12, na Galeria do Rosário, o conselheiro da Ordem, José Mariano Beck, foi abordado por um colega recém-formado e até então desconhecido. Era João Antônio Silveira de Castro e dele, Beck, ouviu uma bomba:

— Dr. Beck, queria que o Senhor falasse para o dr. Ferri que eu fui procurado por uma cliente minha que está desesperada porque o irmão dela — um garoto que trabalha com o Seelig lá na polícia — está metido nessa história de seqüestro dos uruguaiois.

Castro, com escritório no 21º andar da galeria se surpreenderia poucos minutos depois quando Beck, seu filho Hermínio (também advogado) e Omar Ferri apareceram na porta de seu escritório. E chegou a dizer:

— Dr. Beck, o senhor agiu rápido, heim? E já começaria ali mesmo a desmentir e ocultar a verdadeira identidade do policial.

Faoro, menos de 10 dias depois de ameaçados, estava em Porto Alegre para se entrevistar pessoalmente com o Presidente do Conselho Regional e dar sua palavra de confiança à Comissão de Investigação que embarcaria no dia 2 de janeiro ao Uruguai. Seus quatro membros: o mesmo José Mariano Beck, antigo parlamentar; o constitucionalista Otávio Caruso da Rocha; o veterano Marcus Melzer; e Omar Ferri, o aguerrido defensor de Lilian e Universindo.

— A partir de nossa chegada, dos porteiros de repartições públicas até ao Presidente da República, todo o Uruguai entrou em férias.

Dias depois da viagem considerada um êxito, em sua casa na Bela Vista, Mariano Beck narrava assim o clima de recepção da comissão nas terras uruguaiois. De todas as autoridades procuradas, apenas o cônsul da Itália se dignou a dar algumas informações aos advogados brasileiros. Em nome de seu embaixador, garantiu que já tinha pedido informações sobre Lilian e até mesmo uma entrevista entre o embaixador e ela. Mas não obtiveram resposta, ao contrário do procedimento em pelo menos outros 20 casos de presos uruguaiois, "oriundos" italianos, aos quais o embaixador acabou por ter acesso.

Seguidos por agentes, fotografados ostensivamente, enxotados de portas de repartições oficiais, os advogados da Comissão de Investigação acabaram por voltar vitoriosos ao Brasil, recebidos no sábado, Dia de Reis, com palmas e lágrimas dos familiares no Aeroporto Salgado Filho. Traziam o depoimento do menino Camilo Celiberti (que reafirmou ter estado por algumas horas preso do DOPS e reconheceu Pedro Seelig numa série de fotos) e tinham o convencimento pessoal de que a família Celiberti vive em constrangimento no Uruguai, além de que o seqüestro estava mais do que configurado. E como diz, Mariano Beck:

— Está provado que essa gente saiu daqui à força. Lilian tinha apartamento alugado, as crianças no colégio e tinha entrado legalmente no País com seu passaporte italiano. O depoimento do garoto é válido porque a idade não é problema, se não como Santino, o seqüestrador daquele time de garoto, seria condenado, se não com a palavra dos guris? Trata-se apenas de um problema de convencimento do Juiz. E o que se vê nesse caso: a polícia investigado a própria polícia, um absurdo!

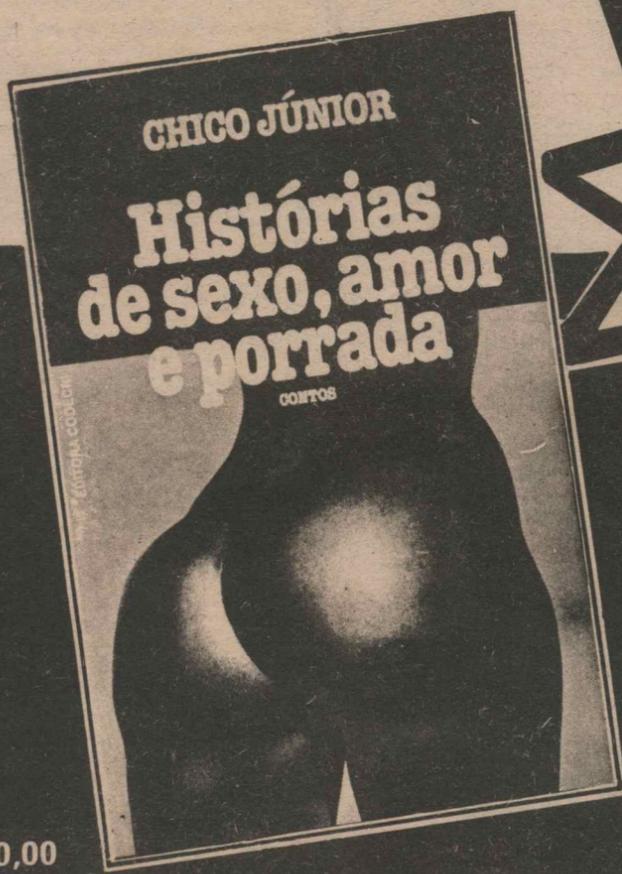
Da viagem dos advogados, Raymundo Faoro recebeu um relatório de 17 laudas, quase uma reportagem, no dizer do conselheiro Marcus Melzer. Ele que na semana seguinte se entrevistou com o governador Guazzelli (para quem fez um relato verbal) e posteriormente com os altos mandatários da Polícia Estadual. Marcus Melzer com sua vasta cabeleira branca e seus 42 anos de militância na advocacia gaúcha, chegou na ocasião — conversando com o secretário Moura Jardim e o diretor do DOPS, Marco Aurélio dos Reis — a travar o seguinte diálogo com os dois policiais:

— Dr. Melzer — disse Marco Aurélio — o Senhor, um homem da sua reputação, defendendo essa gente que não passa de subversivos; que são capazes de matar, o Senhor me desculpe.

E teve que ouvir do veterano advogado uma resposta exemplar:

— Dr. Marco Aurélio, quando Senhor tiver a minha idade com certeza o Senhor só terá compromisso com a verdade!

# SEXO, AMOR E PORRADA



Um livro de Chico Júnior

NAO MANDE DINHEIRO AGORA

Preencha o cupom abaixo e remeta-o para Margem Editora e Programação Gráfica (Rua Miguel Couto, 134/11º andar, CEP 20070, Rio de Janeiro). Os pedidos do Rio de Janeiro, poderão ser feitos pelo telefone 253-5038.

A filha entrou na sala e viu a mãe trepando com o noivo (da filha), sua primeira porrada na vida. O homem que mata o rato, que morreu que é para aprender a deixar de ser rato. A menina que tinha tudo na vida, mas não tinha amor e jogava cocaína nas velas, para compensar. A barra que é ver a mulher que a gente gosta trepando com o amigo no quarto do lado. O motorista que atropela o casal jovem e é linchado. O policial que é assassinado pelo professor de inglês. A tragédia urbana. O sexo gostoso no chão da sala. O choro que a gente chora quando está triste, alegre ou se emociona, simplesmente. O bom que é perorrer o corpo da mulher que se ama. O sexo de toda noite, o amor de todo mundo, a porrada de todo dia, nem sempre física, mas sempre forte, como toda porrada que se preze.

**CODECRI** **margem**

Nome .....

Endereço .....

CEP .....

Cidade .....

Estado .....

Assinatura .....

# O povo na roça de Deus

## A Igreja está lendo Marx como já leu Platão e Aristóteles

A vida de Frei Betto é um raro exemplo de fusão entre fé e política, dois elementos que constituem, também, a essência de sua obra literária, representada até agora por sete livros (1), três dos quais lançados este ano, a maioria com tradução em italiano, espanhol, inglês, sueco, alemão, francês e holandês.

Segundo o próprio Betto, a ligação entre opção de fé e opção política apareceu muito cedo, em sua terra natal, Belo Horizonte, onde aos 15 anos, militava na Ação Católica e no movimento estudantil. Com 16 anos, foi vice-presidente da União Municipal de Estudantes de Belo Horizonte. Aos 17, dirigente nacional da Juventude Estudantil Católica (JEC). Aos 19, já no Rio, onde estudava Jornalismo, exerceu a direção nacional da Ação Católica Brasileira, o que lhe valeu alguns dias de prisão, em 1964.

— Fui preso por equívoco, confundido com outro Betto, também mineiro, só que dirigente da Ação Popular — recorda Frei Betto. — Mas até eu provar que não era o outro Betto...

Em 1965, entrou para a Ordem dos Dominicanos, onde permanece até hoje. Para sustentar-se no estudo de Filosofia e Teologia, decidiu exercer o Jornalismo em São Paulo. Trabalhou na revista Realidade, foi repórter e crítico teatral da Folha da Tarde, passando por uma experiência como assistente de direção teatral de José Celso Martinez Correa, em *O Rei da Vela*.

Depois do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, abandonou o jornalismo diário para completar os estudos de Teologia, no seminário de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Lá, fez os votos religiosos da pobreza, castidade e obediência. E acabou sendo preso dia 9 de novembro de 1969:

— Em São Leopoldo, eu fazia Teologia e contrabando pela fronteira Brasil-Uruguai — explica ele.

O "contrabando de gente" era fruto da solidariedade de alguns dominicanos com pessoas procuradas pela polícia por envolvimento em atividades subversivas, sobretudo a luta armada. Bem antes da prisão de Betto, no Sul, foram presos em São Paulo os frades Ivo, Fernando e Tito, todos dominicanos, que cumpriram penas junto com Betto. Antes de ser preso, Frei Betto fugiu e escondeu-se durante nove dias:

— A fuga foi engraçada. Quando a polícia entrou pela porta da frente do seminário de São Leopoldo, eu saí por trás. Mas voltei à estrada para tomar o ônibus para Porto Alegre e cheguei a cruzar com os policiais, que não me reconheceram, embora a imprensa gaúcha me apresentasse diariamente como um terrível subversivo.

Em Porto Alegre, Betto procurou um padre, que o levou para um sítio próximo, a cujo dono foi apresentado como implicado em movimento estudantil. Um dia, porém, apareceu no sítio o filho do

1) Obras de Frei Betto: *Cartas da Prisão*; *Das Catacumbas*; *Oração na Ação*; *Natal, a Ameaça de um Menino Pobre*; *A Semente e o Fruto*; *Diário de Puebla*; e *A Vida Suspeita do Subversivo Raul Parelo*. Em co-autoria: *Experimentar Deus Hoje* (com mais seis autores); *O Canto na Fogueira* (com os Freis Fernando e Ivo); *Igreja, Povo Que se Liberta* (com Silvino Moreira).

2) Pedro Américo Leal, coronel e hoje deputado estadual

3) Atila Rohsetzer, tenente-coronel da reserva e ainda diretor do Departamento Central de Investigações.



Frei Betto aproveita esta entrevista ao Coojornal e manda um recado para o homem que o entregou à polícia: "Não tenho mágoas"

proprietário, dizendo que ia esconder o fugitivo num lugar muito mais seguro. Num fusca, levou-o à noite para uma luxuosa residência na Avenida Independência, onde ficaram esperando os "contatos" que o levariam para o novo esconderijo.

— Confesso hoje que intuí que o rapaz ia me entregar — lembra Frei Betto. — Às sete horas da manhã, apareceram dois caras, perguntaram por que eu estava me escondendo e pouco depois se apresentaram: coronel Leal (2) e major Átila (3), do Serviço Secreto do Exército. Ao sair da casa, disse ao rapaz, que tremia, como se ele é que estivesse sendo levado preso: "Apesar de tudo, muito obrigado". Nunca mais vi esse rapaz mas, três anos depois, na prisão, recebi a visita de um padre do Sul. Ele contou que, nas festas em Porto Alegre, inicialmente o rapaz era apresentado como o cara que entregou o Frei Betto. Depois, isso se tornou uma mancha e o rapaz passou a ter problemas psicológicos sérios, por causa do remorso. Segundo o padre, uma das coisas mais importantes para o rapaz, na época, era saber o que ele pensava dele. Se ele não sabe, vai saber agora: não tenho mágoa nenhuma, só espero que ele não faça de novo esse tipo de coisa.

Sem ter sofrido tortura física, Frei Betto ficou preso durante quatro anos, passando por oito cadeias diferentes: DOPS de Porto Alegre e de São Paulo, Presídio Tiradentes, em São Paulo, Quartel de Cavalaria de São Paulo, QG do II Exército, Penitenciária do Estado, Casa de Detenção e Penitenciária de Presidente Wenceslau, no interior paulista. Quando estava para completar o quarto ano de prisão, o Superior Tribunal Militar julgou um recurso seu e reduziu sua pena para dois anos.

— Portanto, eu tenho dois anos de crédito — brinca Frei Betto, que concluiu o curso de Teologia na prisão.

Ao deixar a prisão, em outubro de 1973, ele voltou à vida religiosa. Como bom mineiro, foi morar em Vitória, no Espírito Santo, território considerado como uma extensão de Minas Gerais. Dedicou-se à assessoria pastoral, trabalhando junto às comunidades de base da Igreja. Lê bastante, escreve muito e viaja freqüentemente, dando conferências em comunidades religiosas. Em fevereiro, esteve no México, onde assistiu à conferência do episcopado latino-americano, na cidade de Puebla.

Esta entrevista foi concedida ao Coojornal em maio, em São Paulo.

— A Conferência de Puebla afetou de alguma maneira o rumo que a Igreja vem tomando no Brasil?

FREI BETTO — Eu acho que Puebla foi preparada para afetar o rumo que a Igreja tomou na América Latina a partir da Conferência de Medellín, em 1968. Mas, como um castelo bem construído mas mal-alicerçado, o esquema de trabalho

proposto pela secretaria do Celam foi derrubado logo no início. Acabou vingando um esquema muito mais condizente com as propostas que já vinham desde Medellín.

— O que pretendem, basicamente, essas propostas?

FREI BETTO — Seu tema central é que a missão da Igreja na América Latina é promover uma evangelização que signifique libertação integral. Então eu diria que Puebla não abriu caminhos novos nem foi tão profética quanto Medellín, mas legitimou a caminhada que vem sendo feita nos últimos dez anos. Eu citaria principalmente a opção preferencial pelos pobres e a proposta, que permeia todo o documento final de Puebla, de libertação integral. As duas coisas estão calçadas no texto introdutório sobre a visão pastoral da Igreja na América Latina. Esse texto me parece bastante positivo porque supera a visão meramente empírica da realidade, supera também a visão funcionalista da realidade e chega à uma visão estrutural. Porque os problemas da América Latina são de estruturas. E Puebla define a libertação como a consequência da mudança de consciências e da mudança de estruturas sociais. Se não se chegar às consciências e não se mudarem as estruturas, não haverá superação da injustiça, da violência e de outros problemas.

— Por que Puebla foi preparada para ser um retrocesso em relação a Medellín?

FREI BETTO — É que a preparação de Puebla foi feita sob a hegemonia da secretaria geral do Celam, que hoje detém a presidência do Celam. A secretaria preparou dois documentos. O primeiro era um documento de consulta e tinha uma visão histórica do processo de evangelização da América Latina. Ele situava toda a questão da evangelização em torno da recuperação dos valores cristãos da cultura latino-americana. Dentro dessa visão, o grande problema do continente seria a secularização da cultura. Portanto, a Igreja precisaria voltar a ser aquela que exerce o papel de oxigenação cultural, enquanto o Estado cuida da parte material. Inclusive, necessita-se de uma noa convivência entre Igreja e Estado para haver essa divisão de trabalho. O documento de consulta da secretaria do Celam não falou nenhuma vez de classe operária, violência, fome, miséria, tortura — como se nada disso existisse. Bem, esse documento foi severamente criticado, principalmente pelos bispos brasileiros. Com base nas críticas ao documento de consulta, foi elaborado um segundo documento, chamado documento de trabalho, que enfocava melhor diversos aspectos da realidade latino-americana, mas ainda era insuficiente. Mas, felizmente, esse documento não pesou muito em Puebla, na medida em que o Papa e o cardeal brasileiro D.

Aloisio Lorscheider colocaram, logo no início, que Puebla devia basear-se em dois textos: os documentos de Medellín e a exortação apostólica de Paulo VI chamada *Evangelii Nunciandi*.

## A melhor teologia é de um brasileiro

— A teologia da libertação é vista freqüentemente como algo baseado na interpretação marxista da história. Afinal, o que é e onde se fundamenta a teologia da libertação?

FREI BETTO — Bom, a primeira coisa é que a teologia da libertação é hoje uma expressão assumida oficialmente pela Igreja. Ela foi utilizada na exortação apostólica *Evangelii Nunciandi*, de Paulo VI. E, depois de Puebla, o Papa João Paulo II disse num discurso em Roma que a teologia da libertação deveria ser levada para todo o mundo.

— Quem inventou essa expressão?

FREI BETTO — Ela foi empregada pela primeira vez por um teólogo peruano, Gustavo Gutierrez, que é considerado uma espécie de "pai da teologia da libertação". Em 1971, ele escreveu um livro chamado *Teologia da Libertação*. Toda a teologia que se aprendeu na América Latina, até o início da década de 60, foi a teologia européia, tida como uma teologia universal. Isso porque a Igreja vivia sob a inspiração direta de Roma e as coisas que se pensavam em Roma, como reflexo da ideologia liberal européia, eram exportadas como se fossem problemas universais. Isso a gente sente, por exemplo, nas encíclicas sociais, que refletem muito a ideologia liberal européia.

Nos anos 60, com base na experiência dos cristãos ligados às classes populares da América Latina, começou a se cunhar a teologia do desenvolvimento, que refletia a ideologia desenvolvimentista e sofria influência da Conferência da OEA em Punta del Este, da Aliança para o Progresso, etc. Era uma ideologia fundamentalmente burguesa, pan-americana, que achava que o problema seria resolvido através das instâncias da superestrutura, principalmente o Estado.

Depois, quando o conflito político e social se aguçou na América Latina, passou-se a falar na teologia da revolução, expressão cunhada pelo padre Comblin, que publicou dois grossos volumes sobre isso. A teologia da revolução continha ainda uma visão européia. Isto é, discutia em que medida o problema revolucionário seria aceito pela doutrina tradicional da Igreja, procurando levantar as questões novas que a Revolução levantava para a doutrina da Igreja...

Tanto a teologia do desenvolvimento como a teologia da revolução foram elaborações teológicas de gabinete. Depois, em cima de uma prática evangélica vinculada às classes populares, surgiu uma problemática teológica inteiramente nova e, essa sim, latino-americana. Essa problemática foi mais sistematicamente apreendida por Gustavo Gutierrez. Foi a primeira vez que se fez uma teologia a partir da realidade da América Latina. Para os europeus, no primeiro momento, foi um impacto, porque eles nunca tinham encontrado, num livro de teologia, citações de economia, política, ciências sociais, estatística... Para eles, a teologia é uma ciência que se restringe às categorias teológicas. Tanto que, inicialmente, eles duvidaram do estatuto desta teologia.

Bem, hoje, se me perguntarem qual a obra teológica que vai durar 200 ou 300 anos, eu respondo que é o livro *Teologia e Prática*, do brasileiro Clodovis Boff, que coloca as questões teóricas da teologia da libertação. É uma obra pouco conhecida e pouco divulgada, mas que perdurará porque questiona todo o estatuto interno da teologia como ciência e

acaba propondo um estatuto novo. Então é muito difícil dizer que a teologia da libertação é um modismo teológico ou simplesmente um desvio marxista com chancela religiosa. A questão do marxismo, por exemplo, é encarada pela teologia da libertação como todas as outras ciências.

— Mas não existe um tom malicioso na maneira como se acusa a teologia da libertação de adotar uma visão marxista da realidade?

**FREI BETTO** — Me parece que se procura caracterizar a teologia da libertação como uma espécie de cavalo de Tróia do marxismo dentro da Igreja. Mas não se trata disso. Trata-se, sim, de fazer uma leitura teológica do marxismo. Isso não é uma novidade, é uma tradição da Igreja. Primeiro, a própria comunidade primitiva soube ler o fato Jesus Cristo a partir da ideologia judaica. Aí veio Santo Agostinho, no século IV, e lê a tradição inicial da Igreja à luz de Platão, que realmente não tinha nada a ver com o Cristianismo, inclusive porque viveu muito antes de Cristo. Isso foi uma revolução no pensamento teológico. No século XIII, São Tomás de Aquino faz outra revolução, ao retomar toda a teologia à luz de Aristóteles, que era pagão e materialista. Inclusive várias obras de São Tomás foram queimadas. E ele foi cassado como professor na Universidade de Paris, por causa dessa "heresia".

Sem dúvida nenhuma, a teologia tem de encarar hoje a questão do marxismo. E, realmente, há uma nova leitura teológica a se fazer a partir de categorias que o marxismo nos fornece. Não porque sejam categorias marxistas, mas porque são categorias que refletem a problemática real que se vive hoje dentro das contradições de classes. É, um pouco, exorcizar o marxismo dos demônios que tanto assustam, principalmente à Igreja.

— Por que se fala tanto de uma "crise" entre a Igreja e o Governo no Brasil? Ela existe de fato?

**FREI BETTO** — O meu ponto de vista é que não existe propriamente um conflito entre Igreja e Estado no Brasil. Existe um conflito entre Estado e povo. Pelo fato da Igreja se colocar ao lado do povo e ter sido, sobretudo nos anos mais negros desta ditadura, a voz dos que não têm voz, o Estado, no seu conflito com o povo, encontra a Igreja. Ou seja, o conflito Igreja-Estado é uma decorrência da defasagem Estado-povo.

## D. Aloísio sofreu boicote em Puebla

— O que significa ser conservador e ser progressista na Igreja?

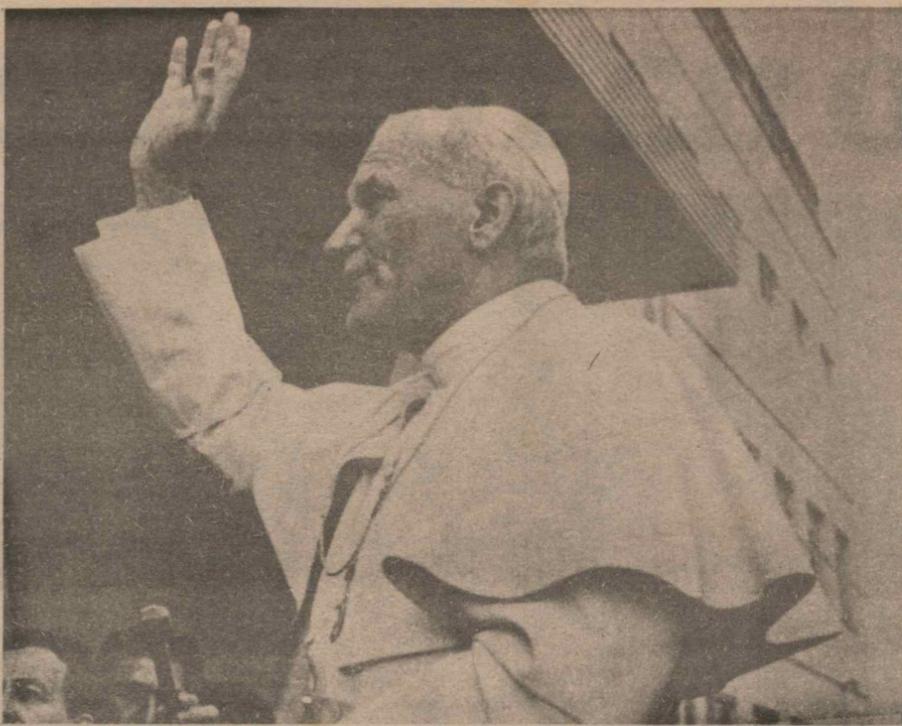
**FREI BETTO** — Eu gostaria de situar primeiramente o seguinte: existem certas análises, feitas por cientistas sociais, principalmente do Brasil, que ainda cometem a ingenuidade de dizer coisas como: "A Igreja está se aproximando dos pobres porque não quer perder o pé na História". Este tipo de coisa só se explica com uma visão idealista do processo histórico. Isto é, equivale a dizer que uma instituição como a Igreja possa existir acima das contradições de classe.

Bem, se a gente parte para uma visão dialética do processo histórico, veremos que toda instituição é formada pelas classes que compõem a sociedade na qual ela aflora. Então é claro que a Igreja também reflete no seu interior as contradições de classes existentes dentro da sociedade.

Os blocos que se formam dentro da Igreja, como reflexo dessas contradições de classes, são basicamente três: os progressistas, que falam a partir das aspirações libertadoras das camadas populares; os conservadores, que partem de axiomas teológicos desligados de qualquer vinculação com a realidade e, portanto, representam objetivamente os interesses das classes dominantes; e uma grande margem de moderados, que flutuam entre as duas tendências.

— Como foi o confronto entre conservadores e progressistas na conferência de Puebla?

**FREI BETTO** — Ocorreram várias coisas onde se percebeu a tentativa de conduzir Puebla para uma determinada direção. A primeira foi como eles montaram o sistema de imprensa. Houve uma infra-



"Não existe propriamente um conflito entre a Igreja e o Estado no Brasil. Existe um conflito entre o Estado e o povo"

estrutura muito grande, inclusive com tradução simultânea em várias línguas. E havia muitas pessoas que, "solicitadamente", faziam para os jornalistas um resumo dos aspectos "mais importantes" dos temas em discussão, supostamente porque nem todos tinham familiaridade com a linguagem eclesial ou não tinham tempo para procurar todos os ângulos dos assuntos.

Por outro lado, alguns jornais já chegaram a Puebla com uma posição firmada, contra a Igreja progressista. O enviado de um grande jornal brasileiro disse que, pela primeira vez, recebeu instrução da diretoria do jornal para que tomasse cuidado porque a Igreja era uma questão muito delicada no Brasil. Sentia-se essa orientação, também, em algumas agências internacionais. Os enviados do Chile, por exemplo, eram aparentemente filhas dos donos dos jornais. Todas estavam preocupadíssimas com a infiltração comunista na Igreja.

Todos os discursos feitos em Puebla eram distribuídos simultaneamente à fala. Quando D. Aloísio falou, na abertura de Puebla, eram três horas da tarde. Mas o discurso dele só foi distribuído, com algumas cópias às oito da noite. Disseram que a máquina de cópias tinha quebrado.

— E qual foi o resultado: o discurso de D. Aloísio acabou não aparecendo nos jornais?

**FREI BETTO** — Apareceu muito pouco. Um discurso distribuído às oito horas da noite não chega a tempo aos jornais, você sabe.

— Quer dizer que o esquema de boicote aos progressistas funcionou?

**FREI BETTO** — Funcionou mesmo. No caso do Brasil, menos, porque os jornalistas brasileiros, com algumas exceções, tiveram um trabalho de equipe. Então eles discutiam as matérias que queriam, antes de enviá-las aos jornais. Trabalhando em conjunto, eles puderam fazer uma exegese mais apurada do material.

— Quais os outros indícios de que a secretaria do Celam tinha prevenção contra os progressistas de Puebla?

**FREI BETTO** — Aconteceu um fato absurdo: a cassação de credenciais de nove jornalistas (espanhóis, americanos, mexicanos), pelo simples fato de que, antes da Conferência, fizeram críticas à organização da Conferência. Quer dizer, a Igreja, que tanto fala de liberdade de imprensa, restringiu a liberdade de jornalistas, num episódio inédito e absurdo. Nem o Kremlin proíbe o correspondente do *New York Times*, por exemplo, de cobrir o noticiário de Moscou. Assim como a Casa Branca não proíbe o trabalho do correspondente da Tass. Mesmo sabendo que é para criticar. Até o Somoza dá liberdade aos caras estrangeiros que vão entrevistá-lo. Por isso esse fato de Puebla é absurdo. Houve um protesto, que consistiu num abaixo-assinado da maioria dos jornalistas presentes em Puebla, mas não foi revogada a cassação das credenciais.

— Se os progressistas representam uma parte ponderável do clero da América Latina, como se explica que o Celam seja controlado pelos conservadores?

**FREI BETTO** — Essa idéia não é correta. Primeiro, o Celam é escolhido por bispos. Eu acho que o conjunto da Igreja na América Latina, principalmente a sua

base popular, tem uma tendência progressista. Quanto aos bispos, isso não é verdade, com exceção do Brasil. O colégio do Celam foi, de certa forma, muito bem montado, na gestão passada. Então em Puebla, eu achei por exemplo que o monsenhor Lopez Trujillo não tinha chances de se eleger presidente do Celam. No entanto, ele se eleger.

— E a assembléia da conferência de Puebla, como funcionou?

**FREI BETTO** — Bem, a assembléia foi montada praticamente para que os bispos confirmassem o documento de trabalho de Puebla. As 21 comissões trabalhavam isoladas e tratariam de fazer a redação do documento final. Isso veio abaixo porque o próprio esquema de trabalho das comissões caiu, porque foi criada uma comissão de articulação, que não estava prevista, cujo papel era fazer a interligação entre as 21 comissões. Esse trabalho, feito por D. Luciano Mendes de Almeida, agora secretário geral da CNBB, foi uma peça realmente fundamental para salvar a conferência. Por isso, acabaram surgindo as reuniões plenárias, que no entanto eram muito apagadas, por causa da dinâmica interna: cada bispo tinha direito a falar três minutos, com texto na mão, sem aparte, sem improviso e sem manifestação contra ou a favor. Isso neutralizou muito o processo de discussão.

## Classe média pensa, mas não age

— Agora fale sobre as comunidades de base da Igreja: o que são, o que fazem, o que representam, quando surgiram, etc.

**FREI BETTO** — Se eu tivesse de situar uma data para o início das comunidades de base, situaria ali por volta de 1965. No Brasil, eu creio que tenham surgido em Natal, com as irmãs de Jesus Crucificado, numa paróquia chamada Nisia Floresta. Naquela época, era bispo de Natal o atual cardeal Eugênio Salles, arcebispo do Rio de Janeiro.

A partir daí, elas se alastraram como um novo modelo pastoral que correspondia à própria influência comunitária. Ou seja, a idéia de comunidade entrou dentro da Igreja, que passou a se organizar como comunidade e não tanto mais como massa. Antes, a paróquia era uma massa um tanto informe que se concentrava nos grandes atos litúrgicos. A partir das comunidades de base, a paróquia passou a se subdividir numa estrutura de comunidades, com núcleos basicamente populares, porque a comunidade de base não existe entre as classes média e alta.

— Por que a idéia da comunidade de base não pega nas classes não populares?

**FREI BETTO** — Não pega porque supõe uma reflexão do Evangelho com uma

## Frei Tito, destruído pela tortura

Dos quatro frades dominicanos presos em 1969 por ligações com pessoas acusadas de subversão, o que mais sofreu foi o Frei Tito Alencar Lima. Torturado, banido, acabou se enforcando na França, onde recebeu tratamento psiquiátrico, sem resultado.

Frei Betto, companheiro de fé e de prisão de Tito, explica aqui as razões que o levaram à morte:

"Eu acho que o Tito foi a pessoa mais torturada que sobreviveu à tortura. As pessoas que sofreram a tortura que ele sofreu, morreram.

Inicialmente, ele foi torturado pelo delegado Sérgio Fleury, em novembro de 1969. Tortura normal por algumas horas: choques, pancadas, etc.

Depois, em fevereiro de 1970, ele foi tirado do xadrez e, durante três dias, as equipes (de torturadores) se revezaram para que ele confessasse participação em assalto a banco. Eles achavam que o nosso processo estava muito fraco e precisava de substância.

E o Tito resistiu à tortura. Quanto mais resistia, mais apanhava. Tanto apanhou que descia e subia para cela carregado. Então, chegou a um ponto em

que ele disse: "Bom, eu assino ou morro". Tito cortou a veia do braço. Não morreu porque os militares ficaram apavorados. Sairam gritando pela OBAN: "Esse frade não pode morrer, se não estamos perdidos".

Frei Tito não morreu, mas acontece que eles conseguiram introjetar o torturador dentro dele. No exílio, essa introjeção apareceu. Na França, ele via o torturador em pessoas estranhas. A Ordem dos Dominicanos propiciou a ele os melhores tratamentos, mas não houve melhoria. O psiquiatra acabou achando que ele devia ir para uma fazenda. E foi lá que ele se enforcou numa árvore. Segundo a análise dos médicos, ele se enforcou para se libertar daquela outra pessoa que o ocupou.

Frei Tito não era um sujeito psicologicamente fraco, mas também não era psicologicamente muito forte. Teve um comportamento muito bom durante a prisão, mas a tortura o afetou muito, sobretudo nas pancadas na cabeça.

O próprio capitão que o torturou disse: "Você não vai falar, mas vai guardar para o resto da vida o preço do seu silêncio". Dizem que esse capitão também enlouqueceu."

(continua)

proposta de ação. Classe média e classe alta gostam muito da reflexão, mas na hora da ação há mil problemas: "Nossos amigos podem interpretar mal", "o patrão pode não gostar", "não tenho tempo", "muita gente pode ser presa"... Bom, por causa disso, as comunidades de base estão montadas em toda a América Latina nos meios operários, indígenas e camponeses.

— O que representa a comunidade no Brasil?

**FREI BETTO** — Num país, com um movimento migratório muito intenso, como o Brasil, a comunidade de base é sobretudo o grande referencial do trabalhador. Ela permite que o trabalhador não perca a identidade. Ao migrar, ele sabe que encontra um lugar onde a sua identidade aparece e se afirma. A comunidade de base tem então uma força produzida pelo próprio contexto social que tende ao nivelamento por baixo. A comunidade de base é um pólo de afirmação humana do trabalhador.

Depois, ela tem uma coisa que pega por dentro, que é a fé. A fé é o eixo de referência humana e cultural das camadas populares. Não só no Brasil, mas na América Latina, o povo é naturalmente cristão. Inclusive, eu estou convencido de que nenhuma transformação social se fará no continente sem levar em conta esse dado. Lamento profundamente que ainda existam grupos que, do alto do seu academicismo europeu, digam que a religião é o ópio do povo. Isso é uma leitura equivocada dos teóricos europeus, na medida em que eles mesmos dizem que, se a religião, por um lado, é o ópio do povo, por outro ela tem um aspecto de protesto. O oprimido, ao crer, nega a sociedade existente... Se essa sociedade o satisfizesse, não haveria a aspiração de uma outra ordem de coisas. Então, a questão é realmente dialética. Depois da experiência do Irã, não é preciso reforçar muito a dimensão religiosa do povo poder ter como papel na transformação social.

## Como o povo lê o evangelho

— Como funcionam as comunidades?

**FREI BETTO** — A comunidade de base funciona pelo método do ver, julgar e agir. Isto é, conhecer a realidade, a partir dos problemas que cada um levanta. A comunidade de base tem de 10 a 20 pessoas que se reúnem de 15 em 15 dias ou de mês em mês, na paróquia. Nessas reuniões, cada um conta o seu problema na família, no bairro ou na fábrica. Isso é o ver. O julgar é o momento em que, à luz do Evangelho, a comunidade procura interpretar esses problemas. E o agir é o que se vai fazer diante disso.

— Depois de levantados os problemas, então, há uma leitura do Evangelho?

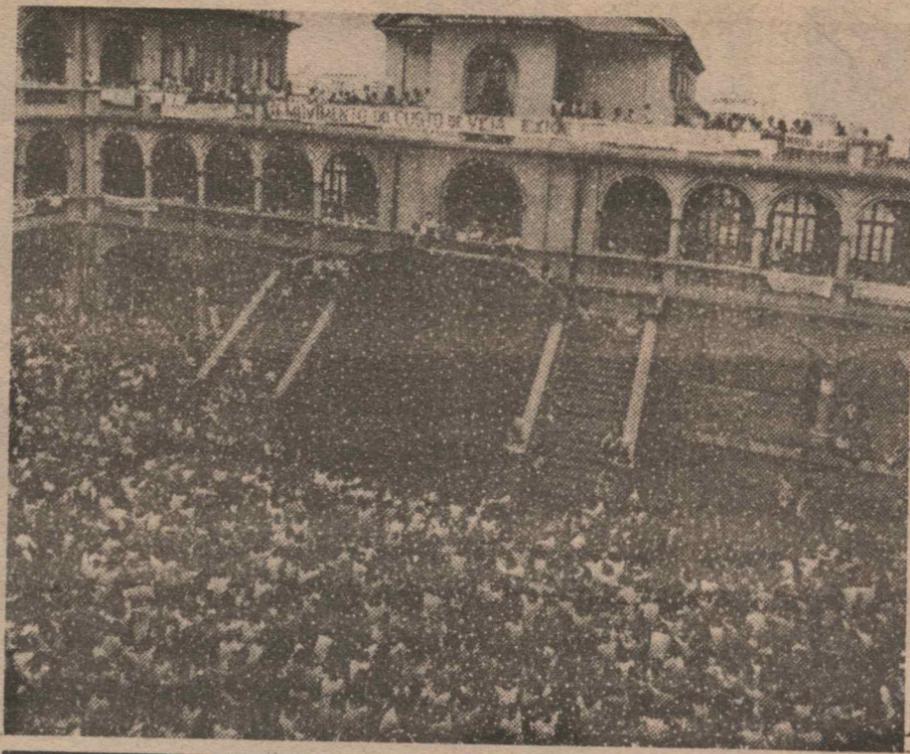
**FREI BETTO** — Sim, há uma leitura do Evangelho, onde entra o método do ciclo bíblico — a ligação do fato da Bíblia com o fato da vida.

— Mas, lendo o Evangelho, é possível encontrar ligações com fatos que ocorram, por exemplo, no ABC paulista?

**FREI BETTO** — Claro! O mais incrível na comunidade de base é exatamente isso: a leitura que o povo faz do Evangelho. É diferente da leitura que fazem aqueles que não estão vinculados ao povo.

— Mas a leitura do Evangelho precisa ser orientada por um padre ou pessoa experiente?

**FREI BETTO** — Não, o povo faz naturalmente. Isso inclusive me parece que inaugura um princípio epistemológico da maior importância: todo texto é entendido a partir do contexto em que é lido. O mesmo texto, lido em contextos diferentes, produz duas leituras diferentes. Isso é uma experiência que a gente está fazendo na comunidade de base. O pessoal pega o Evangelho e coloca perspectivas inteiramente novas para a gente. Por exemplo, eles sempre partem do princípio de que Jesus foi um trabalhador. Ou seja, a estrutura da apreensão deles é diferente da nossa. Eles fazem uma leitura de caráter imperativo. Aquela passagem em que Jesus disse: "Bem-aventurados os perseguidos porque eles terão justiça", o trabalhador faz uma ligação imediata com os caras que estão sendo perse-



"Acho que as comunidades são a coisa mais importante, em matéria de organização popular, que aconteceu na América Latina nos últimos tempos"

guidos e estão sofrendo porque falam em justiça. Isso é comum na comunidade. Como também é comum pegar as coisas do Evangelho pelo aspecto ético, pelo lado moral. Mas a sua leitura tem um caráter imperativo de que a palavra de Deus exige isso de mim e, portanto, eu devo agir assim. A leitura fora do contexto popular não tem esse caráter nem essa perspectiva. Em outras palavras, fora do contexto popular, a leitura do Evangelho é memorativa, não é ligada com a realidade de hoje.

— A leitura popular, então, é uma espécie de resgate do Evangelho?

**FREI BETTO** — Exatamente. Sobre isso, aliás, um homem que vive exclusivamente de captar essas coisas, escreveu uma vastíssima obra que qualquer gente de comunidade de base conhece, mas nenhum intelectual brasileiro conhece. Esse homem chama-se Frei Carlos Nestes e escreveu vários livros somente sobre isso. Tem um volume chamado *A Palavra de Deus e a História dos Homens*, outro *Por Trás das Palavras*, outro *Paraíso Terrestre, Saudade ou Esperança*, e vários outros. Mas a proposta dele é a seguinte: só o povo possui a chave da leitura da Bíblia.

— Esse cara é brasileiro?

**FREI BETTO** — Esse cara é holandês mas é muito mais brasileiro do que a gente, sabe? Mora em Angra dos Reis e está há muitos anos no Brasil. Tem uma sensibilidade popular incrível, é filho de mineiros holandeses. Ele acha que é preciso devolver a Bíblia ao povo porque o povo vive num contexto bíblico.

## Existem 80 mil comunidades no país

— A Bíblia lida nas comunidades é a tradicional?

**FREI BETTO** — É a Bíblia tradicional. Tem uma tradução chamada *A Bíblia na Linguagem de Hoje*, que é uma tradução, digamos, mais brasileira, com um vocabulário mais nosso.

— Você tem exemplos de como as comunidades de base interpretam o Evangelho?

**FREI BETTO** — Pra mim é difícil repetir ou reproduzir como seria uma leitura deles. Eu chamo atenção para a diferença entre o memorativo e o imperativo. Nas comunidades, há uma identificação entre o contexto bíblico e aquilo que o povo coloca. Mas dentro desta experiência das comunidades, a partir do que a gente foi ouvindo deles, nós passamos a ter uma outra leitura. Então eu diria que hoje estou procurando devolver à comunidade aquilo que aprendi com ela, nesse livrinho chamado *A Semente e o Fruto*, da Editora Vozes.

Posso citar um exemplo do trabalho que estou fazendo. É o capítulo 2 de São Marcos, versículos 23 a 28. A passagem diz o seguinte:

"Num sábado, Jesus e os discípulos

atravessavam uma plantação de trigo. Enquanto caminhavam, os discípulos colhiam espigas. Então os fariseus perguntaram a Jesus: Por que é que os seus discípulos estão fazendo o que a nossa lei proíbe fazer no sábado? Jesus respondeu: Vocês não leram o que Davi fez, junto com seus companheiros, quando sentiram fome e não tinham o que comer? Ele entrou na casa de Deus, no templo do sacerdote Abiatar, comeu os pães oferecidos a Deus e deu também a seus companheiros. No entanto, é contra a vossa lei alguém comer desses pães a não ser o sacerdote.

Então, o que é incrível é que a comunidade, como vive num contexto bíblico, leva a fazer a pergunta: qual o contexto que está por baixo do texto? Examinando isso, eu percebo o seguinte: houve um conflito entre o grupo de Jesus e o grupo dos fariseus. Esse conflito, segundo os fariseus, está baseado no fato de o grupo de Jesus desrespeitar o sábado, dia sagrado, colhendo espigas. Então eles acusam Jesus, como se o pegassem em flagrante. Jesus, em vez de responder com uma justificação própria, remete a justificação a alguém que os fariseus respeitavam muito, que era Davi. E diz: muito pior do que nós vínhamos fazendo, fez um cara que vocês respeitam muito. Davi não entrou num campo para colher espigas. Entrou na casa de Deus. Não pegou espigas, pegou hóstias. Também era proibido, mas o que o justificava e também a Jesus e discípulos? Aí tem o dado que os fariseus não conseguiam apreender: a necessidade material do homem está acima da necessidade espiritual; não tem sentido toda a estrutura da Igreja, com seus objetos sagrados, se isso não está em função da libertação do homem. Daí a conclusão de Jesus: o homem não foi feito para servir o sábado e as coisas sagradas, e sim o contrário. E nós caímos no fariseísmo toda vez que invertemos a situação, achando que o povo deve estar a serviço da estrutura da Igreja e não a estrutura da Igreja a serviço do povo. Como é que a gente chega a essa leitura? Por um processo que é reflexo da consciência da gente a partir de uma realidade que está vivendo. Isso abre um caminho inteiramente novo.

— Quantas comunidades de base existem hoje no Brasil?

**FREI BETTO** — Segundo consta, existiriam 80 mil comunidades no país. Isso é uma estatística projetiva feita pela Ceres, que é o setor estatístico da Igreja no Brasil. Elas existem no país inteiro, é raro o lugar onde não tenha.

— Quem é o responsável pelas comunidades?

**FREI BETTO** — No Brasil elas surgem por iniciativa dos bispos. Dentro da Igreja, elas não têm nenhum caráter contestador, o que é muito difícil de entender na Europa, onde as comunidades são núcleos de leigos que querem viver o que eles chamam de Cristianismo sem religião. É uma coisa meio anticlerical. Na América Latina, a comunidade é uma iniciativa oficial da Igreja, uma coisa já consagrada.

— Não há comunidades em outros continentes como Ásia e África?

**FREI BETTO** — Às vezes acontece de surgir pressão do poder local ou não local, pelo fato de as comunidades darem origem a movimentos reivindicatórios. Agora, as comunidades são irreprimíveis, porque é impossível reprimir uma coisa tão autêntica e numerosa. Não haveria cadeia para todas as comunidades. Agora, dizem que o Carter está muito preocupado com elas... Na realidade, eu acho que as comunidades são a coisa mais importante surgida na América Latina nos últimos anos em matéria de organização popular. As comunidades são uma decorrência do tipo de estrutura social que os regimes ditatoriais tentam implantar na América Latina. Na medida em que as camadas populares são excluídas da participação política e social, é evidente que vão se organizar de outra maneira. Eu diria até, em outras palavras, que elas existem graças a esses regimes excludentes, que são os principais culpados da existência de tantas comunidades. Só há duas soluções para o povo: ou ele é integrado ou ele é marginalizado. Se marginalizado, ele encontra uma forma de se organizar. A terceira solução seria o genocídio: acabar com o povo.

Evidentemente, as comunidades são uma força de pressão social, através de movimentos populares. Como comunidades, sua atuação é eclesial. Mas dentro delas vão surgindo pessoas que vão descobrindo a importância de elas participarem da vida social, econômica, política e cultural do país.

— Mas, aparentemente, a Igreja revela certa resistência a que as comunidades sejam absorvidas pelos mecanismos institucionais de participação política, como os partidos. Afinal, por que a desvinculação entre as bases populares e os órgãos, digamos, de gestão do Estado? Isso vai perdurar?

**FREI BETTO** — Não sei dizer pra onde vai a coisa, mas acho que essa base da Igreja não confia nos modelos elitistas que estão por aí. Isso me parece uma grande aquisição. Pela primeira vez existe uma base popular que confia em si mesma. Eu não saberia dizer como ela vai estabelecer sua participação no processo político. Ela é que vai resolver. As bases, pela primeira vez, estão convencidas de que historicamente as propostas vindas de cima para baixo não correspondem às suas aspirações. E evidente que a história prova isso.

— Mas não existe nenhum interesse da comunidade de base se expressar através do MDB, por exemplo?

**FREI BETTO** — Como comunidade de base, creio que não. Ela pode até apoiar um candidato do MDB, por circunstâncias. Mas não creio que seja por aí. Há um dado importante nas comunidades de base: elas não têm pressa. Eu diria até que hoje elas têm menos pressa do que teve certa intuição de que, aos poucos, o processo histórico está a favor delas. Não é um sentimento da base da Igreja, mas de toda a base popular mesmo.

# Guerrilha no Sul: 23 homens tentam levantar o País

**N**o burburinho do saguão do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, ninguém notou aquele senhor de cabelos longos e grisalhos, o rosto envelhecido, mas sorridente, quase alegre. Também não tinha sido notado, um outro homem corpulento, atarracado, cabelo curto, feições de índio.

Eles avançaram um na direção do outro e abraçaram-se calorosamente.

— Sabe o que eu vinha pensando no avião, Alberi? Que hoje é o dia em que se comemora a Intentona Comunista. Imagina se eles soubessem que estamos nos reencontrando justamente hoje. Não iam acreditar que é coincidência.

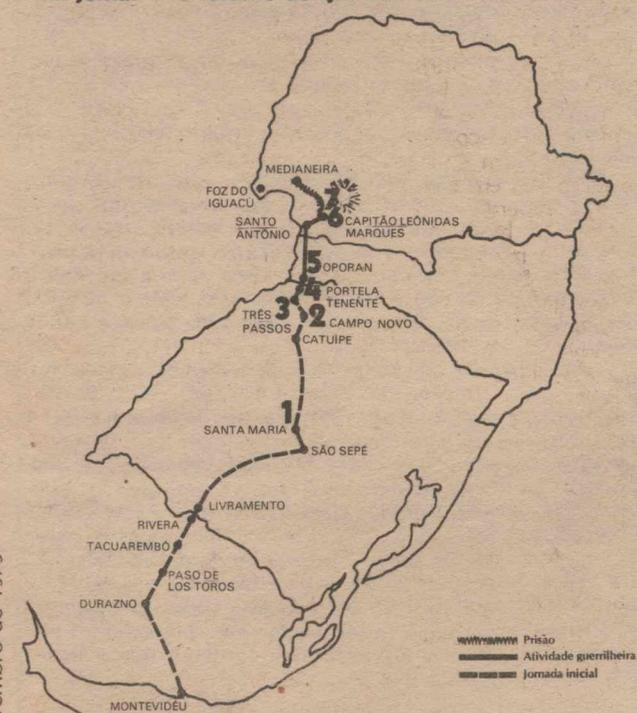
Ali estavam os dois personagens principais de um episódio que surpreendeu o país, há 13 anos: a primeira tentativa de um levante armado para derrubar o governo militar instalado em 1964. O ex-coronel do Exército, Jefferson Cardim Osório, e o ex-sargento da Brigada Militar, Alberi Vieira dos Santos.

Na madrugada do dia 26 de março de 1965, os dois, comandando um pequeno grupo de 21 homens, tomaram de assalto a localidade de Três Passos, pequena cidade na região norte do Rio Grande do Sul, na época com pouco mais de cinco mil habitantes. Como foi organizada esta ação, os detalhes da Operação Três Passos, (como era chamada) e o que aconteceu com os 23 guerrilheiros presos por tropas do exército na região de Capitão Leônidas Marques, no Paraná, ainda não foi divulgado na imprensa.

A imprensa — que estimou em cinco mil o número de homens mobilizados para combater a guerrilha — consagrou a versão das autoridades: era uma ação isolada, desencadeada por dois malucos. Até os partidários de Brizola estimularam a versão de "aventura suicida", procurando desvincular dela qualquer participação do ex-governador.

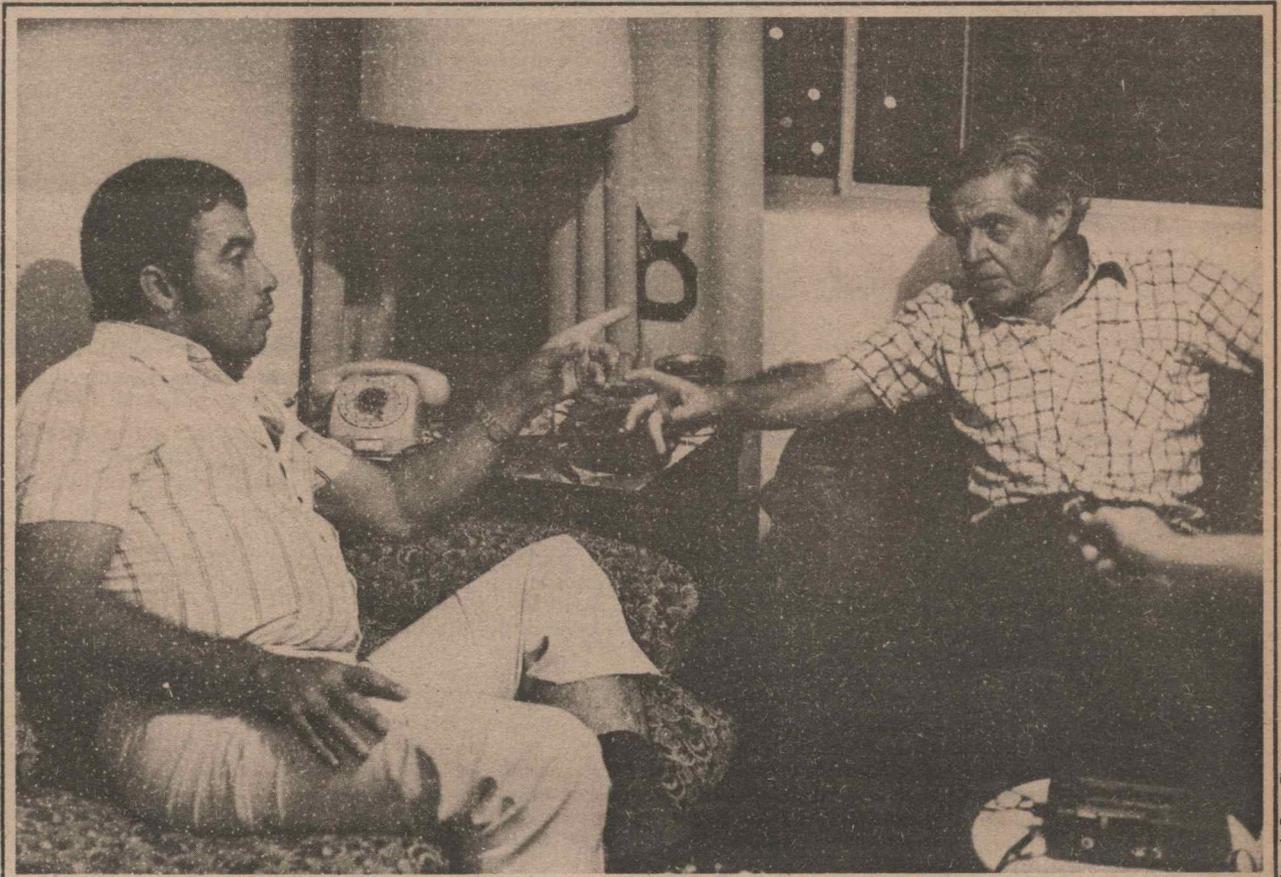
Alguns jornais chegaram mesmo a divulgar a versão de que o verdadeiro objetivo "dos bademeiros" era um atentado ao presidente Castello Branco, que no dia 27 de março se encontrava em Foz do Iguaçu, inaugurando a Ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai. O processo aberto pelo exército, no entanto, envolveu 300 pessoas nos três estados do sul.

Nos primeiros dias de novembro de 78, o Coojornal promoveu o encontro de Jefferson, na época com 67 anos, saído da cadeia há 14 meses, e Alberi, 41 anos, em liberdade desde 1973 (ele foi assassinado em fevereiro de 79). Foi a primeira vez que se reencontraram fora da prisão e o depoimento a seguir foi o primeiro que deram a um jornal — o resumo do que será um livro em breve.



- |   |                                 |
|---|---------------------------------|
| 1 — Compra de um fuzil                  | 5 — Decisão pela guerrilha      |
| 2 — Acampamento às margens do Rio Turvo | 6 — Localizados pelo Exército   |
| 3 — O começo da operação                | 7 — Ponto onde se deu o combate |
| 4 — O outro destacamento assaltado      |                                 |

O roteiro: 1.600 quilômetros desde Montevideu



Jefferson e Alberi: o reencontro em liberdade para reconstituir a versão dos líderes

— Em que circunstâncias o senhor soube do golpe de 1964?

**Jefferson** — Na noite de 1º de abril, na residência do cônsul Murilo Bastos, em Montevideu, junto com o Leocádio Antunes. O Leocádio disse: "O Amaury Kruei vai salvar a situação". E eu respondi: "O Amaury é um traidor histórico. Fez a carreira dele na traição". O Leocádio brigou. Disse que eu falava mal de um amigo meu e do Jango. Na semana seguinte, embarquei de ônibus para Porto Alegre. Quando passei em Bagé, as rádios ainda estavam em cadeia, como em 1961. Fiquei escondido oito dias, fiz alguns contatos e vi que não ia dar nada. Voltei ao Uruguai, fui preso e libertado em seguida. Cheguei em Montevideu no dia 10 de abril e na mesma noite falei com o Jango. Disse que ele tinha de fazer alguma coisa e ele respondeu: "Não Jefferson, agora não tenho cabeça para pensar".

— O senhor já tinha alguma proposta concreta para fazer ao Jango?

**Jefferson** — Claro. Fiz depois e ele topou. Quando entrei no Uruguai pelo Chuí, fiz um levantamento das condições da região, que eu já conhecia antes. É uma zona isolada, de difícil acesso. Eu disse ao Jango: "Preciso de 500 contos para tomar o Chuí. Com cinco ou seis homens, não precisa mais que isso. Lá a gente instala o governo em Santa Vitória do Palmar e inicia a resistência". Eu tinha um planejamento por escrito da operação, que depois foi elogiado pelo general Oscar Luiz da Silva, pela precisão logística. O Jango concordou, mas disse que só tinha 200 ou 300 contos no bolso para me dar. A Operação Chuí só não foi realizada porque alguns companheiros que haviam se comprometido a conseguir equipamentos falharam e, em seguida, chegou o Brizola. O grupo que, até então, estava em torno de Jango, desagregou-se.

**Alberi** — Após a chegada do Brizola a Montevideu começou a chegar mais gente: políticos, oficiais das três armas, elementos expurgados e outros que saíram sem motivo algum, só de medo. Cada um contava uma história, dizia que tinha tantos homens para lutar. Houve caudilho que falou em 500 homens. No começo, eu acho que ele se impressionou com os números, porque o Brizola era um homem sem nenhum conhecimento militar e até sem ideologia. E estava cercado de pessoas que também não tinham conhecimento militar, como o Paulo Schilling, o Dagoberto Rodrigues e o Tenente José Wilson, que eram seus principais assessores.

— Qual foi o papel do Brizola na preparação do movimento: tomou parte ativa? Estimulou discretamente? Ou apenas tomou simpatia?

**Jefferson** — Ele era o chefe político do movimento. Quero frisar que o nosso movimento era o dele. No primeiro encontro com Brizola, em Montevideu, o coro-

nel Pedro Alvarez estava junto. Lá por julho de 64, até o convidei para almoçar em minha casa, mas tudo malogrou porque elementos brizolistas faziam críticas à minha pessoa. Resolvi me afastar. Em dezembro, minha filha foi atropelada e ele foi visitar-me no sanatório americano. Disse que precisava muito falar comigo. Eu já estava de malas prontas para retornar ao Brasil, embora soubesse que seria preso na fronteira. Resolvi ir ao apartamento dele e ele me fez a colocação: "Jefferson, preciso muito de você, porque estou vendo que os elementos de que disponho não são suficientes e você é um homem de luta". Me disse que desejava iniciar o movimento. Fizemos um pacto com um aperto de mãos: "Morrer pelo povo". Ainda tive três ou quatro encontros com ele. No último, ficou claro que eu ia iniciar o movimento antes do golpe completar um ano.

— Quem financiava as viagens de sondagem que vocês faziam ao Brasil?

**Alberi** — No Brasil, havia pessoas que colaboravam, como o Doutel de Andrade, e formava-se uma caixa em Montevideu. Geralmente, era o Dagoberto quem movimentava o dinheiro.

— O Brizola falava sobre o objetivo político do movimento?

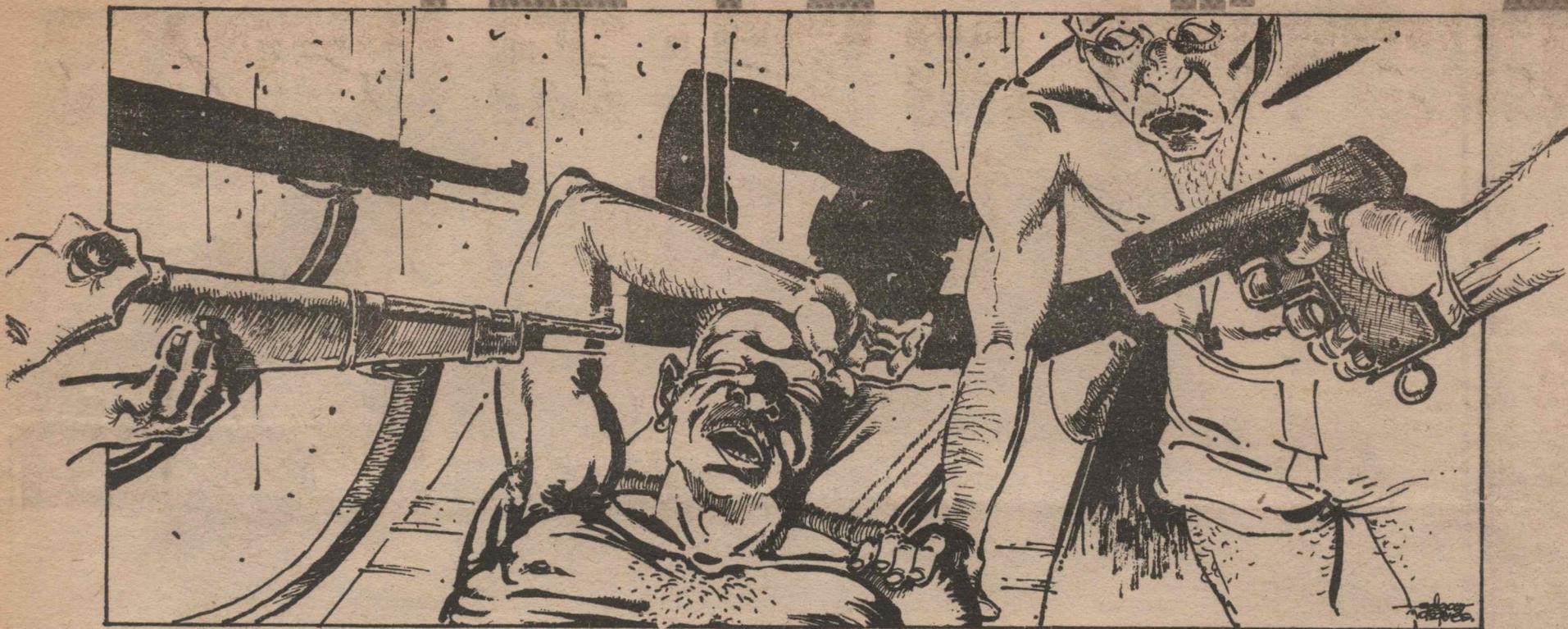
**Alberi** — Não só o Brizola. Era discutido e aceito por todos os elementos que iam lá: era uma revolução, tomava o poder e depois a linha política seria de acordo com o desdobramento e a linha que assumisse o poder. Ele era flexível nessa parte. Costumava dizer que íamos fazer a revolução por etapas e que a linha política viria em função da maneira como fosse tomado o poder. Se fosse tomado por uma revolução convencional, uma quartelada, a quebra de estrutura teria de vir através de reformas normais. Se fosse através de uma luta prolongada de guerrilha, os quadros se forjariam na luta.

— Brizola falava na participação de Jango nessa luta?

**Jefferson** — O objetivo e as intenções políticas de Brizola são uma questão delicada. Eu senti, durante todo esse tempo que estive com ele, que com revolução ou quartelada, o que estava em vista era afastar o Jango quando o movimento estivesse vitorioso. Notava-se que ele ainda estava em dúvida sobre como conduzir o movimento, se vitorioso, porque ele não poderia ser um chefe político permanente, um ditador, na medida em que entrariam na luta outros líderes políticos.

— Como se desenrolou a Operação Três Passos?

**Jefferson** — Nós tínhamos um acordo, eu e o Brizola. Eu não faria perguntas sobre os planos dele e me reservava o direito de não informar onde nem quando lançaria o que ele dizia ser o estopim para eclodir um movimento de insurreição no Rio Grande do Sul. Na saída, no último encontro, que foi no dia 13 de março,



## — Acorda rapaz, vamos que a Revolução começou. Brizola vem aí

eu disse que ia dar início ao movimento antes do último dia do mês. Ele disse que entrasse em contato com o Alberi, que veio à minha casa. Sobre um mapa do Rio Grande do Sul fizemos o planejamento e o roteiro, os pontos a serem atingidos, a região preferida. O Alberi escolheu a região norte, que ele conhecia e era desprotegida. Depois fui ao Jango e ao Darci Ribeiro. Falei com o Darci no dia 15, pois o Jango tinha ido a Taquarém investigar um roubo de dinheiro na fazenda dele. Disse ao Darci que ia começar o movimento antes de completar um ano do golpe. Ele me respondeu: "Jefferson, só peço isso a você. Comece antes de completar um ano. Inicie, pelo menos, para abalar a situação". Então eu pedi uma ajuda econômica, ele me disse que tinha só 500 dólares mas que eu podia levar. O Jango voltou no outro dia, mas não tinha dinheiro, tinha sido roubado. Em casa, eu tinha 200 dólares e o Ivo Magalhães deu mais 300 cruzeiros. No total, tínhamos uns mil dólares, que convertimos em cruzeiros e pesos. No dia 17 de março, compramos armas numa loja de Montevideu: três armas de caça tchecas semi-automáticas de 15 tiros, calibre 22, compramos mil tiros para cada uma. O sargento Aires tinha um 38 e uma arma de caça, o Alberi tinha um 38 e eu uma pistola 45. Gastamos uns 250 dólares.

**Alberi** — Eu vou abrir um parêntesis. No período anterior, passou-se por uma série de planejamentos, mapas e tal. Eu vi, um dos mapas, muito bonitinho, do Mato Grosso até o Rio Grande do Sul. Incluía desde armamentos, fardamentos, assistência para os familiares, verba para o combustível. Seria uma região de quase seis mil quilômetros, do Chuí ao Mato Grosso. Estavam indicadas possíveis entradas pela Guiana. Na minha opinião, foi em função desse grande planejamento que o movimento foi sendo protelado, pois dependia de grandes recursos.

### — Quem financiaria essa operação?

**Alberi** — Esse planejamento foi levado a Cuba pelo Darci Ribeiro e com base nele foram liberados 500 mil dólares. E depois veio outra remessa de 500 mil dólares. Nesse momento começaram as brigas em torno da divisão do dinheiro: se ficava um terço com o Brizola, um terço com o Jango e outro com o Darci Ribeiro. O Brizola alegava que o Jango e o Darci eram a mesma facção. A primeira remessa veio entre 12 e 15 de dezembro de 1964 e a outra entre cinco e oito de fevereiro de 65. Um dia eu perguntei ao Brizola porque estava sendo protelado o movimento. O José Wilson e o Eliseu Torres estavam juntos. Ele falou que estava esperando o dinheiro e eu perguntei pela remessa que tinha chegado. Aí ele falou que era uma engrenagem, que teria um orçamento, que a verba era de três milhões de dólares. Eu respondi: com três milhões é melhor comprar os generais, sai mais barato e não precisa lutar. Foi nesse dia que eu e o sargento Firmo Chaves ameaçamos largar tudo. Então o Brizola voltou a dizer que as coisas se encaminhavam e me falou pela primeira vez no nome do coronel Jefferson, que estava em contato com ele. Mas passaram-se os dias e não saiu movimento nenhum, nem nós pegamos qualquer importância desse dinheiro para a Operação Três Passos.

**Jefferson** — Vamos retomar o roteiro. No dia 18 de março de 65 fui de táxi apanhar o Alberi no hotel Harmonia. Dia 19 já estávamos dentro do Rio Grande. O Chaves foi até Porto Alegre, onde encontrou de passagem o Francisco Lage, emissário do Brizola.

**Alberi** — Dois ou três dias antes, eu combinei com os rapazes para quebrar o pau em Pelotas. Aí o Brizola manda o Francisco Lage a Pelotas — nós ficamos sabendo por coincidência — dizer que não entrassem no movimento sem a palavra de ordem dele, quando o combinado era que, ao ser lido o manifesto em alguma rádio do Rio Grande, todos deviam se movimentar.

**Jefferson** — O Brizola ficou sabendo no dia 19 de manhã que nós já estávamos em Livramento, porque ele

mandou o Wilson me procurar. Mas eu não podia ter dito a ele que ia embarcar, até porque a gente suspeitava que tinha um informante do adido militar brasileiro, coronel Câmara Senna, na casa dele. Nos sete dias que nós corremos de Montevideu a Três Passos, o Brizola poderia ter mandado um mensageiro, pois os sargentos Augusto, Afonso e o Brandão sabiam até onde estávamos. O Brizola não foi um traidor, não delatou o movimento à polícia. Foi isso que eu disse no inquérito ao general Oscar Luís da Silva. A traição dele foi ter mandado iniciar o movimento e depois ter-se arrependido e não colocar o plano em execução. Não sei por que, pois ele dizia que estava tudo cem por cento. Isso eu quero deixar claro, porque ele não estava tratando com uma criança. Vamos reconstituir o roteiro: Livramento, São Sepé, Santa Maria — aí com-pramos um fuzil por dez contos — Cruz Alta, Ijuí, pernoite em Catuípe. Seguimos para a costa do rio Turvo, entre Três Passos e Campo Novo. Toda essa movimentação era feita de táxi, trocando de táxi a cada cidade. Para o início da operação, professor Waldeter Dorneles fez um croqui com os pontos de ataque. Durante a tarde do dia 25, nós fizemos um levantamento. O ataque foi planejado com as prioridades estabelecidas e o número de homens era suficiente, mas era necessário agir com precisão. Tínhamos pela frente: um destacamento com 12 ou 13 homens, o presídio com oito homens, a patrulha da delegacia, mais a central telefônica e a rádio. Eram seis operações para fazer com 23 homens.

**Alberi** — Chegamos em Três Passos mais ou menos às dez e meia da noite. À meia-noite, cortamos os fios do telefone a um quilômetro da cidade. Durante a tarde, num jipe velho e vestido de camponês, eu tinha feito o reconhecimento da cidade. O presídio ficava numa baixada e o destacamento no alto. De modo que da escada do destacamento se via o presídio. Então era preciso atacar primeiro o destacamento, que tinha oito homens.

**Jefferson** — No primeiro assalto, abri a porta do destacamento. Não tinha ninguém, mas estava todo iluminado. Invadimos o alojamento, eu e o Alberi, e mandamos os homens se levantarem. Eram sete, um estava dormindo na porta. Eles me viram fardado e se levantaram assustados. Eu gritei: "Deitem-se". E o Alberi gritou: "Levantem-se". Eles não sabiam a qual obedecer. Estavam todos de cuecas. Logo veio o Aires com o pessoal, pegamos as armas, arrombamos o almoxarifado e inutilizamos a chave da estação de rádio e telefone. Aí chegou o sargento chefe do destacamento e abraçou-se ao Alberi. Haviam servido juntos, estava um rebuliço e não adiantava fazer nada. "O coronel está aqui. E o plano do Brizola e a situação já está dominada". Limpamos tudo e fomos ao presídio. O guarda se assustou e correu para o fundo, que não tinha saída. Outro guarda viu e também fugiu. O cabo, um negão, não se acordava nunca, só acordou mesmo quando lhe esfregaram um revólver na cara. Deixamos só os presos comuns nas celas. Mas ainda lá no presídio chegou um comissário e uns populares. Alguém gritou: "Viva a revolução!". E houve um comício rápido: eu disse que o III Exército já tinha aderido, que Porto Alegre já tinha sido dominada e que eu estava ali para dar segurança e, por isso mesmo, ia desarmá-los. Restavam a patrulha e o delegado.

**Alberi** — Quando íamos entrar na rádio, chegaram mais três elementos da brigada. Metemos as armas neles e se entregaram. Vinham da zona do meretrício. Logo depois vinha chegando a patrulha da delegacia, com dois inspetores e dois soldados. O comissário — que era responsável pela delegacia e nosso companheiro — já tinha me dito de tarde que teria um caminhão abastecido à nossa disposição. Prendemos todos e mandamos subir, só de cuecas, para o caminhão velho. Na hora da leitura, do manifesto, o operador disse que a rádio não estava funcionando (a rádio era do doutor

Amaral de Souza, agora indicado governador. Trabalhava ali um cunhado dele). Aí eu falei que dava um minuto para ele consertar o defeito. Ficou tudo pronto antes do minuto e o coronel Jefferson fez a leitura do manifesto. Ele foi gravado e tem cópia no processo. Era um documento nacionalista. Falava nas reformas e conclamava o povo à luta armada. Denunciava que o Brasil estava se transformando num quartel. A gente já tinha 35 presos sem dar um tiro. Demoramos duas horas na operação, uma a mais que o previsto. As duas horas saímos de Três Passos para Tenente Portela.

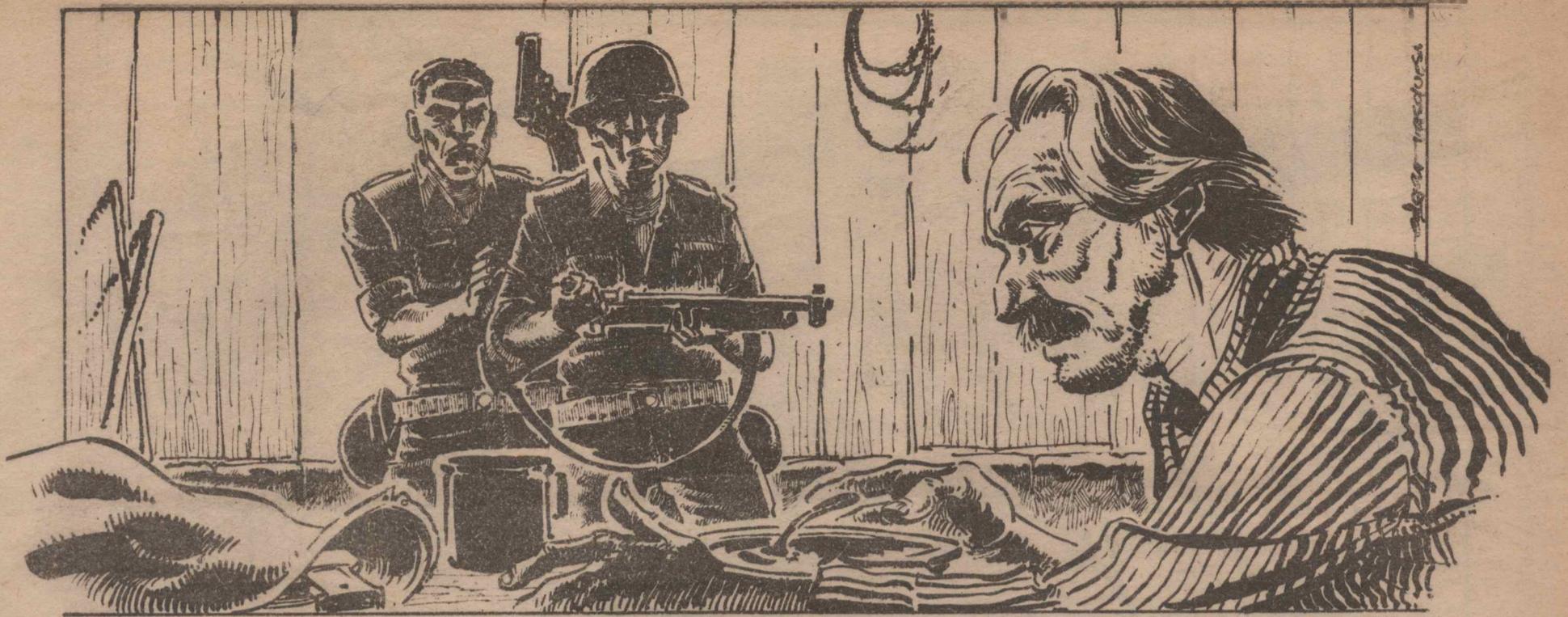
**Jefferson** — Chegamos antes das três horas. Eu e o Alberi fomos ao destacamento, abrimos a porta e o sargento estava sozinho. Mesmo assim quis reagir. Foi nessa hora que o Alberi empurrou e disse: "Você não podem desobedecer ao coronel. Se ele está mandando entregar as armas, têm de entregar". Aí ele fugiu e abandonou o posto pelos fundos. Eu fiquei na mesa do sargento e os nossos homens entraram para quebrar a estação de rádio e cortar os fios. Seguimos imediatamente para cruzar o rio Uruguai e entrar em Santa Catarina. Eram duas horas de viagem até a balsa. Chegamos às cinco horas. Tinha um cabo PM no destacamento e eu dei ordem para que ele chamasse o balseiro. Mandei o cabo botar todo o armamento no caminhão, até mapas e a máquina de escrever. Só não quebramos o telefone porque nossa idéia era voltar a esse lugar para um eventual contato. O balseiro chegou e disse que do exército não se cobrava para transportar. Uma hora depois estávamos em Itaporã, na fronteira com a Argentina. As rádios de Porto Alegre já estavam noticiando a leitura do manifesto e, conforme o combinado em Montevideu, deveria haver reação. Tínhamos 60 fuzis, uma metralhadora tcheca de tripé, daquelas pequenas, 30 revólveres e muita munição. Pensávamos em armar mais gente.

### — A essa altura, vocês já percebiam que o plano do levante geral havia fracassado?

**Jefferson** — Sim, nós planejamos duas opções. Um movimento convencional, uma quartelada e, caso falhasse, um movimento de guerrilha. Até aí o planejamento era a quartelada. Visava tomar destacamentos e esperar adesões de quartéis. Já dava para sentir que não havia reação alguma. As rádios noticiavam desde a madrugada a leitura do manifesto e a tomada de Três Passos. Diziam que a operação era de grande envergadura, que eu dispunha de 200, 300 e até 400 homens. E citavam meu nome. Até aqui, era o plano da revolução de Brizola. Agora era preciso pôr em marcha o planejamento da guerrilha. Eu, o Alberi, o Aires e o Bonilha conversamos e combinamos que não podíamos mais perder tempo. Era o dia 26 e resolvemos que nesse dia deveríamos atravessar Santa Catarina e ingressar no Paraná. Fizemos o roteiro até Santo Antônio e chegamos, de novo, próximo à fronteira com a Argentina. Manobramos por uma estrada secundária, para evitar passar por Foz do Iguaçu, e atingimos Leônidas Marques. Mais ou menos às cinco da tarde um Douglas DC-3 passou alto. Eu mandei jogar o caminhão para dentro do mato, mas ele nos localizou. Quando chegamos a Leônidas Marques, depois de atravessar o Iguaçu numa balsa, era mais ou menos meia-noite. Forçamos um restaurante a abrir para comer sanduíches e o rádio anunciava que tinha guerrilheiros no Paraná. Disse ao dono do restaurante: "Estamos aqui por ordem do Estado-Maior, para procurar esses guerrilheiros". No dia seguinte, eu, o Alberi, e o Bonilha saímos para obter alimentos para o pessoal e tentar conseguir mais alguns homens. Foi nesse percurso que surgiram viaturas militares — jipes e caminhões cheios de soldados, como patrulhas de reconhecimento — que vinham pela estrada na direção de Leônidas Marques, e voltavam ao mesmo local.

Eram 10 horas da manhã do dia 27. Reuni o pessoal

Continua



## —Não mate esse homem, é o coronel Jefferson, disse o sargento

no mato e disse: "Nós só temos uma chance de escapar vivos: tomar e prender a patrulha. Senão, seremos mortos após o cerco". Eles obedeceram e reagiram bem. Mandei ficarem deitados, em linha de combate dentro do mato, dos dois lados da estrada. O lugar era uma lombada, de vegetação densa e quase nenhuma visibilidade, com pouco ângulo de tiro, mas com a vantagem de saber a posição do caminhão. Quando o caminhão atingiu a crista da lombada e ia começar a descer eu gritei: "Estão presos. Rendam-se". O caminhão não chegou a vencer a lombada. Acho que o motorista se assustou e o caminhão voltou para trás. O tenente saltou e foi uma debandada geral. Julgavam-se cercados por todos os lados e se apavoraram. Foi um tiroteio medonho, as balas passavam zunindo por mim. Foi aí que morreu o sargento Argemiro Camargo, com nossas balas ou as deles. Essa questão inclusive é discutida, pois não conseguiram provar nada nesse sentido. Não houve perícia balística e daí se pode concluir que ele tenha sido morto pelas balas dos próprios companheiros. Aliás, quando eu estava preso em Ponta Grossa, foi lá o capitão Índio Brasil e quis saber onde estava a metralhadora INA que o nosso grupo tinha. Eu disse que só tínhamos aquela tcheca que foi apreendida e ele falou que a bala que matou o sargento tinha sido de uma metralhadora INA.

No tiroteio, o tenente fugiu e abandonou os soldados. Depois de 20 minutos de fogo, houve uma trégua de parte deles, por causa da morte do sargento. O nosso pessoal também parou, mandei esconder as armas e fugir para o morro. Eu e o Fraga, motorista, nos

jogamos no mato. Rasguei todo o uniforme, porque tinha muito espinho ali e a gente ia rastejando. Chegamos na casa de um colono polaco. Foi aí que tirei o uniforme e coloquei uma calça velha, remendada, uma camisa também velha e um chapéu de palha. Peguei a estrada, tirei a dentadura e botei num saco, junto com os coturnos. Fui andando calmamente pela estrada. Encontrei um soldado e perguntei: "Não se pode passar aí?" E ele disse que não, porque os guerrilheiros estavam escondidos no mato. Aí eu tive de dar uma volta pelo mato e acabei saindo na retaguarda deles, bem aonde estavam instaladas as metralhadoras. Um cabo veio falar comigo: "O senhor quer passar?". Disse que sim e ele falou que a estrada estava liberada, mas que eu devia tomar cuidado com os guerrilheiros. Continuei caminhando em direção a Leônidas Marques, na esperança de encontrar o Alberi. Não tinha um tostão. No meio da estrada, encontrei um homem de bicicleta, pensei em roubar mas desisti. Cheguei na casa de outro colono, e foi a minha desgraça. Me atendeu bem, era um gaúcho. Falei que o caminhão tinha sido atacado, ele me deu mandioca com feijão. Mas logo chegou um irmão dele, que se despediu rápido, nem quis falar comigo. Logo apareceu um jipe da polícia. Tentei apanhar a pistola no saco, mas saltou um policial do jipe com o dedo no gatilho de uma metralhadora. Não morri graças à intervenção do sargento Assumpção, do exército, que apareceu atrás dele e gritou: "Não mate esse homem, que é o coronel Jefferson".

**Alberi** — Eu e o Bonilha nos distanciamos ligeiro do local do combate. Fantasiados de mulher, passamos por

Leônidas Marques. Andamos em direção da Argentina. No terceiro dia tentamos passar. Conseguimos uma máquina fotográfica — eu tinha carteira de jornalista — e nos disfarçamos de *periodistas*. Até aqui tudo corria certo. Um colono trazia roupa e comida para nós lá da cidade. Mas na terceira viagem ele nos entregou ao exército. Alguns milhares de homens já estavam mobilizados para nos prender, incluindo pára-quadistas.

**Jefferson** — No dia 27 fui conduzido de jipe para Foz do Iguaçu. No caminho, no destacamento onde servia o sargento Carlos Argemiro Camargo, fui retirado do jipe por ordem do capitão Dorival Suamiani. Fui jogado no chão e começaram a me dar pontapés, fazendo-me rolar uns 50 metros até o jardim, onde estavam os soldados. No chão, com o rosto ensanguentado, o capitão deu ordens para me cuspirem no rosto. "Escarem na cara desse filho da puta, comunista, assassino". Depois, colocou o coturno sobre a minha cara e mandou que eu beijasse a terra. "Beija a terra que traíste, comunista, assassino". Ainda pegou um garfo de campanha e ficou me espetando, desde os pés até o pescoço". Na manhã do dia 28, fui levado à presença do comandante de Foz do Iguaçu, tenente-coronel Marques Curvo. Ele mostrou-me um telegrama do governador do Pará, Jarbas Passarinho, que se congratulava com a minha prisão. Ali passamos por uma cerimônia ridícula. Presentes a tropa e algumas famílias de militares, primeiro foi apresentado um contrabando de café e o comandante fez um comentário sobre o custo de vida. Depois apontou para nós — estava todo o grupo preso, menos o Alberi e o Bonilha — disse: "Esses

### Jefferson: carreira militar com muita atividade política

Jefferson Cardim de Alencar Osório, nascido no Rio, filho de um oficial da Marinha, teve uma carreira agitada no Exército. Em 1932, com 18 anos, estava entre os 800 alunos que pediram exclusão da Escola Militar do Realengo em solidariedade a seis colegas, expulsos por iniciarem um movimento contra o envolvimento da Escola na Revolução Constitucionalista. O protesto coletivo fez com que a punição dos seis fosse revista, para que a escola não ficasse vazia e o Exército sem futuros oficiais.

Nacionalista, tendendo para a esquerda, ingressou na Aliança Libertadora Nacional em 1935, quando ainda era segundo tenente. Era inimigo feroz dos integralistas que ganhavam força no meio militar na época e não perdia oportunidade para combatê-los. Quando houve o golpe frustrado de 10 de novembro de 1937, estava no subcomando do forte Rio Branco, em Niterói, onde quase todos os oficiais, inclusive o Comandante, eram integralistas e foi preso.

Em 1943, ajudou a fundar, em Santa Maria, onde servia, um subdiretório da Sociedade Amigos da América, entidade que pregava mobilização contra o nazifascismo. Ampliou a sociedade por diversos municípios gaúchos, promoveu passeatas e comícios e no dia 22 de agosto foi preso, logo depois de um discurso contra o Estado Novo.

Estava em Cruz Alta, em 1948, quando foi a Montevideu casar com uma uruguaia que havia conhecido em Livramento, na fronteira. Quando voltou, foi novamente preso: ele casou no dia 3 de janeiro, dia do aniversário do líder comunista, Luis Carlos Prestes, e seu Comandante associou sua viagem às homenagens que foram prestadas a Prestes no Uruguai. Quando os militares nacionalistas se engajaram na campanha pelo monopólio do petróleo, Jefferson era um dos mais ativos. No final de 56, foi indicado para o subcomando do 2º Regimento Antiaéreo de



Ex-coronel Jefferson



Ex-sargento Alberi

Quitaúna, que era comandado pelo coronel Ernesto Geisel.

— Apresentei-me, pedi residência e ele me respondeu asperamente que eu não tinha o direito a residência na Vila Militar. Pedi um quarto no quartel e ele também negou. Então estudei a legislação militar e 10 dias depois voltei a ele, dizendo que tinha direito, que a lei me apoiava. Ele me respondeu: "A lei aqui sou eu". Depois me puniu com oito dias de prisão.

Participou da campanha do general Lott à Presidência da República e, quando Jânio renunciou, foi preso quando ajudava-se no movimento pela posse de João Goulart. Um dos oficiais que o prenderam foi o então capitão Tarcísio Nunes. Teve uma passagem atribulada por Belém e em 63 ficou quase um ano sem função. Elaborou então um relatório descrevendo a conspiração militar que se armava contra o Governo e entregou-o a Brizola. Ainda em 63, foi mandado para um cargo no Lóide Aéreo em Montevideu. Em fevereiro de 64, fez um apelo dramático ao seu amigo general Argemiro Assis Brasil, chefe da Casa Militar de Jango. "Me dê um comando, Argemiro, precisamos impedir o golpe". E ouviu como resposta: "É tarde Jefferson. O Jango não me ouve. Estamos perdidos. Fique em Montevideu, que você já está exilado".

### Sargento Alberi: a morte misteriosa em fevereiro de 79

O ex-sargento Alberi dos Santos Vieira queria ver na cadeia os assassinos do irmão, José Soares, encontrado com sinais de bárbaras sevícias no Parque Nacional de Iguaçu, em abril de 1977. Por isso, arriscava-se em perigosas investigações pelos municípios de Cascavel, Medianeira, Pato Branco e Foz do Iguaçu, no oeste paranaense, na busca de provas do crime.

No dia cinco de fevereiro de 1979, Alberi deu uma entrevista ao jornal Fronteira do Iguaçu, afirmando que tinha um dossiê com mais de 100 páginas com as provas e os nomes dos assassinos — a maioria deles era policial. Seis dias depois, seu próprio corpo foi encontrado com quatro balas — três no tórax e uma na cabeça — no interior do município de Medianeira. O crime, como o praticado contra seu irmão, permanece impune.

Em 1961, Alberi e 50 colegas da brigada militar haviam convidado o governador Leonel Brizola para paraninfo. Entre o convite e a formatura dos sargentos, Brizola demitiu o comandante da escola, coronel Ernani Afonso Trein, cedendo a pressões. Irritados, os alunos decidiram desconvidar o paraninfo e não realizar a formatura. Foram presos.

Mais tarde, no episódio da Legalidade, mobilização que Brizola fez para garantir a posse de João Goulart em 61, ele estava no grupo de sargento da guarnição de Passo Fundo que forçou o comandante a definir-se em favor de Jango. Ficou marcado. No governo de Ildo Meneghetti recusou-se a expulsar colonos da reserva indígena de Nonoai. O caso deu até uma manchete do jornal populista Última Hora: "Sargento rebelado contra massacre dos sem-terra". Alberi foi novamente preso. Fugiu, ficou nove dias na região de Três Passos, Planalto (onde nasceu) e quando entrou no Uruguai já tinha os planos da guerrilha na cabeça.



## — Justamente no dia da fuga, o guarda era campeão de São Silvestre

são comunistas, traidores da pátria, que querem entregar o país à Rússia". Passamos à fase dos interrogatórios. Queriam que eu envolvesse políticos da região, mas eu não conhecia ninguém. Fui levado à sala do S-2 (informações) e espancado pelos oficiais citados, mais o capitão Índio Brasil. Na manhã do dia 29, os jornalistas entraram na sala para nos fotografar. À tarde, saí sangrando de outro interrogatório e fui levado ao gabinete do comandante. "Leve esse filho da puta daqui, está sujando a minha mesa", disse o comandante. No quinto dia cessaram os espancamentos, mas na última sessão fui barbaramente torturado pelo tenente Barra, filho do coronel Rubem Barra (vulgo *Rubica*), e sobrinho do general Nilton Barra, um companheiro nosso reformado, pelo AI-1. Na segunda semana de abril, finalmente, o general Oscar Luís da Silva foi designado para fazer inquérito.

**Alberi** — Quando cheguei ao quartel de Foz, o capitão Rui, o tenente Barra, o major Ronconi, o coronel Curvo e o sargento Elisio diziam que eu tinha matado o sargento Argemiro. E passaram a me espancar na frente do coronel Jefferson e dos outros companheiros presos. Eu estive 12 dias sendo interrogado e torturado, porque era eu quem sabia os contatos em todo o roteiro. Inclusive, por causa disso, o meu irmão Silvano foi torturado e jogou-se (ou foi jogado) do segundo andar do prédio do batalhão de Fronteiras. Quebrou a cabeça e morreu 15 dias depois, de derame.

**Jefferson** — Quando chegou o general Oscar Luís da Silva, o tratamento melhorou muito. Aqui conheci um sargento, Mário Gonçalves Isquierdo, que teve um comportamento digno e corajoso, ao ponto de confirmar as torturas quando depôs no tribunal. Fui transferido para várias prisões militares: Porto Alegre, Curitiba, Ponta Grossa, Boqueirão. Em julho de 67 fui condenado pela 5ª Auditoria a oito anos de prisão. Mas a promotoria recorreu e o Supremo Militar agravou a pena para dez anos.

**Alberi** — Passei por quase todos os lugares onde o coronel andou. Em cada um, era 30 ou 40 dias de cela. Em 66, tentei fugir do quartel de Bacacheri. Preparei durante vários dias. Juntava manteiga do café para passar no corpo e facilitar a passagem entre as grades. Numa noite, tentamos a fuga, eu e o Chaves. Ele ficou pendurado, não conseguiu completar a passagem entre as grades. Eu caí em cima do sentinela, dominei-o e fugi correndo. Por azar, naquele dia estava de serviço, um cabo que era campeão de corrida (havia ganhado a prova de São Silvestre) e me alcançou.

**Jefferson** — O agravamento da pena foi em meados de janeiro de 68. Quando fiquei sabendo, pensei numa fuga. Até conversei com o major Joaquim Pires Cerveira, num encontro na Auditoria — ele respondia a processo em liberdade. Mas era difícil, e foi aí que surgiu o soldado Luiz Victor Papandreou, que já tinha mais dois no esquema. Planejamos a fuga dentro do quartel durante um mês. Fora, o major Cerveira montava a outra parte. Marcamos a fuga para o dia cinco de maio. Deu certo e, no Rio, nos exilamos na embaixada do México. Esperamos quatro meses pelo salvo-conduto. O ministro de Relações Exteriores era o Magalhães Pinto e o Costa e Silva não queria dar o visto de saída. O Papandreou viajou no dia sete de setembro e eu no dia seguinte. Um embarque sigiloso, com esquema de segurança da embaixada do México até o Galeão. Levei uma bagagem de 50 quilos, onde estavam meus uniformes militares. Saí pensando em retomar a luta. Logo que cheguei ao México, tratei da minha saída para Argel. Passei por Cuba — a convite do governo cubano — e de lá fiz contato telefônico com o Arraes. No começo de 69 cheguei a Argel, onde encontrei vários exilados brasileiros. O Arraes dirigia um centro de informações que divulgava fatos sobre o Brasil para todo o mundo. Tentei convencê-lo de um plano para invadir o Brasil, mas quando vi que não ia dar nada

resolvi viajar para Santiago e Montevideu. A opinião do Arraes era de que poderíamos voltar à democracia pelos meios pacíficos. Viajei e estive dez dias em Santiago, onde encontrei-me com o Almino Afonso. Ele disse que colaborava no que pudesse — e me deu a passagem até Montevideu — mas frisou que concordava com o Arraes.

Em meados de 70 embarquei de novo para Santiago e Argel. Os Tupamaros tinham me dado uma ajuda de mil dólares e pedido que eu levasse uma mensagem deles ao governo argelino. Soube do seqüestro do embaixador alemão na passagem pelo Chile. Em Argel, encontrei-me com os 40 banidos, entre os quais o Cerveira e o Apolônio Pinto de Carvalho. Eles estavam muito abalados com as torturas, especialmente o Cerveira. No grupo de banidos, havia uma divisão muito grande. Entre os 40, pude contar cinco facções, cada uma com um método de atuação: Var Palmares, Aliança de Libertação Nacional, PCB, MR-8, VPR. Senti que não ia sair nada. Combinei um encontro com o Apolônio e o Cerveira em Cuba. Esperei três meses e nenhum dos dois apareceu. Já estamos em setembro de 70 e regresssei a Argel para saber o que tinha acontecido. O Apolônio não viera e o Cerveira tivera um desentendimento com as autoridades cubanas. Marcamos novo encontro e eu saí de Argel, aproveitando para passar por Madri — onde falei por telefone com Juan Domingo Perón — e chegar até a Guiana, para falar com Chedid Jagan. Conversamos sobre a alternativa de entrar no Brasil pela Guiana. Ele considerou o plano viável, mas se desculpou porque não tinha dinheiro. Em Santiago conversei com o Almino Afonso, o Amarílio de Vasconcelos e o Lício Hauer, mas desencontrei-me de novo com o Apolônio e o Cerveira. Então resolvi voltar a Montevideu para buscar minha família e o carro, um Aero-Willys.

No dia 11 de setembro, uma sexta-feira, parti de carro para a cidade de Colônia, no Uruguai. De lá passaria a Buenos Aires e depois atingiria Santiago. Ao descer do *ferry-boat*, em Buenos Aires, fomos detidos por policiais argentinos civis. Eu estava acompanhado do meu filho — Jefferson Lopetegui Cardim Osório, 18 anos — e do meu sobrinho uruguaio — Eduardo Lopetegui Buadas, 21 anos. O chefe dos policiais, que se apresentou como coronel, disse que tinha uma denúncia de que tínhamos tóxicos no carro. Registraram a apreensão do carro e nos encaminharam à Central de Polícia, na Calle Moreno. Na manhã de sábado nos ficharam. Queriam saber o que eu fazia na Argentina. Expliquei que era coronel do exército brasileiro em trânsito, que tinha um passaporte do governo argelino e que era um asilado político. Um dos oficiais respondeu: "Coronel de mierda. Coronel de macaquitos", e me deu uma bofetada na cara. Falavam que eu era um militar perigoso, que já havia participado de um movimento com o Brizola e queriam que eu dissesse que tinha envolvimento com líderes peronistas. Às cinco da manhã de domingo, dia 13, tiraram a mim e ao meu filho das celas, depois eu soube que o meu sobrinho já estava sendo repatriado, preso, para Montevideu. Ouvíamos comentários de alguns oficiais que às oito horas deveríamos estar em algum lugar. Quando perguntávamos, diziam que a demora se devia a uma decisão a ser tomada: não sabiam se iam nos fuzilar ou afogar. Às sete nos embarcaram, um em cada carro, falavam em chegar ao aeroporto às oito e mencionaram a palavra *embaixador*. Era um seqüestro realizado entre a aeronáutica brasileira e a argentina. Logo em seguida chegou um Mercedes Benz, preto, da embaixada do Brasil. Dele desceu o então embaixador e hoje ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Azeredo da Silveira, a uns 30 metros de onde estávamos. Imediatamente, oficiais foram cumprimentá-lo e o agente policial que nos prendeu retirou da pasta alguns papéis que o embaixador brasileiro assinou. Assim que o avião aterrissou na base aérea do Galeão — três horas e meia

de viagem — entrou nele o brigadeiro João Paulo Moreira Bunier. Mandou nos encapuzar e levar algemados ao presídio do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), anexo à base aérea. Nos tiraram a roupa e empurraram aos bofetões para a cela. Nus, permanecemos 30 dias nas celas. Nos torturaram sem interrogar. Houve sessões de telefone, e o mais violento, nos aplicaram um inflador no ânus e introduziram ar. Passados 30 dias começaram a nos interrogar. Perguntaram pelas minhas viagens, se tinha dinheiro cubano. Eu fiquei 50 dias no Galeão. No dia três de fevereiro, fui transferido para a Fortaleza de Santa Cruz, onde fiquei quatro anos e meio. Depois passei pela Ilha Grande, onde estive um ano e meio no hospital da Frei Caneca e, posteriormente, em janeiro de 76, me transferiram para a Divisão Especial de Presos Políticos da Frei Caneca. Dali fui libertado no dia dois de novembro do ano passado, com a recomendação de não me afastar do Rio nem dar entrevistas, porque estávamos para "ingressar num ano político".

**Alberi** — Quando o coronel Jefferson fugiu, eu estava na Penitenciária de Paranaguá. Foram me buscar às 11 da noite. Eu disse que não sabia nada e fiquei 40 dias incomunicável em Curitiba. Depois, fui transferido para a Fortaleza de Santa Cruz e acabei minha pena, em 73. Cumpri oito anos, seis meses e 16 dias e não queriam me libertar. Foi preciso a interferência de advogados. Depois que saí quase fui preso em Três Passos e outra vez que vim a Porto Alegre trazer um parente doente, me chamaram duas vezes ao Dops. Isso ainda em 73. Então resolvi sair um pouco do Brasil. Quando o Allende caiu, eu estava no Chile. Saí do Chile para a embaixada do México. Fiquei um mês lá, mas não quis ir para a Europa, como os outros brasileiros estavam fazendo. Então, no fim de outubro de 73, vim para Buenos Aires e fui morar em Misiones, fronteira de rio Iguçu. Depois estive no Paraguai e morei um ano no Rio de Janeiro.

— **Coronel, como o senhor via o Brasil antes de 1964?**

**Jefferson** — Estávamos partindo, pacificamente, para as vias do socialismo. Através dos movimentos e do esclarecimento popular, estávamos partindo para o socialismo. Eu que estava ligado ao movimento militar nacionalista acreditava piamente nisso. Acreditávamos no que chamavam de "reformas do Jango". O que não houve foi previsão entre os políticos civis e os militares que apoiavam Jango, para levar a sério o golpe que havia sido tentado para evitar as reformas.

— **Como o senhor acha que seria esse socialismo? O poder na mão dos trabalhadores?**

**Jefferson** — Não. Um socialismo democrático. Cada país tem as suas particularidades e esses fatores é que orientam. Não poderia ser um socialismo do tipo soviético, talvez nem o cubano. Esperava-se que as reformas fossem avançando, atingindo o socialismo sem chegar à ditadura. A idéia sempre foi essa dentro dos setores militares nacionalistas: que o parlamento fosse cada vez menos burguês e mais popular.

## Nomes mencionados

Pedro Alvarez: ex-deputado, esteve exilado nos primeiros três meses após 31 de março de 64, é coronel reformado pelo Ato-1, reside em Porto Alegre.

Orlando Burmann: ex-prefeito de Caturipe.

Ivo Magalhães: ex-prefeito de Belo Horizonte.

Eliseu Torres: advogado, reside em Cachoeira do Sul, sua cidade natal.

Apolônio Pinto de Carvalho: foi um dos líderes do grupo armado Aliança de Libertação Nacional, era 1º tenente do Exército, encontra-se exilado na França.

Joaquim Pires Cerveira: major reformado pelo Ato-1, ex-deputado paranaense pelo PTB. Foi visto pela última vez preso no Rio de Janeiro. Pelo que se sabe, também foi seqüestrado em Buenos Aires.

Paulo Schilling: ex-assessor do ex-governador Leonel Brizola, economista, hoje residindo em Buenos Aires.

Dagoberto Rodrigues: coronel reformado pelo Ato-1, ex-assessor de Brizola, continua exilado em Montevideu.

José Wilson: ex-vereador pelo PTB, era o principal assessor de Brizola, uma espécie de Ministro da Guerra. Ele voltou ao Brasil, e é o único exilado militar, que foi reintegrado no Exército, e além disso recebeu promoção: passou de tenente a capitão. Hoje vive tranquilamente em Porto Alegre.

# GOLBERY, PODER E SILÊNCIO

Por Elmar Bones

Para os inimigos do governo Geisel, ele é o "Satânico Dr. Go", o "Tenebroso", o "Gênio do Mal". Para Ernesto Geisel ele é o primeiro conselheiro, a palavra indispensável em qualquer decisão. E para a sua numerosa corte de admiradores, ele é o "Maestro da Distensão", o "General do Diálogo", o "Gênio da Raça". Quem é, afinal, o todo-poderoso Golbery?



"As pessoas dele não podiam falar sem lembrarem-se de que era um homem de quem muito se podia esperar ou temer (...). Todas lembravam que eie havia organizado o serviço secreto, que dava instruções aos espões"  
Aldous Huxley, A Eminência Parda

A sala do general Golbery do Couto e Silva fica na ala direita, no 4º andar do Palácio do Planalto. Seu chefe de gabinete é Jurandir Mamede, o Juca Mamede, jovem com aparência de militar embora seja apenas filho do general Bizzarria Mamede, companheiro e amigo de Golbery e Geisel.

Juca Mamede é gentil, mas distante, frio. Sorri com ironia, quase desdém, quando percebe que é um pedido de entrevista:

— Uma entrevista com o chefe? Impossível. Ainda mais para um perfil dele. Ele abomina isso.

— Quem sabe uma conversa informal, apenas para conferir algumas informações...

Juca Mamede se impacienta. Para ele, o assunto estava encerrado no momento em que se pronunciou as palavras *reporter* e *entrevista*. Em todo o caso, procura ser compreensivo. Diz que vai explicar ao chefe, vai tentar, mas não é para ter muita esperança:

— Olha, será um milagre. O chefe nisso é uma parada.

Duas salas adiante, no mesmo corredor, está Alberto Costa, engenheiro, casado com dona Vera, a filha mais velha do general. É o subchefe do gabinete. É mais simpático, sorridente e demonstra imensa admiração pelo sogro:

— Bem, ele recebe alguns jornalistas de confiança, mas nunca para publicar nada. É só conversa, troca de idéias.

— Pois uma conversa dessas já serve.

— Ah, mas o senhor está fazendo uma reportagem sobre ele. Ele não quer que saia esse tipo de coisa. Ele abomina. É uma pena, mas nisso o chefe é durão.

Foram, ao todo, três tentativas diretas, uma por carta e várias por intermédio de amigos — que afinal não deu nem para saber se chegaram até ele. Pelo menos confirmava-se a lenda: o general Golbery não fala e faz tudo para desencorajar a publicação de qualquer coisa a seu respeito.

Sua última entrevista completou 11 anos há poucos dias. Foi dada ao falecido *O Jornal*, do Rio de Janeiro, no dia 11 de agosto de 1967. Cinco meses antes de Costa e Silva decretar o AI-5, em dezembro de 68, disse ele:

— A doutrina e a política de segurança nacional não são absolutamente instrumentos para afundar o Brasil na ditadura ou no militarismo. Ela não possui princípios antidemocráticos, ranço militarista ou espírito ditatorial.

Depois disso, são raras as palavras que a imprensa registra como declarações suas. Quando tem interesse em que alguma coisa seja dita ou alguma informação seja veiculada, usa meios indiretos. Ou pede para alguém do governo ou algum político dizerem, ou, então usa as boas relações que mantém com jornalistas importantes ou donos de jornais para que a notícia seja dada sem revelar a fonte.

Quanto maior o silêncio, maior o mistério, maior a lenda. Assim as histórias que correm em Brasília a respeito de Golbery mostram de um lado um homem diabólico, a mente maquiavélica, a tramar as maquinações mais sórdidas para se manter no poder. De outro, o gênio da raça, o mestre da distensão, homem que tem calculado, à régua, cada passo da nossa passagem para a democracia.

O que a lenda dificilmente consegue exagerar é o poder que esse gaúcho de 67 anos, discreto e silencioso hoje acumula em suas mãos. Mesmo porque é um poder feito de tantas astúcias e exercido tão a quatro paredes que é difícil avaliar.

— O general Golbery está para o governo como o oxigênio está para a água — dizia há três anos o colonista Carlos Chagas, ex-secretário de Imprensa do governo Costa e Silva, hoje articulista e chefe da sucursal de *O Estado de São Paulo*, em Brasília.

Carlos Castello Branco, o papa dos colonistas políticos do País tem opinião semelhante:

— A decisão final é sempre do presidente Geisel, mas Golbery é o conselheiro sempre ouvido, a opinião que mais pesa nestas decisões.

Três ministros caíram apontando-o como principal motivo dos seus desacordos com o presidente Geisel — Silvio Frota, ministro do Exército (um tabu nestes 14 anos de Revolução), Hugo Abreu, ministro chefe da Casa Militar e Severo Gomes, da Indústria e Comércio. E apesar das graves acusações que os dois primeiros fizeram contra Golbery — de má influência junto ao Presidente e favorecimento à corrupção dentro do governo — nada indica que seu prestígio se tenha abalado.

No Brasil de hoje, ele chama de Ernesto a um presidente que, dizem os juristas, tem nas mãos um poder que nem D. Pedro no Império, nem Getúlio na ditadura do Estado Novo, nem qualquer outro jamais teve.

E chama de Figa ao outro presidente já designado. Aliás, de acordo com os registros da crônica política, escolhido exatamente por obra e graças das suas articulações palacianas.

Culto, eficiente, disciplinado, o general Golbery se impõe por combinar duas qualidades raras quando juntas: a capacidade de elaborar idéias complexas em planos a longo prazo e a habilidade no mundo da pequena política, por trás da cena, onde se faz o dia a dia de qualquer governo.

Primeiro-conselheiro e único ministro capaz de falar em nome de Geisel sem autorização prévia, poucas pessoas podem dizer objetivamente quem é o general Golbery. Ele cultiva o segredo e sua história — especialmente os últimos 20 anos — está toda ligada à conspiração pelo poder, dentro e fora dele.



No Congresso Nacional, com Armando Falcão, ministro da Justiça, em 76



Com Castello Branco, Luis Vianna Filho e o general Ernesto Geisel

— Ele usava óculos, era carrancudo e nunca entrava no futebol que os alunos jogavam no pátio.

Dona Maria Cadaval, gordinha, com os cabelos inteiramente brancos, recorda o seu colega Golbery aos 12 anos no Colégio Lemos de Brito, em Rio Grande. Eram da mesma aula, no curso primário e Maria Cadaval — a mais extrovertida da turma — ri quando lembra das suas tentativas inúteis de ensinar Golbery a dançar nos intervalos do recreio. Era impossível. Ele nunca ia às festas do colégio "nem mesmo ao grande baile de 1924, quando se inaugurou o novo prédio do colégio".

Temperamento do menino Golbery era semelhante ao do pai, de acordo com as precárias lembranças de amigos e parentes que ainda vivem em Rio Grande. A mãe, dona Henriqueta, era gorda e clara. O pai, Jacintho, era um homem fechado "miúdo e austero, que procurava manter a família longe do convívio social". Professor, dava aulas e fazia traduções de francês, além de ajudar o avô de Golbery, um emigrante português, ourives, dono de uma joalheria na cidade e que também se chamava Jacintho.

O professor fazia esforço para manter os dois filhos (Golbery e Morency, hoje também general da reserva) no melhor colégio da cidade e por isso exigia muito nos estudos. Assim, contam que Golbery nunca tirou menos de 8 em sua vida escolar.

Em seu sítio em Teresópolis (Estado do Rio), onde passa o tempo lendo sobre parapsicologia, cuidando das plantas e vendo novelas na televisão, o Marechal Henrique Teixeira Lott tem uma lembrança semelhante do seu aluno preferido na Escola Militar do Realengo, no final da década de 20.

— Ele fraquejava um pouco na ordem unida, na instrução de combate e na educação física. Mas seu desempenho nas disciplinas teóricas garantia-lhe o primeiro lugar na turma, recorda o velho marechal.

Ele guarda ainda a imagem de Golbery com um pé de bota e outro de chinelo ("estaria machucado?"), num canto, lendo ou fazendo lições, enquanto a Escola toda se agitava com as notícias da Revolução de 30 já em marcha nas ruas.

É daí, da Escola Militar do Realengo, que vem o início da amizade entre o cadete Golbery e um outro, mais velho, 2 anos na frente, gaúcho e muito aplicado nos estudos também. Seu nome: Ernesto Geisel.

Uma amizade que, quase 50 anos depois, pode ser vista como o maior trunfo político do general Golbery, na constatação do ex-ministro da Indústria e Comércio, o empresário paulista Severo Gomes:

— Quer saber o segredo do Golbery? Ele é o maior especialista em Ernesto Geisel, hoje, no Brasil.

A especialização começou, de fato, em 1941, na Escola de Comando do Es-

tado Maior do Exército, quando Golbery por merecimento pulou dois anos e alcançou os companheiros mais veteranos do Realengo: Geisel, Jurandir Bizzarria Mamede, Heitor Herrera e outros.

Dois anos mais tarde, todos capitães, foram trabalhar juntos no III Exército, em Porto Alegre, num grupo comandado pelo coronel Idílio Sardenberg. Era um grupo coeso, com muitas idéias em comum e que tinha por hábito longas discussões em torno do Exército, do seu papel e organização e mesmo dos problemas mais gerais do país.

Nessas discussões, em que Golbery e Geisel se destacavam, foram aprofundando suas afinidades, que iam muito além do trabalho específico que estavam realizando. (Incumbidos de uma série de estudos, chegaram mesmo a elaborar planos para o caso da entrada do Brasil na Segunda Guerra).

— Aí, nesse trabalho, nasceu o embrião da Escola Superior de Guerra — diz Sardenberg, hoje general reformado, vivendo no Rio.

Depois de Porto Alegre, o grupo voltaria a trabalhar junto três anos mais tarde, na organização do Estado Maior das Forças Armadas. Mas, nesse meio tempo, há um registro importante na carreira de todos eles: o estágio feito nos Estados Unidos, num momento em que todos os estudos militares voltavam-se para a

questão da guerra fria, da necessidade de defesa do Ocidente contra a ameaça comunista.

Segundo Alfred Stepan, professor de Ciência Política da Universidade de Yale e que escreveu um livro sobre o regime militar brasileiro, um terço dos 102 generais da ativa, em 64, haviam passado por um estágio nos Estados Unidos, a quase totalidade deles quando oficiais, no final da Guerra ou logo após.

Pois o grupo se reuniu novamente para pôr em prática uma idéia trazida dos Estados Unidos — a criação de um Estado Maior das Forças Armadas, organismo que nos Estados Unidos cuida das questões de segurança do país em caso de guerra. Como o Brasil não tinha algo semelhante (o próprio trabalho que o grupo fez em Porto Alegre havia sido para suprir uma deficiência), eles trouxeram a sugestão.

Dos Estados Unidos, mais precisamente do National War College, trariam também a inspiração para desenvolver aquelas idéias que, segundo Sardenberg, já eram embrionárias em Porto Alegre: a da Escola Superior de Guerra, organizada em 1949, com o auxílio de uma "missão de assistência" americana.

Era um período conturbado esse. Getúlio Vargas estava voltando ao poder depois de uma retumbante vitória

eleitoral, e o país incendiava-se no debate político.

No Clube Militar, nacionalistas que defendiam o monopólio estatal do Petróleo e maior controle sobre o capital estrangeiro, batiam-se com os anti-comunistas ferrenhos e adeptos da influência norte-americana do pós-guerra, todos entrincheirados na Escola Superior de Guerra.

O grupo da Sorbonne, como eram chamados Golbery e seus companheiros da ESG, formava na Cruzada Democrática, liderada pelo general Osvaldo Cordeiro de Farias. Em 50, num pleito acirradíssimo, os nacionalistas colocaram o general Newton Estillac Leal na presidência, derrotando Cordeiro. No Departamento Cultural assumiu o major Nelson Werneck Sodré, um dos mais destacados pensadores marxistas do Exército, que derrotou o coronel Jurandir Bizzarria Mamede, legítimo representante da corrente anticomunista autoritária.

Seus antigos companheiros lembram que a atuação de Golbery foi destacada na rearticulação da Cruzada Democrática em torno de uma nova chapa e, nas eleições seguintes, em 1952, a presidência do Clube Militar saía das mãos dos nacionalistas.

O coronel Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente. Testemunha de toda essa época, o general Sardenberg observa:

— A essa altura, o Golbery já conspirava contra o Getúlio. Andava agitado, vinha falar comigo, falar contra o Getúlio.

Em seus trabalhos teóricos, o tenente-coronel Golbery pregava a necessidade de um governo mais centralizado, forte para promover a paz e a ordem internas, erradicar os abusos e planejar a economia.

Desde 52, ele era chefe do Departamento de Estudos da ESG. As conferências que pronunciou na época foram reunidas num livro intitulado *Planejamento Estratégico*, e hoje são consideradas uma das principais fontes de ideologia da Escola Superior de Guerra e da Revolução de 64.

Heitor Herrera, hoje general reformado presidindo no Rio a AGCS (empresa gráfica que edita as Listas Telefônicas Brasileiras), amigo e companheiro inseparável de Golbery durante muitos anos, afirma que o célebre manifesto dos coronéis, contra Getúlio, em 54, foi escrito por ele, Golbery, em sua casa.

— Ele era o melhor de nós para isso. Tem a cabeça muito arrumada e escreve rápido. Só não tem temperamento para líder, diz Herrera.

O suicídio de Vargas provocou um impacto e um recuo em toda a conspiração no seio do Exército. Mas, um ano depois, (continua na página seguinte)

## Um discípulo do pensamento autoritário

O general Golbery do Couto e Silva é comumente apresentado como o arauto da distensão política, o mentor e o supervisor de todo esse conjunto de medidas que compõem a proposta de abertura do governo.

Quando se descobre que ele foi um dos autores do pacote de abril (ele, Geisel e Heitor Aquino), se diz que foi obrigado a um recuo tático, para absorver pressões da linha dura. Ora, tentar situar o general dessa maneira é trabalhar na superfície das suas idéias.

Evidentemente, o ministro Golbery é contra a manutenção indefinida das leis de exceção. Ele sabe que um regime duro, politicamente fechado, policialmente repressivo, não tem estabilidade garantida a longo prazo.

Mas daí a ser democrata, vai uma distância.

Ainda hoje, a melhor fonte para se ter uma idéia mais clara das suas concepções políticas é o seu livro *Geopolítica do Brasil*, escrito na década de 50, mas que, segundo o prefácio que ele fez para a segunda edição, em 67, ainda se conserva no essencial. E o que se tem ali? Uma alentada dose do mais puro pensamento autoritário.

As influências mais fortes da sua obra vêm de Spengler, um dos pilares do pensamento autoritário, e Arnold Toynbee, sociólogo e historiador inglês que coloca o destino dos povos nas mãos de suas elites, as minorias criadoras. Quando essa minoria, diz Toynbee, é incapaz de res-

ponder adequadamente aos desafios, é obrigada a lançar mão da força para se manter e aí deixa de ser minoria criadora para ser dominadora.

Outra influência poderosa: Isaiah Berlin, um judeu de direita, antimarxista, que despreza as forças econômicas e sociais, atribuindo à determinação pessoal a incumbência da mudança dos rumos históricos.

Ambos, Toynbee e Berlin, caminham próximos a um campo em que Golbery se especializou: o da geopolítica, teoria que expandiu-se muito entre os militares, depois da Segunda Guerra, dando substância à idéia da divisão do mundo em dois blocos — capitalismo e comunismo — e a necessidade da defesa territorial, da guerra fria. A Geopolítica recomenda que a estratégia política de um país deva ser traçada a partir de suas potencialidades geográficas (meio físico, população, situação geográfica). A política deve buscar a melhor maneira de exploração e proveito dessas potencialidades.

Foi em cima dessa teoria que se elaborou, na Escola Superior de Guerra, um projeto para o Brasil, um projeto apenas esboçado e no qual Golbery é quem foi mais longe. Esse projeto tem por objetivo colocar-nos como a primeira nação, neste século 20, a passar para a categoria de desenvolvida, dentro do capitalismo. A condução dessa caminhada caberia aos militares, nossa minoria criadora.



Com o professor Heitor de Aquino, em 1965, no Palácio das Laranjeiras

**Jânio Quadros: "Ele me trazia informações secretas. Muitos decretos foram revogados, nomeações anuladas por mim, com base nas suas secretas ponderações".**

em novembro de 1955, o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, era forçado a chamar o general Castello Branco, comandante da Escola Superior de Guerra, para advertir:

— Olha Castello, o Golbery, o Geisel, esse pessoal, da Sorbonne está conspirando e eu não vou permitir isso.

— Não se preocupe, ministro. Eu vou cuidar disso — respondeu Castello (segundo depoimento do próprio Lott).

Mas, não houve jeito. No dia 11 de novembro, Lott teve que dar um golpe preventivo para a posse do presidente Juscelino Kubstichek. Golbery foi preso, incomunicável por oito dias. E todos os conspiradores seus companheiros foram posteriormente removidos por Lott.

— Nós acreditávamos que o Juscelino faria um governo fraco e que ia permitir o crescimento dos comunistas através do Jango, seu vice, afirma Herrera.

Cessou a conspiração? Heitor Herrera dá uma risada:

— Que nada, rapaz! Era uma complicação: o Golbery em Minas, eu em Porto Alegre, o Mamede em Bauru, o Geisel não me lembro aonde, todo o mundo espalhado pelo Lott. Mas a gente continuava conspirando.

Metido num conjunto safari marron, salpicado de tinta e calçando tênis, o ex-presidente Jânio da Silva Quadros fala de Golbery andando de um lado para outro.

Em seu escritório atulhado de coisas, na casa do Alto da Boa Vista, em São Paulo, Jânio parece à vontade, reconstituindo cenas de 17 anos atrás, nos fins de tarde de Brasília.

Às 18 horas, o coronel Golbery entrava, furtivo que nem o pessoal do gabinete via. Vinha pelo elevador privativo, saía dentro da sala do Presidente.

Sentava-se diante de Jânio e ia passando-lhe, uma a uma, as papeletas de cor azul, a cor dos documentos sigilosos. Golbery cumpria sua primeira missão junto ao poder como secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, merecia toda a confiança do presidente.

Jânio ia lendo, o coronel Golbery fazia rápidas observações, Jânio às vezes fazia algumas anotações. Depois, uma a uma, as folhas azuis eram colocadas na boca de uma maquina instalada junto à mesa. A máquina de triturar papéis garantia o inteiro sigilo.

— Eu destruí os papéis na frente dele, para dar-lhe segurança, diz Jânio.

Esta cena foi rotina naqueles sete meses do governo Jânio. Brasília, ainda inacabada, mais parecia um acampamento e Golbery começava a construir sua fama de homem misterioso.

— Me lembro dele como uma sombra, às vezes junto ao elevador ou esqueirando-se pelos corredores, recorda o jornalista Carlos Castello Branco, ex-secretário de Imprensa de Jânio, hoje presidente do Sindicatos dos Jornalistas de Brasília.

Golbery deu ao cargo de secretário geral do Conselho de Segurança Nacional uma dimensão que ele não tinha. Sua influência junto ao presidente era considerável, como conta o próprio Jânio:

— Inúmeros decretos foram revogados ou anulados por causa das suas ponderações secretas, diz ele.

Nomeações eram anuladas sem explicações. O ministro da Fazenda, o baiano Clemente Mariani, por exemplo, jamais soube porque um de seus assessores foi demitido por ordem do presidente.

— Golbery descobriu que ele era ligado aos comunistas, revela o ex-presidente.

Jânio sonhava implantar no Brasil uma "democracia ágil, com um Executivo forte, assim como o general De Gaulle na França". Considerava o coronel Golbery como o mais qualificado pensador da Escola Superior de Guerra e já havia lido o seu livro *Geopolítica do Brasil*. Foi por isso que ele entrou nos planos de Jânio:

— As idéias dele me impressionavam. Teses que sustentei na política externa e interna confundiam-se com as dele. Por exemplo, a idéia de que um país não tem amigos nem inimigos, tem interesses.

Foi com o apoio do coronel Golbery que Jânio Quadros abriu a frente africana, reconhecendo a Nigéria e Gana, recém-independentes. Da mesma forma foi decidida a condenação, pelo Brasil na ONU, ao governo racista da África do Sul. E ainda juntos chegaram a pensar em invadir a Guiana Inglesa para prevenir uma possível ameaça em decorrência da reeleição do Presidente Cheddi Jagan e de seu Partido Progressista do Povo, de tendência socialista. A invasão chegou a ser decidida, tropas chegaram a movimentar-se para a fronteira da Amazônia, mas afinal a operação foi sustada.

Quando Jânio renunciou, em agosto de 1961, em meio à perplexidade geral, Golbery foi dos primeiros a movimentar-se para tentar impedir a posse do vice-presidente, João Goulart. Afirma-se que ele chegou a redigir um Ato Adicional.

Houve indecisão dos militares, a tentativa de golpe frustrou-se e o coronel Golbery foi forçado a pedir passagem para a reserva. Reformado como general-de-divisão, aprendeu na prática essa lição que lhe seria definitiva.

Sete anos mais tarde, falando ao brasileiro Alfred Stepan, o general Golbery fez este comentário sobre os episódios da renúncia de Jânio Quadros:

— Foi um fracasso para o Exército. Mas a partir daí, nós decidimos que só tentaríamos derrubar Goulart quando a opinião pública estivesse claramente a nosso favor.

Foi Heitor Herrera, o antigo companheiro de Golbery, quem o recomendou para o pessoal do IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Ele estava desempregado, levando a sua vida de general reformado, na casa que comprou quando ainda era major, uma enorme casa branca com janelas azuis no subúrbio carioca de Jacarepaguá.

Na cabeça do IPES estavam homens importantes do mundo dos negócios, como Mário Henrique Simonsen, Denio Nogueira, Jorge Behring de Matos, Glycon de Paiva e muitos outros — todos anticomunistas, quase todos diplomados na Escola Superior de Guerra, na cartilha de Golbery.

Sustentado, oficialmente, por contribuições de empresas nacionais, na maioria, mas também por algumas estrangeiras, o IPES tinha por finalidade fazer propaganda contra a política de João Goulart e arrecadou 4 milhões de dólares em apenas 2 anos. Na verdade, foi um dos mais importantes centros da conspiração civil-militar que derrubou o governo.

Lá, no 27º andar do Edifício Avenida Central, no coração do Rio, o general Golbery foi cumprir a sua primeira tarefa civil: montar o Serviço de Inteligência do IPES. O instituto ocupava o andar inteiro e, das suas 13 salas, 4 foram ocupadas pelo Departamento de Golbery e seus homens.

O engenheiro Glycon de Paiva, um dos líderes do IPES, conta que Golbery recebeu a missão e imediatamente se lançou ao trabalho, silencioso e incansável, como sempre:

— Ele não dava explicações, dizia que o ministério era a base do seu trabalho. Nós não sabíamos como ele agia nem quantos homens trabalhavam com ele. A gente só pagava as contas. O que se sabia é que ele tinha gravadores espalhados por todo o lado e fazia muitas investigações. Semanalmente, ele apresentava um relatório com os resultados.

O serviço de Golbery tinha por finalidade "informar sobre a marcha da subversão de Goulart" e nessa tarefa consumiu, em dois anos, entre 200 e 300 mil dólares. Mantinha agentes infiltrados nas principais organizações de trabalhadores, estudantes e intelectuais, no Rio e São Paulo e, no Rio, tinha cerca de 3 mil telefones sob controle, com as conversações todas gravadas.

Com o material colhido, elaborava um bem cuidado e preciso *boletim meteorológico* que semanalmente era distribuído entre as lideranças das Forças Armadas, com o objetivo de aliciá-los para a conspiração.

— Esses boletins *apareciam* nos escaninhos dos quartéis, conta Glycon de Paiva.

Um exemplo do tipo de trabalho que fazia o Serviço de Inteligência do IPES é o relatório especial sobre o movimento dos sargentos, que circulou clandestinamente em meados de 1963. Afirmava o documento que "os sargentos estavam ligados intimamente aos sindicatos mais militantes e, em alguns casos importantes, aos comunistas". Comentava também que havia entre os oficiais "alguns se armando pessoalmente para se defenderem dos sargentos e que haviam retirado a munição das tropas e as balas das armas no receio de uma revolta".

No final, o relatório afirma que o movimento dos sargentos era minoritário no Exército, mas que estava ganhando força no país inteiro, nas três forças militares. O início da revolta dos sargentos e cabos da Aeronáutica e da Marinha, em Brasília, em setembro de 63, poucos meses depois do relatório, reforçou as suas previsões.

O engenheiro Glycon de Paiva, que ainda mantém escritório no 27º andar do Edifício Avenida Central, acha que a contribuição de Golbery na queda de Goulart ainda não foi devidamente reconhecida:

— Ele fez toda a parte cerebral da tomada do poder. Sem o seu trabalho não teria sido possível a Revolução de Março.

Jango caiu sem resistência. E Golbery voltou ao Palácio do Planalto pelas mãos

do general Castello Branco. Golbery de um lado, Geisel de outro, tornaram-se os principais assessores do novo presidente.

Em seu livro sobre o primeiro governo revolucionário, o senador Luis Vianna Filho, chefe do Gabinete Civil de Castello, registrou a seguinte impressão sobre o trabalho de Golbery no Serviço Nacional de Informações:

— Depois de algum tempo, seria difícil dizer se Golbery nascera para a função ou se esta fora criada porque ele existia. Ele tudo via, tudo ouvia, estando em condições de informar ou dar sugestões sobre qualquer caso.

Em pouco tempo, a sala 17, onde o general Golbery se instalou em abril de 64 para dar vida ao SNI, tornou-se a mais famosa do Palácio do Planalto. Todo o fichário do serviço de inteligência do IPES foi levado do Rio, segundo Glycon de Paiva, e incorporado ao novo órgão que passava a existir.

Nascido de um dos primeiros atos revolucionários, na forma da Lei 4.341, o Serviço Nacional de Informações foi idealizado para ser "os olhos e ouvidos do governo, para que se possa agir com acerto e oportunidade".

Intenções que geraram suspeitas, já no início. Tanto que, poucos dias depois da criação do SNI, o presidente Castello Branco deu uma entrevista rebatendo as críticas:

— Não há por que se enxergar no SNI a instituição de um aparelho de espionagem terrorista.

Em menos de 2 anos, a organização básica estava armada: do seu cérebro, que é a Agência Central, em Brasília, às extremidades da rede, que são os agentes municipais. O trabalho do general Golbery foi incansável. Nos dias de crise chegava a dormir na sala 17.

E para ironizar os comentários internos de que ele, no seu silêncio, guardava segredos incríveis, deixava escapar uma de suas frases preferidas:

— Segredo, só guarda quem não sabe!

Os temores em relação ao SNI não foram de todo infundados, conforme narra o jornalista Walder de Góes em seu livro *O governo Geisel*, editado este ano pela Nova Fronteira:

No governo Castello Branco, um ministro de Estado queixou-se ao presidente de excessos da DSI (Divisão de Segurança e Informação, núcleo que o SNI mantém em cada ministério) em sua área. Ela interferia em matéria de exclusiva competência do gabinete. Castello, além de autorizar o ministro a não observar as pressões, pediu a Golbery que o tranquilizasse e lhe desse garantias de que o organismo não fora criado para condicionar decisões ministeriais.

Uma coisa nunca foi posta em dúvida: a eficiência do trabalho de Golbery. Um ex-auxiliar do general conta que as informações sigilosas levadas a Castello Branco foram da maior importância em muitos casos.

Um exemplo típico: o momento de ruptura entre o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e a *Revolução de Março*. Lacerda, candidato a presidente nas eleições de 1965 (mais tarde adiadas por Castello), em viagem à Europa, acabou falando mal da tentativa de prorrogação do mandato de Castello. Essa prorrogação era urdida no Palácio do Planalto, especialmente por Golbery e pelo general Geisel, então chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

No seu retorno, Castello convidou Lacerda para um jantar em Brasília. O governador da Guanabara foi logo dizendo, ao chegar:

— Presidente, para evitar explorações, trouxe-lhe os discursos no exterior.

— Tenho a gravação de todos eles, respondeu Castello.

Na verdade, Castello não tinha apenas as gravações. No dia da chegada de Carlos Lacerda ao Brasil, o presidente recebeu um relatório do SNI, analisando o comportamento do governador na Europa, e prevendo:

— Dentro desta situação, o sr. Carlos Lacerda romperá em curto prazo (3 a 4 meses) com o governo federal, porque precisa de uma bandeira oposicionista, de

ataque contra supostos desvios ou incapacidades do governo Castello.

Ao final, o relatório do SNI aconselhava o governo a não realizar as eleições presidenciais de 1965. Num discurso de Lacerda, pouco tempo depois, em João Pessoa, poucas pessoas notariam uma frase chave:

— Estou sendo apunhalado no escuro!

À medida que as dificuldades na área política se avolumavam, os generais Golbery e Geisel mais influíram como conselheiros de Castello.

Seriam ainda os dois generais, Golbery e Geisel, o centro da última crise. No auge da disputa entre *castelistas* e os adeptos do ministro da Guerra, general Costa e Silva, que queria suceder Castello, Golbery e Geisel eram os alvos principais dos ataques. A tal ponto que Castello saiu em público para defendê-los:

— Estão atribuindo, maldosamente, intrigas ao trabalho correto e irreprensível do SNI e espalhando notícias mentirosas sobre a conduta do chefe do Gabinete Militar, disse o presidente.

Os dois insistiam com Castello para que destituisse o general Costa e Silva antes que fosse tarde. O presidente relutou, e acabou acontecendo o que previam: o ministro da Guerra tornou-se sucessor contra a vontade de todo o Planalto.

Mas, antes de passar a presidência ao seu ministro da Guerra, Castello Branco tratou de pôr os seus dois principais assessores a salvo de perseguições do grupo de Costa e Silva: nomeou Ernesto Geisel para o Superior Tribunal Militar e Golbery do Couto e Silva para o Tribunal de Contas da União.

Registra a crônica política de Brasília que o general Golbery saiu de tal forma contrariado do governo, que cometeu a suprema indelicadeza de não passar o cargo de ministro-chefe do SNI ao seu sucessor, o general Emilio Garrastazu Médici.

Nessa época, amargurado com a derrota, Golbery desceu do seu silêncio e deu aquela entrevista, que citamos no início, ao *O Jornal*, na qual há um recado claro para os *Costistas*.

Dois anos depois, em 1969, Castello Branco já era falecido, Costa e Silva morrera no poder e o general Médici seria o presidente da República.

O general Golbery, aposentado do Tribunal de Contas da União, estaria em outra presidência: da Dow Chemical, um dos maiores grupos petroquímicos do mundo.

Duas cenas, não confirmadas, mas já incorporadas ao folclore político de Brasília. Talvez haja imprecisão nos detalhes mas elas valem como ilustração:

1) Final de 1972. O major Heitor Aquino, diretor do projeto Jari, que o milionário norte-americano Daniel Ludwig implanta na Amazônia, está se transferindo para dirigir o escritório da empresa no Rio. Recebe a visita inesperada do general Golbery. Vem convencê-lo a trocar a empresa privada pelo cargo de secretário pessoal do presidente da Petrobrás, Ernesto Geisel. Vale a pena: certamente, Geisel será o próximo presidente da República.

2) Metade de 1973. Reunido com seu conselheiro político, Hugo Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil, e com o general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do SNI, o presidente Médici está praticamente convencido: o nome para a sua sucessão terá que ser mesmo Ernesto Geisel, cuja candidatura tem como suporte principal o general Orlando Geisel, ministro do Exército e irmão do candidato. Falta um pequeno detalhe e Médici consulta o chefe do seu Gabinete Militar, o general João Baptista de Figueiredo:

— Qual é o relacionamento do Ernesto com Golbery? pergunta Médici.

— Não se vêem há muito tempo, estão com as relações praticamente cortadas, responde Figueiredo.

Dias depois, a 12 de junho, Geisel foi ungido, como dizem as revistas se-

**Ari Campista: "Ele é um homem fascinante. Conhece profundamente as pessoas, é capaz de penetrar no íntimo delas e revelar seus segredos".**

manais. E uma das primeiras figuras a chegar ao Largo da Misericórdia, onde se formularia a estratégia do governo Geisel, foi a do general Golbery, — para queixa de sua mulher, dona Esmeralda, que tinha que ir buscá-lo todos os dias, à noite.

A ênfase que, normalmente, se dá à discreção do general Golbery — por este não falar à imprensa, não aparecer em público, agir em silêncio e tudo mais — é inevitável. Mas não ajuda a construir uma imagem verdadeira dele.

Diz um jornalista com acesso ao Gabinete Civil:

— Ele é um ótimo papo. Capaz de manter uma longa e interessante conversação sobre qualquer tema. É gentil, bem humorado, espirituoso. Sabe ouvir, colhendo tudo o que lhe interessa, e sabe falar, sem dizer nada que não queira.

Em 1975, o jornalista Ben Bradlee, editor do *Washington Post* esteve em Brasília e teve uma audiência com Golbery. Ficou 40 minutos em seu gabinete e saiu encantado:

— Eu esperava encontrar um general sul-americano, truculento, limitado intelectualmente. Me surpreendi. Ele é um intelectual, culto, delicado, confessou Bradlee a um amigo.

— Ele é um homem fascinante, conhece psicologicamente as pessoas que o cercam, é capaz de penetrar no íntimo delas e revelar os seus segredos, diz Ari Campista.

Campista, com 36 anos de liderança sindical, há 12 mandatos na presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, é reticente, mas dá a entender que se conheceram quando o general era secretário do Conselho de Segurança:

— Como é que o senhor ficou amigo do general?

— Ah, faz muito tempo, é uma longa história...

— Antes de 64?

— Ah, sim, antes...

Relutante, Ari Campista começa a dizer que próximo a 64, seus contatos eram mais freqüentes com Golbery:

— Conversávamos muito, longamente. Ele perguntava: e fulano, me conte dele, como é que ele é, o que é que ele diz. Ele é um homem que conhece profundamente os problemas trabalhistas. Como é que ficamos amigos? Ah, ele lhe contará se quiser.

A agenda de Golbery é um bom termômetro da sua atuação. No ano passado, entre março e dezembro, ele recebeu 1.500 pessoas. Uma passada de olhos nessa lista permite ler nomes tão opostos quanto o de Paul Singer, economista, homem de esquerda e membro



do Centro Brasileiro de Pesquisas (Cebap), e o de Múcio de Ataíde, empresário que popularmente foi chamado o *Abdalla da Barra*, pelo vulto dos negócios pouco lícitos que fez com imóveis na Barra da Tijuca.

Também aparece com freqüência incomum o nome de Paulo Salim Maluf, ex-prefeito de São Paulo, que num lance de extrema ousadia acabou arrebatando o governo paulista depois de entregar a Laudo Natel. É bom lembrar que o ano passado foi um ano especialmente difícil para Maluf, diretamente envolvido no chamado Escândalo Luttfalla, em que o jogo de influência fez com que o BNDE metesse quase 700 milhões de cruzeiros em financiamento a um grupo de empresas falidas, o grupo Luttfalla, da família da mulher de Maluf.

No auge dessa fofoca toda, ele vinha quase toda a semana aqui, conta um assessor do Planalto.

O general gasta boa parte do seu tempo recebendo pessoas. Ele recebe todo mundo, ouve a todos, é o seu estilo, diz outro.

Na verdade, uma das funções da chefia da Casa Civil é esta, já que, simplificada, suas atribuições são de ligação do executivo com a área política e coordenação administrativa entre os ministérios. O lugar ideal para quem é dado a articulações, embora Golbery dedique-se a articulações mesmo quando não está no lugar ideal para isso. No governo Castello Branco, como chefe do SNI ele estava no lugar menos adequado.

No entanto, era quem mais conversava com os políticos.

Como chefe da Casa Civil, Golbery prepara a agenda do presidente, entrevista-se preliminarmente com todas as pessoas a quem o presidente concede audiência e despacha com Geisel pelo menos 4 vezes por dia, podendo ser chamado a qualquer instante para consultas.

Dentro do Palácio do Planalto lidera um grupo coeso, liderança essa que lhe valeu a acusação feita no famoso relatório do ex-chefe do Gabinete Militar, general Hugo Abreu, de que comandava "um joguinho", que envolvia o próprio presidente.

Quando ainda estava no Planalto, como chefe do SNI, João Baptista Figueiredo formava com o major Heitor Aquino Ferreira, secretário particular de Geisel, a dupla mais ligada a Golbery. Com Figueiredo, ele teve os primeiros encontros em 1958 e daí em diante não mais perderam o contato um com o outro. Em 1961, levou Figueiredo para trabalhar com ele no Conselho de Segurança Nacional, e depois, em 1964, quando criou o SNI, nomeou-o chefe da agência do órgão no Rio. Consta que quando foi convidado por Médici para chefiar o Gabinete Militar, Figueiredo consultou Golbery antes de aceitar. Consta.

O major Aquino ainda era cadete quando chegou ao mesmo Conselho de Segurança Nacional, em 1961. Intelectual, é um discípulo político de Golbery e tem até mesmo pretensões de ser seu herdeiro.

Hoje, Aquino Ferreira é quem seleciona o material dos jornais nacionais e estrangeiros para o presidente ler, e é um dos poucos assessores que freqüenta os fins de semana de Geisel.

Pela função, Golbery mantém contato permanente com todos os ministros. Mas chama atenção a freqüência com que Mário Henrique Simonsem, ministro da Fazenda, Antônio Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores, e Ângelo Calmon de Sá, da Indústria e Comércio, o procuram e consultam sobre todos os assuntos.

Simonsem chega a falar umas 15 vezes por dia com ele pelo telefone, informa um assessor.

O ex-ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, reconhece que teve que deixar o governo porque discordava frontalmente da política econômica seguida por Simonsen. Mas acredita que sua "rebelião ao esquema Golbery" ajudou a deteriorar suas relações dentro do Planalto.

— Eu falava direto com o presidente, não passava pelo Gabinete do Golbery, nem na ida e nem na volta. Sei que ele não gostava disso, diz Severo.

Mas, foi numa conversa no Gabinete de Golbery que Severo chegou a decisão de exonerar-se.

Um militar da reserva, que trabalhou no Planalto e conhece os seus meandros, faz um cálculo e estima que dos 400 cargos da administração federal — incluindo ministros, chefes de gabinetes, presidentes de grandes empresas estatais —, pelo menos em 300 deles estão pessoas de confiança do chefe.

Apesar de tudo isso, seus amigos mais chegados dizem que ele se envia de apenas de uma coisa: de seus dotes de intelectual. Dizem que uma façanha digna de nota seria surpreender Golbery levando-lhe um livro importante sobre qualquer assunto que ele ainda não tenha lido.

É com os livros que ele consome quase todas as suas horas de folga. Depois do deslocamento de retina que sofreu em 1975, teve que abandonar o único esporte que praticava: as cavalgadas em seu sítio, em Rezende, no caminho de Belo Horizonte, onde está organizando uma pequena fazenda.

À sua casa, na Granja do Ipê (residência oficial do chefe da casa civil), poucas pessoas têm acesso. Uma delas, a que o visita com mais freqüência, é o general Figueiredo. Apesar da amizade de tantos anos entre Golbery e Geisel, eles não se visitam.



No Planalto, com Figueiredo, um dos poucos que freqüentam sua casa



O Caravelle PP-PDK, da Cruzeiro do Sul, com 34 passageiros a bordo, decola do Galeão, no Rio, às 9h 25 min do dia 1º de julho de 1970, com destino a São Paulo e Buenos Aires. Após alguns minutos de vôo.

# —É um seqüestro. Volta para o Galeão

Primeira reação do comandante, o veterano Harro Cyranka, mais de 30 mil horas no ar, mais de 10 milhões de quilômetros voados e um seqüestro para Cuba, por coincidência no mesmo Caravelle:

— Galeão? Tem certeza?

Estava começando um verdadeiro seqüestro à brasileira. Dali em diante, durante seis horas, até o momento em que forças da Aeronáutica, invadiram o avião ocorreu de tudo a bordo.

Um velho, cardíaco, começou a passar mal. Um diplomata canadense ensaiou um escândalo. Alguns choravam e o humorista Renato Corte Real improvisou um show para aliviar a tensão. Quem mais ria de suas piadas era um rapazinho de 22 anos. Mais tarde se descobriu: era Fernando Palha Freire, que fazia parte do grupo de seqüestradores, infiltrado entre os passageiros para só aparecer em caso de necessidade.

Do lado de fora, forças policiais cercavam o avião. O trem de aterrissagem já estava metralhado. Na cabine, o líder dos seqüestradores, Colombo Vieira de Souza Júnior, um rapaz magro, de 19 anos, nervoso, exigia a libertação de 40 presos políticos. Se as autoridades não atendessem suas exigências matariam um a um os passageiros. Se tentassem invadir o avião, eles o explodiriam com uma bomba.

Eraldo Palha Freire, 23 anos, que passara pela revista no aeroporto com uma Beretta desmontada dentro dos sapatos e Jessie Jane Vieira de Souza, a moça bonita que enganara a todos com a barriga falsa, dominavam os passageiros.

De repente, foi o caos. O avião foi coberto por fumaça química misturada com lama, também jogada para dentro do aparelho por uma mangueira. Nin-

guém enxergava nada. As portas de emergência forçadas por fora se abriram (os seqüestradores nem sabiam que elas existiam). O humorista Corte Real jogou-se por uma saída de emergência gritando "viva o Brasil" e, confundido com um dos seqüestradores, levou um murro e perdeu dois dentes. No banheiro, a falsa grávida fazia respiração artificial no velho cardíaco que passava mal.

Quando tudo passou, Eraldo Palha Freire estava morto (a versão oficial é de que foi suicídio). Um passageiro e o comandante Cyranka estavam feridos à bala e os outros três seqüestradores presos.

Hoje, oito anos depois, Fernando Palha Freire, o que conseguia rir das piadas de Corte Real, está em liberdade condicional, cumprida a metade de sua pena de 12 anos. O líder do grupo está preso na penitenciária da Rua Frei Caneca, no Rio, cumprindo 16 anos e nove meses pelo seqüestro, mais 12 anos por um assalto a uma residência, que ele nega ter feito.

A falsa grávida, Jessie Jane, está presa no Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu, subúrbio do Rio, onde cumpre 15 anos pelo seqüestro, mais 12 pelo mesmo assalto à residência, que ela também nega. Ela, de fato, engravidou depois. Casada com Colombo, que tem permissão para passar um fim de semana por mês com ela, teve uma filha na prisão, que se chama Leta, tem dois anos de idade e está sendo criada pelos avós.

Foi num desses encontros que Colombo e Jessie gravaram este depoimento com exclusividade para o Coojornal, narrando desde o engajamento de ambos em organizações armadas que atuaram em 1968 no Brasil, até o desespero em que se viram diante da repressão, a

uma passageira — uma jovem grávida, muito bonita — vai ao banheiro e desmancha a própria barriga. Dela, tira uma pistola 45 e um revólver 38. Fica com a pistola, dá o 38 a um companheiro e, juntos, invadem a cabine do avião:

preparação do plano de seqüestro e suas emoções quando executaram a ação. Foi a primeira vez que os dois, juntos, reconstituíram a experiência, inclusive descobrindo detalhes do episódio ainda inéditos para um ou para o outro.

**"Em julho, minha irmã foi presa"**

**COLOMBO** — Em abril de 1969, foi preso meu cunhado, Marco Antônio de Medeiros, que estava tentando estabelecer um foco guerrilheiro no Paraná, para o lado de Cascavel. Minha irmã, Iná Medeiros de Souza, então, passou a ser perseguida. Nossa casa em Niterói passou a ser vigiada. Quem ia lá era fotografado. Eu estava totalmente desligado de qualquer movimento. Tinha ligação como simpatizante da idéia de guerrilha, nos moldes propostos por Che Guevara.

Em julho, minha irmã foi presa em Foz do Iguaçu, e trazida para a Ilha das Flores, no Rio. Desde a prisão do meu cunhado, minha mãe visitava a Ilha das Flores, naquela tensão de que a filha poderia ser presa a qualquer momento. Ela estava visitando o meu cunhado quando minha irmã passou. Acabara de chegar do Paraná. A Ilha das Flores, nessa época, concentrava os interrogatórios e as torturas do Cenimar. Era um misto de presídio e centro de torturas.

Passada a fase de interrogatório de minha irmã, o encarregado do IPM comandante Clemente — um capitão-de-mar-e-guerra — recomendava à minha mãe que eu fosse visitar minha irmã, porque ele só queria conversar comigo. Ocorre que outra companheira, Lea Rodrigues, tinha sido

presa e a irmã dela fugiu. O comandante insistiu para que ela fosse lá conversar com ele, que não havia nada contra ela. Ela foi acompanhada do pai e da mãe. O comandante Clemente lhe fez uma série de perguntas no sentido de que ela estaria comprometida com o movimento. Disse que não iria prendê-la, porque era um homem muito humano, mas pediu que ela não saísse de casa. Na semana seguinte, solicitou de novo a ida dessa menina. Então, ela foi presa e, das presas desse processo, seguramente foi a mais torturada. Ela se chama Rosane Resnik.

Então, eu já tinha esse exemplo. Ele interrogava meus companheiros sobre minha participação. Todos diziam que eu tinha só 17 anos, não tinha participação nenhuma, era apenas irmão da Iná. Na realidade, eu tinha 19 anos. Em setembro de 69, fui seqüestrado o Embaixador americano. O Rio parecia que estava em estado de sítio, um policiamento feroz. Niterói pegava o reflexo disso. Senti que cada vez mais chegava o momento de me prenderem. Burlei a vigilância do policial e fui para São Paulo com um endereço.

Cheguei a São Paulo no dia 7 de setembro. Fiquei mais assustado, porque o policiamento era muito maior nesse dia. Tinha a sensação de que havia um estado de guerra, tanques na rua, os Brucutus que eu não conhecia, tudo por causa da Parada. Foi aí que conheci a Jane. O endereço que me deram era o da casa dela. A família dela me deu abrigo, sabendo que

**NOTA DA REDAÇÃO:** Colombo e Jesse Jane ganharam liberdade na metade de 69, com a readaptação de suas penas à nova Lei de Segurança Nacional. Estão morando em Volta Redonda (RJ).



O fim da aventura: depois de cobrir o avião com espuma química, a polícia se prepara para invadi-lo e prender os seqüestradores.

eu estava foragido, como o pai dela também estava.

A partir daí, setembro, me liguei à ALN — Aliança Libertadora Nacional, uma organização dirigida por Carlos Marighela, que tinha como proposição a derrubada do Governo através de colunas de guerrilheiros no campo e a implantação de um regime democrático popular.

O centro da proposta de Marighela era uma frente para a derrubada da ditadura e contra o imperialismo, independente de filiações ideológicas. A diferença com o MR-8 era que na ALN a organização da resistência se fazia em cada centro urbano e principalmente em pequenos grandes centros das zonas rurais. O MR-8 tinha como estratégia a guerrilha rural, para conquistar populações e impor sua hegemonia diante dos outros movimentos.

Quando cheguei a São Paulo, a situação nacional era a seguinte: além do seqüestro do Embaixador americano, a Junta Militar havia assumido a Presidência. A Junta estabelece uma nova Lei de Segurança Nacional, lei de banimento, pena de morte, ou seja, articula os instrumentos que para ela seriam necessários para a nova fase do poder, que desembocou no chamado "milagre brasileiro". Começam as prisões e se inicia o assassinato de quem fosse considerado liderança das organizações de esquerda. É claro que isso não era coisa tão mecânica: é liderança, morre; não é, não morre. A resistência física na tortura independe da vontade dos caras. O sujeito pode morrer simplesmente com um choque elétrico.

## "Levaram meu pai para a rua e..."

**JANE** — A minha história é um pouco diferente. Meu pai, Washington Alves da Silva, era um velho militante do Partido Comunista e desde garota me acostumei com o problema da repressão. Na minha casa, discutia-se tortura na mesa de jantar. Para a gente era uma coisa muito presente e isso fez parte da minha formação. Então, era quase natural que eu entrasse para uma organização de esquerda. Para mim, o processo de assumir uma militância não foi como o da maioria das pessoas, um processo intelectual. Meu pai se relacionava com o pessoal de esquerda, que às vezes se escondia na minha casa. Começamos a namorar, eu e Colombo, nesse clima.

Tinha 20 anos, era estudante do Normal, morava num bairro operário de São Paulo e já estava na ALN. De 1964, tinha então poucas lembranças. Não acreditava, por exemplo, que tivesse havido aquela passeata da *Família com Deus pela Liberdade*. Achava que aquilo era uma coisa inventada pela burguesia. Não era possível ter havido aquela passeata, porque eu não conhecia ninguém que tivesse participado dela. O meu mundo era muito maniqueísta: de um lado a repressão, do outro, todo mundo. Me lembro que meu pai, em 1964, chegou da fábrica, jogou a marmita no chão, "porra, golpe", não sei o quê mais. Ficamos a noite inteira diante da televisão. Tinha 14 para 15 anos. Aquilo para mim era como se tivesse ficado órfã. Meu pai e todo o pessoal das nossas relações foram presos.

Foi a mesma coisa que aconteceu no fim de 1969, na seqüência de prisões e da morte de Marighela. Todo mundo que eu conhecia ia sendo preso. Meu pai foi preso quando estava dormindo, passando o ano novo com minha mãe. Minha casa foi invadida pela OBAN (Operação Bandeirante), que levou lá em casa um amigo nosso todo arrebatado. Meu pai foi para a OBAN. Só soube de sua prisão três dias depois. Tinha saído de casa uma semana antes, quando esse amigo que estava todo machucado havia sido preso. Soube que meu pai fora espancado lá em casa mesmo. Ele exigiu seus direitos constitucionais, mas os caras o levaram para a rua e fizeram toda aquela violência, mamãe gritando, etc. Não gosto desses detalhes, porque choro. Então, não voltei mais em casa e nunca mais encontrei minha família, até o seqüestro do avião. Aí, encontrei todo mundo na cadeia. Fui morar com Colombo. Vivia na semiclandestinidade em São Paulo, já não tinha nada a ver com família nem com meus amigos anteriores. Era, enfim, uma outra vida.

**COLOMBO** — Na verdade, não tínhamos sequer onde nos esconder, em São Paulo. Se acabasse nosso dinheiro, seríamos presos. Então, viemos para o Rio, em mar-



Jessie Jane e Colombo, hoje casados, ainda cumprem uma longa pena

ço de 1970, praticamente só com a roupa do corpo. Primeiro, entramos em contato com Eraldo Palha Freire, com quem estive ligado em 1968/69, no movimento estudantil. Ele me pôs na casa dele e fomos ver como estava a situação na minha casa, se ainda havia aquela vigilância toda. Não havia mais. Fizemos a opção para voltar à casa da minha família, em Niterói, mesmo sabendo que a qualquer momento poderíamos voltar a verificar se estávamos lá.

Foi um período de procura de contato com a organização. Exatamente nesse momento, a gente sentiu o peso do isolamento social que as organizações de resistência encontravam. Para nós, o contato com qualquer uma das organizações nos daria contato com a nossa. E não conseguíamos contato com nenhuma, por mais que eu tivesse relações com simpatizantes ligados ao movimento de massa.

**JANE** — Não se encontrava uma pessoa. Todas estavam ou mortas ou presas, ou apavoradas, ou fugidas, ou estavam como nós, tentando um contato. Era um pavor tal da repressão...

**COLOMBO** — A gente olhava assim: se os elementos mais vinculados à luta organizada não tinham chances de contato, imaginem o afastamento da organização ao nível da massa. Foi a nossa primeira constatação.

**JANE** — Nesse período em que ficamos no Rio, teve a Copa do Mundo. Sabíamos de todas as quedas, mortes, assassinatos e a massa na rua comemorando a Copa, aquela marchinha "Pra Frente Brasil, Brasil". Foi um negócio terrível.

**COLOMBO** — Nessa fase, a prisão era acompanhada de assassinato de qualquer elemento que fosse ligado a uma organização armada. Já não se tratava mais do assassinato das lideranças, mas de todo mundo ligado às organizações. Então, sobraram para a gente algumas opções: ou ficamos aqui e começamos a buscar os antigos conhecidos ligados ao movimento de massa e fazemos alguma coisa, ou saímos do Brasil e nos ligamos a uma organização no exterior, com os companheiros que já teriam saído ou que estariam fazendo curso de guerrilha em Cuba ou qualquer coisa dessa natureza. Sair do Brasil significava ter dinheiro, conseguir documentos, tudo o que nós não tínhamos. Foi quando surgiu a idéia de seqüestrar um avião.

**JANE** — Você poderia perguntar: por que não preferimos a opção de ficar. Acontece que havia todo aquele imediatismo da gente, aquela certeza de que a revolução está sendo feita hoje e agora e a gente tem compromissos, né?

## "Aí, surgiu a idéia do seqüestro"

**COLOMBO** — Além disso, a gente podia ser preso a qualquer momento, sem estar fazendo nada, simplesmente pela atividade anterior. Nessa época, quando surgia mais um preso, tínhamos que avisar a família de outro porque senão ele poderia ser morto a qualquer momento. As famílias se procuravam muito, iam de presídio em presídio, de quartel em quartel. Era quase todo mundo vizinho da minha casa, em Niterói. Através das famílias, tínhamos notícia dos companheiros na cadeia, dos novos presos e de toda sorte de maus tratos nos diversos presídios. Além da tensão de poder ser preso a qualquer momento, a gente vivia também o drama dos outros. A

seqüência de assassinatos inclusive levava algumas mães a dizer: "Puxa, é bom que meu filho esteja preso, porque pelo menos a gente não vai ter a notícia dele morto".

Como já disse, foi daí que surgiu a idéia do seqüestro. Tinham ocorrido vários seqüestros de avião na época, tanto no Brasil como no exterior. Não me lembro exatamente como decidimos fazer o seqüestro foi final de março ou início de abril. O certo era que não tínhamos dinheiro nem documentos para sairmos legalmente do país.

O dinheiro para a passagem seria facilitado na medida em que o Eraldo tinha acabado de arranjar um emprego de corretor da Bolsa de Valores, através do pistão de um general, amigo da mãe dele. Ele ganharia Cr\$ 1 mil por mês. Lá pelo terceiro mês, teria Cr\$ 3 mil. Seria essa a nossa fonte para as passagens.

Adquirir know-how de seqüestro foi simples. Juntamos o que acompanhamos dos outros seqüestros, publicado pelos jornais. Fazíamos muita fantasia de como soltar os presos. Éramos apenas três pessoas que tinham o mesmo problema e se reuniam sem formalidade. A única diferença era que Eraldo não estava sendo procurado. A gente se perguntava: "O que fazemos para soltar os companheiros?" A idéia de que podíamos trocar os passageiros do avião por companheiros presos se formalizou quando houve o seqüestro de um avião japonês, que ficou parado na Coréia do Sul.

**JANE** — Puxa, não me lembro nada disso.

**COLOMBO** — O avião ficou parado na Coréia do Sul durante bastante tempo. E todo o tratamento na Coréia do Sul, sob domínio americano e ditadura violenta, foi de negociação com os seqüestradores. A gente concluiu: porra, se a gente faz um lance desses, poderia pedir os companheiros também. A idéia de troca veio muito do seqüestro desse avião, na Coréia do Sul. No Brasil, o Governo negociava no seqüestro de embaixadores. Então, se o Governo negociava a vida de uma pessoa, por que não negociar a de várias, entre elas também estrangeiros, que, estando dentro de um avião, de classe internacional, seriam também classe dominante, a burguesia local ou estrangeira ou seus técnicos? Raciocinávamos que o Governo não assumiria a morte dessas pessoas. Foi isso que nos deu segurança sobre a possibilidade de troca.

A primeira coisa que fizemos, antes de detalhar o plano do seqüestro, que ia se modificando conforme as idéias que surgiam, foi preparar uma lista de presos. Entrava muito aí a idéia dos nossos amigos e dos nossos parentes. Mas paramos e vimos que não fazia muito sentido colocar prioridades na base do afetivo. Então, fizemos uma primeira lista com os presos que estavam mais implicados. Eram 40. Nisso, ocorre o seqüestro do embaixador alemão e reduz a nossa lista à metade, libertando os presos mais implicados ou que estavam sofrendo torturas. Aí, abriu vaga para os nossos parentes e nossos amigos. O seqüestro do embaixador alemão foi em junho, na época da Copa do Mundo. Pegamos toda a rebarba da repressão. Estávamos na conclusão do nosso projeto. Para a nossa precária análise, geralmente o Governo cederia.

Fizemos a lista e Eraldo estava trabalhando. O passo seguinte era conseguir mais duas armas. Tínhamos apenas uma 635, que eu havia trazido de São Paulo. Eraldo tinha um parente que era polícia, foi lá na casa dele e pegou um revólver 38 e uma pistola 45. Mais tarde descobrimos que a pistola tinha sido roubada da Aeronáutica. Foi um rolo... outra confusão para a nossa

vida.

Resolvido o problema das armas, com a munição mínima para caber dentro delas, passamos à escolha do avião. Foi uma escolha bastante casuística, a palavra da moda hoje. Era o que a gente poderia conseguir de mais barato em passagem em termos de linha internacional. Era uma linha mista, internacional e doméstica, que fazia Rio-São Paulo — Buenos Aires. Para conhecer o avião, uma ou duas semanas antes do seqüestro fiz uma viagem a São Paulo.

## "Nos sapatos, a pistola desmontada"

**JANE** — A nossa preocupação era saber como se fazia a revista e qual era o policiamento no aeroporto. Concluímos que não havia nenhum, não tinha nada mesmo.

**COLOMBO** — Passei por uma revista, mas era aquela história: o polícia revistando o seu patrão. Então, tomava todo o cuidado para não incomodar.

**JANE** — E não tinha polícia feminina, como hoje. Mulher não era revistada.

**COLOMBO** — Observei isso, na viagem para São Paulo, e a localização das portas do avião, quantas pessoas trabalhavam dentro dele, onde elas ficavam. Mas o principal era conhecer a revista.

**JANE** — Inclusive, na época, a repressão dizia que tinha detectores de armas. Quando levantamos o local, vimos que não havia coisa nenhuma.

**COLOMBO** — Peguei um prospecto de viagem e mostrei para ela e os outros, para verem como era o avião por dentro e onde a gente se localizaria. Fizemos o seguinte plano: pegamos o avião, dominamos a tripulação e voltamos ao aeroporto para estabelecer negociação. Muita gente estranhou que tivéssemos voltado para o Galeão porque a Base Aérea é vizinha ao aeroporto. Mas escolhemos o Rio porque era o local mais próximo de onde estava a maioria dos presos a serem trocados e a negociação seria mais rápida. Tanto eu como a Jane achávamos que tínhamos pouca chance de acertar. No decorrer do plano, surgiram diversas vacilações: "Pô, os caras podem pegar a gente", etc. Mas ninguém colocava isso para o outro. Da minha parte, era o seguinte: "Pô, eu estou aqui com um medo bobo, a gente tem chance sim, e colocar isso é transmitir esse medo aos outros companheiros que estão confiando no plano".

**JANE** — Eu também pensava a mesma coisa. Em véspera de ação, as pessoas ficam muito tensas. Talvez tenha sido intuição da gente. Tanto é que quando descermos no aeroporto, foi como se tivesse havido um ensaio. Pensei: "Esse negócio não dá certo". Daí passamos a pensar em preservar a vida das pessoas.

**COLOMBO** — Na história, entra o Fernando, que era irmão de Eraldo e amigo nosso, uma pessoa revoltada com a ditadura, mas sem nenhuma militância anterior. Ele trabalhava num jornal no antigo Estado do Rio.

**JANE** — Eu não o conhecia direito.

**COLOMBO** — Fernando tinha 22 anos, Eraldo 23. O que ocorria com Fernando era que se tratava de um cara que via com simpatia a ação da esquerda armada e estava revoltado com as arbitrariedades da ditadura. Ele trabalhava num jornal de Niterói, anotando ocorrências nas delegacias de polícia. Assistiu a diversas torturas de presos comuns. Acompanhava esse problema no dia a dia, mas desengajado. Eraldo colocou para ele que ia fazer a ação e convidou: "Pô, você podia ir" etc. e tal.

**JANE** — A gente precisava de mais gente no plano. O seqüestro poderia ser feito por três pessoas, mas para o controle do avião seria bom mais um. Queríamos que uma pessoa ficasse entre os passageiros e não aparecesse como seqüestrador. Se surgisse uma conspiração contra nós, entre os passageiros, essa pessoa saberia. Seria uma pessoa inesperada, numa confusão qualquer.

**COLOMBO** — No dia do seqüestro, a pas-

sagem estava marcada para as sete horas da manhã. Saímos de casa de madrugada, eu e a Jane. Dissemos para a minha mãe que íamos a uma fazenda ou outro lugar qualquer. Eraldo era vizinho e o encontramos ali perto, em Niterói. Fernando nos esperava nas barcas, na Praça 15. Uma das armas, a 6.35, ia desmontada nos sapatos de Eraldo, a metade em cada pé. As outras duas, mais as balas, iam numa barriga falsa que fizemos na Jane, como se ela estivesse grávida. Passamos pela revista sem problema, mas separados: eu e a Jane como casal e os outros dois distantes da gente.

**JANE** — Nessa hora, a gente estava perfeitamente calmo. Isso acontece muito em ação. A tensão é antes e depois. Na hora, não.

**COLOMBO** — Entramos no avião como numa viagem normal. Ficamos de ver durante a viagem o momento em que a tripulação estivesse bastante dividida, uma parte nos fundos do avião, outra parte na frente.

**JANE** — Eu e Colombo sentamos nas primeiras cadeiras. Fernando e Eraldo, atrás. Quando estávamos perto de chegar a São Paulo, fui ao banheiro, tirei as armas da barriga falsa e as distribuí. Eu fiquei com a 45, Colombo com a 38 e Eraldo com a 6.35.

**COLOMBO** — Eu e Jane fomos à cabine do piloto e falamos para a tripulação: "É um seqüestro, vocês fiquem calmos, a gente vai assumir a direção agora aqui". Quando estou acabando de falar isso, a Jane já voltou e comunicou aos passageiros que o avião estava seqüestrado. Nesse mesmo momento, o Eraldo, atrás, rendeu o resto da tripulação.



Na prisão, com a filha Leta. Eles têm permissão para se ver uma vez por mês

**JANE** — Quando avisei aos passageiros, pedi que eles ficassem calmos, que não ia acontecer nada com ninguém. Eraldo, no fundo, fazia a segurança.

**COLOMBO** — Na cabine, a tripulação insistia muito para eu sentar num banquinho que tinha ao lado. Mais tarde, inclusive, eles falaram na Auditoria que eu estava muito nervoso e queriam me acalmar. Não aceitei me sentar porque achava que ali podia ter alguma arapuca, sei lá, estava acontecendo tanto seqüestro. Não posso dizer que não estivesse nervoso...

**JANE** — Mas era um nervoso bem controlado.

**COLOMBO** — Eles perguntaram o que a gente pretendia. Eu disse: "Voltar para o Galeão". Quando falei isso, eles ficaram apavorados: "Galeão?" "Isso mesmo, Galeão". "Você tem certeza que é para ir pro Galeão?" "É, tenho certeza, Galeão, volta exatamente para o lugar de onde o senhor saiu". Passei a maior parte do tempo, durante o trajeto, dentro da cabine. Numa hora, o Eraldo apareceu e disse que

um velho estaria tendo um ataque. Eu falei: "Ah, dá um berro lá com ele, que ele acalma". Ai a aeromoça deu um oxigênio para ele.

**JANE** — Colocamos os passageiros o mais juntos possíveis. Um cara do Correio Diplomático Canadense ficou histérico. Agarrava a mala dele, falando inglês. Eraldo conversava com ele, mandava-o ficar quieto. E ele fazendo aquele escândalo. Ensaiei uns arremedos de solidariedade com a gente, mas certamente com medo de a gente perder o controle. Me marcou também uma senhora argentina, muito simpática, assim com um pouco de medo, mas sem entrar em pânico. Me lembro também de uma reação diferente. Foi a de um brigadeiro da Aeronáutica, que ficou o tempo todo impassível, sem falar com ninguém, até o final. A relação entre nós e os passageiros, no primeiro momento, foi de distância. Depois, foi havendo toda uma aproximação. Eu estava com perfeito controle sobre mim. As dúvidas que eu tinha ainda eram aquelas do plano. Quando estávamos sobrevoando o Galeão, para des-

cer, o aeroporto estava tomado pela Aeronáutica.

**COLOMBO** — Quando o piloto se comunicou com a torre, quiseram saber por que o avião ia retornar. O cara perguntou: "O que é que eu digo?" Falei: "Você diz que o avião está seqüestrado".

**JANE** — Quando descemos, a Aeronáutica fez uma espécie de trincheira, em torno do avião.

**COLOMBO** — Ai começa uma série de tensões. Eles encostam imediatamente um carro no avião. Pedi ao comandante para dizer pelo rádio que eles deviam se afastar, porque senão a gente explodia o avião. O co-piloto entra em pânico, começa a gritar para eles se afastarem. Na verdade, não tínhamos como explodir o avião. O que a gente levava era uma caixa com um jogo de xadrez, que era a nossa bomba.

**JANE** — Quando a gente discutiu o plano, surgiu a pergunta: que atitude tomaríamos se não desse certo? Esse negócio de matar passageiros, por exemplo. Era uma visão que nós tínhamos, a de matar um de hora em hora e jogar na pista. Para mim, a questão ficou clara quando descemos no Galeão. Olhei e sabe o que pensei? "Pô, mas isso é uma base aérea, estamos f...". Vi que era uma loucura. Isso passou pela cabeça da gente. E os caras lá dizendo "se rendam". Ai a gente decidiu: bom, a gente não vai se render, mas também não vamos cometer nenhuma violência contra os passageiros, porque os caras vão tomar o avião, vão matar a gente. Para nós, estava muito claro que íamos morrer naquela história toda.

**COLOMBO** — Eles diziam: "Vocês saiam ▶

## AQUI ESTÃO OS NOMES DOS MELHORES ESTÚDIOS DE FOTOLITOS DO PAÍS.

• Estúdio Cinco • Rainer • Graficolor • Lastrí • Eros • Estúdio Gráfico Fotolito

## AQUI ESTÁ O ENDEREÇO DA PRO-GRAF, EM PORTO ALEGRE.

Avenida Berlim, 835. Fone 22-9886

## A PRO-GRAF TEM A CORAGEM DE PÔR SEU ENDEREÇO JUNTO COM A CONCORRÊNCIA.

## É OU NÃO É UMA PROVA QUE ACREDITAMOS EM NOSSO TRABALHO?

Você pode mandar qualquer trabalho de fotolito, P&B ou seleção de cores, para São Paulo e esperar sentado que o serviço vem bonito mesmo.

Agora, que a Pro-Gráf pode fazer o mesmo pela qualidade, preço e prazo do material que você precisar, isso pode.

A Pro-Gráf, com seus 10 anos de

experiência em artes gráficas, só não pode dar o status de um fotolito feito fora daqui.

Se você está interessado nisso apenas, aproveite os nomes acima.

Um bom estúdio gráfico, como o bom cabrito, não berra. Mas deixa o endereço outra vez: Avenida Berlim, 835 — Fone 22-9886



**PRO-GRAF**  
FOTOLITOS

um por um, se entreguem, porque não vai ter negociação, não negociamos com terroristas, subversivos" não sei o quê e tal. Respondi que eles negociavam, sim, porque a gente explodiria o avião e eles não iriam assumir isso. Na maioria do tempo, era o piloto que transmitia a nossa posição. Numa ocasião, não me lembro exatamente em qual, eu mesmo falei. Inicialmente, o contato era com a torre. Depois, passaram o rádio para a pista. Eles ficaram de longe: o avião aqui, mas a força policial lá distante. Depois, eles vieram se aproximando aos pouquinhos, mais ou menos numa técnica que chamam de destruição de distúrbios, a mesma utilizada contra o movimento de massa. Eles fizeram uma série de demonstrações militares em volta do avião.

**JANE** — Ah, tem um detalhe: na hora em que aterrissamos, eles metralharam todos os pneus do avião. Foi a primeira coisa que eles fizeram.

**COLOMBO** — Não, isso demorou uma hora ou duas, eles ficaram distantes.

**JANE** — Para mim, foi tudo tão rápido. A gente fechou todas as cortinas das janelas do avião, para os passageiros não verem o movimento na pista e não ficarem apavorados, nem darem sinal para fora.

**COLOMBO** — Quando metralharam os pneus, a gente via os caras correndo em volta e atirando. Não pensamos em atirar de dentro do avião. Perguntei ao comandante se os pneus poderiam ser trocados sem que ninguém tivesse de sair do avião. Nisso já havia um calor infernal, um sol filho da puta. Existia um controle sobre a água e a comida, que não chegaram a acabar totalmente. O comandante então me disse: "Tudo o que eles estragarem com a gente aqui dentro, eles conseguem consertar com a gente aqui dentro". O comandante estava extremamente calmo. Era o seu segundo seqüestro. O engenheiro de voo tinha ido ao México levando o pessoal de um dos seqüestros de embaixador, não me lembro qual. Esses dois estavam calmos. O co-piloto, o mais jovem de todos, estava apavoradíssimo. Ele ficava o tempo todo dizendo: "Vocês se acalmem", querendo acalmar a gente, quando era ele mesmo que estava nervoso.

**JANE** — O que acho mais interessante é a maneira como se foi construindo a relação entre nós e os passageiros. Quando me lembro dessa história toda... Sabe, aquele pavor todo, os caras começando a perceber que a polícia vai invadir o avião. O incrível de tudo isso era o desconhecimento total do que era repressão naquela época. Não me lembro exatamente em que momento, porque o tempo no meu raciocínio está em bloco, mas eles perguntaram à gente se podiam se comunicar com as autoridades. Então, eles passam um abaixo-assinado, exigindo que o Governo troque os passageiros pelos presos. "Por que troca por vidas estrangeiras e não troca pela vida da gente?" — era o argumento deles.

**COLOMBO** — Eles me pediram para fazer esse abaixo-assinado e agente deixou. Eu mesmo o joguei para fora do avião. No abaixo-assinado, diziam: "Está aqui o Correio Diplomático do Canadá, que pede para se comunicar com a Embaixada dele". Aí, dava o número das credenciais dele. Não houve resposta. Então, os passageiros pediram para falar com a torre. A condição que exigimos foi que eles não falassem nada a nosso respeito, quantos somos, que armas temos, o que pretendemos. Apenas falassem da parte deles, dizendo o que queriam. Então, falou primeiro pelo rádio um advogado de empresa de São Paulo: "Nós estamos trabalhando, a maioria aqui está viajando a serviço, fomos surpreendidos com esta situação e o Governo que negocia vidas estrangeiras em serviço pode negociar também por nós". Foi mais ou menos assim.

O comediante Renato Corte Real, que também era um dos passageiros, se estende mais: "Vocês, que estão aí no fresco do ar-condicionado de uma torre de controle, têm que ver que estamos aqui debaixo de um sol violento e sob armas que vocês deixaram entrar dentro do avião. Vocês são responsáveis pelas nossas vidas, pela nossa segurança, porque não fizeram a vigilância necessária. Estamos nessa situação porque vocês não nos deram segurança. Então, têm que pensar nisso: vocês trocam representantes do capital estrangeiro no

Brasil, e não querem negociar a vida de brasileiros que estão trabalhando". Esta foi a tônica das palavras dele.

## "Ficou claro que seríamos mortos"

**JANE** — Realmente, o Renato Corte Real não estava nervoso. A mulher dele, sim. Lá pelas tantas, ele perguntou se a gente o deixava fazer um show, porque estava todo mundo muito nervoso. Aí, ele fez um show. Me lembro que o Fernando ria muito, ria às gargalhadas com as piadas dele. E começamos a estabelecer melhor diálogo com os passageiros. Fui lá para trás, o Fernando foi para a frente e fiquei conversando com um grupo de advogados, mas com a arma na mão, é claro. Eles perguntavam que objetivos nós tínhamos, "vocês são tão jovens". Eles ficaram muito impressionados com o fato de ter uma mulher no nosso grupo. Um até falou: "Puxa, você grávida, te dei até meu lugar na fila..." Eu apenas disse: "Pois é, né?" Pelo menos para mim, nessa altura da história, estava claro que não íamos conseguir nosso objetivo e que seríamos presos ou mortos. Eu achava que seríamos mortos.

**COLOMBO** — Para mim, não.

**JANE** — Você, até o fim, ainda achava que podia dar certo. Mas você estava transando diretamente com os caras. Eu não, o que estava vendo era movimentação militar na pista.

**COLOMBO** — Eu percebia que de vez em quando mudava o cara que estava falando com a gente pelo rádio. Mas houve uma evolução no nosso plano. Fernando começou a aparecer também como seqüestrador, porque verificamos que o tempo ia ser longo e seria preciso revezar. Não me lembro exatamente como ele entrou em cena. Mas já era muito difícil que ele não fosse identificado no meio dos passageiros, porque era igualzinho ao irmão, o Eraldo. Fiquei quase todo o tempo na cabine. Houve um momento do meu descanso, em que fiquei junto com os outros, no meio dos passageiros. Uma vez foi a Jane, outra foi o Fernando, que ficaram na cabine.

**JANE** — No papo com os passageiros, eu colocava o que a esquerda propunha, o que era tortura, que a gente queria trocar os passageiros por companheiros que es-

tavam sendo torturados e mortos. Aí, ninguém acreditava — "Tortura? Isso não existe, minha filha, você está maluca". "Mas, moço, eu conheço". Realmente, o pessoal estava estarelecido. Me lembro daquela senhora argentina. Eu via nela toda uma simpatia muito grande, pois a Argentina lembrava Lanusse, ditadura. Ela era realmente uma pessoa simpática, que estava entendendo o que eu estava dizendo. Criou-se um clima de menor tensão. A gente discutia o problema do seqüestro. Eu dizia que eles iam invadir o avião. Os passageiros argumentavam: "Não, vamos ver se pelo menos eles dão outro avião para a gente levantar vôo". Aí eu previa tudo: "Não, eles não vão dar, vão entrar aqui e matar todo mundo, vão torturar, a repressão é isso". "Mas nós somos brasileiros, não vão fazer isso conosco". "Mas eles não estão ligando para isso". Minha preocupação naquele momento era a de não deixar que acontecesse nada com eles. Tinha a visão de que se morresse alguém, a gente ia ser realmente os terroristas e seríamos os responsáveis por qualquer coisa que acontecesse aos passageiros. Me lembro que falei com Eraldo: "Olha, a gente tem que preservar a integridade física desses passageiros, porque realmente não cabe aquela história de matar, a gente vai se ferrar".

**COLOMBO** — Houve dois detalhes importantes na negociação. Um deles foi quando eles disseram que se nós quiséssemos poderíamos seguir viagem, ir para qualquer parte do mundo, mas não haveria negociação. Eles recolocariam os pneus, porque falei que sabia que tudo que eles estavam estragando podiam consertar, aquilo não intimidaria a gente e seria melhor mudar a conversa. Mas a autorização para partir era o próprio sintoma de que eles começavam a ceder. Eles só não dariam os presos. Ao mesmo tempo em que aparecia mais polícia, havia a mudança no comportamento deles, talvez até para nos acalmar. Entra também o fato de que o Correio Diplomático do Canadá estava lá dentro e por isso talvez eles tenham feito outras avaliações. Aí pensamos: se cedem, vão ceder mais. E respondemos que não aceitaríamos, que eles tinham que negociar a vida dos passageiros, pela qual eram responsáveis. Quanto a nós, não havia problema, nós morreríamos na "explosão".

Outro momento foi quando o Correio Diplomático do Canadá fez uma proposta, através de outro passageiro que serviu de

intérprete: nós liberaríamos todos os passageiros e ficaríamos apenas com ele e a tripulação, caracterizando o seqüestro como o de um diplomata. Como o Governo brasileiro tinha como norma negociar seqüestro de diplomatas, ficaria mais fácil, porque ele tinha certeza de que o Canadá exigiria que se negociasse a sua vida. Lembremo-nos, então, de uma discussão que a gente tinha na ALN, quando se definiu que só devíamos fazer seqüestro de embaixadores de países que ostensivamente apoiavam as ditaduras militares do mundo. Como eu vi o Canadá naquele momento? Era o país que dava exílio aos desertores americanos que não queriam lutar no Vietnã e, além do México, o único país que não bloqueava Cuba, economicamente. Então, não poderíamos colocar o Canadá no rol dos países considerados inimigos. Logo, não nos interessava caracterizar o seqüestro como o de um diplomata do Canadá, por essa visão da própria organização.

Só ficou claro para mim que a negociação ia fracassar no instante em que eles começaram a jogar fumaça pelo sistema de respiração do avião. Foi a hora em que eles partiram para invadir. Para mim, a hipótese de prisão não contava. Era morrer.

**JANE** — A gente nunca cogitou de se entregar. Achávamos que íamos ser presos e mortos. Fazer um plano no papelzinho para matar e explodir o avião é uma coisa. Na hora, você vê quem são as pessoas... Na hora em que vi entrar fumaça no avião, o carro dos bombeiros se aproximando, peguei aquelas máscaras de oxigênio...

**COLOMBO** — Ah, foi você quem pegou? Eu procurei, pô, já levaram...

**JANE** — Peguei as máscaras, gritei que estavam invadindo o avião, salve-se quem puder, e comecei a distribuí-las. Peguei aquele velho que desde o início estava se sentindo mal, era cardíaco, e levei para o banheiro. Me preocupei com ele. Fiquei todo o tempo da invasão com o velho no banheiro, molhando papel higiênico e botando no rosto dele, fazendo respiração artificial, ele quase morrendo e eu pensando: "Pô, se esse velho morre aqui vai ser uma desgraça". Só saí do banheiro quando todo mundo tinha sido preso. Houve aquela confusão total de gás...

**COLOMBO** — Eles encheram o avião de gás, lama, espuma, fumaça, cortando toda a visão.

Se você mudou ou vai mudar de endereço...

Não esqueça de levar na mudança a sua assinatura do Coojornal. É só recortar o cupom, escrevendo o seu novo endereço, e enviar para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, rua Comendador Coruja, 372 — 90.000 Porto Alegre.

### ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

Nome.....  
End. Novo:..... Nº.....  
Bairro..... CEP.....  
Cidade..... Estado.....  
Profissão.....

**JANE** — Foi uma desgraça. Também teve tiro. Dentro do banheiro, preocupada com o velho e aquela barulhada toda... Quando se fez silêncio, abri a porta do banheiro, empurrei o velho: "O senhor some daqui". Nós tínhamos três armas para quatro pessoas. Nessa hora, eu estava sem arma. Tinha jogado a minha para os meninos, para ver o que fazia pelo velho. Não vi mais ninguém, quando empurrei o velho. Pensei que estivesse todo mundo morto. Aí, apareceu o Eraldo, que estava não sei onde, entrou no banheiro e perguntou: "O que a gente vai fazer, neguinha?" "Não sei, acho que vou por aí ver o que aconteceu. Tenho a impressão de que mataram os meninos". Só estávamos nós dois no avião nessa hora.

**COLOMBO** — Como você sabe, estava enxergando o resto do avião?

**JANE** — Já dava para enxergar. Só tinha espuma. Quando abri a porta do banheiro, os caras da Aeronáutica me empurraram lá embaixo e aí se iniciou o período de torturas. Não sabia o que tinha ocorrido com os outros.

**COLOMBO** — Eu estava na cabine quando começou a entrar fumaça. Corri para avisar aos demais. Fernando substituiu a Jane nas portas da frente. Eram duas portas e eles tentavam abrir por um lado e pelo outro. Só dava para o Fernando segurar uma. Foi segurar a outra. Na cabine, a tripulação botou a máscara, deitou a cadeira e ficou lá deitada. Aí, atirei numa janela, arrebentei o vidro e o cara que estava na escadinha, tentando arrombar a porta, pulou fora. Procuo e não vejo mais o Fernando. Saio procurando, gritando o nome dele. Me lembro que tinha gente jogada pelo chão por tudo que é lado. Perto da asa, tinha duas outras portas de emergência que eu desconhecia e que estavam abertas. Entrava lama por elas, através de mangueiras. A caminho dessa porta, vejo uma passageira sentada. Na minha memória, era como se ela estivesse fumando. Mas não poderia estar fumando naquela situação.

**JANE** — Vai ver era a tal argentina, que era de uma tranquilidade...

**COLOMBO** — Não ela falava português muito bem. Perguntei a ela: "Onde estão os outros?" Na maior calma, ela respondeu: "Saíram por aí." Como se não estivesse acontecendo nada, me deu uma informação na maior calma, como que diz: "Entraram ali". Devia ter 28 anos no máximo. Chego na porta e vejo os caras atirando. Era uma zoeira incrível, a gente não entendia nada. Identifiquei o que seria o comandante da operação, um careca que depois vim saber que era o coronel Muniz. Podia até não ser o comandante, mas foi o que identifiquei como tal. Era o cara que falava o tempo todo comigo pelo rádio. Gastei toda a minha munição atirando nesse homem. Tinha apenas seis balas.

**JANE** — Infelizmente, não matou. Era o chefe do CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), um facinora, um torturador.

**COLOMBO** — Ele mesmo depois me identificou como sendo o que atirou nele, assim bem de perto. Eu não sabia atirar direito. Ele se escondia atrás de uma escada, continuava falando com a tropa dele, pelo rádio, sem atirar, aparecia de vez em quando, eu atirava de novo. Ficamos assim até gastar minhas seis balas.

**JANE** — Como foi que você foi preso?

**COLOMBO** — Foi o seguinte: estou voltado para o coronel. Levo um trambolhão por trás e caio pela asa do avião. Os caras me pegam e gritam: "É um seqüestrador também, não é?" Eu digo: "É". Aí começou o linchamento, na pista.

**JANE** — Na pista do aeroporto?

**COLOMBO** — Sim, na pista ali, os caras começaram a chutar a gente de tudo que é lado, até aparecer um soldado, um homem no meio daquele troço todo: "Pára, pára, vocês vão matar os dois". Aí, começou a brigar contra todo mundo que estava nos linchando. O pessoal que estava nos linchando saiu correndo atrás desse cara que nos defendia. Sumiram para lá, ficando um grupo menor com a gente. Colocaram-nos num ônibus, junto com um menino. Até durante a viagem eu tinha perguntado a ele: "Qual é a tua idade?" Ele falou:



**Fim do seqüestro: três presos, um morto e dois feridos**  
"Dezesseis".

**JANE** — Não era um menino holandês?

**COLOMBO** — Já estávamos deitados no ônibus, eu, Fernando e o menino, e os caras perguntaram, apontando para o menino: "Esse é seqüestrador também, não é?" Eu disse que não era, mas isso parecia a própria confirmação de que era. E batiam mais no menino. Aí, eu vi a Jane sentada, com um soldado.

**JANE** — Até hoje não tinha sabido como você tinha sido preso. Quando abri a porta do banheiro, eles me empurraram, caí lá de cima do avião pela porta, sem escada. Aí, começaram a tirar minha roupa. Caí nos braços de um cara torturador, acho que é o comandante Clemente — depois, no Codi, eu fui ver, tinha uma piteira, era um cara histórico. Primeira pergunta que me fazem, na pista: "Você é virgem?" Você imagina aquele caos, me arrancam jóias, relógios, roupa, aquela confusão e me perguntam: "Você é virgem?" Eu respondo: "Não, seu filho da puta". Fiquei furiosa com uma pergunta dessas, naquele momento. Você sabe, a repressão tem verdadeira tara sexual. Aí foi uma confusão total, eu estava meio maluca, comecei a morder, dar chutes.

**COLOMBO** — Exatamente, a sensação era de que a gente tinha enlouquecido. Fernando também sentiu isso.

**JANE** — Minha sensação era de que realmente tinha enlouquecido, aquilo era uma loucura, os homens me tirando a roupa, me deixando só de calcinha. Me enrolaram toda em cordas e começaram a me dar porrada. Eu olhava em volta e todos os passageiros também estavam levando porrada. Isso foi uma coisa incrível. Tinha dois ônibus. Eu nos braços daqueles homens me batendo, fazendo aquelas perguntas loucas, eu mordendo, dando chutes. Olhava de um lado, tinha um ônibus e mais outro ônibus. Num, não sabia quem estava lá, pensei que eram soldados. Depois, eu vi que eram os meninos. No outro ônibus, estavam os passageiros que já tinham apanhado. Eles olhavam para cá simplesmente apavorados, desesperados. Ao meu lado, estava todo mundo levando porrada.

**COLOMBO** — Inclusive, quebraram dois dentes do Renato Corte Real.

**JANE** — Foi, ele desceu gritando "Viva o Brasil" e a repressão desceu porrada nele. Bom, me amarram toda em corda e me levam para esse ônibus. Quando entro, encontro Colombo e Fernando de cueca, deitados, um soldado com o pé na cabeça do Colombo, e o tal menino holandês. Aí vem um cara por trás e pergunta para mim: "O outro era teu marido? Ele se matou". Era o Eraldo. Eu pensei: bom, não pode ter morrido, porque há dois segundos atrás eu estava com ele, quando ele entrou no banheiro e perguntou "o que a gente faz agora, neguinha". Mas ele só tinha uma Beretta e foi morto por uma 45. E há dois segundos atrás ninguém tinha posição de suicídio. Logo, mataram, não foi suicídio. Aí, foi o caos.

Fomos para o Cisa. Acho que eram quatro horas da tarde. O avião foi tomado às três. Chegamos no Cisa, sento numa cadeira. Virava a cabeça, um soldado me dava um soco na cara para não olhar pros meninos. Olhava na frente, Fernando e Colombo de Cueca. Eu pensava que eles estavam mortos. Aí me botam completamente nua, numa parede, para tirar fotografia, um cara perguntou: "Mas ela vai tirar retrato nua?". Outro respondeu: "Guerrilheiro não tem sexo". Depois da fotografia, me levam para a cela. Eu tinha uma aliança, me lembro muito desse detalhe. A gente discutia muito esse negócio de tortura. Peguei a aliança, uma aliança vagabunda, comi-a todinha e a enfiar no taco. Sabe que fiquei três meses na cela e nunca consegui encontrar de novo a aliança? Ficou um soldado na minha porta, eu nua e amarrada. Ouvia tiros, pá, pá, pá, os caras falando pelo rádio, parecia uma guerra.

**COLOMBO** — Eles fizeram simulação de fuzilamento. Vira e mexe tinha um monte de tiros. Também fui levado para uma cela, num lugar que era chamado "depósito de presos da Aeronáutica", uma coisa assim.

**JANE** — Na cabeceira da pista, não é?

**COLOMBO** — Saímos do ônibus debaixo de pau, pum, pum, pum, nego chutando. Me botaram dentro de uma cela, ficou um soldado na porta, de metralhadora, olhando o tempo todo para mim. Minha reação dentro daquela cela foi a seguinte: tinha mosquito pra burro. Comecei a matar os mosquitos. Veio um tal de coronel Correia, pegou meus braços, olhou se tinha marcas de picada. Era para ver se a gente estava com tóxico. E toda hora vinha um passageiro e olhava, para ver se reconhecia. Isso durou uma meia hora. Depois, começou a tortura mesmo, sistemática.

**JANE** — Aí você foi para aquela sala?

**COLOMBO** — É, aquela sala de eucatex.

**JANE** — Vocês dois foram torturados juntos?

**COLOMBO** — Não. Só eu. Não vi nem você nem Fernando.

**JANE** — Primeiro Fernando ou primeiro você?

**COLOMBO** — Não sei.

**JANE** — Porque eu fui por último. Me levaram para uma cela lá atrás, já era noite, estava escuro e eu me perguntei: "Quando vai começar o massacre?" Eles me pegaram, me levaram para uma cela enorme, onde estavam todas as nossas coisas...

**COLOMBO** — Foi nessa onde o Fernando foi torturado.

**JANE** — ...Havia um monte de homens e um que se dizia padre: "Eu sou padre, me tenha como amigo. Conta para mim tudo o que aconteceu porque eles vão te matar". Eu ficava calada. "Qual é o teu nome?" Eu

calada. Ele insistiu: "Onde é o aparelho do embaixador alemão?" Aí foi que eu pensei: "Pô, a barra tá mais pesada do que eu imaginava. Ele falou: "Vamos, minha filha, porque vão te matar, vão te fazer isso, vão te currar". E eu quieta. Aí chega outro: "Como é que é, já falou? Vamos matar logo essa filha da puta". E o padre: "Não, ela está um pouco com medo, mas vai dizer". Viram que eu não falava, me levaram para a cela de eucatex. O que eu vejo lá: a cela estava toda marcada de tiro. Fiquei olhando, só tinha uma mesa, um cavalete, um pau-de-arara, uma máquina de choque. Tinha um preto, um sargento que enrolava a manivela da maquininha...

**COLOMBO** — Era um motor, não era a manivela.

**JANE** — Não me lembro. Mas estavam ali todos os brigadeiros, em pé, fardados, de dragonas, e os homens à paisana me torturando. Me deixaram nua no chão, com as pernas abertas, aí vinha aquele monte de homens e tal... E diziam: "Tá vendo, os rapazes morreram, a gente fuzilou..." aí foi tortura até de madrugada, quando fomos para o Codi.

**COLOMBO** — Os caras fardados ficaram o tempo todo?

**JANE** — Ficaram assistindo, em pé, e eu rolando no chão, os caras me dando choque, aquele negócio de querer currar. Me lembro muito que eu estava deitada no chão e eles na porta, observando, falando entre eles alguma coisa que eu não sabia o que era.

**COLOMBO** — Nessa mesma noite, nos levaram para o Codi. Inclusive, foi aí que eu soube que Eraldo ainda não estava morto. Ouvi o seguinte diálogo entre dois homens: "E o outro?" "Ah, o outro morreu." "Morreu não, suicidou-se e foi levado para o Hospital da Aeronáutica." Mas na hora em que tiraram a gente do Cisa...

**JANE** — Pera aí, tem um lance interessante, um negócio que me marcou muito. Aquele soldado gordinho, lembra? A tortura era feita por oficiais de patente, só o sargento rodava a manivela. Eu falei não sei o que, que ele era preto. Ele gritava: "Além de tudo é racista..." E rodava mais a manivela. Saindo do Cisa, o coronel Correia disse para um soldado: "Traga um pouco de café". Eu tinha desmaiado. Na hora em que o soldado me dá a caneca de café, caio por cima dele, sujando-o todo. Aí, ele começa a chorar.

**COLOMBO** — Ah, foi? Não sabia disso não. Me levaram num camburão, que tinha dois bancos. Fiquei no banco de trás, ali onde vai a escolta, não foi na parte de presos, não. Aí, perguntaram: "E o ferido, aonde vai?" "Não, o ferido vai noutro carro, para não se machucar mais." O único ferido que eu sabia, era o Eraldo. Nisso, vejo um cunhado do Eraldo, o tal que era polícia de quem as armas foram roubadas...

**JANE** — Quando me põem na camioneta, não sabia para onde ia, me lembrei de que lá fora a gente ouvia falar muito em Invernada da Olaria. Estava com uma fome horrível, uma vontade louca de comer. Pô, desde que hora a gente não comia? Perguntei pro polícia ao meu lado: "Será que podia arranjar um pouco de comida para mim?" Um olhava para o outro. "Oh, fulano, ela quer comer". E começavam a rir: "Quer comer, é? Aonde você vai vão te dar muita comida, vão te achar muito bonita." Aí, vi uma placa na rua: "Olaria". Pensei: "pô, eu vou é para a tal de Invernada. O negócio lá vai ficar é preto."

**COLOMBO** — Bom, sobre o processo de tortura, não faz muito sentido a gente se estender, porque é muito igual ao que tem sido denunciado freqüentemente. Talvez seja interessante lembrar que eles levaram novamente para tortura minha irmã, que estava presa em Bangu, e o pai da Jane, que estava no Presídio Tiradentes. E ainda prenderam a minha mãe, a mãe, um tio e uma das irmãs da Jane, a pretexto de investigação de possíveis implicações. Para a família da Jane, foi o início de uma perseguição política que se estende até hoje. O pai dela foi libertado no seqüestro do Embaixador suíço, num dos decretos de banimento, e levado para o Chile. A família se refugiou na Bolívia e depois foi se encontrar com ele, no Chile.

# TORTURA SE APRENDE NA ESCOLA



*Aulas em casa, cursos no exterior com tudo pago. Os Estados Unidos ensinam os latinos-americanos a manter a paz interna, treinando e equipando suas polícias para trabalharem com mais técnica e eficiência.*

Os Estados Unidos gastaram 2 bilhões de dólares para treinar e equipar forças policiais brasileiras a partir de 1964, através de um programa da Agência Internacional para o Desenvolvimento. O programa, coordenado pela Secretaria de Segurança Pública, já propiciou treinamento a 100 mil policiais — 1/6 dos efetivos policiais do Brasil — desde o seu início em 1959.

Estes dados estão no livro *Hidden Terrors* (Terror Ocultos) de autoria do jornalista J. Languth (1), lançado no final do ano passado nos EUA e ainda não traduzido no Brasil. Languth, ex-chefe da sucursal do New York Times em Saigon e que esteve várias vezes no Brasil e no Uruguai a partir de 1967, trata da política americana para a América Latina. Ele faz um trabalho de reconstrução jornalística para mostrar como os Estados Unidos, preocupados com o exemplo cubano, patrocinaram a máquina de repressão que hoje existe nos países latino-americanos, especialmente Brasil e Uruguai.

Os Estados Unidos não só treinaram como equiparam os policiais brasileiros e uruguaios para trabalharem com mais técnica e com mais eficiência. Através de seus conselheiros (centenas deles vieram para a América Latina, diz o livro) ou nos cursos ministrados na Academia Internacional de Polícia ou outros centros de treinamento, os EUA os preparam para reprimir os movimentos populares com mais violência e, sobretudo, para serem torturadores eficientes.

O personagem central do livro é o conselheiro de Polícia, Dan Mitrone, que trabalhou cinco anos no Brasil e um ano no Uruguai, até agosto de 1970, quando foi assassinado pelos Tupamaros. Mitrone, um policial duro, é considerado a corporificação, o símbolo da política externa norte-americana naquele período, inteiramente voltada para o anticomunismo. Ele não tortura, mas fornece os instrumentos e a técnica.

O que segue é um relato resumido de alguns pontos do livro de Languth:

No começo do ano de 1960, John Kennedy era candidato à presidência dos Estados Unidos e tinha uma opinião simpática a respeito de Fidel Castro. Achava-o um "jovem ardente e rebelde", um novo Simon Bolívar. Antes que o ano acabasse, porém, ele já estava eleito e começava a achar que tinha sido um erro os Estados Unidos não terem evitado a revolução de Castro.

Quando Kennedy tomou posse, democratas e republicanos estavam unidos na convicção de que era necessário impedir que o exemplo de Fidel contagiasse o resto do Continente. O comunismo era "um inimigo oculto" que se não fosse contra-atacado "subverteria a sociedade por dentro".

O Governo anterior, que cultivava essa mesma preocupação, já tinha um programa de combate ao comunismo administrado pela Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), órgão ligado ao Departamento de Estado. Logo depois da fracassada tentativa de invadir Cuba, o programa foi reativado, ficando a cargo da Secretaria de Segurança Pública. Byron Engle, um homem com ligações na CIA e que já havia treinado a polícia japonesa depois da Guerra e implantado um conselho de polícia na Turquia, foi encarregado de formar uma "força tarefa" para treinar policiais na Ásia, África e particularmente na América Latina. Esses conselheiros seriam "soldados a pé" enviados aos países e teriam o seu trabalho complementado pela atuação das embaixadas e dos oficiais da CIA. Em maio de 1960, um chefe de polícia de uma cidade do interior chamado Dan Mitrone inscreveu-se para o cargo de Conselheiro de Polícia. Ele integraria a primeira turma de oito conselheiros enviados para a América Latina. Cumpriu cinco semanas de treinamento em Washington, três meses de português no Rio e assumiu o seu posto em Belo Horizonte. Chegou a Minas em setembro de 1960.

John Kennedy tratou de dar mais um impulso ao

(1) O livro de Arthur J. Languth foi lançado no primeiro semestre deste ano no Brasil, pela *Civilização Brasileira*, com o título: *A Face Oculta do Terror*. Languth formou-se jornalista em Harvard. Antes escreveu duas novelas e um livro sobre religião negra no Brasil: *Macumba e Magia Branca e Negra*.

programa, de aperfeiçoá-lo, e a tarefa coube a seu irmão Robert, que estava no Departamento de Justiça. Robert criou um grupo de funcionários de alto escalão para planejar a ação dos agentes americanos e desenvolver métodos para promover a ordem interna ao redor do Globo.

Esse Grupo de Contra-Inteligência organizou um novo treinamento em contra-revolta a ser introduzido nas escolas militares (a começar pelo National War College), cursos específicos contra subversão para funcionários do Departamento de Estado e da CIA, criação de um comitê de polícia e treinamento. Engle assumiu a tarefa de executar tudo isso.

Até então os Estados Unidos tinham centros de treinamentos, onde recebiam policiais e militares estrangeiros, no Panamá. Em 1962, Robert Kennedy aprovou o relatório com os planos novos e Byron Engle recrutou 20 instrutores da Academia de Polícia Interamericana para serem o núcleo da nova escola, que funcionaria em Georgetown. Os conselheiros de polícia, formados neste programa, deveriam servir de cobertura aos oficiais da CIA e treinar e modernizar as polícias dos países do Terceiro Mundo.

A CIA também, por seu lado, estava se preparando, formando agentes para falarem espanhol, conhecerem as teorias e as técnicas comunistas. Além de treinamentos físicos exaustivos, exercícios de autodefesa, lições para mutilar e matar com as próprias mãos, censurar telefones, violar fechaduras e reunir informações pelo uso discreto de informantes estrangeiros, especialmente oficiais do país em que se encontrassem. Um desses novos agentes chamava-se Philip Agee, jovem de 26 anos, curso universitário e muita ambição (depois Agee sairia da Companhia e escreveria um livro de muito sucesso). A primeira ação de Agee foi no Equador, onde o informante da CIA era o Jorge A. Velasco, o sobrinho do presidente Velasco Ibarra.

Kennedy a estas alturas estava muito preocupado com o Brasil, onde as estimativas dos órgãos de informação registravam uma vigorosa infiltração comunista. Alguns relatórios davam Jango como perigosamente aberto à influência comunista, o que fazia do Brasil a preocupação dominante em Washington.

Dan Mitrione em Belo Horizonte deveria prestar assistência à polícia, tornar suas investigações mais científicas, melhorar as comunicações e desenvolver uma academia de polícia regional. No início de 1961 ele já estava recebendo para sua nova academia 100 mil dólares em equipamentos — câmeras, projetores, telas, estojos para impressões digitais, equipamento fotográfico, alvo, munições e todo o material para montagem do laboratório de criminalística. Novos carros para a polícia, todos com equipamentos eletrônicos e rádio. Até uniformes.

#### EQUIPE COMPLETA

Além de Dan, em Minas, vários conselheiros estavam indo para o Nordeste (área de tensões). Lauren Goin foi para o Rio e Maurice E. Calfee para São Paulo (ficaria apenas 2 anos). Em meados de outubro de 1961 a equipe ficou completa com a chegada do novo embaixador americano ao Brasil, Lincoln Gordon, um renomado professor de Economia Internacional em Harvard.

Goulart não merecia confiança dos Estados Unidos e nem dos militares brasileiros amigos dos Estados Unidos. Não tinha, por conseguinte, a confiança de Gordon. Pouco depois da sua chegada, numa festa, o almirante Silvio Heck, que conspirava contra Goulart, fez questão de falar com o embaixador:

— Jango é comunista, quer entregar o País a eles. Quanto mais cedo for afastado melhor. A maioria das forças armadas pensa assim... Estamos nos organizando. Não precisamos de ajuda, mas queremos que quando chegar o dia os EUA tomem um ponto de vista compreensivo.

Gordon foi lacônico:

— É muito interessante.

No dia seguinte mandou dois agentes da CIA checarem as informações do Almirante. Eles concluíram que havia um punhado de oficiais rebeldes, mas não havia um poderoso golpe se formando. Enquanto os homens da embaixada ampliavam seus contatos com Militares e civis envolvidos na conspiração, a CIA expandia suas operações, com a cobertura dos consulados que estavam aumentando no País exatamente para dar apoio à atuação do Serviço de Inteligência.

Foi criado o Ibad, "frente civil da conspiração organizada pela CIA" e que servia apenas de mecanismo para canalizar dinheiro destinado a financiar campanhas de políticos. O Ibad passava o dinheiro adiante através de suas duas subsidiárias: a Ação Democrática Popular e Promoções e Vendas Ltda. Em 1962 financiou mais de mil candidatos: 600 para deputado estadual, 250 para federal, 15 para o senado e oito para o governo de estado. Em Pernambuco, o Ibad financiou a campanha de João Cleófas, que disputava com Miguel Arraes o Governo estadual.

#### AMBIÇÃO FERVOROSA

Os operadores da CIA começaram também a agir no Nordeste, agitando, divulgando boatos, denegrindo a vida familiar de Julião e Goulart. "O embaixador Gordon não era avesso a boatos e prontamente passou adiante histórias sobre Goulart e sua mulher". A Agência tinha dois homens com horário integral, fora do consulado no Recife, além da cobertura de outras entidades americanas como o Instituto de Desenvolvimento do Livre Trabalho, que mandou 33 líderes trabalhistas para treinamento anticomunista em Washington.

Além da atuação interna, os Estados Unidos ainda estavam levando policiais e militares para seus cursos. Essa era uma tradição antiga que se intensificava. Uma ge-

# ALTO PODER AQUISITIVO



*Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.*

**RADIO  
UNIVERSAL  
FM STEREO**

*Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".*

ração de oficiais brasileiros já havia sido preparada nas escolas militares americanas, principalmente na National War College e na Escola do Estado Maior, de Fort Leavenworth. "Aqueles homens deixaram Leavenworth com uma ambição fervorosa para se identificar com os EUA e para que seus colegas americanos gostassem deles", diz um general americano.

Depois das eleições estoura o escândalo com uma CPI: o Ibad gastou 20 milhões de dólares. Na embaixada dos Estados Unidos a preocupação é geral, de Lincoln Gordon para baixo, porque as irregularidades poderiam vir a público. Mas o caso acaba não esclarecido por três razões: 1) cinco dos nove membros da CPI haviam recebido dinheiro do Ibad; 2) três dos bancos envolvidos — First National City Bank, Bank of Boston e Royal Bank of Canadá — se recusaram a revelar as fontes estrangeiras de onde vinha o dinheiro para o Ibad; 3) Goulart esperançoso de se dar bem com Washington tratou de fazer com que o relatório final fosse amenizado.

Em dezembro de 62, Robert Kennedy visita o Brasil e num jantar com Jango diz:

— Se você flertar com as causas românticas da ala esquerda e der peso aos comunistas e seus amigos, será difícil para nós cooperarmos. Será ruim para você e ruim para o Brasil.

#### SEGURANÇA INTERNA

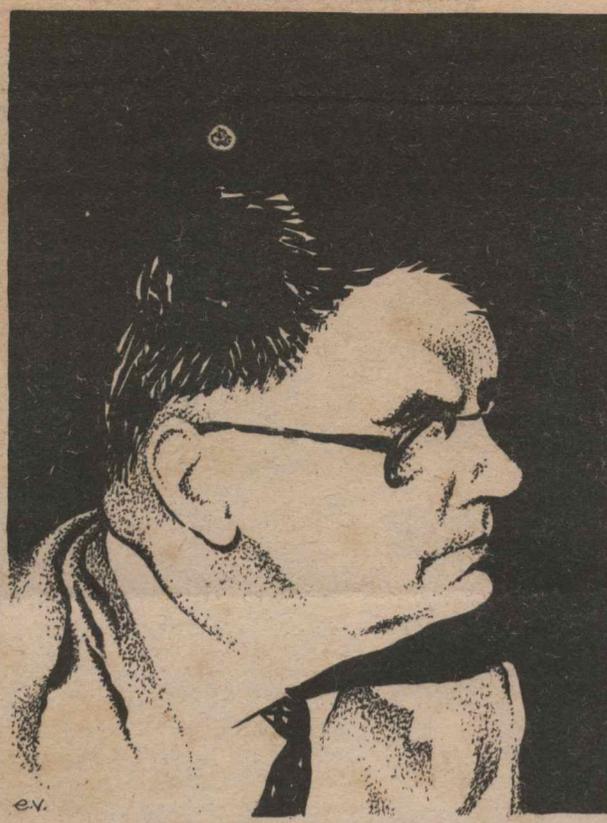
Em fevereiro de 63 Dan Mitrione vem para o Rio, onde passa a dedicar mais tempo aos coronéis da polícia. Obtém mais equipamentos (máquinas para recarregar revólveres, rádios, equipamentos de controle de distúrbios) e consegue mais vagas para brasileiros na Academia de Washington.

Na Academia Internacional de Polícia um estudante tinha 165 horas de aula, das quais um terço dedicado à segurança interna e métodos de investigação. Dessa parte, 55 horas eram dedicadas a advertências sobre o partido comunista e suas técnicas.

No Rio, Dan trabalha intensamente com o comandante da polícia. Toda manhã passam quatro horas juntos, discutindo orçamentos, distribuição, equipamentos, designação de homens. Os ensinamentos aí recebidos são passados pelo comandante a 12 de seus principais homens e cada um desses faz o mesmo com outros 12. No quartel da polícia, Mitrione tem uma secretária e um pequeno escritório.

Quando caiu o Governo de Jango, os conselheiros pouco se incomodaram com a mudança repentina. Em julho de 1963 um agente brasileiro descreveu o programa da Academia ao Governador de São Paulo como "os mais modernos métodos no campo da dispersão de greves e trabalhadores". Ele aprenderia, como disse, a usar cachorros, bastões e a modernizar o mecanismo de repressão contra os agitadores de São Paulo.

Por volta de 1966 crescia o movimento de rebeldia. E os serviços de inteligência estavam determinados a liquidá-lo antes que ele se tornasse uma ameaça. Então



Dan Mitrione, a personificação de uma política

começaram a cobrar resultados dos trabalhos da polícia. Cada preso deveria render o máximo em informações. Como nada solta a língua de um prisioneiro mais depressa do que a dor, segundo a crença policial, o problema da tortura tornava-se real. Ela sempre existira, mas agora passaria a ser sistemática, feita com método.

Os conselheiros davam aulas sobre interrogatórios, usando filmes e ensinando a criar um ambiente opressivo para o prisioneiro — sala sem janelas, uma porta, à prova de som, paredes nuas — e a usar truques psicológicos. Mas, formalmente, negavam a tortura, seguindo a orientação da Academia. Muitos estudantes, porém, achavam que esta era uma atitude apenas formal pois, ao mesmo tempo em que se mostravam contra a tortura, falavam em situações como a do Vietnã, dizendo que a polícia tinha o direito de tomar qualquer medida por severa que fosse para evitar a carnificina.

#### BATALHA DE ARGEL

Alguns conselheiros diziam que a dor intensa, mas

não letal, era mais humana do que o espancamento indiscriminado, e, quando os agentes brasileiros começaram a usar telefones para administrar choques elétricos, foram os conselheiros que informaram o nível permissível que o corpo pode agüentar.

Na Academia em Washington passava-se aos estudantes o filme *Batalha de Argel*, de Gillo Pontecorvo, que mostrava os policiais leais à França reagrupando-se à noite em esquadrões secretos para atacarem e matarem os nacionalistas argelinos. Era estimulada a semelhança com organizações tipo CCC ou Esquadrão da Morte. Uma prova de como essas coisas influenciavam os policiais brasileiros é a adoção de uma tortura chamada justamente *A Batalha de Argel*, que consiste em arrancar os dentes do prisioneiro, como foi feito com o dirigente do PCBR, Mário Alves.

Um agente da AID ficou tão preocupado com os primeiros relatórios de tortura no Brasil a ponto de começar a verificar os pedidos de requisição da Secretaria de Segurança Pública, na tentativa de impedir a remessa de geradores com decalco da AID para serem usados na tortura.

Um outro indício de que os conselheiros eram apenas formalmente contra a tortura (não a executavam mas reconheciam sua eficácia e forneciam os equipamentos para isso) foi a revelação em 69 de que a polícia americana estava mantendo campos de torturas secretos para testes nos Estados Unidos. "Duas dessas instalações no Noroeste de Maine e Califórnia, perto de S. Diego, eram administradas pela Marinha".

Mas, talvez, o exemplo mais esclarecedor seja dado por Donald Duncan, um boina verde, que participava de um treinamento em Washington. Um sargento estava dando aula sobre interrogatório e descreveu em detalhes várias torturas, incluindo forçar para baixo os testículos usando um torno de joalheiro. Finalmente um soldado da classe se manifestou:

— Você está sugerindo que usemos estes métodos?

A classe riu e o instrutor respondeu com ironia:

— Não podemos lhe dizer, sargento Harrison. As mães da América não aprovariam. Além disso, nós negaremos que tal coisa seja ensinada ou pretendida.

#### ESPECIALISTA

Talvez isso explique certas atitudes dos policiais e militares americanos de não se envolver. Por exemplo: a principal prisão do Cenimar (Centro de Informações da Marinha) ficava no porão do Ministério da Marinha, perto das docas, no Rio. Sempre que possível os agentes de Inteligência do 5º andar do Ministério esperavam a noite para as torturas, quando saíam os funcionários. Oficiais da Marinha americana, instalados no prédio da missão naval, às vezes ouviam os gritos pelo pátio. Suas atitudes eram de repugnância, mas nenhum deles, nem mesmo o comandante das missões, como o contra-almirante C. Tho-

## As últimas palavras do conselheiro Dan Mitrione

O nono capítulo do livro de A. J. Langutth é um diálogo gravado de meia hora de Dan Mitrione com seu carcereiro tupamaro. Eis um trecho final:

Mitrione disse: "Bem, a única coisa que lamento nisto tudo é que não gosto da coisa e muitas pessoas inocentes sofrem". A sua voz era forte e indignada. "Minha mulher e meus filhos em casa, não há nenhum motivo para que eles sofram".

O tupamaro agora parecia hesitante e muito jovem. "Também tenho mulher e filhos. Mas, você sabe, você o faz por dinheiro e eu não. Você até disse isto antes. Você escolhe o seu trabalho e os Estados Unidos escolhem uma maneira política de fazer as coisas e você está envolvido com o seu país e portanto você está sob a sua própria lei".

"Um", disse Mitrione.

"Sinto por eles também. Sinto pelas outras famílias dos nossos amigos que estão presos, sendo torturados ou mortos."

"Bem, isto também é verdade."

"Na verdade, existem muitos. Muitas pessoas inocentes têm que sofrer. Mas você sabe que cerca de um milhão de meninos e meninas com menos de 5 anos morrem cada ano na América Latina?"

"De fome?"

"Sim, senhor! E não é uma maneira de controle da natalidade."

"Não."

"E o que você acha sobre os outros movimentos guerrilheiros na América Latina? Você sabe, não trabalhamos todos da mesma forma. Você já viu isto."

"Bem, cada um tem que trabalhar de acordo com o seu próprio ambiente. Seja o que puder trabalhar melhor. Do que li, acho que os tupamaros são... um pouco mais inteligentes do que os outros porque os tupamaros não matam a não ser que for necessário. Acho que eles atiram e fazem perguntas depois."

"Bem, você sabe" — com uma risada — "o que provavelmente acontece, é que sinto as coisas assim como você. Mas as condições lá são diferentes daqui. Você sabe que os uruguaios — e o Uruguai — têm uma história diferente do que os outros países".

"Oh, tenho certeza que sim."

"A violência no Brasil é mais dura que no Uruguai. Ou que na Bolívia e na Guatemala. Você sabe."

"É aceito, não?"

( Pouco tempo depois, José Yglesias, o novelista, foi

ao Rio entrevista os brasileiros para escrever um artigo de revista. Um brasileiro com mentalidade histórica lhe disse: "imagino se você sabe que tudo isto — estas torturas, a pena de morte para os atos subversivos, o terrorismo dos guerrilheiros — é novo no nosso país. Já tivemos golpes e mais golpes mas nunca envolveram isto."

"Sim", disse o tupamaro, "acho que a vida é mais barata do que aqui. Portanto..."

"Sim, sim."

"Portanto..."

"Em outras palavras", Mitrione bocejou. "Desculpe. Tenho certeza de que os uruguaios são diferentes."

"Mas eles também torturam aqui. Brasil é terrível, você sabe. Eu mataria... gostaria de matar o Sr. Fleury. Fleury, chefe do..."

"Da polícia de lá? Chefe da polícia?" Estavam novamente duelando. A pergunta do tupamaro não era tão displicente quanto queria parecer e, embora o Fleury operasse fora de São Paulo, as suas façanhas eram bem conhecidas por pessoas que eram muito menos envolvidas do que Mitrione na campanha da polícia da América Latina contra as guerrilhas.

"Não, você sabe que eles têm esta especial..."

Havia uma terceira pessoa, talvez um guarda, na cela quando Mitrione estava sendo interrogado. Agora ele falou num sussurro o que o tupamaro e Mitrione ambos ignoravam. "Esquadrão da Morte."

"Qual é o nome dele?" perguntou Mitrione.

"Flouri. Floo-rii. Não sei como pronunciam."

"Também não sei. No Brasil? No Rio? Em Brasília?"

"Só sei que é no Brasil. Ele também esteve aqui ensinando. Cerca de 4 ou 5 meses atrás."

"Ah, sim?"

"Sim. Você sabe, o Esquadrão da Morte ou algo parecido."

"Oh, sim."

Esteve aqui. Em Punta del Este. Não pudemos encontrá-lo". Ele riu.

Mitrione, que tinha rido, disse: "Mas vocês me encontraram, não?"

"Sim. Tudo — temos feito tudo para conhecê-lo. Não eu, que não sabia quem era você até que você me disse e os meus colegas me contaram. Ontem de manhã foi quando o conhecemos de verdade". Para fins de segurança, talvez o Mitrione tivesse sido transferido para uma cela diferente. "Já que não temos nenhuma informação de que não precisamos, não falamos muito. Mas é assim

que a coisa funciona. Mas você deve falar mais do que eu".

"Posso ter um outro copo de água, por favor?"

"Sim". Quando a água foi trazida, Mitrione tomou um longo trago e suspirou.

O tupamaro perguntou, "O que você acha que vai acontecer com a América Latina?"

"Bem", disse Mitrione, "vai acabar dando tudo certo na América Latina. Não me importo. Não sei quanto tempo vai demorar. Mas existem pessoas aqui que amam a vida, existem pessoas em todos os países que amam a vida. Os governos têm problemas a enfrentar, mas um dia vai dar certo. Escreva o que estou dizendo".

"Estou". Dito por um tupamaro, era um juramento.

"Vai ser resolvido. Vai ser resolvido. Todos estes prédios, lojas, escolas e estádios de futebol não apareceram por acaso. Foram construídos por pessoas com inteligência. Não vão ser destruídos da noite para o dia."

"Não. Esperamos que não."

"Não eu sei que não. É só uma questão de quanto tempo vai demorar. Alguns países demorarão mais do que outros."

"Sabe, existem algumas pessoas que gostam muito das coisas que têm e eles têm muitas, muitas coisas. Aí é muito difícil tirar isto deles, você sabe."

"Isto é verdade. Isto é verdade. Este é um dos problemas da América Latina."

"Sabe, existem poucas pessoas que têm tantos interesses: o Bank of America, o First National City Bank e o Manhattan — o Chase Manhattan Bank. Você sabe que eles são muito poderosos."

O guarda preencheu novamente o copo de Mitrione. Ele disse: "Obrigado", tomou um outro gole.

"São realmente muito poderosos", repetiu o tupamaro. "Isto é algo que dura há centenas de anos. Não é apenas..."

"Sim. Mas temos que acabar com isso."

"O que quero dizer é que é algo bem antigo. Não é algo que acabou de começar."

"Você me dá licença por um minuto?" O tupamaro saiu. Quando voltou, disse: "Bem, agora tenho um outro trabalho a fazer, portanto falaremos mais tarde". Tinham conversado por meia-hora. "Está bem?"

Mitrione disse: "Está bem. Ótimo".

Estas eram as últimas palavras que a sua família ouviu dele e eles ouviram estas palavras muitos dias após a sua morte.

Hanson, que disse aos ajudantes-de-ordens ter ouvido os gritos, tocou no assunto com os anfitriões.

E Mitriane? Mitriane saiu do Brasil em 1966, voltou à Academia Internacional de Polícia, deixando a fama de um especialista em torturas. Em 1969 voltou para o Uruguai. É certo que ele dirigia interrogatórios. Ele dizia: "É necessário saber o máximo antes de começar o interrogatório. Aprenda quais os pontos de quebra do suspeito e chegue a eles o mais rápido possível".

Uma vez um líder sindical que Mitriane considerou arrogante esteve na chefatura de Montevideu e quando ele saiu, o conselheiro, que o observara bem, fez comentários, explicando como faria para quebrar aquele homem:

— Tire toda a roupa dele e force-o a ficar de pé olhando para a parede. Depois faça com que um dos policiais mais jovens o ferre. Depois coloque-o numa cela e deixe-o por três dias sem nada para beber. No terceiro dia passe a ele um jarro de água misturada com urina. Depois disso o preso estava bom para o interrogatório.

Nove meses depois da chegada de Mitriane ao Uruguai, o semanário Marcha divulgou um dossiê feito por parlamentares liberais denunciando que a tortura estava sendo empregada sistematicamente contra prisioneiros, usando agulhas elétricas sob as unhas, choques elétricos pelo corpo, especialmente nos órgãos sexuais. Enfim, os mesmos métodos já conhecidos do Brasil.

Alejandro Otero, ex-chefe de polícia do Uruguai, rompeu com Mitriane por discordar dos métodos. Otero era o principal especialista no combate aos tupamaros até a chegada de Mitriane, agentes da CIA e outros conselheiros que assumiram o controle da repressão e começaram a adotar medidas mais rigorosas. Otero não aceitava a tortura física embora fizesse vista grossa para a violência de seus subordinados. Mas, segundo ele, os conselheiros americanos, especialmente Mitriane, introduziram métodos científicos de tortura que iam contra seus princípios. Por exemplo: Na sala ao lado onde o preso estava, tocavam fitas de mulheres e crianças gritando e diziam ao prisioneiro que era sua família que estava sendo torturada. Quando os americanos chegaram ao Uruguai a polícia já usava torturas com agulhas e choques. Mas eram agulhas de várias espessuras. Mitriane mandou vir dos Estados Unidos agulhas tão fininhas que passavam entre os dentes. Esse equipamento vinha dentro da mala diplomática da embaixada, assim como o gás lacrimogêneo era trazido por um avião militar.

Muitos policiais comentavam a frieza de Mitriane diante da tortura. Tudo indica, porém, que ele não fazia o trabalho sujo. Mas, à semelhança dos métodos usados no Brasil e no Uruguai, de acordo com depoimento de prisioneiros, indica que a fonte de inspiração foi a mesma.

Enquanto isso, nos últimos anos da década de 60, a CIA começou a trabalhar numa tarefa complementar à repressão interna. Estava colocando militares e policiais do Brasil, Argentina e Uruguai uns em contato com os outros para treinarem como fazer ligações clandestinas, vigilância, ataque e até assassinato de exilados políticos.

#### EL ESCUADRON

Depois do assassinato de Carlos Marighela em novembro de 69, Sergio Fleury ficou famoso entre a polícia uruguia. E pelo menos em duas ocasiões foi levado a encontros com grupos de policiais do Uruguai, onde na mesma época surgiu o *Escuadron de La Muerte* que atentou contra professores e jornalistas tidos como simpatizantes dos tupamaros.

Um agente do alto escalão do Ministério da Justiça argentina chegou a ir a Montevideu para discutir a maneira de controlar os exilados políticos dos dois Países. Uma reclamação dos agentes platinos: o contato da CIA que amava os encontros nunca participava deles.

Quando Dan Mitriane foi morto pelos tupamaros em Montevideu, em 1970, deixando mulher e cinco filhos menores com uma pequena pensão, Frank Sinatra convidou Jerry Lewis e os dois deram um show para ajudar a família. Foi um espetáculo comovente em Richmond (Indiana), terra de Mitriane e, Sinatra disse:

— Eu não conheci Dan Mitriane. No entanto, ele era meu irmão. Da mesma forma que vocês e eu e Jerry somos irmãos. Como nós todos da América somos irmãos.

Mitriane foi o único dos conselheiros policiais enviados para a América Latina que morreu nos 12 anos da Secretaria de Segurança Pública e o seu programa anticomunista. Os outros seis morreram no Vietnã.

Depois de 64, os gastos norte-americanos para proteger os investimentos no Brasil chegam a 2 bilhões de dólares, enquanto os investimentos ficam em 1,6 bilhões. Em 1969, mesmo ano, Nelson Rockefeller, governador de Nova Iorque, visitou a América Latina em meio a manifestações hostis e ao voltar fez um relatório ao presidente Nixon: os trabalhadores e estudantes estavam amplamente o sob o domínio comunista e a polícia destes Países precisava ser fortalecida.

#### PRETAS INVENCÍVEIS

Mas foi em vão o apelo. Talvez porque seja impossível fortalecer mais a polícia. A Secretaria de Segurança Pública e seu programa entraram em decadência a partir de 1971. "Nos quartéis da polícia do Rio de Janeiro, oficiais brasileiros treinados na Academia Internacional de Polícia lembravam-se carinhosamente de Dan Mitriane como um símbolo de uma Era. Nas garagens da polícia do Rio estavam as fortalezas ambulantes pretas, invencíveis, construídas a um custo de 100 mil dólares cada, projetadas para levar tropas com metralhadoras para o meio das multidões mais densas. Elas são à prova de bala e tão largas que não podem ser viradas, são imunes a coquetéis molotov e equipadas com ar-condicionado contra fumaça e o gás lacrimogêneo.



## Cobaias para uma aula prática

Murilo Pinto da Silva foi preso em Belo Horizonte junto com 5 companheiros da organização clandestina Colina, em agosto de 1969. Em outubro foi levado para a Vila Militar no Rio de Janeiro. Segundo descreve A. J. Languth em seu livro, Murilo foi levado com outros nove presos políticos para "um prédio baixo" que se alcançava através do pátio do quartel. Eles foram conduzidos até a porta, onde ficaram aguardando e Murilo pôde ouvir um homem, depois identificaria como tenente Aylton, dando instruções sobre torturas. Ele diz que o policial deve-se fazer amigo do torturado para depois pegá-lo.

Logo a seguir eles são introduzidos na peça para "uma demonstração". Ao fundo, em seis mesas, estão sentados oficiais do Exército e da FAB. Os prisioneiros ficam no outro extremo sobre um estrado, diante de uma parede com uma tela. À medida que Aylton vai falando, vão se projetando na tela cenas de gente sendo torturada.

Ao final da breve exposição, inicia-se a demonstração que transcrevemos na íntegra, de acordo com o depoimento dado ao autor do livro:

Os guardas levaram os seis prisioneiros para o palco e disseram a eles que tirassem suas roupas. Os homens ficaram de cuecas. Em seguida os guardas forçaram os prisioneiros em posição para a demonstração. Pedro Paulo Bretas tinha suas mãos amarradas. Seu guarda pôs peças de metal triangulares de 20 centímetros de comprimento e cinco de altura entre os quatro espaços de seus dedos. Os soldados forçavam as barras, pressionando para baixo e depois virando para um lado.

Murilo nunca havia experimentado aquela tortura. Notou que quando o torturador girava os cabos para um lado, Bretas gritava e caía sobre os joelhos. Quando virava para o outro lado, Bretas gritava e girava no ar. Murilo foi forçado a ficar de pé descalço nas bordas das duas latas de sardinhas abertas. As bordas cortavam as solas de seus pés, e a dor subiu até os músculos de suas canelas. O outro guarda ligou fios longos ao dedo mínimo da mão de um prisioneiro chamado Maurício. Os fios estavam ligados ao gerador que Murilo havia visto quando estava sendo trazido pelo pátio.

Um dos prisioneiros do Exército foi colocado no pau-de-arara. Outro foi espancado com uma palmatória, uma peça longa de madeira com pequenos furos. Para ilustrar, ele foi espancado na parte traseira, nos pés, nas palmas das mãos. No microfone Aylton disse: "Vocês podem bater com isso durante longo tempo e com muita força".

Nilo Sérgio foi forçado a ficar de pé com seus braços estendidos como o Cristo do Corcovado. Alguma coisa pesada — Murilo não podia ver o que — foi colocada em sua mão. Um prisioneiro foi deixado aguardando enquanto Aylton se movimentava discutindo o próximo método. Ele queria fazer a audiência saber que aquelas torturas não precisavam ser usadas separadamente, que o pau-de-arara, por exemplo, era muito mais eficiente quando combinado com choque elétrico ou com espancamento com a palmatória. O pau-de-arara parecia ser o favorito de Aylton, e ele explicou suas vantagens para a audiência. "Começa o trabalho", ele disse, "quando o prisioneiro não pode manter seu pescoço forte e firme. Quando seu pescoço cede, quer dizer que ele está sofrendo". Quando Aylton estava falando, o prisioneiro no pau-de-arara deixou sua cabeça cair para trás. Aylton riu e foi para o seu lado. "Não assim. Ele está apenas fingindo". "Olhem" — Aylton agarrou a cabeça do prisioneiro e a sacudiu vigorosamente — "seu pescoço ainda está firme. Agora ele está apenas enganando. Ele não está cansado, e não está pronto para falar".

Havia outros refinamentos. Usem a eletricidade onde e quando quiserem, disse Aylton, mas observem a voltagem. Vocês querem extrair informações do prisioneiro. Vocês não querem matá-lo. Ai então ele leu alguns números em voz alta — uma leitura de voltagem na medida de tempo que um corpo humano podia agüentar. Murilo, seus pés cortados e sangrando, tentou lembrar-se dos números, mas a dor estava levando tudo o mais de sua mente.

Há um outro método que não iremos demonstrar hoje, disse Aylton, mas tem sido muito eficiente. É uma injeção de éter no escroto. Alguma coisa nessa dor faz um homem muito desejoso de falar. Um lugar-tenente também recomendou, mas não mostrou, um melhoramento,

o afogamento — derramar água nas narinas quando a cabeça fica pendurada para trás. Para provar que a água na superfície da pele intensifica os choques, um guarda derramou um pouco sobre um prisioneiro no pau-de-arara e voltou a aplicar os choques para que todos pudessem ver como o corpo aumentava as convulsões.

À medida que a água aumentava a força da corrente, o prisioneiro do pau-de-arara começou a gritar. Aylton fez um gesto para o guarda, que enfiou um lenço na boca do prisioneiro. "Normalmente vocês não devem usar uma mordaca". Aylton disse maliciosamente: "Porque, como pode ele lhe dar informações se não pode falar?"

A aula já durava quarenta minutos e as torturas continuavam enquanto Aylton falava. Agora tornava-se claro que Maurício, esticado entre dois longos fios, estava sofrendo insuportavelmente. O soldado encarregado dele estava forçando o gerador cada vez mais, até que, como Aylton havia avisado, voltagem demais termina com o prisioneiro. Maurício caiu para frente na mesa mais próxima. Entre os homens do Exército correu uma risada forçada. Eles o empurraram, espancaram e chutaram com suas botas. Continuavam rindo e gritando brincadeiras um ao outro, durante o tempo todo.

Murilo saiu de seu transe de dor o suficiente para registrar em si que aqueles homens, os oito deles, haviam estado rindo durante toda a aula de Aylton. Não tão exageradamente como quando Maurício caiu na mesa, mas sempre, e alto. Seus gracejos haviam formado um contraponto na demonstração. Eu estou sofrendo, pensou Murilo, e estes homens estão tendo o maior divertimento de suas vidas. Ou talvez nem todos eles. Sargento Monte sentiu náuseas durante a tortura e havia saído às pressas da sala para vomitar. Essa demonstração de sensibilidade surpreendeu Murilo, porque uma vez Monte havia dado ordens a um sargento menos graduado para dar a Murilo sua dose diária de choque elétrico.

A aula estava acabando. Murilo queria lembrar quem mais estava lá, se juntando às torturas. Talvez ele não sáisse da prisão com vida, mas se sáisse, ele se lembraria. Havia Aylton e Monte, e o Sargento Rangel, da Vila Militar. Murilo se lembrava particularmente de Rangel no dia em que ele voltava da sala de visitantes com cigarros que haviam lhe passado. Rangel foi avisado que Murilo ou seu irmão, Angelo, haviam recebido os cigarros, e mandou que os dois fossem espancados com a palmatória até que encontrou os cigarros e os guardou para si mesmo.

Aylton perguntou se a classe tinha alguma pergunta sobre as torturas que havia visto. Ninguém tinha perguntas. Murilo foi arrancado das bordas cortantes das latas e levado com os outros. Na sala de espera viu seu irmão e outro prisioneiro, Júlio Bittencourt. Eles estavam sendo levados para mais torturas. Júlio sofreu a tortura chamada telefone: um guarda punha suas mãos em concha e batia nos ouvidos de Júlio até que ele não podia mais ouvir. Murilo soube disso mais tarde.

Ele nunca soube que uso Aylton tinha feito de Angelo. De volta às celas, nenhum dos guardas mencionou a aula, mas os prisioneiros que haviam passado pela experiência com Murilo estavam se consumindo em ódio e desgosto. De seu catre Murilo ouviu um gritar para o mundo: "Filho da V..." Outro repetiu continuamente: "Bem, isto é o fim do mundo". Outros repetiam uma frase brasileira: "É o fim da picada". Significa dizer que é insuportável para mim pensar nisso. No seu canto, Murilo considerava a provação. Sua maior preocupação havia sido que se ele demonstrasse não estar sofrendo o bastante, ele teria sido tirado das bordas da lata e levado a outro tipo de tortura. As latas haviam cortado e infiltrado, mas estavam suportáveis. Os choques elétricos não eram. Assim ele se contorceu em dores e esperou que sua tortura não fosse trocada pela de Maurício. Nenhuma emoção sobrava a ele.

Não sentia vergonha de ter sido colocado em exposição como uma cobaia. Nenhuma revolta contra os homens que riam dele. Nenhuma simpatia por Maurício. Apenas autoproteção. Esperava não ser tirado das latas para ser levado à insensibilidade dos choques. Ele havia ultrapassado um outro dia. Seus pés sarariam. Ele ouviu um homem gritar: "É o fim da picada". Murilo se sentiu calmo, em paz. Ele sabia que depois daquele dia qualquer que fosse a provocação ou a justiça de sua causa, ele nunca iria ferir outro ser humano.

# DÊ O COOJORNAL DE PRESENTE.

Neste Natal, dê uma assinatura do Coojornal de presente. Vai ser difícil encontrar um presente melhor e mais barato: você paga Cr\$ 220,00 e dá um presente que dura o ano inteiro. Coojornal, um presente inteligente!



## FAÇA AGORA A ASSINATURA PRESENTE!

Preencha o cupom e remeta-o junto com Cheque Nominal ou Vale Postal, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, Rua Comendador Coruja, 372, 90.000 — Porto Alegre RS. Oferta especial válida, somente, até o Natal.

### Cupom de Assinatura cooJORNAL®

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00  
Envie cheque nominal ou vale postal para:  
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000  
Fones: 335990e 335099

Nome: .....

Quero dar uma assinatura do Coojornal de presente para:

Nome .....

End ..... N° .....

Bairro ..... Cep .....

Cidade ..... Estado .....

Profissão .....

Enviar o Coojornal a partir do n° .....

